

RELATÓRIO DE MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

Planejamento Estratégico de 2025

Março - 2026

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	3
2. OBJETIVO DO RELATÓRIO.....	4
3. RESULTADOS ALCANÇADOS.....	6
4. MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS.....	8
11 - Desdobramento do Planejamento Estratégico pelas Unidades Judiciárias de 1º grau de jurisdição.	9
12 - Portfólio de Projetos e Ações da Justiça Especial.	17
20 - Plano de Aceleração de Obras	25
50 - Plano de Desenvolvimento Institucional da EJE ciclo 2021 a 2026 - Programa Pós-Graduação	30
55 - Gestão de Receitas do TJMG.....	34
57 - Implantação do Sistema de Gestão Financeira dos Depósitos Judiciais – SIDEJUD.....	40
81 - Programa de Modernização dos Plenários, suas Áreas Externas e dos Painéis de Comunicação	45
86 - Fóruns Digitais.....	55
88 - Programa de Soluções Tecnológicas para Modernização da Gestão Financeira e Orçamentária do TJMG.....	63
92 - Implementação da tramitação eletrônica de inquéritos policiais na Primeira Instância do TJMG	68
04 - Programa Agiliza-Jus	73
05 - Programa de Melhoria de Indicadores do IPC-Jus TJMG.	80
06 - Programa Pontualidade 5.0.....	90
07 - Programa de estruturação de políticas públicas autocompositivas de solução de conflitos	94
13 - Fortalecimento e implementação de políticas públicas de enfrentamento à violência doméstica e familiar.....	102
21 - Plano de Estruturação Organizacional para a Produtividade na Prestação Jurisdicional	107
43 - Programa INOVA TJMG	119
47 - Programa de otimização do funcionamento dos CEJUSCs - Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania.....	127
68 - Programa de Desenvolvimento da Atuação do Centro de Inteligência	135
72 - Aprimoramento da Gestão de Cobrança de Custas Processuais	140
75 - Ampliação da Eficácia da Sistemática dos Precedentes Qualificados.....	149
78 - Implementação de Política de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral, Assédio Sexual e Discriminação	154
79 - Programa D.I.A. (Programa de Desenvolvimento, Inclusão e Acessibilidade)	159
85 - Central de Processos Eletrônicos (CPE) de Turmas Recursais.....	165
87 - Programa Estadual de Governança Estratégica de Unidades Judiciárias - Implantação do Sistema Eletrônico para Tramitação de Processos Judiciais eproc.....	179
89 - Informatização do setor de Precatórios do TJMG.....	187
90 - Travessias da Infância e Juventude	194
91 - Cessação da competência delegada nas ações previdenciárias e de execuções fiscais distribuídas em unidades judiciárias.....	203
93 - Painel de gestão Automatizada de Receitas Judiciais	214
94 - Programa 1ª Vice SOMA - Suporte à organização, cumprimento de metas e aperfeiçoamento gerencial	219
95 - Justiça Sustentável: Implementação da Governança ESG no TJMG	229
96 - Programa de Aprimoramento da gestão e Integração dos Setores da Superintendência Judiciária - SEJUD.....	237

1. INTRODUÇÃO

Em 15 de maio e 17 de outubro de 2025, o Comitê de Governança e Gestão Estratégica aprovou 64 metas e 32 iniciativas estratégicas para comporem, respectivamente, o Painel Estratégico e do Quadro de Iniciativas referentes ao ano de 2025. Esses documentos integram o Planejamento Estratégico de Gestão Institucional (ciclo 2021-2026) e foram regulamentados pela Portaria Conjunta nº 1.669/2025, em observância ao art. 7º da Resolução 952/2020. A aprovação seguiu as indicações da Matriz de Priorização de Iniciativas Estratégicas do TJMG, elaborada pela Assessoria Técnica e Jurídica ao Planejamento e à Gestão Institucional – ASPLAG/DEPLAG para subsidiar os processos de elaboração e revisão o Planejamento Estratégico Institucional.

Após a aprovação, as iniciativas estratégicas do TJMG foram monitoradas pela ASPLAG/DEPLAG, com o apoio do Núcleo de Gestão de Projetos – NUGEPRO/SEGOVE, em estrita observância ao artigo 10 da Resolução nº 952/2020. Esse dispositivo legal estabelece que o acompanhamento e a avaliação do Planejamento Estratégico devem ocorrer pela análise de resultados dos indicadores, das metas (nacionais e institucionais) e pelo seguimento dos cronogramas das iniciativas.

Esse monitoramento sistemático é crucial para subsidiar a alta administração de informações qualificadas, de forma que possa avaliar a eficácia das iniciativas e, se necessário, indicar ações que garantam o alcance das metas e a melhoria dos resultados institucionais.

Além disso, o planejamento não é estático. Mudanças no cenário (como fatores econômico-financeiros, novas diretrizes ou o surgimento de tecnologias) exigem a revisão e alteração dos componentes do Planejamento Estratégico.

Em linha com essa necessidade de avaliação, este relatório apresenta o desempenho geral do Planejamento Estratégico Institucional, com foco especial no acompanhamento das iniciativas estratégicas estabelecidas para o ano de 2025.

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

2. OBJETIVO DO RELATÓRIO

O objetivo deste relatório é apresentar os resultados e destaques da execução das iniciativas estratégicas estabelecidas para 2025. Ao contribuir para o alcance das metas, as iniciativas contribuem para a superação dos macrodesafios do ciclo 2021 – 2026, conforme correlação demonstrada na tabela abaixo. Destaca-se que uma mesma iniciativa pode contribuir para a superação de mais de um macrodesafio.

Macrodesafios	Iniciativa Estratégica
3 - Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional. 4 - Enfrentamento à Corrupção e à Improbidade Administrativa. 6 - Consolidação do Sistema de Precedentes Obrigatórios.	04 - Programa Agiliza-Jus.
3 - Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional. 4 - Enfrentamento à Corrupção e à Improbidade Administrativa.	05 - Programa de Melhoria de Indicadores do índice de Produtividade Comparada da Justiça – IPC-Jus TJMG.
3 - Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional.	06 - Programa Pontualidade 5.0.
2 - Ampliação da relação institucional do Judiciário com a Sociedade. 5 - Prevenção de Litígios e Adoção de Soluções Consensuais para os Conflitos.	07 - Programa de estruturação de políticas públicas autocompositivas de solução de conflitos.
3 - Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional. 4 - Enfrentamento à Corrupção e à Improbidade Administrativa. 9 - Aprimoramento da gestão administrativa e da governança judiciária.	11 - Desdobramento do Planejamento Estratégico pelas Unidades Judiciárias de 1º grau de jurisdição.
3 - Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional. 5 - Prevenção de Litígios e Adoção de Soluções Consensuais para os Conflitos.	12 - Portfólio de Projetos e Ações da Justiça Especial.
1 - Garantia dos Direitos Fundamentais e do Estado Democrático de Direito. 3 - Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional.	13 - Fortalecimento e implementação de políticas públicas de enfrentamento à violência doméstica e familiar.
9 - Aprimoramento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária.	20 - Plano de Aceleração de Obras.
3 - Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional.	21 - Plano de Estruturação Organizacional para a Produtividade na Prestação Jurisdicional.
9 - Aprimoramento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária.	43 - Programa INOVA TJMG.
2 - Ampliação da relação institucional do Judiciário com a Sociedade 5 - Prevenção de Litígios e Adoção de Soluções Consensuais para os Conflitos.	47 - Programa de otimização do funcionamento dos CEJUSCs - Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania .

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

Macrodesafios	Iniciativa Estratégica
10 - Otimização da Gestão de Pessoas.	50 - Plano de Desenvolvimento Institucional da EJE ciclo 2021 a 2026 - Programa Pós-Graduação da EJE.
11 - Modernização da Gestão Orçamentária e Financeira.	55 - Gestão de Receitas do TJMG.
11 - Modernização da Gestão Orçamentária e Financeira.	57 - Implantação do Sistema de Gestão Financeira dos Depósitos Judiciais – SIDEJUD.
3 - Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional.	68 - Programa de Desenvolvimento da Atuação do Centro de Inteligência.
9 - Aprimoramento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária.	72 - Aprimoramento da Gestão de Cobrança de Custas Processuais.
6 - Consolidação do Sistema de Precedentes Obrigatórios. 9 - Aprimoramento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária.	75 - Ampliação da Eficácia da Sistemática dos Precedentes Qualificados.
10 - Otimização da Gestão de Pessoas.	78 - Implementação de Política de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral, Assédio Sexual e Discriminação.
1 - Garantia dos Direitos Fundamentais e do Estado Democrático de Direito.	79 - Programa D.I.A. (Programa de Desenvolvimento, Inclusão e Acessibilidade).
9 - Aprimoramento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária.	81 - Programa de Modernização dos Plenários, suas Áreas Externas e dos Painéis de Comunicação.
3 - Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional.	85 - Central de Processos Eletrônicos (CPE) de Turmas Recursais.
1 - Garantia dos Direitos Fundamentais e do Estado Democrático de Direito. 3 - Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional. 5 - Prevenção de Litígios e Adoção de Soluções Consensuais para os Conflitos.	86 - Fóruns Digitais.
3 - Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional.	87 - Programa Estadual de Governança Estratégica de Unidades Judiciárias - Implantação do Sistema Eletrônico para Tramitação de Processos Judiciais eproc.
11 - Modernização da Gestão Orçamentária e Financeira.	88 - Programa de Soluções Tecnológicas para Modernização da Gestão Financeira e Orçamentária do TJMG.
9 - Aprimoramento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária.	89 - Informatização do setor de Precatórios do TJMG.
1 - Garantia dos Direitos Fundamentais e do Estado Democrático de Direito.	90 - Travessias da Infância e Juventude.
3 - Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional.	91 - Cessação da competência delegada nas ações previdenciárias e de execuções fiscais distribuídas em unidades judiciárias do TJMG.

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

Macrodesafios	Iniciativa Estratégica
3 - Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional.	92 - Implementação da tramitação eletrônica de inquéritos policiais na Primeira Instância do TJMG.
3 - Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional. 9 - Aprimoramento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária.	93 - Painel de gestão Automatizada de Receitas Judiciais.
3 - Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional. 6 - Consolidação do Sistema de Precedentes Obrigatórios.	94 - Programa 1ª Vice SOMA - Suporte à organização, cumprimento de metas e aperfeiçoamento gerencial.
1 - Garantia dos Direitos Fundamentais e do Estado Democrático de Direito. 2 - Ampliação da relação institucional do Judiciário com a Sociedade. 9 - Aprimoramento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária.	95 - Justiça Sustentável: Implementação da Governança ESG no TJMG.
3 - Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional.	96 - Programa de Aprimoramento da gestão e Integração dos Setores da Superintendência Judiciária - SEJUD.

3. RESULTADOS ALCANÇADOS

Do total de 32 iniciativas aprovadas para comporem o Planejamento Estratégico em 2025, 4 (12,5%) foram concluídas, 16 (50%) foram parcialmente concluídas e as demais 12 (37,5%) permanecem em andamento.

3.1. Iniciativas concluídas

- IE 04 - Programa Agiliza-Jus.
- IE 06 - Programa Pontualidade 5.0.
- IE 43 - Programa INOVA TJMG.
- IE 96 - Programa de Aprimoramento da gestão e Integração dos Setores da Superintendência Judiciária - SEJUD.

3.2. Iniciativas parcialmente concluídas

São iniciativas cujas atividades previstas para o ano não foram totalmente concluídas, porém alcançaram o objetivo principal.

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

- IE 05 - Programa de Melhoria de Indicadores do Índice de Produtividade Comparada da justiça – IPC-Jus TJMG.
- IE 07 - Programa de estruturação de políticas públicas autocompositivas de solução de conflitos.
- IE 11 - Desdobramento do Planejamento Estratégico pelas Unidades Judiciárias de 1º grau de jurisdição.
- IE 12 - Portfólio de Projetos e Ações da Justiça Especial.
- IE 13 - Fortalecimento e implementação de políticas públicas de enfrentamento à violência doméstica e familiar.
- IE 20 - Plano de Aceleração de Obras.
- IE 21 - Plano de Estruturação Organizacional para a Produtividade na Prestação Jurisdicional.
- IE 47 - Programa de otimização do funcionamento dos CEJUSCs - Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania .
- IE 55 - Gestão de Receitas do TJMG.
- IE 68 - Programa de Desenvolvimento da Atuação do Centro de Inteligência.
- IE 72 - Aprimoramento da Gestão de Cobrança de Custas Processuais.
- IE 75 - Ampliação da Eficácia da Sistemática dos Precedentes Qualificados.
- IE 78 - Implementação de Política de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral, Assédio Sexual e Discriminação.
- IE 79 - Programa D.I.A. (Programa de Desenvolvimento, Inclusão e Acessibilidade).
- IE 90 - Travessias da Infância e Juventude.
- IE 94 - Programa 1ª Vice SOMA - Suporte à organização, cumprimento de metas e aperfeiçoamento gerencial.

3.3. Iniciativa em andamento

- IE 50 - Plano de Desenvolvimento Institucional da EJEJ ciclo 2021 a 2026 - Programa Pós-Graduação da EJEJ.

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

- IE 57 - Implantação do Sistema de Gestão Financeira dos Depósitos Judiciais – SIDEJUD.
- IE 81 - Programa de Modernização dos Plenários, suas Áreas Externas e dos Painéis de Comunicação.
- IE 85 - Central de Processos Eletrônicos (CPE) de Turmas Recursais.
- IE 86 - Fóruns Digitais.
- IE 87 - Programa Estadual de Governança Estratégica de Unidades Judiciárias - Implantação do Sistema Eletrônico para Tramitação de Processos Judiciais eproc.
- IE 88 - Programa de Soluções Tecnológicas para Modernização da Gestão Financeira e Orçamentária do TJMG.
- IE 89 - Informatização do setor de Precatórios do TJMG.
- IE 91 - Cessação da competência delegada nas ações previdenciárias e de execuções fiscais distribuídas em unidades judiciárias do TJMG.
- IE 92 - Implementação da tramitação eletrônica de inquéritos policiais na Primeira Instância do TJMG.
- IE 93 - Painel de gestão Automatizada de Receitas Judiciais.
- IE 95 - Justiça Sustentável: Implementação da Governança ESG no TJMG.

4. MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

A seguir, são apresentados os resultados do monitoramento das iniciativas estratégicas.

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

Nome da Iniciativa	11 - Desdobramento do Planejamento Estratégico pelas Unidades Judiciárias de 1º grau de jurisdição.
---------------------------	--

Priorização		
--------------------	--	---

INFORMAÇÕES GERAIS	
Unidade gestora	Corregedoria-Geral de Justiça: Secretaria de Suporte ao Planejamento e à Gestão da Primeira Instância – SEPLAN.
Patrocinador	Dr. Guilherme Lima Nogueira da Silva.
Objetivos	Promover o alinhamento estratégico das Unidades Judiciárias (UJ) de Primeiro Grau para o cumprimento dos macrodesafios e metas previstos na Estratégia Nacional do Poder Judiciário, estabelecida na Resolução do CNJ nº 325, de 2020, bem como das diretrizes institucionais estabelecidas na Resolução TJMG nº 952/2020 e das metas institucionais estabelecidas no Planejamento Estratégico do TJMG por meio de Portaria. Além disso, consubstanciar política pública complementar e integradora capaz de gerar a profissionalização da gestão judiciária, com vistas ao oferecimento de serviço público célere e de qualidade aos jurisdicionados por meio da implantação do Desdobramento do Planejamento Estratégico (DPE) nas Unidades Judiciárias. O DPE conterá: • a Diagnose da unidade judiciária; • a Portaria que institui o Plano Estratégico da Unidade Judiciária com o estabelecimento de metas; • o Plano de ação gerencial com definição de atividades e tarefas para cumprimento das metas; • o Relatório de Acompanhamento permanente. Com isso, melhorar também vários indicadores institucionais de produtividade, congestionamento e celeridade relacionados diretamente aos processos judiciais como, por exemplo: índice de baixa, índice de julgamento, redução do acervo e número de processos paralisados.
Característica da Iniciativa	Programa.

ESCOPO
Desdobramento do Planejamento Estratégico em Unidades Judiciárias do TJMG em 2025.

MONITORAMENTO			
Status da Iniciativa	Parcialmente concluído.	Progresso (%)	97%.
Custo previsto	R\$ 86.400,00.	Custo executado	R\$143.218,00
Início da iniciativa	07/06/2024.	Término da iniciativa	27/02/2026.
Data do monitoramento	22/01/2026.		
CRONOGRAMA DE ACOMPANHAMENTO			

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

ENTREGAS (E) / ATIVIDADES (A)	INÍCIO PREVISTO	TÉRMINO PREVISTO	TÉRMINO REPLANEJADO	TÉRMINO REALIZADO	STATUS
(E) Desdobramento do Planejamento Estratégico – Região 1 - Belo Horizonte - 25ª Vara Cível.	01/07/2025	29/08/2025			Suspenso
(A) Homologar a portaria do plano estratégico	01/07/2025	29/08/2025			Suspenso
(E) Desdobramento do Planejamento Estratégico - Região 1 - Belo Horizonte - 9ª Vara de Família.	01/07/2025	29/08/2025			Suspenso
(A) Homologar a portaria do plano estratégico.	01/07/2025	29/08/2025			Suspenso
(E) Desdobramento do Planejamento Estratégico - Região 1 - Belo Horizonte - 2ª Vara de sucessões e Ausências.	01/07/2025	29/08/2025			Suspenso
(A) Homologar a portaria do plano estratégico.	01/07/2025	29/08/2025			Suspenso
(E) Desdobramento do Planejamento Estratégico - Região 1 - Belo Horizonte - 10ª Vara de Família.	01/07/2025	29/08/2025		02/09/2025	Concluído
(A) Homologar a portaria do plano estratégico.	01/07/2025	29/08/2025		24/01/2025	Concluído
(E) Desdobramento do Planejamento Estratégico - Região 1 - Belo Horizonte - 12ª Vara de Família.	01/07/2025	29/08/2025			Suspenso
(A) Homologar a portaria do plano estratégico.	01/07/2025	29/08/2025			Suspenso
(E) Desdobramento do Planejamento Estratégico - Região 1 - Belo Horizonte - 1ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias (Segundo Ciclo de DPE).	27/05/2025	30/09/2025		27/05/2025	Concluído
(A) Homologar a portaria do plano estratégico.	27/05/2025	30/09/2025		07/08/2025	Concluído
(E) Desdobramento do Planejamento Estratégico - Região 1 - Belo Horizonte - 1ª Vara de feitas da Fazenda Pública Municipal.	01/08/2025	30/09/2025			Suspenso
(A) Homologar a portaria do plano estratégico.	01/08/2025	30/09/2025			Suspenso
(E) Desdobramento do Planejamento Estratégico - Região 1 - Belo Horizonte - 2ª Vara Regional do Barreiro.	28/02/2024	18/12/2025			Suspenso
(A) Homologar a portaria do plano estratégico.	18/12/2025	18/12/2025			Suspenso
(E) Desdobramento do Planejamento Estratégico - Região 2 - Nova Serrana - 1ª Vara Cível.	10/03/2025	30/05/2025	31/10/2025	22/10/2025	Concluído
(A) Homologar a portaria do plano estratégico.	26/05/2025	30/05/2025	31/10/2025	22/10/2025	Concluído

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

(E) Desdobramento do Planejamento Estratégico - Região 2 - Nova Serrana - 2ª Vara Cível.	10/03/2025	30/05/2025	31/10/2025	16/09/2025	Concluído
(A) Homologar a portaria do plano estratégico.	26/05/2025	30/05/2025	31/10/2025	16/09/2025	Concluído
(E) Desdobramento do Planejamento Estratégico - Região 2 - Betim - 2ª Vara Criminal.	16/10/2025	27/06/2025	29/08/2025	04/09/2025	Concluído
(A) Homologar a portaria do plano estratégico.	23/06/2025	27/06/2025	29/08/2025	04/09/2025	Concluído
(E) Desdobramento do Planejamento Estratégico - Região 2 - Nova Lima - 2ª Vara Criminal e de Execuções Penais.	11/09/2024	27/06/2025		13/03/2025	Concluído
(A) Homologar a portaria do plano estratégico.	23/06/2025	27/06/2025		13/03/2025	Concluído
(E) Desdobramento do Planejamento Estratégico - Região 2 - Contagem - 6ª Vara Cível (Segundo ciclo de DPE).	10/06/2025	31/07/2025		10/06/2025	Concluído
(A) Homologar a portaria do plano estratégico.	31/07/2025	31/07/2025		26/06/2025	Concluído
(E) Desdobramento do Planejamento Estratégico - Região 2 - Contagem - 2ª Vara Empresarial de Fazenda pública e Registros Públicos.	24/07/2025	24/07/2025		04/09/2025	Concluído
(A) Homologar a portaria do plano estratégico.	30/09/2025	30/09/2025		04/09/2025	Concluído
(E) Desdobramento do Planejamento Estratégico - Região 2 - Pará de Minas - 1ª Vara Cível.	04/09/2025	28/11/2025	11/12/2025	28/11/2025	Concluído
(A) Homologar a portaria do plano estratégico.	28/11/2025	28/11/2025		28/11/2025	Concluído
(E) Desdobramento do Planejamento Estratégico - Região 2 - Santa Bárbara - Vara Única (Segundo ciclo de DPE).	08/10/2025	28/11/2025	11/12/2025	17/12/2025	Concluído
(A) Homologar a portaria do plano estratégico.	08/10/2025	28/11/2025	11/12/2025		Concluído
(E) Desdobramento do Planejamento Estratégico - Região 2 - Contagem - 4ª Vara Cível (Segundo ciclo de DPE).	06/11/2025	27/02/2026			Não iniciado
(A) Homologar a portaria do plano estratégico.	27/02/2026	27/02/2026			Não iniciado
(E) Desdobramento do Planejamento Estratégico - Região 3 - Cataguases - Vara de Família, da Infância e da Juventude e de Precatórias.	23/06/2025	27/06/2025	30/06/2025	30/06/2025	Concluído
(A) Homologar a portaria do plano estratégico.	23/06/2025	27/06/2025	30/06/2025	30/06/2025	Concluído

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

(E) Desdobramento do Planejamento Estratégico - Região 3 - Mar de Espanha - Vara Única.	23/06/2025	27/06/2025	29/08/2025	19/08/2025	Concluído
(A) Homologar a portaria do plano estratégico.	23/06/2025	27/06/2025	29/08/2025	19/08/2025	Concluído
(E) Desdobramento do Planejamento Estratégico - Região 3 - Juiz de Fora - 1ª Vara de Família.	23/06/2025	27/06/2025	29/08/2025	04/09/2025	Concluído
(A) Homologar a portaria do plano estratégico.	23/06/2025	27/06/2025	30/09/2025	04/09/2025	Concluído
(E) Desdobramento do Planejamento Estratégico - Região 3 - São João Del Rey - 2ª Vara Cível.	23/06/2025	27/06/2025			Suspenso
(A) Homologar a portaria do plano estratégico.	23/06/2025	27/06/2025			Suspenso
(E) Desdobramento do Planejamento Estratégico - Região 3 - Ipatinga - 2ª Vara Cível.	29/08/2025	29/08/2025		13/03/2025	Concluído
(A) Homologar a portaria do plano estratégico.	23/06/2025	27/06/2025		13/03/2025	Concluído
(E) Desdobramento do Planejamento Estratégico - Região 3 - Ipatinga - 2ª Vara Criminal.	23/06/2025	27/06/2025		23/05/2025	Concluído
(A) Homologar a portaria do plano estratégico.	23/06/2025	27/06/2025		23/05/2025	Concluído
(E) Desdobramento do Planejamento Estratégico - Região 3 - Pirapetinga - Vara Única.	07/06/2024	27/06/2025		22/04/2025	Concluído
(A) Homologar a portaria do plano estratégico.	23/06/2025	27/06/2025		22/04/2025	Concluído
(E) Desdobramento do Planejamento Estratégico - Região 3 - Ubá - 2ª Vara Cível.	23/05/2025	31/07/2025		23/07/2025	Concluído
(A) Homologar a portaria do plano estratégico.	31/07/2025	31/07/2025		23/07/2025	Concluído
(E) Desdobramento do Planejamento Estratégico - Região 4 - Brasópolis - Vara Única.	23/06/2025	27/06/2025	31/10/2025	07/10/2025	Concluído
(A) Homologar a portaria do plano estratégico.	23/06/2025	27/06/2025	31/10/2025	07/10/2025	Concluído
(E) Desdobramento do Planejamento Estratégico - Região 4 - Lavras - 2ª Vara Criminal, da Infância e Juventude e Execuções Fiscais.	02/09/2024	04/02/2025		04/02/2025	Concluído
(A) Homologar a portaria do plano estratégico.	04/02/2025	04/02/2025		04/02/2025	Concluído

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

(E) Desdobramento do Planejamento Estratégico - Região 4 - Extrema - 2ª Vara Cível, Criminal e da Juventude.	23/06/2025	27/06/2025		22/04/2025	Concluído
(A) Homologar a portaria do plano estratégico.	23/06/2025	27/06/2025		22/04/2025	Concluído
(E) Desdobramento do Planejamento Estratégico - Região 4 - Monte Santo de Minas - Vara Única.	16/06/2025	29/08/2025		19/08/2025	Concluído
(A) Homologar a portaria do plano estratégico.	29/08/2025	29/08/2025		19/08/2025	Concluído
(E) Desdobramento do Planejamento Estratégico - Região 4 – Areado – Vara Única.	28/08/2025	18/12/2025		17/12/2025	Concluído
(A) Homologar a portaria do plano estratégico.	18/12/2025	18/12/2025		17/12/2025	Concluído
(E) Desdobramento do Planejamento Estratégico - Região 5 - Araxá - 2ª Vara Criminal e da Infância e Juventude.	03/09/2024	31/03/2025		13/03/2025	Concluído
(A) Homologar a portaria do plano estratégico.	03/03/2025	31/03/2025		13/03/2025	Concluído
(E) Desdobramento do Planejamento Estratégico - Região 5 - Araxá - 2ª Vara Cível.	03/09/2024	31/03/2025		13/03/2025	Concluído
(A) Homologar a portaria do plano estratégico.	03/03/2025	31/03/2025		13/03/2025	Concluído
(E) Desdobramento do Planejamento Estratégico - Região 5 - Patos de Minas - 3ª Vara Cível.	23/06/2025	27/06/2025	31/07/2025	16/07/2025	Concluído
(A) Homologar a portaria do plano estratégico.	23/06/2025	27/06/2025	31/07/2025	16/07/2025	Concluído
(E) Desdobramento do Planejamento Estratégico - Região 5 - Monte Carmelo - 2ª Vara Cível, Criminal e de Execução Penal.	30/07/2025	31/10/2025		05/11/2025	Concluído
(A) Homologar a portaria do plano estratégico	30/07/2025	31/10/2025		05/11/2025	Concluído
(E) Desdobramento do Planejamento Estratégico - Região 6 - Corinto - Vara Única (Segundo Ciclo de DPE).	20/02/2025	30/04/2025	30/05/2025	23/05/2025	Concluído
(A) Homologar a portaria do plano estratégico.	01/04/2025	30/04/2025	30/05/2025	23/05/2025	Concluído
(E) Desdobramento do Planejamento Estratégico - Região 6 - Governador Valadares - 2ª Vara Cível.	28/11/2024	04/02/2025		04/02/2025	Concluído
(A) Homologar a portaria do plano estratégico.	04/02/2025	04/02/2025		04/02/2025	Concluído
(E) Desdobramento do Planejamento Estratégico - Região 6 - Curvelo - Vara	17/02/2025	27/06/2025			Suspenso

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

Criminal e da Infância e da Juventude (Segundo Ciclo de DPE).					
(A) Homologar a portaria do plano estratégico.	23/06/2025	27/06/2025			Suspensão
(E) Desdobramento do Planejamento Estratégico - Região 6 - Teófilo Otoni - Vara de Execuções Criminais e de Execuções Fiscais.	10/01/2025	18/12/2025			Suspensão
(A) Homologar a portaria do plano estratégico.	10/01/2025	18/12/2025			Suspensão
(E) Desdobramento do Planejamento Estratégico - Região 6 - Pedra Azul - 1ª Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais.	24/04/2025	31/07/2025		25/06/2025	Concluído
(A) Homologar a portaria do plano estratégico.	31/07/2025	31/07/2025	22/04/2025	25/06/2025	Concluído
(E) Desdobramento do Planejamento Estratégico - Região 6 - Jequitinhonha - Vara Única (Segundo Ciclo de DPE).	22/04/2025	31/07/2025		06/08/2025	Concluído
(A) Homologar a portaria do plano estratégico.	31/07/2025	31/07/2025		06/08/2025	Concluído
(E) Desdobramento do Planejamento Estratégico - Região 6 - Turmalina - Vara Única.	13/08/2025	30/11/2025	11/12/2025	30/11/2025	Concluído
(A) Homologar a portaria do plano estratégico.	30/11/2025	30/11/2025	11/12/2025	30/11/2025	Concluído
(E) Desdobramento do Planejamento Estratégico - Região 6 - Francisco de Sá - Vara Única (Segundo ciclo do DPE).	31/10/2025	31/10/2025		07/10/2025	Concluído
(A) Homologar a portaria do plano estratégico.	31/11/2025	31/11/2025		07/10/2025	Concluído
(E) Desdobramento do Planejamento Estratégico - Região 6 – Buenópolis – Vara Única (Segundo ciclo do DPE).	22/10/2025	19/12/2025		20/01/2026	Concluído
(A) Homologar a portaria do plano estratégico.	22/10/2025	19/12/2025		20/01/2026	Concluído
(E) Desdobramento do Planejamento Estratégico – Região 6 - Buenópolis (2º Ciclo de DPE) Vara Única.	22/10/2025	19/12/2025		20/01/2026	Concluído
(A) Homologar a portaria do plano estratégico.	19/12/2025	19/12/2025		20/01/2026	Concluído
(E) Desdobramento do Planejamento Estratégico - Região 6– Janaúba - Unidade Jurisdicional Única do Juizado Especial.	19/12/2025	29/01/2026			Não iniciado
(A) Homologar a portaria do plano estratégico.	19/12/2025	29/01/2026			Não iniciado

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

IMPEDIMENTOS					
Problema Identificado	Ação Corretiva	Unidade Responsável	Prazo	Status	
-	-	-	-	-	
SITUAÇÃO / PONTO DE ATENÇÃO / INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR					
Em 2025, o Desdobramento do Planejamento Estratégico (DPE) alcançou resultados expressivos, com a homologação de 32 Portarias em Unidades Judiciárias de 1º grau, superando a meta estabelecida de 30 unidades. No entanto, devido à implementação do sistema eproc na comarca de Belo Horizonte, o cronograma de implantações dos desdobramentos na Região 1 foi pontualmente suspenso e está previsto para ser retomado em 2026. Outras unidades foram suspensas por redefinição de prioridades de implantação do DPE em 2025. Quanto aos custos da iniciativa, a execução superior ao planejado decorreu da ampliação do escopo. Inicialmente, planejou-se que, em 2025, a equipe responsável pelo DPE teria uma atuação mais direcionada para atividades de apoio à implementação do eproc, sobretudo no que tange a elaboração de Mapeamentos de Processos de Trabalho nas Unidades Judiciárias, no contexto da expansão do novo sistema processual. No entanto, após a descontinuidade dessa estratégia e a consequente retomada das atividades de DPE, houve um aumento natural do volume de viagens, com a consequente necessidade de alocação de colaboradores e maior volume de recursos.					
POTENCIAIS MUDANÇAS NA INICIATIVA					
-					
ALINHAMENTO ESTRATÉGICO					
3 – Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional. 4 – Enfrentamento à Corrupção e à Improbidade Administrativa. 9 - Aprimoramento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária.					
Metas Nacionais	CNJ 1	CNJ 2	CNJ 4	CNJ 5	CNJ 8
Clique aqui para acessar o relatório de Metas Estratégicas	CNJ 10	-	-	-	-
Metas Institucionais	TJMG 40	-	-	-	-
Clique aqui para acessar o relatório de Metas Estratégicas					
OBSERVAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DAS METAS					
Em 2025, foram homologadas 32 portarias instituindo o Desdobramento do Planejamento Estratégico nas Unidades Judiciárias frente às 30 previstas na Meta TJMG 40. Com isso, a meta foi superada.					
VINCULAÇÃO PROJEF 5.0					
III - instituir o 'Programa Estadual de Governança Estratégica de Unidades Judiciárias', com alinhamento de metodologia própria a ser observada na formação dos magistrados, servidores, colaboradores e estagiários e na execução da gestão estratégica das unidades judiciárias das Primeira e Segunda Instâncias, estabelecendo procedimentos e regras para padronização de processos e fluxos de trabalho; IV - aumentar a eficiência jurisdicional, com redução efetiva do tempo médio de tramitação dos processos no Poder Judiciário de Minas Gerais, inclusive em sede recursal e de inquéritos policiais, especialmente nas matérias reconhecidas como prioritárias pelo CNJ; VI - incrementar as ferramentas administrativas de gestão judiciária, mediante apuração, tratamento e avaliação de dados que permitam direcionamento de esforços que assegurem a eficiência da prestação da tutela jurisdicional, reduzindo a taxa de congestionamento de processos em tramitação nas unidades judiciárias; XII - aprimorar a extração, o tratamento e a explicitação de dados relativos às políticas autocompositivas, objetivando-se a melhoria contínua de indicadores estratégicos;					

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

XVI - promover a redução progressiva e intensa do estoque de processos que aguardam qualquer espécie de providência para baixa (com exceção de processos suspensos por motivo legal), inclusive por meio de medidas interinstitucionais e de atuação do Centro de Inteligência na elaboração e efetivação de estratégias adequadas de design de soluções de conflito;

XXV - fortalecer a política de inovação no âmbito do TJMG, mediante incentivos e ações de engajamento do público interno e externo.

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

Nome da Iniciativa	12 - Portfólio de Projetos e Ações da Justiça Especial.
---------------------------	--

Priorização	 
--------------------	--

INFORMAÇÕES GERAIS	
Unidade gestora	Presidência: Gerência de Suporte aos Juizados Especiais – GEJESP
Patrocinador	Des. Vicente de Oliveira Silva.
Objetivos	Desenvolver projetos e ações no âmbito do Sistema dos Juizados Especiais, de forma a promover o aperfeiçoamento da prestação jurisdicional, proporcionando à sociedade serviço célere, eficiente e com elevado padrão de qualidade.
Característica da Iniciativa	Programa Incremental.

ESCOPO
Acompanhamento do processamento e julgamento dos recursos distribuídos para a Turma Recursal Temporária da Comarca de Belo Horizonte.
Acompanhamento do processamento e julgamento dos recursos distribuídos para a Turma Recursal Temporária de Governador Valadares, em funcionamento em Caratinga.
Aprimoramento e Acompanhamento da Pré atermação online.
Seleção Pública para a contratação de juiz leigo para as Unidades Jurisdicionais do Sistema dos Juizados Especiais de Minas Gerais.
Realização da Semana Nacional dos Juizados Especiais, no âmbito do TJMG.
Comemoração dos 30 anos da Lei 9.099/1995 que dispõe sobre os Juizados Especiais.
Aprimoramento e Acompanhamento do Núcleo Integrado de Justiça Multiportas – Nucleomulti.
Redesenho das Turmas Recursais do Estado.
Revisão do Código de Normas do Sistema dos Juizados Especiais do Estado de Minas Gerais (Portaria Conjunta 1.103/PR/2020).
Aprimoramento da Turma de Uniformização de Jurisprudência do Estado de Minas Gerais.
Criação de painéis de acompanhamento das concessões de dias compensação de Magistrados de Turmas Recursais do Estado de Minas Gerais.

MONITORAMENTO			
Status da Iniciativa	Parcialmente concluído.	Progresso (%)	76,06%.
Custo previsto	R\$ 550.000,00	Custo executado	R\$ 457.775,80.
Início da iniciativa	08/11/2024.	Término da iniciativa	30/06/2026.
Data do monitoramento	13/01/2026.		
CRONOGRAMA DE ACOMPANHAMENTO			

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

ENTREGAS (E) / ATIVIDADES (A)	INÍCIO PREVISTO	TÉRMINO PREVISTO	TÉRMINO REPLANEJADO	TÉRMINO REALIZADO	STATUS
(E) Acompanhamento do processamento e julgamento dos recursos distribuídos para a Turma Recursal Temporária da Comarca de Belo Horizonte.	01/01/2025	03/05/2025	19/12/2025	19/12/2025	Concluído
(E) Acompanhamento do processamento e julgamento dos recursos distribuídos para a Turma Recursal Temporária de Governador Valadares, em funcionamento em Caratinga.	01/01/2025	22/06/2025	07/08/2025	07/08/2025	Concluído
(E) Aprimoramento e Acompanhamento da Pré atermação online.	30/01/2025	19/12/2025	30/04/2026		Em andamento
(A) Apresentação do panorama atual da Pré-Atermação Online, no âmbito do TJMG	30/01/2025	30/01/2025		30/01/2025	Concluído
(A) Buscar a melhoria do atual formulário de pré-atermação online, disponível no site do TJMG.	03/02/2025	19/12/2025		15/05/2025	Concluído
(A) Buscar soluções de aprimoramento da pré-atermação online, por meio de interlocução com os setores do TJMG, bem como, sendo o caso, com Órgãos e empresas externas.	03/02/2025	30/06/2026	30/07/2025	13/08/2025	Concluído
(A) Implantação da Solução de Aprimoramento da pré Atermação.	17/09/2025	19/12/2025	30/04/2026		Em andamento
(E) Seleção Pública para a contratação de juiz leigo para as Unidades Jurisdicionais do Sistema dos Juizados Especiais de Minas Gerais.	03/02/2025	31/03/2025	19/12/2025	20/09/2025	Concluído
(A) Definir, junto ao Conselho de Supervisão e Gestão dos Juizados Especiais, a diretriz a ser adotada para a realização do próximo certame.	03/02/2025	31/03/2025	19/12/2025	20/09/2025	Concluído
(E) Realização da Semana Nacional dos Juizados Especiais, no âmbito do TJMG.	01/02/2025	20/06/2025	30/09/2025	24/11/2025	Concluído
(A) Reserva de auditório para a realização do evento.	01/02/2025	07/02/2025		05/02/2025	Concluído
(A) Realização de reunião inicial de alinhamento com as áreas envolvidas	06/03/2025	14/03/2025		28/02/2025	Concluído
(A) Adoção de providências para a realização do evento, tais como contratação de	17/03/2025	30/05/2025		30/05/2025	Concluído

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

palestrantes, ajustes relacionados à informática, cerimonial, áudio, vídeo, dentre outros.					
(A) Inscrições para o evento.	14/04/2025	09/05/2025	30/05/2025	30/05/2025	Concluído
(A) Realização do evento.	02/06/2025	06/06/2025		06/06/2025	Concluído
(A) Divulgação dos resultados do evento ao Presidente do Tribunal de Justiça e ao Conselho de Supervisão e Gestão dos Juizados Especiais.	09/06/2025	20/06/2025	30/11/2025	24/11/2025	Concluído
(E) Comemoração dos 30 anos da Lei 9.099/1995 que dispõe sobre os Juizados Especiais.	01/04/2025	31/10/2025	30/11/2025	24/11/2025	Concluído
(A) Reservar auditório para a realização da comemoração, no dia 26/09/2025, conforme deliberado pelo Conselho de Supervisão e Gestão dos Juizados Especiais.	01/04/2025	11/04/2025		17/03/2025	Concluído
(A) Realizar reunião de alinhamento com a EJE e a DIRCOM.	23/06/2025	30/06/2025	05/08/2025	21/08/2025	Concluído
(A) Adotar as providências cabíveis à realização da comemoração, de acordo com o que restou definido em reunião.	01/07/2025	25/09/2025	09/11/2025	09/11/2025	Concluído
(A) Realização do evento comemorativo dos 30 anos da Lei 9099/1995.	26/09/2025	26/09/2025	10/11/2025	10/11/2025	Concluído
(A) Prestação de contas ao Presidente do Tribunal de Justiça e ao Conselho de Supervisão e Gestão dos Juizados Especiais.	29/09/2025	31/10/2025	30/11/2025	24/11/2025	Concluído
(E) Aprimoramento e Acompanhamento do Núcleo Integrado de Justiça Multiportas – Nucleomulti	08/11/2024	19/12/2025	30/06/2026		Em andamento
(A) Publicação de ato normativo que consolida a possibilidade de expansão do Nucleomulti para as comarcas do interior do Estado de Minas Gerais.	08/11/2024	28/02/2025	30/05/2025	09/05/2025	Concluído
(A) Tratativas para a implantação do projeto-piloto de expansão do Nucleomulti nas comarcas	01/03/2025	31/03/2025	31/03/2026		Em andamento

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

de Betim, Juiz de Fora e Uberaba.					
(A) Início e estabilização do Projeto-Piloto do Nucleomulti nas Comarcas de Betim, Juiz de Fora e Uberaba.	01/04/2025	30/06/2025	30/06/2026		Não iniciado
(A) Estudos e apresentação de cronograma para a implantação do Nucleomulti em outras comarcas do Estado de Minas Gerais que aderirem ao Programa.	01/07/2025	31/07/2025	30/11/2025		Suspenso
(A) Implantação do Nucleomulti nas comarcas do Estado de Minas Gerais que aderiram ao Programa.	01/08/2025	19/12/2025			Suspenso
(E) Redesenho das Turmas Recursais do Estado.	03/02/2025	19/12/2025			Suspenso
(A) Apresentação e deliberação da matéria por parte do Conselho de Supervisão e Gestão dos Juizados Especiais.	03/02/2025	31/03/2025		14/03/2025	Concluído
(A) Estudos e apresentação de proposta de redesenho das Turmas Recursais.	01/04/2025	30/06/2025			Suspenso
(A) Aprovação da proposta por parte do Conselho de Supervisão e Gestão dos Juizados Especiais e da Alta Direção do TJMG.	01/07/2025	19/12/2025			Suspenso
(E) Revisão do Código de Normas do Sistema dos Juizados Especiais do Estado de Minas Gerais (Portaria Conjunta 1.103/PR/2020).	03/02/2025	19/12/2025	31/12/2026		Em andamento
(A) Confecção de minuta, por parte da GEJESP, de revisão dos Títulos I e II do ato normativo em apreço.	03/02/2025	14/02/2025	14/03/2025	14/03/2025	Concluído
(A) Confecção de minuta, por parte da GEJESP, de revisão do Título III do ato normativo em apreço.	17/02/2025	18/04/2025	31/07/2025	18/07/2025	Concluído
(A) Confecção de minuta, por parte da GEJESP, de revisão do Título IV do ato normativo em apreço.	21/04/2025	30/06/2025	31/12/2026		Em andamento
(A) Confecção de minuta, por parte da GEJESP,	01/07/2025	31/07/2025	31/12/2026		Não iniciado

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

dos Títulos V e VI do ato normativo em apreço.					
(A) Aprovação da Minuta do Ato Normativo pelo Conselho de Supervisão e Gestão dos Juizados Especiais.	01/08/2025	30/09/2025	31/12/2026		Não iniciado
(A) Análise da Minuta de Ato Normativo pela SEGOVE e aprovação pelos demais subscritores.	01/10/2025	30/11/2025	31/12/2026		Não iniciado
(A) Publicação e divulgação do Ato Normativo	01/12/2025	19/12/2025	31/12/2026		Não iniciado
(E) Aprimoramento da Turma de Uniformização de Jurisprudência do Estado de Minas Gerais.	27/01/2025	30/06/2025	30/06/2026		Em andamento
(A) Análise, pela Comissão de Regimento Interno, da emenda regimental relativa à composição da Turma de Uniformização de Jurisprudência.	27/01/2025	31/03/2025		28/04/2025	Concluído
(A) Disponibilização, no DJe, da proposta de emenda regimental, pela Comissão de Regimento Interno.	01/04/2025	30/04/2025	14/09/2025	04/09/2025	Concluído
(A) Aprovação pelo Tribunal Pleno e publicação da Emenda Regimental, acerca da composição da Turma de Uniformização de Jurisprudência.	01/05/2025	30/06/2025	30/09/2025	11/09/2025	Concluído
(A) Apresentação, pela GEJESP, de proposta de alteração da Resolução 639/2010, no que concerne à composição da Turma de Uniformização de Jurisprudência.	27/01/2025	07/02/2025		03/02/2025	Concluído
(A) Análise, pela SEGOVE, da proposta de alteração da Resolução 639/2010.	10/02/2025	28/02/2025	30/10/2025	23/10/2025	Concluído
(A) Análise, pelo Órgão Especial, e publicação, da Resolução que alterará a 639/2010, no que concerne à composição da Turma de Uniformização de Jurisprudência.	03/03/2025	30/06/2025	30/11/2025	14/11/2025	Concluído
(A) Apresentação de proposta de alteração da Portaria Conjunta 1.103/PR/2020, no que concerne à composição da Turma de Uniformização de Jurisprudência.	27/01/2025	07/02/2025		03/02/2025	Concluído

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

(A) Análise, pela SEGOVE, da proposta de alteração da Portaria Conjunta 1.103/PR/2020, no que concerne à composição da Turma de Uniformização de Jurisprudência.	10/02/2025	28/02/2025	24/02/2026		Em andamento
(A) Publicação da Portaria Conjunta alterando a 1.103/PR/2020, no que concerne a Turma de Uniformização de Jurisprudência.	03/03/2025	30/06/2025	30/06/2026		Não iniciado
(A) Apresentação, para a Presidente da TUJURIS, de Plano para divulgação dos processos no site TJMG.	09/12/2024	09/12/2024		09/12/2024	Concluído
(A) Implantação do EPROC no âmbito da TUJURIS	02/04/2025	30/06/2025	30/11/2025	17/11/2025	Concluído
(E) Criação de painéis de acompanhamento das concessões de dias compensação de Magistrados de Turmas Recursais do Estado de Minas Gerais.	23/01/2025	15/07/2025		20/05/2025	Concluído
(A) Apresentação do pedido à CEINFO de criação de painel, no Qlik Sense.	23/01/2025	23/01/2025		23/01/2025	Concluído
(A) Fase Construção do Painel (Alinhamentos).	23/01/2025	31/03/2025		31/01/2025	Concluído
(A) Fase de testes do protótipo de painel de compensações.	31/03/2025	31/05/2025		05/02/2025	Concluído
(A) Fase de homologação do painel de compensações.	31/05/2025	30/06/2025		19/05/2025	Concluído
(A) Divulgação aos magistrados acerca do novo painel Qlik Sense de Compensações	01/07/2025	15/07/2025		20/05/2025	Concluído
IMPEDIMENTOS					
Problema Identificado	Ação Corretiva	Unidade Responsável	Prazo	Status	
-	-	-	-	-	
SITUAÇÃO / PONTO DE ATENÇÃO / INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR					
Entre as atividades concluídas e em andamento, destacam-se:					
Concluídas:					
Turma Recursal de Belo Horizonte: Foram distribuídos 2.785 processos, sendo 2.952 processos julgados, entre janeiro e novembro de 2025. Turma Recursal de Governador Valadares, em funcionamento em Caratinga: Entre os meses de janeiro e junho de 2025, foram distribuídos 1.002 processos e proferidas 1.681 decisões no Colegiado (turma encerrada em junho de 2025). Aprimoramento e Acompanhamento da Pré atermação online: Solução contratada com a empresa Xertica, de modo a possibilitar que a parte possa iniciar uma ação, quando é opcional a nomeação de representante					

legal, por meio de ferramenta, na qual poderá realizar desde o peticionamento inicial até o atendimento relacionado ao processo em curso, isto é, realizar toda a movimentação necessária: atermação do pedido, inserção de documentos e demais procedimentos necessários para o prosseguimento da ação. Tem como requisito observar à Lei Geral de Proteção de dados e atender público prioritário. Encontra-se em fase de elaboração o cronograma de trabalho.

- Criação de **painéis** de acompanhamento das concessões de dias compensação de Magistrados de Turmas Recursais do Estado de Minas Gerais em maio de 2025.

Em andamento:

- **Aprimoramento e Acompanhamento do Núcleo Integrado de Justiça Multiportas – Nucleomulti:** Publicada no DJe de 09/05/2025, a Portaria Conjunta nº 1.665/PR/2025 promoveu a ampliação da atuação do Nucleomulti para todo o Estado de Minas Gerais. O referido Núcleo atua na celebração de parcerias com entidades públicas e privadas, visando oferecer métodos de solução de conflitos antes da judicialização por meio da conciliação e mediação pré-processual. Nesse sentido, foram iniciadas as tratativas para a implantação do projeto-piloto de expansão do Nucleomulti nas comarcas de Betim, Juiz de Fora e Uberaba. Contudo, no decorrer das negociações iniciais, constatou-se a inviabilidade da implementação, devido a questões logísticas específicas de cada localidade. Atualmente, trabalha-se com a expectativa de que tais entraves sejam sanados para que a fase piloto seja efetivamente iniciada no decorrer de 2026.
- **Revisão do Código de Normas do Sistema dos Juizados Especiais do Estado de Minas Gerais (Portaria Conjunta 1.103/PR/2020):** Já foram confeccionadas as minutas dos Títulos I, II e III da Portaria Conjunta 1.103/PR/2020. Dada a complexidade do assunto em discussão, bem como a implantação da CPE nas turmas recursais e a necessidade de reestudo do formato dos colegiados, a Gejesp solicitou a prorrogação do prazo originalmente previsto para finalizar a revisão do Título IV – Das Turmas Recursais, da minuta de revisão do Código de Normas. Devido à dependência entre as entregas, essa prorrogação impactou a execução das demais atividades, as quais serão iniciadas apenas após a finalização da revisão do referido Título.
- **Aprimoramento da Turma de Uniformização de Jurisprudência do Estado de Minas Gerais:** O processo de Aprimoramento da Turma de Uniformização de Jurisprudência do Estado de Minas Gerais (TUJURIS) está estruturado em quatro etapas distintas. A primeira etapa já foi concluída: tratava-se da publicação da emenda regimental relativa à composição da TUJURIS, que foi aprovada e publicada pelo Tribunal Pleno em setembro de 2025.

A segunda fase prevê a alteração da Resolução 639/2010, que dispõe sobre a criação, composição, funcionamento e o procedimento da Turma de Uniformização. Nesse sentido, a minuta que trata da composição da TUJURIS foi finalizada pelo grupo de trabalho, com o apoio da Secretaria de Governança e Gestão Estratégica (SEGOVE). Após submissão e aprovação pelo Órgão Especial, foi publicada no DJe de 14/11/2025 a Resolução 1.115/2025. A terceira fase refere-se à proposta de alteração do Título correspondente à TURUJIS na Portaria Conjunta 1103/PR/2020, que institui o Código de Normas do Sistema dos Juizados Especiais. A minuta de alteração também foi encaminhada à SEGOVE para análise. Os assuntos em revisão nessa Portaria Conjunta possuem relação com os assuntos em revisão no Código de Normas concernentes à TUJURIS (entrega “Revisão do Código de Normas do Sistema dos Juizados Especiais do Estado de Minas Gerais (Portaria Conjunta 1.103/PR/2020)”) e, por isso, e estão sendo analisados em paralelo pelo Grupo de Trabalho, com o apoio da SEGOVE. Assim sendo, foi necessário replanejar as atividades atinentes à análise e publicação da Portaria para refletir o replanejamento da publicação do Código de Normas.

A quarta, que se refere à Implantação do eproc no âmbito da TUJURIS, foi concluída em novembro de 2025.

Suspenso:

- **Redesenho das Turmas Recursais do Estado:** O redesenho foi motivado em decorrência de deliberação do Conselho de Supervisão e Gestão dos Juizados Especiais no sentido de:
Prevê a realização e apresentação pela GEJESP, via SEI, aos membros do Conselho, de estudos acerca das Turmas Recursais e, também, da Turma de Uniformização de Jurisprudência, para se avaliar a possibilidade de reduzir sua composição, de modo regionalizado, com a finalidade de se promover melhorias na condução dos trabalhos. Visa assegurar, preferencialmente, a participação de magistrados de entrância final e do sistema dos Juizados Especiais na composição da Turmas Recursais, adequar a divisão dos grupos jurisdicionais às regiões da Corregedoria Geral de Justiça para facilitar a condução dos trabalhos, propiciar a uniformização das decisões relativas à Fazenda Pública, com fins de propiciar a segurança jurídica de suas decisões. Nesse contexto, ficou alinhada a necessidade de reestudo do modelo das Turmas Recursais, especialmente em virtude da implementação da Central de Processamento Eletrônico (CPE). Visando a otimização dos fluxos e a análise do impacto real da nova estrutura, optou-se por sobrestar o andamento da questão até que a

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

implantação da CPE seja concluída em todas as unidades. A previsão de finalização da Implantação da CPE nos Grupos Jurisdicionais é junho de 2026, momento em que o redesenho será retomado com base nos dados consolidados do novo sistema.					
POTENCIAIS MUDANÇAS NA INICIATIVA					
-					
ALINHAMENTO ESTRATÉGICO					
3 - Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional.					
5 - Prevenção de Litígios e Adoção de Soluções Consensuais para os Conflitos.					
Metas Nacionais Clique aqui para acessar o relatório de Metas Estratégicas	CNJ 1	CNJ 2	CNJ 3	CNJ 5	-
Metas Institucionais Clique aqui para acessar o relatório de Metas Estratégicas	-	-	-	-	-
OBSERVAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DAS METAS					
Uma vez que a iniciativa está vinculada unicamente a metas nacionais, seus resultados podem ser verificados no relatório de metas indicado no link acima.					
VINCULAÇÃO PROJEF 5.0					
IV - aumentar a eficiência jurisdicional, com redução efetiva do tempo médio de tramitação dos processos no Poder Judiciário de Minas Gerais, inclusive em sede recursal e de inquéritos policiais, especialmente nas matérias reconhecidas como prioritárias pelo CNJ;					
V - majorar o efetivo acesso das partes à tutela jurisdicional de mérito, mediante ampliação das ferramentas de automação, de inteligência artificial e de tramitação eletrônica de todos os expedientes judiciais, aumentando o número de processos julgados e otimizando os esforços dedicados à área-fim.					

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

Nome da Iniciativa	20 - Plano de Aceleração de Obras.
---------------------------	---

Priorização	 
--------------------	--

INFORMAÇÕES GERAIS	
Unidade gestora	Presidência: Diretoria Executiva de Engenharia e Gestão Predial – DENGEP.
Patrocinador	Dr. Luís Fernando de Oliveira Benfatti.
Objetivos	Garantir a infraestrutura física apropriada às atividades administrativas e judiciais por meio do planejamento, execução e acompanhamento de construções, reformas e ampliações de fóruns, comarcas e varas com observância a critérios de definição de prioridade, sustentabilidade, acessibilidade e segurança, contribuindo para ambientes que proporcionem a qualidade e a produtividade dos serviços, bem como o bem estar de servidores, magistrados e jurisdicionados.
Característica da Iniciativa	Programa.

ESCOPO
Bom Despacho - Construção do Novo Fórum (CT 280/2023).
Bom Sucesso - Construção do Novo Fórum (CT 161/2023).
Igarapé - Reforma e Ampliação (CT 011/2022).
Itaúna - Construção do Novo Fórum (CT 318/2021).
Poços de Caldas - Construção do Novo Fórum (CT 207/2021).
Itajubá - Construção do Novo Fórum (CT 205/2021).
BH - Olegário Maciel - Reforma Geral do CEJUSC (CT 001/2023).
Andrelândia - Construção de Novo Fórum (CT 153/2024).
Cachoeira de Minas - Reforma e Ampliação (CT 164/2024).
Camanducaia - Construção de Novo Fórum (CT 443/2023).
Minas Novas - Construção de Novo Fórum (CT 066/2024).
Montalvânia - Construção de Novo Fórum (CT 155/2024).
Belo Horizonte - Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes - EJEJF - Reforma (Contrato 189/2024).
Caldas - Construção de Novo Fórum (CT 259/2024).
Campina Verde - Construção de Novo Fórum (CT 255/2024).
Salinas - Construção de Novo Fórum (CT 193/2024).
Areão - Construção de Novo Fórum (CT 294/2023).
Barbacena - Construção do Novo Fórum (CT 219/2021).
Coração de Jesus - Construção de Novo Fórum (CT 351/2023).

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

Guarani - Construção de Novo Fórum (CT 371/2023).
Ibirité – Construção do Novo Fórum (CT 226/2023).
Ipanema - Reforma e Ampliação - RETOMADA (CT 106/2023).
Mateus Leme - Construção do Novo Fórum (CT 349/2023).
Montes Claros - Construção do Novo Fórum (CT 259/2020).
Palma - Construção do Novo Fórum (CT 367/2023).
Pitangui - Construção do Novo Fórum (CT 155/2023).
Teófilo Otoni - Reforma e Ampliação (CT 204/2022).
Vespasiano - Construção do Novo Fórum (CT 320/2021).
BH – Corregedoria - Reforma Ar Condicionado.
BH Palácio - Reforma e Restauração (CT 088/2023).
BH - Edifício Sede - Reforma - Heliponto (CT 347/2024).
Itamonte - Reforma Parcial (CT 211/2024).
BH - Edifício Sede - Construção Novo Data Center (CT 276/2024).

MONITORAMENTO					
Status da Iniciativa	Parcialmente concluído.	Progresso (%)	42,4%.		
Custo previsto	R\$ 520.905.545,33.	Custo executado	R\$ 347.079.064,94.		
Início da iniciativa	20/10/2018.	Término da iniciativa	27/06/2026.		
Data do monitoramento	12/01/2026.				
CRONOGRAMA DE ACOMPANHAMENTO					
ENTREGAS (E) / ATIVIDADES (A)	INÍCIO PREVISTO	TÉRMINO PREVISTO	TÉRMINO REPLANEJADO	TÉRMINO REALIZADO	STATUS
(E) Bom Despacho - Construção do Novo Fórum (Contrato 280/2023).	04/09/2023	30/06/2024	16/02/2025	08/01/2025	Concluído
(E) Bom Sucesso - Construção do Novo Fórum (Contrato 161/2023).	07/06/2023	01/07/2024	10/03/2025	26/02/2025	Concluído
(E) Igarapé - Reforma e Ampliação (Contrato 011/2022).	08/02/2022	31/08/2024	19/12/2025	22/09/2025	Concluído
(E) Itaúna - Construção do Novo Fórum (Contrato 318/2021).	10/01/2022	29/04/2024	23/03/2026		Em andamento
(E) Poços de Caldas - Construção do Novo Fórum (Contrato 207/2021).	27/09/2021	16/12/2023			Cancelado
(E) Itajubá - Construção do Novo Fórum (Contrato 205/2021).	13/09/2021	05/12/2023			Cancelado
(E) BH - Olegário Maciel - Reforma Geral do CEJUSC (Contrato 001/2023).	13/03/2023	16/02/2024			Suspensão
(E) Andreilândia - Construção de Novo Fórum (Contrato 153/2024).	11/11/2024	07/10/2025	07/03/2026		Em andamento

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

(E) Cachoeira de Minas - Reforma e Ampliação (Contrato 164/2024).	19/08/2024	16/05/2025	15/03/2026		Em andamento
(E) Camanducaia - Construção de Novo Fórum (Contrato 443/2023).	17/01/2024	10/02/2025			Suspensão
(E) Minas Novas - Construção de Novo Fórum (Contrato 066/2024).	18/03/2024	13/03/2025	21/08/2025	12/06/2025	Concluído
(E) Montalvânia - Construção de Novo Fórum (Contrato 155/2024).	15/08/2024	11/07/2025	06/03/2026		Em andamento
(E) Ejef - Reforma (Contrato 189/2024).	19/08/2024	13/10/2025	30/05/2026		Em andamento
(E) Caldas - Construção de Novo Fórum (Contrato 259/2024).	11/11/2024	06/12/2025	06/05/2026		Em andamento
(E) Campina Verde - Construção de Novo Fórum (Contrato 255/2024).	23/09/2024	18/10/2025	18/04/2026		Em andamento
(E) Salinas - Construção de Novo Fórum (Contrato 193/2024).	02/09/2024	26/11/2025	26/04/2026		Em andamento
(E) Areado - Construção de Novo Fórum (Contrato 294/2023).	19/12/2023	12/01/2025	08/04/2026		Em andamento
(E) Barbacena - Construção do Novo Fórum (Contrato 219/2021).	13/10/2021	29/10/2024	28/04/2026		Em andamento
(E) Coração de Jesus - Construção de Novo Fórum (Contrato 351/2023).	02/11/2023	27/10/2024	28/06/2025	22/05/2025	Concluído
(E) Guarani - Construção de Novo Fórum (Contrato 371/2023).	20/11/2023	15/10/2024	05/09/2025	31/07/2025	Concluído
(E) Ibirité – Construção do Novo Fórum (Contrato 226/2023).	19/07/2023	10/11/2024	23/01/2026		Em andamento
(E) Ipanema - Reforma e Ampliação - RETOMADA (Contrato 106/2023).	22/05/2023	12/11/2024	05/10/2025	29/09/2025	Concluído
(E) Mateus Leme - Construção do Novo Fórum (Contrato 349/2023).	06/11/2023	01/09/2024	30/05/2025	13/05/2025	Concluído
(E) Montes Claros - Construção do Novo Fórum (Contrato 259/2020).	04/01/2021	19/03/2024	19/05/2025	22/05/2025	Concluído
(E) Palma - Construção do Novo Fórum - (Contrato 367/2023).	06/11/2023	01/10/2024	02/04/2025	24/02/2025	Concluído
(E) Pitangui - Construção do Novo Fórum (Contrato 155/2023).	14/06/2023	06/09/2024	01/07/2025	09/06/2025	Concluído
(E) Teófilo Otoni - Reforma e Ampliação (Contrato 204/2022).	18/07/2022	20/10/2024	19/04/2025	21/03/2025	Concluído
(E) Vespasiano - Construção do Novo Fórum (Contrato 320/2021).	13/01/2022	12/04/2024	10/03/2026		Em andamento
(E) BH – Corregedoria - Reforma Ar Condicionado (Contrato 269/2023)	28/09/2024	28/09/2024	15/12/2025	16/12/2025	Concluído
(E) BH Palácio - Reforma e Restauração (Contrato 088/2023).	13/02/2025	13/02/2025			Cancelado
(E) BH - Edifício Sede - Reforma - Heliponto (Contrato 347/2024).	17/04/2025	17/05/2025	17/07/2025	16/05/2025	Concluído
(E) Itamonte - Reforma Parcial (Contrato 211/2024).	12/09/2025	12/10/2025	12/05/2026		Em andamento
(E) Edifício Sede - Construção Novo Data Center.	25/12/2025	25/12/2025	27/06/2026		Em andamento

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

IMPEDIMENTOS				
Problema Identificado	Ação Corretiva	Unidade Responsável	Prazo	Status
-	-	-	-	-
SITUAÇÃO / PONTO DE ATENÇÃO / INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR				
O Plano de Obras do TJMG contempla o período de 5 anos, mas é revisto anualmente, pautando-se pela Sistemática de Priorização de Obras da Instituição, regulamentada pela Resolução nº 687/2012. As obras do Plano de Obras com previsão de conclusão no ano de vigência do Planejamento Estratégico compõem o escopo da iniciativa, também revisto anualmente. Por fim, esclarece-se que o progresso da iniciativa, 42,4%, não se refere à média do cumprimento das obras previstas no cronograma e sim ao percentual de obras concluídas (14) frente ao escopo planejado na iniciativa em 2025 (33). Uma obra é dada como concluída a partir da emissão do Termo de Autorização para Ocupação - TAO, que será também o marco contabilizador para fins de apuração da meta. Para obras que não demandarem a ocupação (ex.: adequações relativas à acessibilidade, ar-condicionado), o Termo de Recebimento Provisório – TRP será o critério de referência para fins de conclusão da obra e apuração do resultado da meta. Para 2025, foi pactuada a entrega de 33 obras, conforme o detalhamento acima apresentado. Deste total, 14 obras foram concluídas até dezembro de 2025, 3 foram canceladas, 2 foram suspensas e aguardam a publicação da rescisão contratual e outras 14 foram replanejadas para 2026 em razão de atrasos na execução da obra, resultando na prorrogação dos contratos mediante Termo Aditivo. As obras canceladas foram “Itajubá” e “Poços de Caldas”, cujas execuções eram conduzidas pela empresa Destak, que passa por um processo de recuperação judicial, e, a obra de “BH Palácio - Reforma e Restauração”, que teve o contrato rescindido para que possa ser adaptado para atender a especificações de órgãos como o Museu da Memória do Judiciário Mineiro (MEJUD) e a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira (ENFAM). Destaca-se, ainda, as obras de “BH – Olegário Maciel” e “Camanducaia”, as quais foram suspensas por aguardarem a publicação da rescisão contratual em razão de processo administrativo.				
POTENCIAIS MUDANÇAS NA INICIATIVA				
-				
ALINHAMENTO ESTRATÉGICO				
9 - Aprimoramento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária.				
Metas Nacionais Clique aqui para acessar o relatório de Metas Estratégicas	-	-	-	-
Metas Institucionais Clique aqui para acessar o relatório de Metas Estratégicas	TJMG 109	-	-	-
OBSERVAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DAS METAS				
Para fins de mensuração da meta TJMG 109, foi estimada a conclusão de 33 obras para o ano de 2025. Até dezembro, 14 obras foram concluídas, correspondendo a um valor apurado de 42,4%. Dessas, 12 obras referiam-se à construção ou ampliação de Fóruns e, por isso, foram concluídas a partir da emissão do “Termo de Autorização para Ocupação - TAO” e outras 2 obras referiam-se à reforma do Heliponto do edifício Sede e do Ar condicionado da Corregedoria, razão pela qual sua conclusão foi contabilizada a partir da emissão do “Termo de Recebimento Provisório - TRP”. São elas: Obras com “Termo de Autorização para Ocupação - TAO” emitidos:				

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

- Bom Despacho (08/01/2025)
- Bom Sucesso (26/02/2025)
- Palma (24/02/2025)
- Teófilo Otoni (21/03/2025)
- Mateus Leme (13/05/2025)
- Coração de Jesus (22/05/2025)
- Montes Claros (22/05/2025)
- Pitangui (09/06/2025)
- Minas Novas (12/06/2025)
- Guarani (31/07/2025)
- Igarapé (22/09/2025)
- Ipanema (29/09/2025)

- **Obras com “Termo de Recebimento Provisório - TRP” emitidos:**

- BH Sede - Heliponto (16/05/2025)
- BH – Corregedoria - Reforma Ar Condicionado (16/12/2025).

VINCULAÇÃO PROJEF 5.0

VIII - modernizar os processos de trabalho de gestão administrativa, com automação dos sistemas correlatos, racionalização do emprego de recursos humanos e otimização dos serviços não vinculados à área-fim.

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

Nome da Iniciativa	50 - Plano de Desenvolvimento Institucional da EJEF ciclo 2021 a 2026 - Programa de Pós-Graduações da EJEF (Abreviatura: PDI EJEF - PÓS).
--------------------	---

Priorização	 
-------------	--

INFORMAÇÕES GERAIS	
Unidade gestora	Presidência: Diretoria Executiva de Desenvolvimento de Pessoas - DIRDEP.
Patrocinador	Dr. Thiago Grazziane Gandra.
Objetivos	O Programa de Pós-Graduação da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes - EJEF visa consolidar a Escola de Governo no rol das instituições de ensino voltadas à formação de agentes públicos integrantes do sistema de educação formal brasileiro, com a oferta de pós-graduações profissionais voltadas à qualificação de magistrados e servidores para atuação na realidade laboral do Tribunal.
Característica da Iniciativa	Programa Incremental.

ESCOPO
Desenvolvimento do Projeto do 4º Curso de Pós-Graduação Lato Sensu da EJEF.
Oferta do 4º Curso de Pós-Graduação Lato Sensu da EJEF.
Desenvolvimento do Projeto do 5º Curso de Pós-Graduação Lato Sensu da EJEF.
Oferta do 5º Curso de Pós-Graduação Lato Sensu da EJEF.
Desenvolvimento do Projeto do 6º Curso de Pós-Graduação Lato Sensu da EJEF.
Oferta do 6º Curso de Pós-Graduação Lato Sensu da EJEF.
Estudo e desenvolvimento 1º Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu (mestrado) em parceria com outras instituições de ensino.
Oferta do 1º Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu (mestrado) em parceria com outras instituições de ensino.

MONITORAMENTO					
Status da Iniciativa	Em andamento.	Progresso (%)	85%.		
Custo previsto	R\$ 495.320,50.	Custo executado	R\$668.630,96. (*)		
Início da iniciativa	04/12/2024.	Término da iniciativa	19/12/2025.		
Data do monitoramento	16/12/2025.				
CRONOGRAMA DE ACOMPANHAMENTO					
ENTREGAS (E) / ATIVIDADES (A)	INÍCIO PREVISTO	TÉRMINO PREVISTO	TÉRMINO REPLANEJADO	TÉRMINO REALIZADO	STATUS
(E) Desenvolvimento do Projeto do 4º Curso de Pós-Graduação Lato Sensu da EJEF.	04/12/2024	31/03/2025	02/10/2025	30/09/2025	Concluído

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

(A) Elaboração do Plano de Curso Direito Processual Civil.	04/12/2024	31/03/2025	29/08/2025	01/08/2025	Concluído
(A) Planejamento e Preparação da Oferta do curso de pós-graduação Lato Sensu em Direito Processual Civil.	01/04/2025	30/05/2025	02/10/2025	30/09/2025	Concluído
(E) Oferta do 4º Curso de Pós-Graduação Lato Sensu da EJEJ.	02/06/2025	02/06/2025	03/10/2025	03/10/2025	Concluído
(A) Oferta dos eixos e disciplinas do curso de pós-graduação Lato Sensu em Direito Processual Civil.	02/06/2025	02/06/2025	03/10/2025	03/10/2025	Concluído
(E) Desenvolvimento do Projeto do 5º Curso de Pós-Graduação Lato Sensu da EJEJ.	03/02/2025	30/4/2025	09/10/2025	08/10/2025	Concluído
(A) Elaboração do Plano de Curso de Direito Público.	03/02/2025	30/04/2025	29/08/2025	01/8/2025	Concluído
(A) Planejamento e Preparação da Oferta do curso de pós-graduação Lato Sensu em Direito Público.	05/05/2025	31/07/2025	09/10/2025	08/10/2025	Concluído
(E) Oferta do 5º Curso de Pós-Graduação Lato Sensu da EJEJ.	01/08/2025	01/08/2025	10/10/2025	10/10/2025	Concluído
(A) Oferta dos eixos e disciplinas do curso de pós-graduação Lato Sensu em Direito Público.	01/08/2025	01/08/2025	10/10/2025	10/10/2025	Concluído
(E) Desenvolvimento do Projeto do 6º Curso de Pós-Graduação Lato Sensu da EJEJ.	03/03/2025	30/05/2025	30/05/2026		Em andamento
(A) Elaboração do Plano de Curso de Direito Civil.	03/03/2025	30/05/2025	31/03/2026		Em andamento
(A) Planejamento e Preparação da Oferta do curso de pós-graduação Lato Sensu em Direito Civil.	02/06/2025	31/10/2025	30/05/2026		Em andamento
(E) Estudo e desenvolvimento 1º Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu (mestrado) em parceria com outras instituições de ensino (início em 2025).	07/01/2025	19/12/2025		17/12/2025	Concluído
(A) Realização das atividades previstas no Contrato nº 403/2024 (prestação de serviços de consultoria e assessoria educacional) no ano de 2025.	07/01/2025	19/12/2025		17/12/2025	Concluído
(A) Elaboração do cronograma e do plano de trabalho do curso.	29/04/2025	30/06/2025		24/6/2025	Concluído
(A) Elaboração/finalização do Termo de referência para contratação da oferta de	07/01/2025	13/07/2025		25/07/2025	Concluído

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

serviços educacionais com outras instituições de ensino.					
(E) Oferta do 1º Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu (mestrado) em parceria com outras instituições de ensino.	01/08/2025	01/08/2025	09/03/2026		Em andamento
(A) Oferta do curso de Pós-Graduação Stricto Sensu (mestrado) em parceria com outra instituição.	01/08/2025	01/08/2025	09/03/2026		Em andamento
IMPEDIMENTOS					
Problema Identificado	Ação Corretiva	Unidade Responsável	Prazo	Status	
-	-	-	-	-	
SITUAÇÃO / PONTO DE ATENÇÃO / INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR					
O Desenvolvimento e o Planejamento do 4º Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Direito Processual Civil ocorreram de forma contínua com rigor técnico, cumprindo todas as fases estabelecidas de modo que a oferta aconteceu conforme seu replanejamento. O Desenvolvimento e o Planejamento do 5º Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Direito Público permitiram que sua oferta fosse realizada em outubro de 2025. Os resultados destas entregas demonstram uma execução de 100% dos cronogramas propostos. O ‘Desenvolvimento do Projeto do 6º Curso de Pós-Graduação Lato Sensu da EJEJ’ foi replanejado para 2026. O projeto pedagógico do curso encontra-se em fase final de consolidação, com submissão à Superintendência da EJEJ. Ressalta-se que o início efetivo da etapa de preparação da oferta está condicionado à prévia apreciação do projeto pedagógico pelo Comitê Técnico da EJEJ e pelo Colegiado competente, instâncias indispensáveis à regular tramitação acadêmico-institucional. Considerando o recesso institucional e a consequente inexistência de prazo hábil para a conclusão do plano, bem como para sua tramitação e deliberação nessas instâncias, impôs-se a necessidade de readequação do cronograma inicialmente estabelecido. Dessa forma, a etapa de preparação da oferta da pós-graduação em Direito Civil fica reprogramada para 30/05/2026, assegurando-se a observância do fluxo institucional, a regularidade dos procedimentos e a adequada governança acadêmica do processo. O ‘Estudo e desenvolvimento do 1º Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu (mestrado)’ em parceria com outras instituições de ensino, resultou na finalização do termo de referência para a oferta de serviços educacionais da PUC Minas, bem como o cronograma e o plano de trabalho de curso. A realização das atividades previstas no Contrato nº 403/2024 foram concluídas em 17/12/2025. Formalizou-se, em 04 de dezembro de 2025, a parceria entre a EJEJ e a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) para implantação do mestrado e doutorado no âmbito do Tribunal. Os cursos integram o Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciências Sociais, Área de Concentração em Cidades: Cultura, Trabalho e Políticas Públicas da PUC Minas. A ‘Oferta do Curso de Mestrado em Ciências Sociais da PUC Minas’ foi replanejada para 09/03/2026. O início da oferta de cursos de Mestrado pela EJEJ estava inicialmente previsto para dezembro de 2025. Contudo, em razão da tramitação administrativa necessária à contratação da PUC Minas, a qual demandou prazo superior ao inicialmente estimado, houve necessidade de readequação do cronograma. O edital do processo seletivo da PUC Minas para o preenchimento de 17(dezessete) vagas de Mestrado e 10 (dez) vagas de Doutorado já se encontra publicado, com inscrições abertas até o dia 26 de janeiro de 2026. Dessa forma, a previsão atual para o início da oferta dos cursos está estabelecida para ocorrer até o dia 09 de março de 2026. (*) De acordo com a Diretoria Executiva de Desenvolvimento de Pessoas – DIRDEP, a execução orçamentária para a iniciativa em questão superou o montante estimado, tendo em vista que à época da estimativa, não foi possível prever os custos adicionais decorrentes das nova Pós Graduação e do curso de Mestrado programados para o ano corrente, bem como o impacto pela Resolução ENFAM nº 2/2024, que alterou o artigo 24, inciso I, da Resolução ENFAM nº 1/2027, limitando a remuneração do orientar de trabalho de Conclusão de Curso (TCC) a 10 horas por discente. Essa nova regra foi considerada no momento da previsão, resultando em valores projetados a menor. Contudo, como essa alteração					

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

ainda não foi incorporada ao regimento interno do Tribunal, conforme previsto no artigo 18 da Portaria nº 879/PR/2019, os pagamentos aos orientadores continuaram a ser efetuados com base nos parâmetros anteriormente vigentes. Essa discrepância ocasionou despesas superiores às estimadas e, conseqüentemente, a execução orçamentária a maior verificada.

POTENCIAIS MUDANÇAS NA INICIATIVA

-

ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

10 - Otimização da Gestão de Pessoas.

Metas Nacionais Clique aqui para acessar o relatório de Metas Estratégicas	-	-	-	-	-
Metas Institucionais Clique aqui para acessar o relatório de Metas Estratégicas	TJMG 67	-	-	--	

OBSERVAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DAS METAS

A meta TJMG 67 prevê o cumprimento, até o final de 2025, de 94% das entregas de consolidação do Programa de Pós-Graduação da EJEf previstas para o período de 2021-2026. Considerando que a meta é cumulativa, abarcando o ciclo mencionado, verifica-se que até 16/12/2025, foram concluídas 85% das entregas previstas para o Programa.

VINCULAÇÃO PROJEF 5.0

XX- ampliar a oferta de cursos de pós-graduação nas mais diversas especialidades, nas modalidades presencial, a distância e semipresencial.

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

Nome da Iniciativa	55 - Gestão de Receitas do TJMG.
---------------------------	----------------------------------

Priorização		
--------------------	--	---

INFORMAÇÕES GERAIS	
Unidade gestora	Presidência: Diretoria Executiva de Finanças e Execução Orçamentária – DIRFIN.
Patrocinador	Sr. Eduardo Antônio Codo Santos.
Objetivos	- Aumentar a eficiência na gestão de receitas do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais - TJMG; - Apoiar a implantação do Sistema de arrecadação de receitas do TJMG, inclusive do módulo de custas eproc; - Migrar a forma de arrecadação de valores do atual serviço de cobrança bancária para o serviço de arrecadação; - Implementar o pagamento de custas judiciais via cartão de crédito, permitindo o parcelamento, para facilitar o adimplemento das obrigações e reduzir a inadimplência.
Característica da Iniciativa	Projeto.

ESCOPO
Implantação do serviço de arrecadação.
Prorrogação Temporária do Serviço de Cobrança Registrada.
Divulgações sobre a Gestão de Receitas.
Suporte à fiscalização e cobrança das custas judiciais e depósitos de terceiros.
Implantação de pagamento de custas judiciais via cartão de crédito.
Contratação da Cobrança Registrada por Licitação.

MONITORAMENTO					
Status da Iniciativa	Parcialmente concluído.	Progresso (%)	85%.		
Custo previsto	R\$2.055.960,00.	Custo executado	R\$111.483,17.		
Início da iniciativa	03/02/2025.	Término da iniciativa	15/03/2026.		
Data do monitoramento	21/01/2025.				
CRONOGRAMA DE ACOMPANHAMENTO					
ENTREGAS (E) / ATIVIDADES (A)	INÍCIO PREVISTO	TÉRMINO PREVISTO	TÉRMINO REPLANEJADO	TÉRMINO REALIZADO	STATUS
(E) Implantação do serviço de arrecadação.	03/02/2025	08/11/2025			Cancelado

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

(A) Definir os serviços a serem prestados (arrecadação de receitas, depósitos judiciais, recursos extraorçamentários como fiança).	03/02/2025	30/05/2025		30/05/2025	Concluído
(A) Estudar bancos do mercado e levantar informações para elaborações contratuais.	03/02/2025	31/03/2025		20/03/2025	Concluído
(A) Levantar base legal e regulatória aplicável.	03/02/2025	30/05/2025		02/05/2025	Concluído
(A) Elaborar o estudo técnico preliminar (ETP) (Contratação).	14/02/2025	30/05/2025			Cancelado
(B) Elaborar termo de referência (TR) (Contratação).	20/08/2025	10/10/2025			Cancelado
(A) Enviar minutas ETP e TR para análise prévia da DIRSEP.	13/10/2025	17/10/2025			Cancelado
(A) Elaborar Edital/ Termo de credenciamento.	03/11/2025	19/12/2025			Cancelado
(A) Elaborar Minuta de Contrato.	03/11/2025	19/12/2025			Cancelado
(A) Elaborar de Nota Jurídica.	03/11/2025	19/12/2025			Cancelado
(A) Publicar Edital de Credenciamento (Divulgação do chamamento público com os critérios de participação).	08/08/2025	15/08/2025			Cancelado
(A) Receber e analisar a Documentação.	01/09/2025	30/09/2025			Cancelado
(A) Habilitar e Assinar o Termo de Credenciamento (Contratação).	01/10/2025	01/10/2025			Cancelado
(A) Executar testes do sistema pelos bancos.	02/03/2026	31/03/2026			Cancelado
(A) Adequar o layout do documento arrecadador (Operacional).	03/02/2025	28/03/2025		20/03/2025	Concluído
(A) Elaborar Minuta da Nova Portaria - que substituirá a Portaria nº 4.351/2019 - abordando Serviço de arrecadação ao invés de cobrança registrada para GRCTJ (Regulamentação).	10/04/2025	16/06/2025			Cancelado
(A) Publicar norma que substituirá a Portaria nº 4.351/2019 (Regulamentação).	01/08/2025	06/08/2025			Cancelado
(A) Encerrar o contrato de serviço bancário de cobrança registrada e iniciar uso do serviço de arrecadação.	01/10/2025	08/11/2025			Cancelado
(E) Prorrogação Temporária do Serviço de Cobrança Registrada.	10/03/2025	10/12/2025		02/12/2025	Concluído

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

(A) Avaliar viabilidade de prorrogação do Serviço de Cobrança Registrada.	23/04/2025	31/10/2025		25/07/2025	Concluído
(A) Consultar à DIRSEP sobre a viabilidade prorrogação do Serviço de Cobrança Registrada.	21/02/2025	21/02/2025		25/07/2025	Concluído
(A) Entregar a decisão sobre a viabilidade de Realizar a prorrogação do Serviço de Cobrança Registrada.	25/07/2025	25/07/2025		25/07/2025	Concluído
(A) Abrir Processo SEI formalizando a demanda para prorrogação do Serviço de Cobrança Registrada.	01/08/2025	29/08/2025		26/08/2025	Concluído
(A) Elaborar o estudo técnico preliminar (ETP) (Contratação).	02/09/2025	25/09/2025		11/11/2025	Concluído
(A) Elaborar termo de referência (TR) (Contratação).	02/09/2025	25/09/2025		19/11/2025	Concluído
(A) Formalizar a prorrogação do Serviço de Cobrança Registrada por meio de contrato com Cláusula Resolutiva.	20/10/2025	28/11/2025		02/12/2025	Concluído
(E) Divulgações sobre a Gestão de Receitas.	10/03/2025	10/12/2025		09/12/2025	Concluído
(A) Identificar temas relevantes para divulgação dentro da DIRFIN (formato, frequência e públicos).	10/03/2025	17/03/2025	29/04/2025	10/04/2025	Concluído
(A) Elaborar 2 pilotos de divulgação.	17/03/2025	28/03/2025	12/05/2025	28/04/2025	Concluído
(A) Apresentar proposta ao Patrocinador.	01/04/2025	04/04/2025	15/05/2025	29/04/2025	Concluído
(A) Realizar as divulgações.	14/04/2025	10/12/2025		09/12/2025	Concluído
(E) Suporte à fiscalização e cobrança das custas judiciais e depósitos de terceiros.	23/01/2025	18/12/2025		27/11/2025	Concluído
(A) Acompanhar semanalmente o Desenvolvimento do Módulo de Custas do eproc por meio de reuniões.	23/01/2025	18/12/2025		27/11/2025	Concluído
(A) Construir um informativo de acompanhamento pela área de negócios do Desenvolvimento do Módulo de Custas.	06/03/2025	17/03/2025		01/04/2025	Concluído
(A) Mapear as demandas de negócio pendentes de resolução e viabilizar a execução dos épicos futuros do Módulo de Custas do eproc.	06/03/2025	28/03/2025		01/04/2025	Concluído

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

(A) Estudar normativos para parcelamento de custas judiciais (Módulo de Custas do eproc).	20/03/2025	17/04/2025	31/07/2025	31/07/2025	Concluído
(A) Levantar todas as regras de pagamento e destinação de fiança - Fiança Crime - (Depósitos de terceiros).	17/02/2025	07/03/2025	28/04/2025	28/04/2025	Concluído
(A) Desenvolver proposta de ferramenta no portal que ajude usuários externos a identificar o enquadramento da fiança e suas regras. Fiança crime (Depósitos de terceiros).	24/02/2025	18/04/2025			Cancelado
(E) Implantação de pagamento de custas judiciais via cartão de crédito.	03/02/2025	18/12/2025		18/06/2025	Cancelado
(A) Estudar a Possibilidade de Pagamento de Custas Processuais e Taxas judiciais com cartão de crédito no âmbito do Judiciário.	03/02/2025	02/04/2025	18/06/2025	18/06/2025	Concluído
(A) Participar da audiência pública do TJSC e levantar informações e melhores práticas.	03/02/2025	31/03/2025		31/03/2025	Concluído
(A) Apresentar ao grupo de trabalho da Portaria nº 6.993/PR/2025 o benchmarking do TJSC para embasar estudos e proposta sobre o regime de instituição e cobrança de custas no PJ.	13/02/2025	13/02/2025		13/02/2025	Concluído
(A) Acompanhar a elaboração da Minuta, GT, que será enviada à Lei na Assembleia, com foco na proposta de repasse ao contribuinte dos custos e encargos da cobrança da Taxa de Serviços Judiciais, conforme modelo adotado em Santa Catarina.	13/02/2025	18/12/2025			Cancelado
(A) Acompanhar a tramitação do Projeto de Lei na Assembleia, com foco na proposta de repasse ao contribuinte dos custos e encargos da cobrança da Taxa de Serviços Judiciais, conforme modelo adotado em Santa Catarina.	13/02/2025	18/12/2025			Cancelado
(A) Acolher definição da alta administração se haverá implementação de pagamento via cartão de crédito.	01/12/2025	18/12/2025			Cancelado

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

(E) Contratação da Cobrança Registrada por Licitação.	03/11/2025	23/01/2026	20/03/2026		Em andamento
(A) Elaborar o estudo técnico preliminar (ETP) (Contratação).	03/11/2025	23/01/2026	20/03/2026		Em andamento
(A) Elaborar termo de referência (TR) (Contratação).	03/11/2025	23/01/2026	20/03/2026		Em andamento
IMPEDIMENTOS					
Problema Identificado	Ação Corretiva	Unidade Responsável	Prazo	Status	
-	-	-	-	-	
SITUAÇÃO / PONTO DE ATENÇÃO / INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR					
Considerando a proximidade do término do contrato 301/2019 com o Banco do Brasil, com vigência até o mês de novembro de 2025, no último ano, a DIRFIN elaborou um estudo dos modelos utilizados pelo mercado para fins recebimento de receitas devidas, na intenção de avaliar aquele que melhor se aplicaria à realidade do TJMG, concluindo pela adoção do modelo de arrecadação, haja vista o maior potencial de economia para o Tribunal. A partir de então, o TJMG trabalhou em um conjunto de atividades para permitir a “Implantação do serviço de arrecadação”, em substituição ao atual modelo de cobrança registrada, conforme a estratégia estabelecida. Dentre elas, as atividades necessárias à estruturação da documentação para a contratação de instituições financeiras e para a atualização dos normativos correlatos estavam sendo acompanhadas no âmbito desta iniciativa, enquanto atividades relacionadas à adequação da infraestrutura tecnológica e ao desenvolvimento do sistema que permitirá a operacionalização e a gestão do serviço de arrecadação estavam sendo acompanhadas no bojo da iniciativa estratégica “88 - Programa de Soluções Tecnológicas para Modernização da Gestão Financeira e Orçamentária do TJMG”. Entretanto, no mês de setembro de 2025, por determinação da Presidência, a estratégia de substituição do modelo de cobrança registrada pelo modelo de arrecadação foi interrompida, tendo em vista a evidência de impactos técnicos substanciais no sistema de emissão de guias (Guias Web) e no desenvolvimento do Módulo de Custas eproc, que inviabilizariam a substituição do modelo atual. Por esse motivo, houve o cancelamento das atividades atualmente previstas na entrega “Implantação do serviço de arrecadação”. Assim sendo, fez-se necessária a “Prorrogação Temporária do Serviço de Cobrança Registrada”, através da formalização de um novo contrato com o Banco do Brasil, visando a manutenção do serviço. O contrato foi assinado no dia 02 de dezembro de 2025, com previsão inicial de um ano, mas contendo cláusula rescisória para que possa ser interrompido após a nova licitação. Tal contratação teve custo estimado em cerca de R\$ 2 milhões, referentes a emissão de 1,8 milhão de guias de pagamento estimadas para o período de um ano. Desde sua assinatura até o final do mês de dezembro R\$111.483,17 desse valor foram executados. Paralelamente, o TJMG trabalha na documentação necessária ao processo licitatório para a contratação de nova instituição financeira, prevista para ser concluída até meados de 2026. Em relação à entrega “Divulgações sobre a Gestão de Receitas”, destaca-se a criação do “Vital Gerc”, um canal de comunicação por meio do qual são divulgadas informações, permitindo, assim, o alinhamento de conceitos relacionados à Gestão de Receitas no âmbito do TJMG. Por hora, os materiais são divulgados apenas para as áreas internas da Gerência de Controle de Receitas - GEREC. Três publicações, incluindo vídeos e boletins, já foram elaborados para tratar de temas como: (1) a alteração do Provimento 90 e os impactos com nova guia criada, bem como orientações sobre os próximos passos; (2) a proposta de alteração da Guia de Recolhimento de Fiança Policial, e; (3) a restituição de custas iniciais em casos de distribuição indevida no Pje; (3) apresentação dos módulos do sistema pensados para o GFO. No que diz respeito à entrega de “Implantação de pagamento de custas judiciais via cartão de crédito”, foi concluído o estudo de viabilidade para pagamento de cartão de crédito no TJMG e decidiu-se pela implantação do serviço. Durante os estudos, verificou-se que não seria necessário o envio de Projeto de Lei à Assembleia Legislativa de Minas Gerais para alteração da Lei 14.939/2003, que dispõe sobre as custas devidas ao Estado no âmbito da Justiça Estadual de primeiro e segundo graus, motivo pelo qual as atividades previstas com esse objetivo foram canceladas. Cumpre esclarecer que a entrega prevista para 2025 previa atividades atinentes ao trabalho desenvolvido pelo Grupo de Trabalho instituído pela Portaria nº 6.993/PR/2025 e, por não haver perspectiva de continuidade nos termos anteriormente previstos, a entrega foi cancelada. No entanto, há expectativa de que o pagamento de valores devidos ao TJMG por cartão de crédito esteja disponível para os cidadãos ainda em 2026. Nesse sentido, estão sendo conduzidas reuniões entre o TJMG e empresas do mercado para melhor conhecer o serviço e avaliar a estratégia de implementação no Tribunal, bem como serão realizados estudos					

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

sobre os impactos nos sistemas da instituição. Inicialmente, a possibilidade de pagamento parcelado está direcionada para a área judicial, mas pode abranger o extrajudicial e, no futuro, o administrativo.

POTENCIAIS MUDANÇAS NA INICIATIVA

-

ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

11 - Modernização da Gestão Orçamentária e Financeira.

Metas Nacionais Clique aqui para acessar o relatório de Metas Estratégicas	-	-	-	-	-
Metas Institucionais Clique aqui para acessar o relatório de Metas Estratégicas	TJMG 69	-	-	-	-

OBSERVAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DAS METAS

A meta **TJMG 69** previu o cumprimento, **até 31/12/2025, de 90% das atividades relacionadas ao Projeto de Gestão de Receitas do TJMG**. Nesse sentido, está vinculada ao cronograma de atividades, correspondendo ao percentual de ações executadas em relação às planejadas para o exercício de 2025.

No referido ano, foram inicialmente previstas 41 atividades, relativas às entregas de “Implantação do serviço de arrecadação”, de “Prorrogação Temporária do Serviço de Cobrança Registrada”, de “Divulgações sobre a Gestão de Receitas”, de “Suporte à fiscalização e cobrança das custas judiciais e depósitos de terceiros”, e de “Implantação de pagamento de custas judiciais via cartão de crédito”.

Entretanto, em setembro de 2025, após deliberação da Presidência de manutenção do atual modelo de cobrança registrada, em detrimento da implantação do modelo “arrecadação”, parte das atividades relativas à entrega de “Implantação do serviço de arrecadação” foi cancelada. Além disso, houve o cancelamento de atividades da entrega “Implantação de pagamento de custas judiciais via cartão de crédito” tendo em vista que, durante os estudos, verificou-se que não seria necessário o envio de Projeto de Lei à Assembleia Legislativa de Minas Gerais para alteração da Lei 14.939/2003, que dispõe sobre as custas devidas ao Estado no âmbito da Justiça Estadual de primeiro e segundo graus.

A redução do universo considerado para 2025, de 41 para 28 atividades, impactou o cálculo da meta. Tendo em vista que todas as 28 atividades foram concluídas, apurou-se, em dezembro, 100% de execução da meta, representando o seu alcance em 2025.

VINCULAÇÃO PROJEF 5.0

VIII - modernizar os processos de trabalho de gestão administrativa, com automação dos sistemas correlatos, racionalização do emprego de recursos humanos e otimização dos serviços não vinculados à área-fim.

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

Nome da Iniciativa	57 - Implantação do Sistema de Gestão Financeira dos Depósitos Judiciais – SIDEJUD.
---------------------------	--

Priorização		
--------------------	--	---

INFORMAÇÕES GERAIS	
Unidade gestora	Presidência: Diretoria Executiva de Finanças e Execução Orçamentária – DIRFIN.
Patrocinador	Sr. Eduardo Antônio Codo Santos.
Objetivos	O Sistema de Depósitos Judiciais – SIDEJUD tem por objetivo a administração autônoma e centralizada dos Depósitos Judiciais e de Precatórios. Em geral, o Poder Judiciário de Minas Gerais trará para si a responsabilidade pelo registro da Entrada dos depósitos, da Saída desses valores por meio de alvará judicial, da atualização dos saldos, do controle, da gestão e da contabilização de todo o montante. Além disso, permitirá que uma ou mais instituições financeiras possam movimentar o montante, ficando a cargo dos Tribunais a gestão exclusiva e centralizada dos depósitos judiciais. Em síntese, o SIDEJUD irá possibilitar ao TJMG uniformizar o entendimento a respeito da contabilização dos recursos provenientes dos depósitos judiciais de terceiros, a partir do controle operacional, garantindo maior transparência e eficiência no que tange a prestação de contas aos órgãos competentes tal como a prestação de serviços aos jurisdicionados.
Característica da Iniciativa	Projeto.

ESCOPO
Fase inicial do Projeto.
Entrada de Valores (Módulo Depósitos Judiciais).
Integração com o Sistema de Busca de Ativos do Poder Judiciário – SISBAJUD (Módulo Depósitos Judiciais).
Processamento - Gestão Financeira (Módulo Depósitos Judiciais).
Processamento - Gestão de Subcontas (Módulo Depósitos Judiciais).
Saída de Valores (Módulo Depósitos Judiciais).
Gestão dos Entes (Módulo Gestão dos Entes - Lei 151/2015).
Movimentação de Valores (Módulo Precatórios).
Adesão à PDPJ.
Homologação Integrada.
Ferramentas de segurança.
Migração do Legado.
Relatórios Gerenciais.
Regulamentação do SIDEJUD.
Processo de Contratação de Instituições Financeiras.

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

Definição de fluxo.
Capacitação.
Divulgação.
Projeto Piloto.

MONITORAMENTO					
Status da Iniciativa	Em andamento.	Progresso (%)	28,5%.		
Custo previsto	R\$ 4.200.000,00.	Custo executado	R\$ 5.110.000,00.		
Início da iniciativa	02/10/2019.	Término da iniciativa	31/12/2027.		
Data do monitoramento	16/12/2026.				
CRONOGRAMA DE ACOMPANHAMENTO					
ENTREGAS (E) / ATIVIDADES (A)	INÍCIO PREVISTO	TÉRMINO PREVISTO	TÉRMINO REPLANEJADO	TÉRMINO REALIZADO	STATUS
(E) Fase Inicial do Projeto.	02/10/2019	14/02/2022		14/02/2022	Concluído
(A) Concepção e construção da solução.	02/10/2019	14/02/2022		14/02/2022	Concluído
(E) Entrada de Valores.	28/05/2025	16/02/2026	01/07/2026		Em andamento
(A) Emitir depósito judicial via PIX.	28/05/2025	18/09/2025	30/04/2026		Em andamento
(A) Emitir depósito judicial via guia de arrecadação.	22/07/2025	24/09/2025	12/02/2026		Em andamento
(A) Emitir depósito judicial via boleto Banco do Brasil.	12/11/2025	16/02/2026	01/07/2026		Em andamento
(E) Integração com SISBAJUD.	25/09/2025	08/12/2025	23/04/2026		Não iniciado
(A) Integrar os dados entre os sistemas SISBAJUD e SIDEJUD.	25/09/2025	08/12/2025	23/04/2026		Não iniciado
(E) Processamento - Gestão Financeira.	23/10/2024	22/06/2026	08/04/2026		Em andamento
(A) Atualizar valores - Regras de cálculo.	23/10/2024	22/06/2026	12/12/2025	19/12/2025	Concluído
(A) Atualizar valores – Automático.	19/05/2025	25/08/2025	12/12/2025	09/12/2025	Concluído
(A) Reter Imposto de Renda - Regra Tabela Regressiva.	11/03/2025	06/03/2026	12/12/2025	25/11/2025	Concluído
(A) Reter Imposto de Renda - Integrar com o EFD-REINF.	31/10/2025	08/06/2026	31/07/2026		Não iniciado
(A) Consultar depósito judicial liquidado.	19/05/2025	07/01/2026	08/04/2026		Em andamento
(E) Processamento - Gestão de Subcontas.	16/05/2025	03/02/2026	15/05/2026		Em andamento
(A) Gerenciar subcontas.	01/08/2025	27/10/2025	11/02/2026		Em andamento
(A) Movimentar subcontas.	16/05/2025	22/07/2025	24/02/2026		Em andamento

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

(A) Bloquear subcontas/depósito.	17/10/2025	03/02/2026	15/05/2026		Não iniciado
(A) Consultar extrato de subconta.	16/05/2025	28/11/2025	26/03/2026		Em andamento
(E) Saída de Valores.	09/06/2025	19/06/2026	31/07/2026		Em andamento
(A) Expedir Alvará de beneficiários.	16/05/2025	15/05/2026	30/07/2026		Em andamento
(A) Expedir Alvará para outro processo.	18/08/2025	02/03/2026	31/07/2026		Não iniciado
(A) Expedir Alvará para pagamento de linha digitável.	23/09/2025	19/06/2026	27/07/2026		Não iniciado
(E) Adesão à PDPJ.	28/01/2022	16/01/2026	27/05/2026		Em andamento
(A) Realizar estudo Técnico sobre os impactos da adesão à Plataforma da PDPJ do CNJ.	28/01/2022	04/02/2022		04/02/2022	Concluído
(A) Adequar arquitetura das aplicações à PDPJ.	16/05/2025	26/06/2025	16/03/2026		Em andamento
(A) Disponibilizar a estrutura do SIDEJUD para a PDPJ.	01/12/2021	30/12/2022	04/12/2023	04/12/2023	Concluído
(A) Gerenciar Perfis e Acessos.	20/10/2025	16/01/2026	27/05/2026		Em andamento
(E) Homologação Integrada.	22/06/2026	22/07/2026	31/07/2026		Não iniciado
(A) Realizar a Homologação para DEPÓSITOS JUDICIAIS.	22/06/2026	22/07/2026	31/07/2026		Não iniciado
(E) Ferramenta de Segurança.	25/11/2024	20/02/2026	06/02/2026		Em andamento
(A) Notificar usuários sistema/e-mail.	25/11/2024	22/05/2026	06/02/2026		Em andamento
(A) Gerar assinatura de segurança para usuários.	27/01/2026	20/02/2026	26/11/2025	24/11/2025	Concluído
(E) Relatórios Gerenciais.	04/10/2023	31/03/2026	31/07/2026		Em andamento
(A) Gerar relatórios - DEPÓSITOS JUDICIAS.	04/10/2023	31/03/2026	31/07/2026		Em andamento
IMPEDIMENTOS					
Problema Identificado	Ação Corretiva		Unidade Responsável	Prazo	Status
-	-		-	-	-
SITUAÇÃO / PONTO DE ATENÇÃO / INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR					
Em 2025, o projeto passou por uma remodelagem administrativa, afim de melhor comunicar, sob a perspectiva da área de negócio, o tema/funcionalidade a ser trabalhado em cada uma das etapas da gestão dos depósitos judiciais (“entrada”, “processamento” e “saída de valores”), resultando na alteração da nomenclatura apresentada quando da aprovação do projeto no início do ano.					
Ainda assim, destaca-se que o desenvolvimento do projeto foi dividido em três grandes módulos (Depósitos Judiciais, Precatórios e Lei 151/2015), todos eles vinculados aos pacotes complementares (Adesão à PDPJ, Migração do Legado, Homologação Integrada, Ferramenta de Segurança, Relatórios Gerenciais e outros).					
Atualmente, está em desenvolvimento o módulo de Depósitos Judiciais, considerado o principal módulo do sistema, haja vista a sustentação que dá para a gestão das outras duas frente, e por demandar maior esforço para o seu desenvolvimento e implantação. A expectativa é de que este módulo seja concluído até meados de 2026. Dentre as					

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

principais funcionalidades previstas para o módulo, destaca-se a emissão de guias para pagamento de depósito judicial via PIX e via guia de arrecadação.

Em uma perspectiva mais sistêmica, destaca-se a integração entre o SIDEJUD e o SISBAJUD, sistema do CNJ que permite aos juízes solicitar informações e bloquear bens de devedores, como valores em contas bancárias, investimentos e aplicações financeiras, diretamente nas instituições financeiras do país. Além disso, ressalta-se que o SIDEJUD será integrado à Plataforma Digital do Poder Judiciário Brasileiro – PDPJ-Br, permitindo aos Tribunais a gestão centralizada dos depósitos judiciais, considerando as etapas de entrada, processamento e saída, minimizando a dependência em relação a instituições financeiras contratadas. Destaca-se, contudo, a grande dependência do CNJ para disponibilização dos ambientes de desenvolvimento, homologação, que, por vezes, passam por momentos de instabilidades. Para disponibilizar o ambiente em produção, será necessária a autorização do CNJ.

Até dezembro de 2025, 33,5% do módulo de Depósitos Judiciais foi desenvolvido, correspondendo a um total de 28,54% de conclusão do projeto como um todo. Embora o SIDEJUD esteja sendo desenvolvido por partes, somente será implementado após o desenvolvimento do todo e da homologação numa perspectiva integrada. Entende-se como inviável a disponibilização parcial de seus módulos.

Considerando a adoção da metodologia ágil para a condução do projeto, após a conclusão das entregas atualmente em andamento, será planejada a execução das demais entregas previstas no escopo, sendo elas:

(E) Gestão dos Entes (Módulo Gestão dos Entes - Lei 151/2015).

(E) Movimentação de Valores (Módulo Precatórios).

(E) Homologação Integrada.

(A) Realizar a Homologação para ENTES.

(A) Realizar a Homologação para PRECATÓRIOS.

(E) Migração do Legado.

(E) Relatórios Gerenciais.

(A) Gerar relatórios – ENTES.

(A) Gerar relatórios – PRECATÓRIOS.

(E) Regulamentação do SIDEJUD.

(E) Processo de Contratação.

(E) Definição de Fluxo.

(E) Capacitação.

(E) Divulgação.

POTENCIAIS MUDANÇAS NA INICIATIVA

-

ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

11 - Modernização da Gestão Orçamentária e Financeira.

Metas Nacionais Clique aqui para acessar o relatório de Metas Estratégicas	-	-	-	-	-
Metas Institucionais Clique aqui para acessar o relatório de Metas Estratégicas	TJMG 137	-	-	-	-

OBSERVAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DAS METAS

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

A meta TJMG 137, vinculada à execução da iniciativa, previu **“Concluir, até 19/12/2025, 40% do projeto de implantação do Sistema de Gestão Financeira dos Depósitos Judiciais – SIDEJUD”**, com destaque para atividades relativas ao desenvolvimento do principal módulo do sistema, “Depósitos Judiciais”. Apesar disso, até dezembro, o 28,54% do projeto foi concluído, de forma que a meta não foi alcançada.

VINCULAÇÃO PROJEF 5.0

VIII - modernizar os processos de trabalho de gestão administrativa, com automação dos sistemas correlatos, racionalização do emprego de recursos humanos e otimização dos serviços não vinculados à área-fim.

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

Nome da Iniciativa	81 - Programa de Modernização dos Plenários, suas Áreas Externas e dos Painéis de Comunicação.
---------------------------	---

Priorização	 
--------------------	--

INFORMAÇÕES GERAIS	
Unidade gestora	Presidência: Presidência.
Patrocinador	Des. Luiz Carlos de Azevedo Corrêa Junior
Objetivos	A iniciativa de modernização propiciará celeridade na prestação jurisdicional e permitirá, dentre outros resultados esperados: a realização de sessões presenciais, híbridas e remotas com gravação em todos os plenários e auditório; o controle, a liberação e a interrupção de microfones nos plenários e auditório; a modernização da qualidade de áudio e vídeo captado e exibido; a transmissão de sessões de julgamento, pautas, vídeos e outras informações no hall do auditório; a melhoria do sistema de votação eletrônica para o auditório, possibilitando celeridade no processo de votação e eleição; a divulgação das informações e notícias institucionais relevantes para os operadores do Direito, para o jurisdicionado e para a sociedade em geral; a transmissão on-line de informações tanto para os prédios da Capital quanto para as comarcas do interior do Estado.
Característica da Iniciativa	Programa.

ESCOPO
Formalização de demanda (DFD) pela 1ª Vice Presidência.
Formalização de demanda (DFD) pela DIRCOM.
Estudo Técnico Preliminar (ETP) contemplando todo o Programa de Modernização dos Plenários.
Software para Gravação, Indexação e Transcrição.
Murais Corporativos no Edifício Sede do TJMG.
Murais Corporativos no Fórum Lafayette.
Murais Corporativos no Juizado Especial Cível.
Sistema de Emenda Regimental.
Sistema de Eleição.
Sistema para Votação Administrativa.
Painéis de LED para o Auditório do Pleno.
Equipamentos Audiovisuais e TIC no Auditório do Pleno - Edifício Sede.
Equipamentos Audiovisuais e TIC no Plenário 1 do Edifício Sede.
Equipamentos Audiovisuais e TIC no Plenário 2 do Edifício Sede.
Equipamentos Audiovisuais e TIC no Plenário 3 do Edifício Sede.
Equipamentos Audiovisuais e TIC no Plenário 4 do Edifício Sede.
Equipamentos Audiovisuais e TIC no Plenário 5 do Edifício Sede.

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

Equipamentos Audiovisuais e TIC no Plenário 6 do Edifício Sede.
Equipamentos Audiovisuais e TIC no Plenário 7 do Edifício Sede.
Equipamentos Audiovisuais e TIC no Plenário 8 do Edifício Sede.
Equipamentos Audiovisuais e TIC no Plenário 9 do Edifício Sede.
Equipamentos Audiovisuais e TIC no Plenário 10 do Edifício Sede.
Equipamentos Audiovisuais e TIC no Plenário 11 do Edifício Sede.
Equipamentos Audiovisuais e TIC no Auditório do Juizado Especial Cível.
VideoWall no Auditório do Pleno.
Projeto Piloto para transmissão ao vivo (<i>Streaming</i>) das Sessões de Julgamento, utilizando a Plataforma Youtube.
Plataforma Youtube para transmissão ao vivo (<i>Streaming</i>) das Sessões de Julgamento.
QRCode para acesso à Pauta das Sessões de Julgamento.
Equipe Técnica para operacionalização dos novos equipamentos de áudio, vídeo e TIC.
Fluxos de trabalho decorrentes das novas tecnologias do Programa [CANCELADO].
Software de Video Conferência.

MONITORAMENTO					
Custo previsto	R\$ 12.086.666,96.	Custo executado	Em estudo.		
Status da Iniciativa	Em andamento.	Progresso (%)	87,39%.		
Início da iniciativa	19/01/2023.	Término da iniciativa	18/12/2026.		
Data do monitoramento	27/01/2026.				
CRONOGRAMA DE ACOMPANHAMENTO					
ENTREGAS (E) / ATIVIDADES (A)	INÍCIO PREVISTO	TÉRMINO PREVISTO	TÉRMINO REPLANEJADO	TÉRMINO REALIZADO	STATUS
(E) Formalização de demanda (DFD) pela 1ª Vice Presidência.	19/01/2023	19/01/2023		19/01/2023	Concluído
(A) Realizar entrega do DFD DIRSUP.	19/01/2023	19/01/2023		19/01/2023	Concluído
(E) Formalização de demanda (DFD) pela DIRCOM.	14/3/2023	14/03/2023		14/03/2023	Concluído
(A) Realizar entrega DFD DIRCOM.	14/3/2023	14/03/2023		14/03/2023	Concluído
(E) Estudo Técnico Preliminar (ETP) contemplando todo o Programa de Modernização dos Plenários.	02/03/2023	31/03/2023		31/03/2023	Concluído
(A) Desenvolver Estudo Técnico Preliminar (ETP) contemplando todo o	02/03/2023	31/03/2023		31/03/2023	Concluído

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

Programa de Modernização dos Plenários.					
(E) Software para Gravação, Indexação e Transcrição.	07/11/2023	31/12/2025	31/03/2026		Em andamento
(A) Realizar aquisição e implantação do Software de Gravação, Indexação e Transcrição.	07/11/2023	30/06/2024	10/04/2026	31/12/2025	Concluído
(A) Realizar desenvolvimento do Módulo de Gestão de Pedidos.	30/06/2024	31/12/2024	31/03/2026		Em andamento
(E) Murais Corporativos no Edifício Sede do TJMG.	05/06/2023	27/09/2023		13/12/2023	Concluído
(A) Realizar a locação do VideoWall do Hall e Murais de Comunicação - Edifício Sede.	05/06/2023	02/08/2023		10/08/2023	Concluído
(A) Realizar a implantação do VideoWall do Hall e Murais de Comunicação - Edifício Sede.	11/08/2023	27/09/2023		13/12/2023	Concluído
(E) Murais Corporativos no Fórum Lafayette.	05/06/2023	27/09/2023		18/12/2023	Concluído
(A) Realizar a locação de Murais Corporativos no Edifício Fórum Lafayette.	05/06/2023	02/08/2023		10/08/2023	Concluído
(A) Realizar a implantação de Murais Corporativos no Edifício Fórum Lafayette.	11/08/2023	27/09/2023		18/12/2023	Concluído
(E) Murais Corporativos no Juizado Especial Cível.	05/06/2023	27/09/2023		18/12/2023	Concluído
(A) Realizar a locação de Murais Corporativos no Juizado Especial Cível.	05/06/2023	02/08/2023		10/08/2023	Concluído
(A) Realizar a implantação de Murais Corporativos no Juizado Especial Cível.	11/08/2023	27/09/2023		18/12/2023	Concluído
(E) Sistema de Emenda Regimental.	27/02/2024	24/06/2024	31/12/2025	30/10/2025	Concluído
(A) Realizar a aquisição do Sistema de Emenda Regimental.	27/02/2024	01/05/2024		03/05/2024	Concluído
(A) Realizar a implantação do Sistema de Emenda Regimental.	30/04/2024	24/06/2024	31/12/2025	30/10/2025	Concluído
(E) Sistema de Eleição.	03/01/2024	22/04/2024		22/04/2024	Concluído
(A) Realizar a customização do Sistema de Eleição.	03/01/2024	16/04/2024		16/04/2024	Concluído

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

(A) Realizar a implantação do Sistema de Eleição.	19/04/2024	22/04/2024		22/04/2024	Concluído
(E) Sistema para Votação Administrativa.	10/01/2024	30/06/2024	18/12/2026		Em andamento
(A) Realizar a implantação do Sistema para Votação Administrativa.	27/05/2024	30/06/2024	18/12/2026		Em andamento
(E) Painéis de LED para o Auditório do Pleno.	05/06/2023	17/04/2024		17/04/2024	Concluído
(A) Realizar a locação dos Painéis de LED para o Auditório do Pleno.	05/06/2023	02/08/2023		10/08/2023	Concluído
(A) Realizar a implantação dos Painéis de LED para o Auditório do Pleno.	11/08/2023	17/04/2024		17/04/2024	Concluído
(E) Equipamentos Audiovisuais e TIC no Plenário 1 do Edifício Sede.	15/06/2024	06/07/2024	02/10/2024	02/10/2024	Concluído
(A) Realizar implantação dos equipamentos Audiovisuais e TIC no Plenário 1 do Edifício Sede.	15/06/2024	06/07/2024	02/10/2024	02/10/2024	Concluído
(E) Equipamentos Audiovisuais e TIC no Plenário 2 do Edifício Sede.	30/06/2024	14/07/2024	14/10/2024	14/10/2024	Concluído
(A) Realizar implantação dos equipamentos Audiovisuais e TIC no Plenário 2 do Edifício Sede.	30/06/2024	14/07/2024	14/10/2024	14/10/2024	Concluído
(E) Equipamentos Audiovisuais e TIC no Plenário 3 do Edifício Sede.	15/07/2024	29/07/2024	21/10/2024	21/10/2024	Concluído
(A) Realizar implantação dos Equipamentos Audiovisuais e TIC no Plenário 3 do Edifício Sede.	15/07/2024	29/07/2024	21/10/2024	21/10/2024	Concluído
(E) Equipamentos Audiovisuais e TIC no Plenário 4 do Edifício Sede.	30/07/2024	13/08/2024	28/10/2024	28/10/2024	Concluído
(A) Realizar implantação dos equipamentos Audiovisuais e TIC no Plenário 4 do Edifício Sede.	30/07/2024	13/08/2024	28/10/2024	28/10/2024	Concluído
(E) Equipamentos Audiovisuais e TIC no Plenário 5 do Edifício Sede.	14/08/2024	28/08/2024	04/11/2024	04/11/2024	Concluído
(A) Realizar implantação dos equipamentos Audiovisuais e TIC no Plenário 5 do Edifício Sede.	14/08/2024	28/08/2024	04/11/2024	04/11/2024	Concluído
(E) Equipamentos Audiovisuais e TIC no Plenário 6 do Edifício Sede.	29/08/2024	12/09/2024	18/11/2024	18/11/2024	Concluído

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

(A) Realizar implantação dos equipamentos Audiovisuais e TIC no Plenário 6 do Edifício Sede.	29/08/2024	12/09/2024	18/11/2024	18/11/2024	Concluído
(E) Equipamentos Audiovisuais e TIC no Plenário 7 do Edifício Sede.	13/09/2024	27/09/2024	25/11/2024	25/11/2024	Concluído
(A) Realizar implantação dos equipamentos Audiovisuais e TIC no Plenário 7 do Edifício Sede.	13/09/2024	27/09/2024	25/11/2024	25/11/2024	Concluído
(E) Equipamentos Audiovisuais e TIC no Plenário 8 do Edifício Sede.	28/09/2024	12/10/2024	02/12/2024	02/12/2024	Concluído
(A) Realizar implantação dos equipamentos Audiovisuais e TIC no Plenário 8 do Edifício Sede.	28/09/2024	12/10/2024	02/12/2024	02/12/2024	Concluído
(E) Equipamentos Audiovisuais e TIC no Plenário 9 do Edifício Sede.	13/10/2024	27/10/2024	09/12/2024	09/12/2024	Concluído
(A) Realizar implantação dos equipamentos Audiovisuais e TIC no Plenário 9 do Edifício Sede.	13/10/2024	27/10/2024	09/12/2024	09/12/2024	Concluído
(E) Equipamentos Audiovisuais e TIC no Plenário 10 do Edifício Sede.	28/10/2024	11/11/2024	16/12/2024	16/12/2024	Concluído
(A) Realizar implantação dos equipamentos Audiovisuais e TIC no Plenário 10 do Edifício Sede.	28/10/2024	11/11/2024	16/12/2024	16/12/2024	Concluído
(E) Equipamentos Audiovisuais e TIC no Plenário 11 do Edifício Sede.	12/11/2024	26/11/2024	23/12/2024	23/12/2024	Concluído
(A) Realizar implantação dos equipamentos Audiovisuais e TIC no Plenário 11 do Edifício Sede.	12/11/2024	26/11/2024	23/12/2024	23/12/2024	Concluído
(E) Equipamentos Audiovisuais e TIC no Auditório do Juizado Especial Cível.	27/11/2024	11/12/2024	21/2/2025	21/02/2025	Concluído
(A) Realizar implantação dos equipamentos Audiovisuais e TIC no Auditório do Juizado Especial Cível.	27/11/2024	11/12/2024	21/2/2025	21/02/2025	Concluído
(E) VideoWall no Auditório do Pleno	20/12/2024	20/01/2025	31/1/2025	31/01/2025	Concluído
(A) Realizar implantação de VideoWall - Auditório do Pleno.	20/12/2024	20/01/2025	31/1/2025	31/01/2025	Concluído
(E) Equipamentos Audiovisuais e TIC no Auditório do Pleno - Edifício Sede.	20/12/2024	20/01/2025	10/02/2025	31/01/2025	Concluído

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

(A) Realizar implantação dos equipamentos Audiovisuais e TIC no Auditório do Pleno - Edifício Sede.	20/12/2024	20/01/2025	10/02/2025	31/01/2025	Concluído
(E) Projeto Piloto para transmissão ao vivo (Streaming) das Sessões de Julgamento, utilizando a Plataforma Youtube.	26/02/2024	31/12/2024	31/12/2025	13/08/2025	Concluído
(A) Realizar a implantação do Projeto Piloto para transmissão ao vivo (Streaming) das Sessões de Julgamento, utilizando a Plataforma Youtube.	26/02/2024	31/12/2024	31/12/2025	13/08/2025	Concluído
(E) Plataforma Youtube para transmissão ao vivo (Streaming) das Sessões de Julgamento.	26/02/2024	31/12/2024	18/12/2026		Não iniciado
(A) Realizar a implantação da Plataforma Youtube para transmissão ao vivo (Streaming) das Sessões de Julgamento.	26/02/2024	31/12/2024	18/12/2026		Não iniciado
(E) QrCode para acesso à Pauta das Sessões de Julgamento.	01/03/2023	21/08/2023	18/12/2026		Em andamento
(A) Realizar o desenvolvimento do QrCode para acesso à Pauta das Sessões de Julgamento.	01/03/2023	11/07/2023		11/7/2023	Concluído
(A) Realizar a implantação do QrCode para acesso à Pauta das Sessões de Julgamento.	12/07/2023	21/08/2023	18/12/2026		Em andamento
(E) Equipe Técnica para operacionalização dos novos equipamentos de áudio, vídeo e TIC.	18/01/2024	16/05/2024		19/02/2025	Concluído
(A) Realizar estudo e definição da Equipe Técnica para operacionalização dos novos equipamentos de áudio, vídeo e TIC.	18/01/2024	16/05/2024		16/05/2024	Concluído
(A) Implantar e gerenciar Equipe Técnica para operacionalização dos novos equipamentos de áudio, vídeo e TIC.	09/09/2024	20/01/2025		19/02/2025	Concluído
(E) Fluxos de trabalho decorrentes das novas tecnologias do Programa.	01/04/2023	18/12/2024			Cancelado
(A) Realizar o estudo e redefinição dos fluxos de trabalho decorrentes das novas tecnologias do Programa.	01/04/2023	18/12/2024			Cancelado
(E) Software de Videoconferência.	25/05/2023	31/12/2024	31/01/2025	31/1/2025	Concluído

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

(A) Realizar a implantação do Software de Videoconferência.	25/05/2023	31/12/2024	31/01/2025	31/1/2025	Concluído
IMPEDIMENTOS					
Problema Identificado	Ação Corretiva	Unidade Responsável	Prazo	Status	
-	-	-	-	-	
SITUAÇÃO / PONTO DE ATENÇÃO / INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR					
Até agosto de 2025, foram realizadas 26 entregas das 31 previstas na Iniciativa, sendo: 6 em 2023, 13 em 2024 e 7 em 2025.					
<u>2023</u>					
1 - Formalização de demanda (DFD) pela 1ª Vice Presidência.					
2 - Formalização de demanda (DFD) pela Diretoria Executiva de Comunicação – DIRCOM.					
3 - Estudo Técnico Preliminar (ETP) contemplando todo o Programa de Modernização dos Plenários.					
5 - Murais Corporativos no Edifício Sede do TJMG.					
6 - Murais Corporativos no Edifício Fórum Lafayette.					
7 - Murais Corporativos no Juizado Especial Cível.					
<u>2024</u>					
9 - Sistema de Eleição.					
11 - Painéis de LED para o Auditório do Pleno*.					
13 a 23 – Implantação dos equipamentos Audiovisuais e de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC nos Plenários de 1 a 11 do Edifício Sede. (11 entregas).					
*A respeito da entrega “painéis de LED para o Auditório do Pleno”, cumpre esclarecer que foram locados e instalados em 2023, restando ajustes de implantação finalizados em 2024.					
<u>2025</u>					
8 – Implantação do Sistema de Emenda Regimental.***					
12 - Equipamentos Audiovisuais e TIC no Auditório do Pleno - Edifício Sede.					
24 - Equipamentos Audiovisuais e TIC no Auditório do Juizado Especial Cível.					
25 - VideoWall - Auditório do Pleno.					
26 – Projeto Piloto para transmissão ao vivo (Streaming) das Sessões de Julgamento, utilizando a Plataforma Youtube.					
29 - Equipe Técnica para operacionalização dos novos equipamentos de áudio, vídeo e TIC*.					
31 - Software de Videoconferência**.					
* A ferramenta Google Meet (videoconferência) foi instalada no TJMG em outubro de 2024. No entanto, foi necessário que o CESUS avaliasse se a ferramenta atenderia às expectativas de aprimoramento das práticas de acessibilidade no TJMG, o que foi concluído em 31/01/2025.					
**Para a operacionalização das novas estruturas, inicialmente foi autorizada a contratação de 5 especialistas nos equipamentos de áudio, vídeo e informática. No entanto, em dezembro de 2024, entendeu-se como oportuna a criação ou adaptação de uma estrutura de gestão integrada para centralizar responsabilidades, unificar e padronizar os fluxos de trabalho das áreas Serviço de Apoio Técnico e Operacional de Produção Audiovisual - SATOP e Serviço de Controle Operacional dos Serviços da 2ª Instância - SECONS. Em fevereiro de 2025, a Alta Gestão do TJMG aprovou a DIRCOM como a área responsável para gerir essa estrutura. A implementação dessa gestão integrada proporcionará maior responsividade às demandas institucionais, além de simplificar, padronizar e aprimorar continuamente os processos. Espera-se também a redução de falhas operacionais e uma curva de aprendizado mais eficiente para os operadores, viabilizada por treinamentos integrados.					

***Para a implementação de **Sistema de votação de alteração de emendas regimentais**, em 2024 foi contratada a empresa Visual Sistema. No início de 2025, restavam dois ajustes pendentes. A integração com o SEI foi implementada e está operando desde fevereiro de 2025. Com isso, sempre que a votação da emenda regimental iniciar no SEI, na sequência os dados serão automaticamente transferidos para o sistema de votação regimental. Em relação a integração com o WhatsApp, a ideia dessa funcionalidade é enviar mensagens automáticas de alerta para os desembargadores sempre que houver uma votação. No entanto, nesse momento essa integração não será desenvolvida, pois foi despriorizada para dar foco à homologação do primeiro módulo de desenvolvimento e às capacitações. Após as capacitações, essa atividade será avaliada e, sendo necessário, serão contratadas as horas de desenvolvimento necessárias para sua implementação. De forma complementar, esclarece-se que o manual do administrador do sistema está em validação e será concluído concomitantemente ao treinamento. Estima-se que durante os treinamentos sejam identificadas oportunidades de melhoria no referido material.

Além dessas, 1 entrega foi cancelada, 1 não iniciada e 3 estão em andamento, com perspectiva de conclusão em 2026.

A entrega **“Fluxos de trabalho decorrentes das novas tecnologias do Programa”** foi cancelada porque não será mais realizada nos termos em que foi planejada. Inicialmente, foi previsto que o CEPROC (Centro de Gestão de Processos de Trabalho, Padronização e Qualidade) redesenharia todos os processos de trabalho que, eventualmente, sofressem alteração em decorrência das melhorias tecnológicas implementadas para modernização dos plenários. No entanto, na prática, o que se verifica é uma atuação mais direcionada para áreas que demandam o serviço.

O projeto piloto para a transmissão ao vivo (Streaming) das Sessões de Julgamento no TJMG, foi considerado concluído em 13/08, com a primeira gravação da sessão do Órgão especial. A estrutura atualmente disponível foi considerada suficiente para o início do processo. Caso necessário, eventuais demandas de adequações técnicas serão analisadas. Nesta mesma data, foi comunicado que as sessões do Órgão Especial passariam a ser integralmente transmitidas pelo canal oficial do TJMG no YouTube, o que ocorreu a partir de 10 de setembro de 2025, sendo vedada a transmissão de pautas submetidas a segredo de justiça. Com isso, o TJMG passa a cumprir os itens 12 e 13 constantes no Anexo da Portaria nº 406 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) de 29 de novembro de 2024, que estabelece o regulamento do Ranking da Transparência do Poder Judiciário – 2025. A entrega **Implantação da Plataforma Youtube para transmissão ao vivo (Streaming) das Sessões de julgamento**, que prevê a expansão da transmissão ao vivo para as sessões dos plenários, foi impactada pelo atraso do piloto, ficando suspensa ao longo de 2025. Além disso, para expansão, aguarda-se a definição da Alta Administração quanto a estratégia para a expansão (data, ordem dos Plenários, etc.), razão pela qual a entrega apresenta perspectiva de conclusão em 2026.

No que tange às entregas em andamento:

Em 2023, o processo licitatório para a aquisição do **sistema para votação administrativa** foi deserto. Diante disso, deliberou-se por promover melhorias no módulo SEI Julgar para viabilizar a sua utilização pelo TJMG. Embora algumas customizações já tenham sido realizadas ao longo de 2024 e 2025, ainda restam funcionalidades a serem desenvolvidas, sem as quais não é possível realizar o projeto piloto. Em maio de 2025, o SEI JULGAR foi apresentado ao Secretário de Governança e Gestão Estratégica, incluindo a apresentação do esforço necessário para implementar as funcionalidades pendentes. A entrega ficou suspensa ao longo de 2025, tendo em vista que a equipe técnica responsável pelo desenvolvimento estava alocada em outras frentes de trabalho igualmente relevantes para instituição. Estima-se a retomada da customização do sistema para votação administrativa para 2026.

Por meio de Acordo de Cooperação (AC) com o TRF-4, houve a cessão do **software Tela para Gravação e Indexação** das sessões do TJMG. Ele foi implantado inicialmente nos plenários 4 e 10. Atualmente, o projeto encontra-se em fase de adaptações e aprimoramento entre o Sistema TELA e o Eproc, com previsão de início da expansão para os demais plenários entre fevereiro e março de 2026. Em relação à transcrição, o projeto-piloto da implantação da 'Solução de Transposição' da empresa Xértica nos plenários 4 e 10, em setembro de 2025, foi bem-sucedido. Assim sendo, o início da expansão para as demais unidades está previsto para fevereiro de 2026.

O início da expansão para o Auditório está condicionado à implementação prévia de melhorias e adaptações estruturais de longo prazo no sistema TELA, conforme demanda da área de negócio. Em razão da necessidade desses ajustes técnicos, ainda não há data definida para a conclusão desta etapa, a qual será estabelecida após a entrega das adequações mencionadas.

Ainda sobre a entrega **software Tela para Gravação, Indexação e Transcrição das sessões**, cabe ressaltar que o módulo de Gestão de Pedidos vai permitir a gestão dos pedidos de acesso à informação de gravação e transcrição das sessões de julgamento feitos pelo Desembargador demandante. Esclarece-se que essa sistemática já existe dentro do Themis, mas, tendo em vista que esse sistema será descontinuado, foi deliberada a utilização do eproc para o mesmo fim. Para tanto, serão necessários ajustes no eproc, visando tanto a integração com o Tela quanto o desenvolvimento/adequações de funcionalidades atinentes ao módulo de gestão de pedidos, que começarão a ser realizados após a conclusão da homologação do sistema Tela.

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

Foi desenvolvido, pela Diretoria Executiva de Informática – DIRTEC, um **QRCode** e uma **página na internet que permitirão o acompanhamento da lista de processos em julgamento, em tempo real**. O QRCode ficará disponível próximo aos plenários, permitindo que usuários externos, via dispositivo móvel, acessem a página Sessão de Julgamento (<https://sessao-themis.tjmg.jus.br/sessao-themis/>) e realizem consultas por data e órgão julgador (exemplo: Câmara, Núcleo de Justiça 4.0, Tribunal Pleno, etc.). Esclarece-se que a página ainda não conterá informações advindas do eproc. No entanto, isso não inviabiliza a divulgação, pois há quantidade expressiva de sessões disponíveis para divulgação nos sistemas Themis. Em relação a disponibilização do referido QR code nos Plenários, há expectativa para a divulgação no decorrer do ano de 2026.

Esclarece-se que as datas indicadas no cronograma, correspondentes ao início e término das Entregas e Atividades, referem-se às evidências formais existentes.

Sobre os custos do programa, cumpre esclarecer que tanto o valor planejado quanto o executado estão em revisão e, por isso, não foram atualizados.

POTENCIAIS MUDANÇAS

-

ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

9 - Aprimoramento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária.

Metas Nacionais Clique aqui para acessar o relatório de Metas Estratégicas	-	-	-	-	-
Metas Institucionais Clique aqui para acessar o relatório de Metas Estratégicas	TJMG 123	-	-	-	-

OBSERVAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DAS METAS

A meta TJMG 123 previa a conclusão de “100% das entregas previstas para o “Programa de Modernização dos Plenários, suas Áreas externas de dos Painéis de Comunicação” até dezembro de 2025.

Verifica-se que foram concluídas 26 entregas das 31 prevista para o Programa, sendo 6 em 2023, 13 em 2024 e 7 em 2025, obtendo um resultado apurado de 87,39%.

As entregas concluídas em 2025, foram:

- Implantação dos equipamentos Audiovisuais e TIC no Auditório do Juizado Especial Cível.
- Implantação dos equipamentos Audiovisuais e TIC no Auditório do Pleno (ed. Sede).
- Implantação de *VideoWall* – Auditório do Pleno.
- Implantação do Projeto Piloto para transmissão ao vivo (streaming) das Sessões de Julgamento do Órgão Especial, utilizando a Plataforma Youtube.
- Implantação e gerenciamento de Equipe Técnica para operacionalização dos novos equipamentos de áudio e TIC.
- Implantação do Software de Videoconferência.
- Implantação do Sistema de Emenda Regimental.

VINCULAÇÃO PROJEF 5.0

I - instituir o "Programa de Aceleração da Eficiência Tecnológica" no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais - TJMG, com realização de consultoria em diagnóstico, melhoria de processos e de produtividade, em prol da modernização administrativa e tecnológica para incremento das condições necessárias de trabalho para o público interno e externo;

VIII - modernizar os processos de trabalho de gestão administrativa, com automação dos sistemas correlatos, racionalização do emprego de recursos humanos e otimização dos serviços não vinculados à área-fim;

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

XXV - fortalecer a política de inovação no âmbito do TJMG, mediante incentivos e ações de engajamento do público interno e externo.

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

Nome da Iniciativa	86 - Fóruns Digitais.
--------------------	-----------------------

Priorização	 
-------------	--

INFORMAÇÕES GERAIS	
Unidade gestora	Presidência. 3ª Vice-Presidência. Corregedoria-Geral de Justiça.
Patrocinador	Des. Luiz Carlos de Azevedo Corrêa Junior.
Objetivos	Este projeto faz parte do Programa Estadual de Governança Estratégica de Unidades Judiciárias e tem como objetivo implantar pontos de atendimento eletrônicos para a realização de atos pré-processuais e processuais, inclusive os relacionados aos Juizados Especiais, com a possibilidade de promover a tomada de depoimentos de partes, testemunhas e outros colaboradores da justiça, por sistema de videoconferência, bem como a realização de atendimento por meio do Balcão Virtual, com o intuito de facilitar à sociedade o acesso à Justiça e promover um ambiente digital cada vez mais eficaz, confiável e inclusivo. É facultada ao TJMG a criação de espaço que permita à população local o uso de equipamentos de tecnologia para acesso a sítios eletrônicos de órgãos públicos, de forma a contribuir com a formação de pessoas e a diminuir o grau de excluídos digitais.
Característica da Iniciativa	Programa incremental.

ESCOPO
Alteração da Resolução do Órgão Especial nº 1.061/2023, para atualização de previsão normativa contida na Resolução do CNJ nº555, de 17/04/2024.
Validação do Fluxo de planejamento e implantação dos Fóruns Digitais.
Instalação do Fórum Digital – Município de Itacarambi.
Instalação do Fórum Digital – Município de Engenheiro Caldas.
Instalação do Fórum Digital – Município de Cristais.
Instalação do Fórum Digital – Município de Chapada Gaúcha.
Instalação do Fórum Digital – Município de Brasilândia de Minas.
Instalação do Fórum Digital – Município de Itinga.
Instalação do Fórum Digital – Município de Água Boa.
Instalação do Fórum Digital – Município de Ponto Chique.
Instalação do Fórum Digital – Município de Mato Verde.
Instalação do Fórum Digital – Município de Caraí.
Instalação do Fórum Digital – Município de Varzelândia.
Instalação do Fórum Digital – Município de Ladainha.
Instalação do Fórum Digital – Município de Carmo da Cachoeira.

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

Instalação do Fórum Digital – Município de Formoso.
Instalação do Fórum Digital – Município de Itaobim.
Instalação do Fórum Digital – Município de Joáima.
Instalação do Fórum Digital – Município de Ilícinea.
Instalação do Fórum Digital – Município de Bom Jesus do Galho.
Instalação do Fórum Digital – Município de Águas Vermelhas.
Instalação do Fórum Digital – Município de Divisópolis.
Instalação do Fórum Digital – Município de Urucânia.
Instalação do Fórum Digital – Município de Coroaci.
Instalação do Fórum Digital – Município de Carneirinho.
Instalação do Fórum Digital – Município de Santo Antônio do Jacinto.
Instalação do Fórum Digital – Município de São Gonçalo do Abaeté.
Instalação do Fórum Digital – Município de São João das Missões.
Instalação do Fórum Digital – Município de Piracema.

MONITORAMENTO					
Status da Iniciativa	Em andamento.	Progresso (%)	4,3%.		
Custo previsto	R\$ 29.600.000,00.	Custo executado	Em estudo.		
Início da iniciativa	23/01/2023.	Término da iniciativa	18/12/2026.		
Data do monitoramento	12/01/2026.				
CRONOGRAMA DE ACOMPANHAMENTO					
ENTREGAS (E) / ATIVIDADES (A)	INÍCIO PREVISTO	TÉRMINO PREVISTO	TÉRMINO REPLANEJADO	TÉRMINO REALIZADO	STATUS
(E) Alteração da Resolução do Órgão Especial nº 1.061/2023, para atualização de previsão normativa contida na Resolução do CNJ nº 555, de 17/04/2024.	06/06/2024	30/06/2025	18/12/2026		Em andamento
(A) Proposta de substituições de Resolução 1061/2023 e 1071/2024.	06/06/2024	30/05/2025	18/12/2026		Em andamento
(A) Submeter minuta de Resolução à aprovação do Presidente, da Comissão de Organização e Divisão Judiciárias e do Órgão Especial.	01/06/2025	29/06/2025	18/12/2026		Não iniciado
(A) Publicar Resolução aprovada pelo Órgão Especial, dispondo sobre a Implantação de Fóruns Digitais.	30/06/2025	30/06/2025	18/12/2026		Não iniciado

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

(E) Validação do Fluxo de planejamento e implantação dos Fóruns Digitais.	30/04/2024	30/06/2025	18/12/2026		Em andamento
(A) Alinhamentos e definição com CEPROC.	30/04/2024	02/12/2024	18/12/2026	02/12/2024	Concluído
(A) Apresentação de proposta à SEGOVE e áreas envolvidas.	12/02/2025	12/02/2025	18/12/2026	12/02/2025	Concluído
(A) Aprovação do Fluxo.	12/02/2025	30/06/2025	18/12/2026		Em andamento
(E) Reunião da Presidência do TJMG com os Prefeitos Municipais para informar sobre o funcionamento e os serviços ofertados nos Fóruns Digitais.	04/04/2025	04/04/2025		04/04/2025	Concluído
(E) Instalação do Fórum Digital – Município de Itacarambi.	08/11/2024	30/10/2025			Em andamento
(A) Captar Terreno.	08/11/2024	30/10/2025			Em andamento
(A) Elaborar o Projeto	30/10/2025	28/02/2026			Em andamento
(E) Instalação do Fórum Digital – Município de Engenheiro Caldas.	08/11/2024	01/12/2025	30/04/2026		Em andamento
(B) Captar Terreno.	08/11/2024	01/12/2025	30/04/2026		Em andamento
(E) Instalação do Fórum Digital – Município de Cristais.	08/11/2024	30/09/2025	28/02/2026		Em andamento
(A) Captar Terreno.	08/11/2024	30/09/2025	28/02/2026		Em andamento
(E) Instalação do Fórum Digital – Município de Chapada Gaúcha.	08/11/2024	01/12/2025	31/03/2026		Em andamento
(A) Captar Terreno.	08/11/2024	01/12/2025	31/03/2026		Em andamento
(E) Instalação do Fórum Digital – Município de Brasilândia de Minas.	08/11/2024	31/08/2025	30/05/2026		Em andamento
(A) Captar Terreno.	08/11/2024	31/08/2025		25/09/2025	Concluído
(A) Elaborar o Projeto.	01/09/2025	02/01/2026	30/05/2026		Em andamento
(E) Instalação do Fórum Digital – Município de Itinga.	08/11/2024	30/09/2025	28/02/2026		Em andamento
(A) Captar Terreno.	08/11/2024	30/09/2025	28/02/2026		Em andamento
(E) Instalação do Fórum Digital – Município de Água Boa.	08/11/2024	30/09/2025	28/02/2026		Em andamento
(A) Captar Terreno.	08/11/2024	30/09/2025	28/02/2026		Em andamento
(E) Instalação do Fórum Digital – Município de Ponto Chique.	24/09/2024	15/09/2025	10/03/2026		Em andamento
(A) Captar Terreno.	24/09/2024	15/09/2025	10/03/2026		Em andamento
(E) Instalação do Fórum Digital – Município de Mato Verde.	08/11/2024	01/12/2025	31/03/2026		Em andamento
(A) Captar Terreno.	08/11/2024	01/12/2025	31/03/2026		Em andamento
(E) Instalação do Fórum Digital – Município de Carai.	08/11/2024	01/12/2025	30/04/2026		Em andamento

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

(A) Captar Terreno.	08/11/2024	01/12/2025	30/04/2026		Em andamento
(E) Instalação do Fórum Digital – Município de Varzelândia.	08/11/2024	30/10/2025	28/02/2026		Em andamento
(A) Captar Terreno.	08/11/2024	30/10/2025	28/02/2026		Em andamento
(E) Instalação do Fórum Digital – Município de Ladainha.	08/11/2024	30/09/2025	28/02/2026		Em andamento
(A) Captar Terreno.	08/11/2024	30/09/2025	28/02/2026		Em andamento
(E) Instalação do Fórum Digital – Município de Carmo da Cachoeira.	28/05/2024	15/09/2025	28/02/2026		Em andamento
(A) Captar Terreno.	28/05/2024	15/09/2025	28/02/2026		Em andamento
(E) Instalação do Fórum Digital – Município de Formoso.	23/01/2023	31/08/2026			Em andamento
(A) Captar Terreno.	23/01/2023	19/02/2025	30/06/2025	05/06/2025	Concluído
(A) Elaborar o Projeto.	26/06/2025	20/06/2025	30/09/2025	26/09/2025	Concluído
(A) Enviar pedido de licitação à DIRSEP.	26/09/2025	26/09/2025		26/09/2025	Concluído
(A) Publicar edital.	13/10/2025	13/10/2025		06/10/2025	Concluído
(A) Publicar o Contrato.	13/10/2025	26/01/2026		17/11/2025	Concluído
(A) Executar a Obra.	10/12/2025	09/05/2026			Em andamento
(A) Adequar Infraestrutura (Mobiliário, Equipamentos de TI, Rede, telefonia, pessoal).	09/02/2026	22/05/2026			Não iniciado
(A) Inaugurar o Fórum.	25/05/2026	29/05/2026			Não iniciado
(A) Publicar o Ato Normativo.	01/06/2026	31/08/2026			Não iniciado
(E) Instalação do Fórum Digital – Município de Itaobim.	09/07/2024	31/08/2026			Em andamento
(A) Captar Terreno.	09/07/2024	24/03/2025		24/03/2025	Concluído
(A) Elaborar o Projeto.	19/05/2025	19/09/2025	26/09/2025	01/10/2025	Concluído
(A) Enviar pedido de licitação à DIRSEP.	19/09/2025	19/09/2025		01/10/2025	Concluído
(A) Publicar edital.	07/10/2025	07/10/2025		07/10/2025	Concluído
(A) Publicar o Contrato.	07/10/2025	19/01/2026		14/11/2025	Concluído
(A) Executar a Obra.	10/12/2025	09/05/2026			Em andamento
(A) Adequar Infraestrutura (Mobiliário, Equipamentos de TI, Rede, telefonia, pessoal).	09/02/2026	22/05/2026			Não iniciado
(A) Inaugurar o Fórum.	25/05/2026	29/05/2026			Não iniciado
(A) Publicar o Ato Normativo.	01/06/2026	31/08/2026			Não iniciado

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

(E) Instalação do Fórum Digital – Município de Joaíma.	08/11/2024	31/08/2025	28/02/2026		Em andamento
(A) Captar Terreno.	08/11/2024	31/08/2025	28/02/2026		Em andamento
(E) Instalação do Fórum Digital – Município de Ilícinea.	08/11/2024	01/12/2025	31/03/2026		Em andamento
(A) Captar Terreno.	08/11/2024	01/12/2025	31/03/2026		Em andamento
(E) Instalação do Fórum Digital – Município de Bom Jesus do Galho.	08/11/2024	30/10/2025	28/02/2026		Em andamento
(A) Captar Terreno.	08/11/2024	30/10/2025	28/02/2026		Em andamento
(E) Instalação do Fórum Digital – Município de Águas Vermelhas.	08/11/2024	01/12/2025	30/04/2026		Em andamento
(A) Captar Terreno.	08/11/2024	01/12/2025	30/04/2026		Em andamento
(E) Instalação do Fórum Digital – Município de Divisópolis.	08/11/2024	01/12/2025	31/03/2026		Em andamento
(A) Captar Terreno.	08/11/2024	01/12/2025	31/03/2026		Em andamento
(E) Instalação do Fórum Digital – Município de Urucânia.	08/11/2024	01/12/2025	30/04/2026		Em andamento
(A) Captar Terreno.	08/11/2024	01/12/2025	30/04/2026		Em andamento
(E) Instalação do Fórum Digital – Município de Coroaci.	08/11/2024	01/12/2025	30/04/2026		Em andamento
(A) Captar Terreno.	08/11/2024	01/12/2025	30/04/2026		Em andamento
(E) Instalação do Fórum Digital – Município de Carneirinho.	08/11/2024	01/12/2025	30/04/2026		Em andamento
(A) Captar Terreno.	08/11/2024	01/12/2025	30/04/2026		Em andamento
(E) Instalação do Fórum Digital – Município de Santo Antônio do Jacinto.	08/11/2024	01/12/2025	31/03/2026		Em andamento
(A) Captar Terreno.	08/11/2024	01/12/2025	31/03/2026		Em andamento
(E) Instalação do Fórum Digital – Município de São Gonçalo do Abaeté.	08/11/2024	15/09/2025	28/02/2026		Em andamento
(A) Captar Terreno.	08/11/2024	15/09/2025	28/02/2026		Em andamento
(E) Instalação do Fórum Digital – Município de São João das Missões.	08/11/2024	30/10/2025	30/04/2026		Em andamento
(A) Captar Terreno.	08/11/2024	30/10/2025	30/04/2026		Em andamento
(E) Instalação do Fórum Digital – Município de Piracema.	08/11/2024	30/09/2025	28/02/2026		Em andamento
(A) Captar Terreno.	08/11/2024	30/09/2025	28/02/2026		Em andamento
IMPEDIMENTOS					
Problema Identificado	Ação Corretiva	Unidade Responsável	Prazo	Status	
-	-	-	-	-	

SITUAÇÃO / PONTO DE ATENÇÃO / INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

Os Fóruns Digitais são pontos de atendimento eletrônicos que viabilizam a prestação de serviços pelo Judiciário e por órgãos conveniados, como atendimento às partes, advogados, atendimento pré-processual, processual, atenuações digitais, emissão de certidões e até realização de audiências por meio de videoconferência. Com a implantação dessas unidades, tem-se novo paradigma para a Justiça mineira, já que o processo tramita 100% de forma eletrônica, possibilita ganho de produtividade e celeridade na tramitação, além de promover acesso à Justiça por meio da tecnologia, evitando longos deslocamentos do jurisdicionado que vive em áreas remotas.

Para receber um Fórum Digital, segundo a Resolução nº 1.061/2023, o município deve: ter até 50 mil habitantes; distar, no mínimo, 40 quilômetros da sede da comarca ou de qualquer unidade física do Poder Judiciário, e; não ser sede de comarca ou de qualquer unidade física do Poder Judiciário de qualquer ramo. Além disso, conforme a política estabelecida pelo TJMG, deverá apresentar ao Tribunal, uma proposta de terreno a ser doado ao Estado para a construção da edificação que receberá o projeto Fórum Digital, devendo este ser ainda verificado pela equipe da Diretoria Executiva de Engenharia e Gestão Predial – DENGEP/TJMG para assegurar a viabilidade da construção. A doação é concretizada a partir da emissão de um Termo de Vinculação e Responsabilidade - TVR, instrumento por meio do qual a Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG) do estado de Minas Gerais vincula o uso de um imóvel a órgão da Administração Direta.

A partir de estudos realizados pela Presidência e a Corregedoria, 27 municípios, constantes no escopo desta iniciativa, foram apontados como pré-candidatos à implantação dos Fóruns Digitais. Em abril de 2025, representantes das prefeituras dos respectivos municípios participaram de reunião com a Alta Administração do TJMG, ocasião em que puderam conhecer melhor o projeto e avaliar a vantajosidade da adesão à iniciativa do TJMG. Ato contínuo, foi dado andamento nas tratativas para a captação de terrenos adequados para a implantação dos fóruns.

Até dezembro de 2025, 22 municípios já apresentaram uma proposta de terreno para a implantação do Fórum Digital, sendo que: 2 já estão em fase de execução da obra (Formoso e Itaobim), com perspectiva de conclusão em maio de 2026; 4 aguardam a emissão do TVR para iniciar a elaboração do projeto (Brasilândia de Minas, Piracema, Itacarambi e São Gonçalo do Abaeté); 8 aguardam a apresentação da documentação pela Prefeitura para poder dar prosseguimento aos trâmites de cessão do terreno (Água Boa, Joáima, Ponto Chique, Ladainha, Varzelândia, Bom Jesus do Galho, Itinga e Cristais); 3 aguardam a emissão de relatório após a realização de vistoria do terreno pela DENGEP (Illicínea, Divisópolis e Santo Antônio do Jacinto); 1 aguarda a realização de vistoria após agendamento (Mato Verde) e 2 aguardam agendamento para realização de vistoria (Chapada Gaúcha e Urucânia); outros 2 municípios, São João das Missões e Carmo da Cachoeira, tiveram os terrenos reprovados após a avaliação da DENGEP. Desses, São João das Missões informou não possuir outro terreno a ser apresentado. Aguarda-se a apresentação de nova proposta por parte de Carmo da Cachoeira para que os trâmites de captação possam ser continuados.

Outros 5 municípios ainda não haviam manifestado o interesse pela implantação dos Fóruns Digitais ou apresentado uma proposta de terreno para a análise do TJMG, sendo eles: Águas Vermelhas, Caraí, Carneirinho, Coroaci, Engenheiro Caldas.

Após a conclusão da captação do terreno, serão planejadas as demais atividades necessárias para a implantação de cada Fórum Digital, incluindo:

- “Elaboração do Projeto”;
- “Pedido de Licitação enviado à DIRSEP”;
- “Publicação do Edital”;
- “Publicação do Contrato”;
- “Execução da Obra”;
- “Infraestrutura (Mobiliário, Equipamentos de TI, Rede, telefonia, pessoal)”
- “Inauguração”, e;
- “Publicação de Ato Normativo”.

Além disso, outras entregas previstas no projeto incluem a **“Alteração da Resolução do Órgão Especial nº 1.061/2023, para conter atualização de previsão normativa contida na Resolução do CNJ nº555, de 17/04/2024”**, que alterou a distância mínima dos municípios que receberão os Fóruns Digitais da sede da comarca de 40 Km para 20 Km, e a **“Validação do Fluxo de planejamento e implantação dos Fóruns Digitais”**.

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

No que diz respeito à primeira, já foi elaborada uma minuta de alteração do normativo, que está em análise pela Secretaria de Governança e Gestão Estratégica (SEGOVE), para, então, ser submetida ao Órgão Especial do TJMG.

Já no que diz respeito ao fluxo, dois processos de trabalho (Planejamento de Fóruns Digitais e Instalação de Fóruns Digitais) foram elaborados pela equipe do Centro de Gestão de Processos de Trabalho, Padronização e Qualidade - CEPROC ao longo de 2024 e submetidos às unidades envolvidas em outubro de 2024 para análise e proposição de adequação. Até maio de 2025, somente parte das áreas tinham apresentado sugestões, implicando atraso na entrega. Na intenção de retomar as discussões, no dia 26 de junho foi realizada reunião entre o Centro de Gestão de Processos de Trabalho e Segurança da Informação (CEPROC) e as unidades responsáveis, ocasião em que se identificou a necessidade de novos ajustes e melhor detalhamento dos fluxos. As correções solicitadas pelas áreas foram realizadas e a nova versão foi submetida em agosto para validação da Secretaria de Governança e Gestão Estratégica (SEGOVE). Aguarda-se retorno para que a entrega seja dada como concluída.

Por fim, esclarece-se que, considerando a experiência adquirida com a condução do projeto neste ano, a Diretoria Executiva de Engenharia e Gestão Predial (DENGEP) avalia que será possível ao TJMG captar uma média de 3 a 4 terrenos anualmente para a instalação dos Fóruns Digitais. Diante disso, conforme valores aprovados pelo Órgão Especial do TJMG no Plano de Obras 2026 - 2031, há expectativa de que, em 2026, sejam implantados 2 Fóruns Digitais, e que as demais 18 unidades sejam implantadas até 2032.

POTENCIAIS MUDANÇAS NA INICIATIVA

Destaca-se ainda que há a possibilidade de instalação dos Fóruns Digitais em outros municípios para além dos 27 inicialmente considerados, de forma que, caso não seja dado prosseguimento na instalação de Fóruns Digitais nos municípios pré-selecionados inicialmente, outras localidades podem vir a ser, eventualmente, consideradas.

ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

- 1 - Garantia dos Direitos Fundamentais e do Estado Democrático de Direito;
- 3 - Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional;
- 5 - Prevenção de Litígios e Adoção de Soluções Consensuais para os Conflitos.

Metas Nacionais Clique aqui para acessar o relatório de Metas Estratégicas	CNJ 1	CNJ 2	CNJ 3	-	-
Metas Institucionais Clique aqui para acessar o relatório de Metas Estratégicas	TJMG 131	-	-	-	-

OBSERVAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DAS METAS

A meta TJMG 131 previu concluir, até dezembro de 2025, as entregas relativas à validação do fluxo de implantação dos Fóruns Digitais e à alteração da Resolução 1.061/2023 (Dispõe sobre a criação, a estrutura e o funcionamento dos Fóruns e CEJUSCs Digitais, no Poder Judiciário de Minas Gerais).

Até dezembro de 2025, nenhuma das duas entregas havia sido concluída, embora apresentem um estágio de desenvolvimento avançado, de forma que o valor apurado da meta até o período foi de 0%.

Em relação à “alteração da Resolução 1.061/2023”, foi elaborada uma minuta de alteração do normativo, que está em análise pela Secretaria de Governança e Gestão Estratégica (SEGOVE), para, então, ser submetida à aprovação do Órgão Especial do TJMG para sua posterior publicação.

Já no que diz respeito ao fluxo, dois processos de trabalho (Planejamento de Fóruns Digitais e Instalação de Fóruns Digitais) foram elaborados pela equipe do Centro de Gestão de Processos de Trabalho, Padronização e Qualidade - CEPROC ao longo de 2024 e submetidos às unidades envolvidas em outubro de 2024 para análise e proposição de adequação. Até maio de 2025, somente parte das áreas tinham apresentado sugestões, implicando atraso na entrega. Na intenção de retomar as discussões, no dia 26 de junho foi realizada reunião entre o Centro de Gestão de Processos de Trabalho e Segurança da Informação (CEPROC) e as unidades responsáveis, ocasião em que se identificou a necessidade de novos ajustes e melhor detalhamento dos fluxos. As correções solicitadas pelas áreas foram realizadas e a nova versão foi submetida em agosto para validação da Secretaria de Governança e Gestão Estratégica (SEGOVE).

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

VINCULAÇÃO PROJEF 5.0

I - instituir o “Programa de Aceleração da Eficiência Tecnológica” no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais - TJMG, com realização de consultoria em diagnóstico, melhoria de processos e de produtividade, em prol da modernização administrativa e tecnológica para incremento das condições necessárias de trabalho para o público interno e externo.

VIII - modernizar os processos de trabalho de gestão administrativa, com automação dos sistemas correlatos, racionalização do emprego de recursos humanos e otimização dos serviços não vinculados à área-fim.

XXIII - modernizar a estrutura de cooperação judiciária, em alinhamento com o Programa Justiça 4.0 do CNJ, que busca ampliar o acesso da população brasileira à Justiça por meio do desenvolvimento e uso de novas tecnologias e inteligência artificial.

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

Nome da Iniciativa	88 - Programa de Soluções Tecnológicas para Modernização da Gestão Financeira e Orçamentária do TJMG.
---------------------------	--

Priorização		
--------------------	--	---

INFORMAÇÕES GERAIS	
Unidade gestora	Presidência: Diretoria Executiva de Planejamento Orçamentário e Qualidade na Gestão Institucional – DEPLAG; Diretoria Executiva de Finanças e Execução Orçamentária – DIRFIN; Diretoria Executiva de Tecnologia da Informação e Comunicação – DIRTEC.
Patrocinador	Sr. João Victor Silveira Rezende; Sr. Eduardo Antônio Codo; Sra. Alessandra da Silva Campos.
Objetivos	Visa ao desenvolvimento, com o uso de metodologias ágeis, e à implantação de Soluções Tecnológicas (sistemas) para a gestão das finanças e do orçamento do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, contemplando a gestão orçamentária, contábil e financeira, a fim de viabilizar a melhor administração dos recursos públicos, assim como a otimização dos processos de trabalho (pessoas e processos). Nesse sentido, o programa considera três frentes de ação: - O desenvolvimento do Sistema de Gestão Financeira e Orçamentária – GFO pela PRODEMGE; - A integração do GFO com os sistemas em vigência no Tribunal; - O desenvolvimento de soluções complementares pela DIRFOR/TJMG. Uma das principais características da solução, senão a principal, será a integração transversal dos processos de trabalho, buscando a eficiência das rotinas, eliminando retrabalhos e problemas de interação entre as áreas envolvidas. A solução deve ser capaz de integrar-se com outros sistemas internos e externos, como, por exemplo, sistema Financeiro do Executivo do Estado de Minas Gerais, o GRP do Estado e o eproc. Como consequência do desenvolvimento deste programa, serão substituídos os sistemas: CAD (Adiantamento), Projeção e Execução Orçamentária - Sisorça, Pronto Pagamento, Transparência, Arrecadação (AR), entre outros. Ressalta-se que não fazem parte da execução deste programa o desenvolvimento de módulos para tratar Custos.
Característica da Iniciativa	Programa.

ESCOPO
Módulo Gestão de Receitas.
Módulo Gestão de Créditos.
Módulo Orçamentário.
Módulo Lei Orçamentária Anual.
Módulo Execução Orçamentária.
Módulo Controle Orçamentário.

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

Módulo Adiantamento de Despesas.
Módulo Contabilidade.
Módulo Reembolso (ressarcimento de despesas).
Módulo Tributário (Retenções).
Módulo Execução da Despesa/Liquidação.
Módulo Tesouraria.
Integração com sistemas desenvolvidos pela Prodemge (SIAD/SIAFI/GRP/SCDP) [CT 258/2024].
Desenvolvimento do Módulo de Controle de Custas Judiciais e de Lançamento das Receitas Judiciais [DIRTEC/TJMG].
Integração com o Sistemas de Depósitos Judiciais [DIRTEC/TJMG].
Integração com os sistemas da Coordenação de Sistemas Financeiros e de Planejamento Orçamentário - COSFIP (ESOCIAL, JUIZ LEIGO/ AJ/ SGP/SISUP/INFOGUIA/SISTSVE/EFD-REINF/SGIE) [DIRTEC/TJMG].
Integração com os sistemas da Coordenação de Desenvolvimento de Sistemas Administrativos - CODESA (SISNOR/SEI) [DIRTEC/TJMG].
Integração com os sistemas da Coordenação de Sistemas de Recursos Humanos e de Desenvolvimento de Pessoas - CODEP (FOLHA DE PAGAMENTO MANDADO/ESTAGIÁRIO/RH) [DIRTEC/TJMG].
Integração com o sistema Guias Web [DIRTEC/TJMG].
Definição de fluxos (AS IS / TO BE).
Normatização.
Plano de Comunicação.
Capacitação dos usuários.

MONITORAMENTO					
Status da Iniciativa	Em andamento.	Progresso (%)	Em apuração.		
Custo previsto	R\$ 33.177.600,00.	Custo executado	R\$ 4.017.444,40.		
Início da iniciativa	13/08/2024.	Término da iniciativa	13/08/2027.		
Data do monitoramento	26/01/2026.				
CRONOGRAMA DE ACOMPANHAMENTO					
ENTREGAS (E) / ATIVIDADES (A)	INÍCIO PREVISTO	TÉRMINO PREVISTO	TÉRMINO REPLANEJADO	TÉRMINO REALIZADO	STATUS
(E) Módulo Gestão de Receitas (Arrecadação).	12/09/2024	31/10/2025	Em definição		Em andamento
(A) Definição do Mínimo Produto Viável – MVP.	12/09/2024	12/09/2024		12/09/2024	Concluído
(A) Desenvolvimento (MVP).	02/12/2024	30/09/2025		30/09/2025	Concluído
(A) Integração com o Transação Bancária.	05/06/2025	31/10/2025	Em definição		Em andamento
(A) Integração com o sistema de Guias Web.	05/08/2025	31/10/2025	Em definição		Em andamento
(E) Módulo Orçamentário.	25/10/2024	20/04/2026	29/05/2026		Em andamento

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

(A) Definição do MVP.	25/10/2024	29/10/2024		29/10/2024	Concluído
(A) Desenvolvimento (MVP).	26/03/2025	20/04/2026	29/05/2026		Em andamento
(A) Integração com o SIAFI.	02/06/2025	01/08/2025		01/08/2025	Concluído
(A) Integração com o Infoguia.	02/04/2025	30/09/2025		30/09/2025	Concluído
(E) Módulo Adiantamento de Despesas.	03/04/2025	13/08/2027	31/03/2026		Em andamento
(A) Definição do MVP.	03/04/2025	03/04/2025			Concluído
(A) Desenvolvimento (MVP).	16/06/2025	31/03/2026			Em andamento
(A) Integração com o RH.	27/03/2025	30/09/2025	28/02/2026		Em andamento
(A) Integração com o Infoguia.	02/04/2025	30/09/2025		30/09/2025	Concluído
(E) Definição de fluxos (AS IS / TO BE).	18/10/2024	28/02/2026			Em andamento
(A) Mapeamento do processo atual do TJMG.	18/10/2024	16/12/2025		16/12/2025	Concluído
(A) Estruturar o documento de “visão geral” do sistema – Perspectiva conjunta TJMG e PRODEMGE.	03/09/2025	28/02/2026			Em andamento
Entregas a serem planejadas (Backlog)					
-					
IMPEDIMENTOS					
Problema Identificado	Ação Corretiva	Unidade Responsável	Prazo	Status	
-	-	-	-	-	
SITUAÇÃO / PONTO DE ATENÇÃO / INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR					
O Sistema de Gestão Financeira e Orçamentária – GFO do Tribunal de Justiça de Minas Gerais está sendo desenvolvido pela Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais - PRODEMGE, conforme o Contrato 258/2024, em conjunto com a Diretoria Executiva de Tecnologia da Informação e Comunicação - DIRTEC, que é responsável, sobretudo, pela integração das funcionalidades com os sistemas atuais do TJMG, para atender a necessidades da Diretoria Executiva de Finanças e Execução Orçamentária - DIRFIN e da Diretoria Executiva de Planejamento Orçamentário e Qualidade na Gestão Institucional – DEPLAG. Embora o contrato firmado tenha previsto a estruturação de 5 <i>squads</i> (equipes de desenvolvedores) simultâneas para o desenvolvimento do sistema através de metodologias ágeis como o SCRUM, tendo em vista às necessidades emergências do Tribunal e a capacidade operacional das áreas técnicas, isso não foi possível. Para o ano de 2025, inicialmente foram definidos 3 Mínimo Produtos Viáveis – MVPs a serem desenvolvidos e, pelo menos um deles colocado “em produção”, isto é, três funcionalidades/processos de trabalho mínimos a serem trabalhados, dos quais pelo menos um fosse disponibilizado para uso do TJMG, sendo eles: • MÓDULO GESTÃO DE RECEITAS: A estruturação de recursos do sistema que permitissem ao TJMG mudar o serviço de “Cobrança Registrada”, utilizada para o recebimento de valores referentes a custas judicias, para o serviço de “Arrecadação”, demandando integração das funcionalidades desenvolvidas com o serviço de Transação Bancária e o Sistema de Guias Web do TJMG; • MÓDULO ORÇAMENTÁRIO: A parametrização de tabelas orçamentárias, demandando integração com o SIAFI e o Guia do Judiciário - InfoGuia, e;					

- **MÓDULO ADIANTAMENTO FINANCEIRO:** O desenvolvimento das funcionalidades necessárias ao processamento e à gestão do adiantamento financeiro em substituição ao atual sistema CAD, demandando integração com o sistema RH e com o Guia do Judiciário – InfoGuia.

Em relação ao Módulo Gestão de Receitas, vale destacar que sua priorização decorreu da proximidade do término do contrato com o Banco do Brasil, responsável por operacionalizar o “modelo de cobrança registrada” no TJMG, com prazo de vigência até novembro de 2025. Nesse sentido, as atividades de 2025 foram pensadas para que a substituição do modelo fosse concluída até outubro de 2025. Em setembro, entretanto, por determinação da Presidência do TJMG, a estratégia de substituição do modelo de cobrança registrada pelo modelo de arrecadação foi interrompida, tendo em vista a evidência de impactos técnicos substanciais no sistema de emissão de guias (Guias Web) e no desenvolvimento do Módulo de Custas eproc, que inviabilizariam a substituição do modelo atual. Dito isso, os desenvolvimentos relativos ao Módulo de Gestão de Receitas foram temporariamente suspensos entre outubro e dezembro de 2025, em favor da definição das funcionalidades mínimas que permitam a operacionalização da Cobrança Registrada através do GFO e da avaliação dos impactos da mudança sobre o serviço de Transação Bancária e o sistema de Guias Web. Destaca-se que a mudança da estratégia não implicou no refugo ao que já havia sido desenvolvido até então, mas na sua adequação.

Já o Módulo Orçamentário foi pensado para dar base ao sistema, preparando-o para o desenvolvimento dos demais módulos, razão pela qual priorizou a parametrização das informações mínimas e necessárias ao funcionamento da gestão financeira e orçamentária do TJMG. Seu desenvolvimento está em andamento e com previsão de conclusão inicial para o primeiro semestre de 2026. Paralelamente ao desenvolvimento, foi trabalhada a integração do sistema com o SIAFI, o Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado de Minas Gerais, através da importação de dados cadastrais referentes às tabelas de despesas e receitas, até que haja a implantação do GRP Minas, o Sistema Integrado de Gestão Governamental de Minas Gerais.

Por sua vez, o Módulo de Adiantamento Financeiro está em andamento, com previsão de conclusão dos desenvolvimentos e homologação até março de 2026. Há expectativa de que o módulo seja colocado em produção, isto é, disponibilizado para uso do TJMG, ao longo do ano de 2026.

Para tanto, deverá ser disponibilizado ambiente de produção para a hospedagem do sistema, o qual não foi inicialmente previsto no contrato de desenvolvimento firmado, em razão da falta de conhecimento, à época, do volume de dados que seria movimentado através do sistema. Nesse sentido, era necessário dar início aos desenvolvimentos para que o ambiente de produção pudesse ser estimado. A hospedagem está em fase de contratação, com previsão de conclusão até março de 2026.

Vale também destacar que, embora não tenham sido iniciadas, já foram definidas as temáticas para a condução das *Squads* 4 e 5. A *Squad* 4, em fase de contratação e formação de equipe, será dedicada ao Módulo de Lei Orçamentária Anual, renomeado para Planejamento Orçamentário, enquanto a *Squad* 5 será utilizada para trabalhar o desenvolvimento e a implantação de componentes que permitam a autenticação e a autorização de usuários no sistema, em substituição ao SegID, componente da PRODEMGE atualmente utilizado para este fim.

Destaca-se, ainda, as discussões conduzidas entre o TJMG e a PRODEMGE visando o mapeamento do atual fluxo de trabalho das unidades do TJMG e a estruturação de uma visão geral, que permita a compreensão do sistema em termos dos módulos que o constituem e suas integrações.

O mapeamento foi conduzido em conjunto com o Centro de Gestão de Processos de Trabalho, Padronização e Qualidade – CEPROC e concluído em dezembro de 2025, com a construção de um fluxo lúdico a partir da Descrição do Negócio e dos Processos – DNP das áreas envolvidas na gestão financeira e orçamentária do TJMG.

Já a estruturação da visão geral do sistema, conduzida em conjunto com especialistas que atuaram no desenvolvimento do GRP Minas, tem por objetivo apoiar na identificação das integrações e dependências do sistema, inclusive identificando a possibilidade de aproveitar eventuais recursos ou funcionalidades já presentes no GRP Minas para o atendimento das demandas do Tribunal. A partir do mês de setembro, foram realizadas reuniões entre as equipes do TJMG e da PRODEMGE visando mapear, em termos gerais, as frentes de atuação do sistema e os macroprocessos relacionados, especialmente, aos módulos priorizados para atuação em 2025. Apesar disso, ressalta-se que a intenção é estruturar a visão geral para todo o sistema em reuniões futuras. A primeira versão do documento foi finalizada em dezembro e será submetida a aprovação dos gestores da iniciativa até o final de fevereiro de 2026.

POTENCIAIS MUDANÇAS NA INICIATIVA

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

-					
ALINHAMENTO ESTRATÉGICO					
11 - Modernização da Gestão Orçamentária e Financeira.					
Metas Nacionais Clique aqui para acessar o relatório de Metas Estratégicas	-	-	-	-	-
Metas Institucionais Clique aqui para acessar o relatório de Metas Estratégicas	TJMG 136	-	-	-	-
OBSERVAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DAS METAS					
A meta TJMG 136 previu “colocar, pelo menos, 1 (um) Mínimo Produto Viável (MVP) relativo ao Sistema de Gestão Financeira e Orçamentária em produção até 31/10/2025”. Em outras palavras, ao estabelecê-la, o TJMG sinalizou sua expectativa de conseguir operar pelo menos uma funcionalidade/ um processo de trabalho através do sistema ainda em 2025. Para tanto, três módulos foram definidos para serem desenvolvidos ao longo do ano, em paralelo, tendo seus MVPs estabelecidos e as integrações necessárias ao seu devido funcionamento identificadas, sendo eles: • O módulo de “Gestão de Receitas”: cujo mínimo produto viável (MVP) inicialmente definido correspondia a implantação do serviço de arrecadação no TJMG, em substituição ao atual modelo de cobrança registrada, em operação junto ao Banco do Brasil, até o mês de novembro. Destaca-se, contudo, que em setembro, entretanto, por determinação da Presidência do TJMG, deliberou-se pela manutenção do modelo de cobrança registrada, tendo em vista que a substituição pelo modelo de arrecadação era inviável, pois teria impactos técnicos substanciais no sistema de emissão de guias (Guias Web) e no desenvolvimento do Módulo de Custas eproc. • O módulo “Orçamentário”: que trabalhou um conjunto de parametrizações e cadastros iniciais do sistema como MVP; • O módulo “Adiantamento Financeiro”: teve como MVP definido o processamento e gestão do adiantamento financeiro da instituição. Apesar do avanço conseguido no desenvolvimento dos módulos, não foi possível colocar nenhum deles em produção em 2025, de forma que a meta proposta para o ano não foi alcançada.					
VINCULAÇÃO PROJEF 5.0					
I - instituir o "Programa de Aceleração da Eficiência Tecnológica" no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais - TJMG, com realização de consultoria em diagnóstico, melhoria de processos e de produtividade, em prol da modernização administrativa e tecnológica para incremento das condições necessárias de trabalho para o público interno e externo; VIII - modernizar os processos de trabalho de gestão administrativa, com automação dos sistemas correlatos, racionalização do emprego de recursos humanos e otimização dos serviços não vinculados à área-fim.					

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

Nome da Iniciativa	92 – Implementação da tramitação eletrônica de inquéritos policiais na Primeira Instância do TJMG.
---------------------------	---

Priorização		
--------------------	--	---

INFORMAÇÕES GERAIS	
Unidade gestora	Corregedoria -Geral de Justiça: Secretaria de Suporte ao Planejamento e à Gestão da primeira Instância - SEPLAN
Patrocinador	Des. Estevão Lucchesi de Carvalho.
Objetivos	Os principais objetivos a serem alcançados com a virtualização dos inquéritos policiais são: a) permitir uma tramitação mais ágil e eficiente dos processos, reduzindo o tempo necessário para a realização de diligências e a tomada de decisões judiciais. b) maior agilidade e segurança no acesso aos inquéritos policiais por parte das autoridades legalmente autorizadas, como juízes, promotores e advogados devidamente habilitados. Isso contribuirá para a eficiência processual e o respeito ao devido processo legal, garantindo a ampla defesa e o contraditório, sem comprometer o sigilo das investigações. Além disso, a digitalização permitirá um acompanhamento mais célere e organizado dos procedimentos, fortalecendo a efetividade da justiça. c) contribuir para a eliminação de documentos físicos e a redução de custos relacionados ao armazenamento e transporte de inquéritos físicos podem gerar uma economia significativa para o TJMG. Isso também implica na diminuição do uso de papel, alinhando-se a práticas sustentáveis. d) demonstrar o comprometimento do TJMG com a inovação e a busca pela melhoria contínua dos serviços prestados, refletindo uma administração pública moderna e proativa.
Característica da Iniciativa	Programa.

ESCOPO
1ª Região: Expansão do PJe e Virtualização dos inquéritos policiais.
2ª Região: Expansão do PJe e Virtualização dos inquéritos policiais.
3ª Região: Expansão do PJe e Virtualização dos inquéritos policiais.
4ª Região: Expansão do PJe e Virtualização dos inquéritos policiais.
5ª Região: Expansão do PJe e Virtualização dos inquéritos policiais.
6ª Região: Expansão do PJe e Virtualização dos inquéritos policiais.

MONITORAMENTO			
Status da Iniciativa	Em andamento.	Progresso (%)	83,6%.
Custo previsto	R\$ 35.142.143,73.	Custo executado	R\$ 23.109.254,43.
Início da iniciativa	03/04/2024.	Término da iniciativa	31/12/2026.

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

Data do monitoramento	08/01/2026.				
CRONOGRAMA DE ACOMPANHAMENTO					
ENTREGAS (E) / ATIVIDADES (A)	INÍCIO PREVISTO	TÉRMINO PREVISTO	TÉRMINO REPLANEJADO	TÉRMINO REALIZADO	STATUS
(E) 1ª Região – Expansão do PJE e Virtualização dos inquéritos policiais.	03/04/2024	31/12/2025	30/03/2026		Em andamento
(A) Expansão do PJe para os inquéritos policiais.	03/06/2024	03/06/2024		03/06/2025	Concluído
(A) Virtualização dos inquéritos policiais físicos -Recebimento dos processos pelo NUVIR.	03/04/2024	31/03/2025	09/03/2026		Em andamento
(A) Virtualização dos inquéritos policiais físicos - Digitalização pelo NUVIR.	04/06/2024	01/04/2025	30/03/2026		Em andamento
(A) Virtualização dos inquéritos policiais físicos - Inserção do Inquérito Policial no PJe pela PCMG.	01/05/2024	31/12/2025	30/03/2026		Em andamento
(E) 2ª Região – Expansão do PJE e Virtualização dos inquéritos policiais.	02/12/2024	31/12/2025	30/06/2026		Em andamento
(A) Expansão do PJe para os inquéritos policiais.	09/12/2024	09/12/2024		09/12/2024	Concluído
(A) Virtualização dos inquéritos policiais físicos -Recebimento dos processos pelo NUVIR.	02/12/2024	10/10/2025	16/03/2026		Em andamento
(A) Virtualização dos inquéritos policiais físicos - Digitalização pelo NUVIR.	12/12/2024	20/10/2025	06/04/2026		Em andamento
(A) Virtualização dos inquéritos policiais físicos - Inserção do Inquérito Policial no PJe pela PCMG.	22/12/2024	31/12/2025	30/06/2026		Em andamento
(E) 3ª Região – Expansão do PJE e Virtualização dos inquéritos policiais.	22/04/2025	31/12/2025	30/06/2026		Em andamento
(A) Expansão do PJe para os inquéritos policiais.	22/04/2025	22/04/2025		22/04/2024	Concluído
(A) Virtualização dos inquéritos policiais físicos -Recebimento dos processos pelo NUVIR.	21/05/2025	21/10/2025	19/03/2026		Em andamento
(A) Virtualização dos inquéritos policiais físicos - Digitalização pelo NUVIR.	31/05/2025	31/10/2025	09/04/2026		Em andamento
(A) Virtualização dos inquéritos policiais físicos - Inserção do Inquérito Policial no PJe pela PCMG.	10/06/2025	31/12/2025	30/06/2026		Em andamento
(E) 4ª Região – Expansão do PJE e Virtualização dos inquéritos policiais.	22/04/2025	31/12/2025	30/06/2026		Em andamento

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

(A) Expansão do PJe para os inquéritos policiais.	22/04/2025	22/04/2025		22/04/2025	Concluído
(A) Virtualização dos inquéritos policiais físicos -Recebimento dos processos pelo NUVIR.	14/05/2025	16/12/2025	23/03/2026		Em andamento
(A) Virtualização dos inquéritos policiais físicos - Digitalização pelo NUVIR.	20/05/2025	26/12/2025	13/04/2026		Em andamento
(A) Virtualização dos inquéritos policiais físicos - Inserção do Inquérito Policial no PJe pela PCMG.	30/05/2025	31/12/2025	30/06/2026		Em andamento
(E) 5ª Região – Expansão do PJe e Virtualização dos inquéritos policiais.	22/04/2025	31/12/2025	30/06/2026		Em andamento
(A) Expansão do PJe para os inquéritos policiais.	22/04/2025	22/04/2025		22/04/2025	Concluído
(A) Virtualização dos inquéritos policiais físicos -Recebimento dos processos pelo NUVIR.	28/04/2025	10/11/2025	27/03/2026		Em andamento
(A) Virtualização dos inquéritos policiais físicos - Digitalização pelo NUVIR.	08/05/2025	20/11/2025	17/04/2026		Em andamento
(A) Virtualização dos inquéritos policiais físicos - Inserção do Inquérito Policial no PJe pela PCMG.	19/05/2025	31/12/2025	30/06/2026		Em andamento
(E) 6ª Região – Expansão do PJe e Virtualização dos inquéritos policiais.	24/02/2025	31/12/2025	30/06/2026		Em andamento
(A) Expansão do PJe para os inquéritos policiais.	24/02/2025	24/02/2025		24/02/2025	Concluído
(A) Virtualização dos inquéritos policiais físicos -Recebimento dos processos pelo NUVIR.	10/03/2025	26/11/2025	30/06/2026		Em andamento
(A) Virtualização dos inquéritos policiais físicos - Digitalização pelo NUVIR.	21/03/2025	09/12/2025	23/04/2026		Em andamento
(A) Virtualização dos inquéritos policiais físicos - Inserção do Inquérito Policial no PJe pela PCMG.	31/03/2025	31/12/2025	30/06/2026		Em andamento
IMPEDIMENTOS					
Problema Identificado	Ação Corretiva	Unidade Responsável	Prazo	Status	
Suspensão parcial do recolhimento dos inquéritos nas comarcas. (mais informações no campo “situação/ ponto de atenção/ informação complementar”).	Saneamento dos problemas identificados.	SEPLAN; NUVIR; PCMG	Outubro de 2025	Concluído	
SITUAÇÃO / PONTO DE ATENÇÃO / INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR					

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

A iniciativa de Implementação da tramitação eletrônica de inquéritos policiais na Primeira Instância está organizada em duas frentes: a primeira, já concluída, consistiu na expansão do sistema Processo Judicial Eletrônico - PJe para a classe inquérito policiais em todas as comarcas do Estado; e a segunda fase, em andamento de forma simultânea nas 6 regiões administrativas da Corregedoria, e prevê a virtualização dos inquéritos físicos em tramitação, passíveis de virtualização.

Para a virtualização dos inquéritos, compete à Polícia Civil de Minas Gerais – PCMG o recolhimento desses procedimentos nas comarcas e delegacias de polícia e a disponibilização para o Núcleo de Virtualização – NUVIR do TJMG, que, por sua vez, está fazendo a digitalização dos documentos. Ato contínuo, os inquéritos digitalizados são remetidos à Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais- PRODEMGE para, em apoio à PCMG, promover a inserção no PJe.

Desde a implementação do projeto, a partir da publicação da Portaria Conjunta nº 46/PR-TJMG/2024, que dispõe sobre a tramitação eletrônica de inquéritos policiais e medidas penais conexas no âmbito da Justiça de Primeira Instância do TJMG e da PCMG, enfrentou-se desafios de ordem técnica e logística no processo de virtualização dos inquéritos, o que justifica o distanciamento entre o cronograma atual do projeto e o constante na referida Portaria Conjunta. Entre os desafios enfrentados, destacam-se: necessidade de ajustes nas automações utilizadas no processamento e no envio dos documentos digitalizados, as inconsistências na validação de dados entre os autos físicos e o Sistema de Informações Estratégicas do Judiciário – SIJUD, bem como o acúmulo temporário de inquéritos físicos no NUVIR.

Em razão desse cenário, deliberou-se pela suspensão parcial do recolhimento dos inquéritos entre agosto e outubro de 2025, com vistas ao saneamento das inconsistências identificadas, mantendo-se a atividade apenas nas comarcas em que havia previsão de designação de juiz de direito auxiliar para atuação como Juiz das Garantias nos procedimentos investigatórios, inclusive naqueles já em andamento. Embora o fluxo tenha sido retomado em 13 de outubro de 2025, a interrupção comprometeu o cronograma originalmente estabelecido, com impacto direto no ritmo de virtualização ao longo do exercício.

Em contraponto aos fatores que impactaram negativamente o cumprimento da meta, registra-se que a baixa de inquéritos pelas comarcas, em razão de prescrição ou outras hipóteses legais, alcançou 18,3% do acervo em 08/01/2026, produzindo efeito positivo ao reduzir o quantitativo de inquéritos passíveis de virtualização.

Cabe ressaltar que, no decorrer dos trabalhos, o Centro de Estatística Aplicada à Justiça de Primeira Instância (CEJUR) desenvolveu um painel de monitoramento que possibilitou acompanhar a evolução do projeto, indicando a quantidade de inquéritos já virtualizados, além de permitir a gestão integrada das frentes e a identificação dos inquéritos que não seguiram o fluxo regular, incluindo a área de retenção e a natureza das inconsistências que interromperam o processo.

De forma complementar, destaca-se que, por meio do Convênio nº 155/2024, estabeleceu-se condições de cooperação mútua entre o TJMG e a PCMG visando à tramitação eletrônica de inquéritos policiais e demais medidas penais conexas. Para apoiar a estruturação da PCMG, o TJMG fez uma anulação orçamentária em 2024 em favor da PCMG no valor de R\$ 35.142.143,73, no âmbito do Programa Justiça Minas Integrada, dos quais R\$23.109.254,43 foram executados até dezembro de 2025, destinados majoritariamente, à aquisição de equipamentos e à ampliação da infraestrutura tecnológica de departamentos e delegacias.

POTENCIAIS MUDANÇAS NA INICIATIVA

-

ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

3 - Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional.

Metas Nacionais Clique aqui para acessar o relatório de Metas Estratégicas	CNJ 2	CNJ 5	-	-	-
Metas Institucionais Clique aqui para acessar o relatório de Metas Estratégicas	TJMG 141	TJMG 142	-	--	

OBSERVAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DAS METAS

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

Referente a meta “**TJMG 141**- Virtualizar, em 2025, o acervo físico de inquéritos policiais em 100% (cem por cento) das comarcas do Estado de Minas Gerais”, o resultado apurado em 08/01/2026 foi de 83,6%, correspondente à virtualização de 404.612 inquéritos, de um total de 483.887 passíveis de virtualização.

Analisando o resultado por região da Corregedoria, observa-se que: na 1ª Região houve a virtualização de 97,4% dos inquéritos policiais; na 2ª Região, 91,1%, na 3ª região, 90,5%; na 4ª região, 58,8%; na 5ª região, 82,9% e na 6ª região, 76,6%.

O não alcance da meta em 2025 se deve, sobretudo, à suspensão parcial do fluxo estabelecido para o recolhimento dos inquéritos nas comarcas e delegacias de Minas Gerais, que ocorreu de agosto a outubro de 2025 para saneamento de diversos desafios enfrentados.

No que tange a meta “**TJMG 142** - Expandir o PJE para a classe inquérito policiais em 100% (cem por cento) das comarcas em 2025”, ressalta-se que foi alcançada no 1º semestre de 2025. Considerando o que determina a Portaria Conjunta nº 46/PR-TJMG/2024, essa expansão viabilizou a implantação da modalidade eletrônica de tramitação de inquéritos policiais e quaisquer outras as medidas penais cautelares ou preparatórias entre o Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais e a Polícia Civil do Estado de Minas Gerais - PCMG, tanto para fins de cadastro e distribuição, quanto em qualquer manifestação intercorrente.

VINCULAÇÃO PROJEF 5.0

IV - aumentar a eficiência jurisdicional, com redução efetiva do tempo médio de tramitação dos processos no Poder Judiciário de Minas Gerais, inclusive em sede recursal e de inquéritos policiais, especialmente nas matérias reconhecidas como prioritárias pelo CNJ.

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

Nome da Iniciativa	04 - Programa Agiliza-Jus.
--------------------	----------------------------

Priorização	 
-------------	--

INFORMAÇÕES GERAIS	
Unidade gestora	1ª Vice- Presidência: Secretaria de Padronização e Acompanhamento da Gestão Judiciária – SEPAD.
Patrocinador	Dr. Armando Ghedini Neto.
Objetivos	O Programa Agiliza-Jus consiste em um esforço para reduzir o estoque processual na Segunda Instância por meio da modernização dos procedimentos cartorários e judiciais, visando acelerar a prestação jurisdicional e assegurar o atendimento aos requisitos formais e legais necessários à distribuição, validação e regularização dos processos. Envolve o acompanhamento sistemático e o monitoramento dos feitos contemplados pelas metas nacionais e institucionais junto aos gabinetes e cartórios e a consequente produção de relatórios mensais com informações sobre a tramitação processual na Segunda Instância.
Característica da Iniciativa	Programa Recorrente.

ESCOPO
Acompanhamento e monitoramento dos feitos contemplados pelas Metas Nacionais e Institucionais junto aos gabinetes e cartórios.
Controle sistemático dos feitos paralisados que não por motivos legais, em especial os feitos que se encontram conclusos e os feitos passíveis de terem sua tramitação processual atualizada.
Produção e disponibilização de informações gerenciais a respeito da tramitação processual por meio dos painéis e do Sistema PUSH.
Apoio ao Programa 'Suporte à Organização, Cumprimento de Metas e Aperfeiçoamento Gerencial'.
Plano de comunicação para o cumprimento das Metas Nacionais e Institucionais na Primeira Vice-Presidência.
Instituir Grupo de Trabalho Multisetorial para a supervisão do cumprimento das Metas Nacionais do Poder Judiciário.

MONITORAMENTO					
Status da Iniciativa	Concluída.	Progresso (%)	100%.		
Custo previsto	Em estudo.	Custo executado	Em estudo.		
Início da iniciativa	07/01/2025.	Término da iniciativa	15/01/2026.		
Data do monitoramento	09/01/2026.				
CRONOGRAMA DE ACOMPANHAMENTO					
ENTREGAS (E) / ATIVIDADES (A)	INÍCIO PREVISTO	TÉRMINO PREVISTO	TÉRMINO REPLANEJADO	TÉRMINO REALIZADO	STATUS
(E) Acompanhamento e monitoramento dos feitos contemplados pelas Metas Nacionais e Institucionais junto aos gabinetes e cartórios.	15/02/2025	10/01/2026		09/01/2026	Concluído

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

(A) Estudar o Glossário de Metas Nacionais para a Justiça Estadual de 2025 e parametrizar os sistemas para o levantamento de dados relacionados a elas.	15/02/2025	05/03/2025		05/03/2025	Concluído
(A) Apurar o resultado geral do cumprimento das Metas Nacionais e Institucionais de janeiro, fevereiro e março e informar à ASPLAG.	01/03/2025	10/04/2025		03/04/2025	Concluído
(A) Apurar o resultado geral do cumprimento das Metas Nacionais e Institucionais de abril, maio e junho e informar à ASPLAG.	01/04/2025	10/07/2025		02/07/2025	Concluído
(A) Apurar o resultado geral do cumprimento das Metas Nacionais e Institucionais julho, agosto e setembro e informar à ASPLAG.	01/07/2025	10/10/2025		01/10/2025	Concluído
(A) Apurar o resultado geral do cumprimento das Metas Nacionais e Institucionais outubro, novembro e dezembro e informar à ASPLAG.	01/10/2025	10/01/2026		09/01/2026	Concluído
(E) Controle sistemático dos feitos paralisados que não por motivos legais, em especial os feitos que se encontram conclusos e dos feitos passíveis de terem sua tramitação processual atualizada.	01/04/2025	10/01/2026		09/01/2026	Concluído
(A) Realizar levantamento semestral nos sistemas informatizados de todos os processos paralisados a mais de 100 dias com indícios de poderem ter sua tramitação atualizada e encaminhar a relação aos respectivos gabinetes ou cartórios para providências. (janeiro a junho).	01/04/2025	30/06/2025		30/06/2025	Concluído
(A) Realizar levantamento semestral nos sistemas informatizados de todos os processos paralisados a mais de 100 dias com indícios de poderem ter sua tramitação atualizada e encaminhar a relação aos respectivos gabinetes ou cartórios para providências. (julho a dezembro).	01/07/2025	10/01/2026		09/01/2026	Concluído
(E) Produção e disponibilização de informações gerenciais a respeito da	07/01/2025	28/02/2025		28/02/2025	Concluído

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

tramitação processual por meio dos painéis e do Sistema PUSH.					
(A) Elaborar procedimento para levantamento e disponibilização de informações da tramitação processual e disponibilizar via sistema PUSH.	07/01/2025	31/01/2025		31/01/2025	Concluído
(A) Realizar campanha de divulgação do Sistema PUSH.	01/02/2025	28/02/2025		28/02/2025	Concluído
(E) Apoio ao Programa 'Suporte à Organização, Cumprimento de Metas e Aperfeiçoamento Gerencial'.	10/02/2025	27/06/2025		27/06/2025	Concluído
(A) Ministrar aula a respeito da utilização dos Painéis táticos no gerenciamento do desempenho da Unidade Judiciária apoiando as 14 turmas do Programa 1ª Vice-Soma.	10/02/2025	27/06/2025		27/06/2025	Concluído
(E) Plano de comunicação para o cumprimento das Metas Nacionais e Institucionais na Primeira Vice-Presidência.	01/03/2025	15/01/2026		05/12/2025	Concluído
(A) Estabelecer canais de comunicação entre o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e outras entidades relevantes para a troca de informações, coordenação de esforços, identificação de desafios e a implementação de soluções conjuntas.	01/04/2025	30/06/2025		08/09/2025	Concluído
(A) Divulgar percentuais de cumprimento das metas por Câmara.	01/04/2025	30/04/2025	10/10/2025	23/10/2025	Concluído
(A) Reconhecer e compartilhar boas práticas das unidades com melhor desempenho.	01/07/2025	30/07/2025	10/12/2025	05/12/2025	Concluído
(A) Apresentar possíveis causas para o não cumprimento das metas.	01/12/2025	15/01/2026	10/12/2025	05/12/2025	Concluído
(A) Estabelecer um sistema de feedback contínuo, onde os servidores possam apresentar sugestões e identificar obstáculos no cumprimento das metas por meio de e-mail criado especificamente para isso.	01/03/2025	30/04/2025	19/12/2025	05/12/2025	Concluído
(E) Instituir Grupo de Trabalho Multisetorial para a supervisão do	01/04/2025	30/06/2025	30/10/2025	20/10/2025	Concluído

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

cumprimento das Metas Nacionais do Poder Judiciário.						
(A) Reunir com DEPLAG para negociar a formação de grupo de trabalho Multisetorial para acompanhamento das Metas Nacionais e Institucionais.	01/04/2025	15/04/2025	18/09/2025	18/09/2025	Concluído	
(A) Reunir com Juiz Auxiliar da Primeira Vice-Presidência para negociar a formação de grupo de trabalho Multisetorial para acompanhamento das Metas Nacionais e Institucionais.	01/04/2025	20/04/2025		06/06/2025	Concluído	
(A) Obter a aprovação do primeiro Vice-Presidente para a formalização do Grupo de Trabalho.	01/04/2025	30/04/2025		09/06/2025	Concluído	
(A) Em conjunto com o Grupo de trabalho, levantar ações a serem colocadas em um plano de ação corretivo para as unidades que precisam superar os obstáculos identificados.	01/04/2025	30/06/2025		27/06/2025	Concluído	
(A) Criar um programa de reconhecimento para equipes ou servidores que se destacarem no cumprimento das metas estabelecidas.	01/04/2025	30/06/2025	30/10/2025	20/10/2025	Concluído	
IMPEDIMENTOS						
Problema Identificado	Ação Corretiva		Unidade Responsável	Prazo	Status	
As metas institucionais nºs 134 e 135 envolvendo a admissibilidade e o julgamento de IRDRs/IACs não foram minimamente atingidas.	Para apoiar as sessões que admitem e julgam Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) e Incidentes de Assunção de Competência (IAC), a Primeira Vice-Presidência criou o Projeto de Aperfeiçoamento na Formação de Precedentes cujo objetivo é fornecer informações essenciais às assessorias, garantindo o bom andamento dos processos e ajudando a alcançar as metas do Planejamento Estratégico.		NUGEPNAC	31/12/2025	Concluído	
SITUAÇÃO / PONTO DE ATENÇÃO / INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR						

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

O programa **Agiliza-jus** foi criado para acelerar e modernizar a gestão de processos e o trabalho de cartórios na Segunda Instância. Duas das suas principais iniciativas foram finalizadas: a implantação do sistema **PUSH**, que oferece painéis de informações gerenciais sobre a tramitação de processos, e o apoio ao programa **'Suporte à Organização, Cumprimento de Metas e Aperfeiçoamento Gerencial'** da 1ª Vice. Como parte do apoio ao programa de 'Suporte à Organização', foram realizadas aulas para 14 turmas sobre como usar os painéis táticos para gerenciar o desempenho das unidades judiciárias.

A Superintendência Judiciária também tem promovido diversas ações para auxiliar gabinetes e cartórios. Entre elas, destacam-se:

- **Análise de acervo:** Estudo quantitativo do volume de processos dos órgãos de julgamento.
- **Melhora de produtividade:** Avaliação do desempenho de gabinetes e magistrados para identificar oportunidades de otimização.
- **Planos de redução de acervo:** Elaboração de propostas personalizadas para diminuir o volume de processos e melhorar a produtividade de cada gabinete.
- **Incentivo ao uso de ferramentas:** Estímulo à utilização dos painéis táticos e de novas ferramentas que aprimoram a gestão de dados e o acompanhamento de indicadores.
- **Engajamento das equipes e interação eficiente entre gabinetes e cartórios.**

POTENCIAIS MUDANÇAS NA INICIATIVA

-

ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

- 3** – Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional.
4 – Enfrentamento à Corrupção e à Improbidade Administrativa.
6 – Consolidação dos Sistemas de Precedentes Obrigatórios.

Metas Nacionais	CNJ 1	CNJ 2	CNJ 4	CNJ 6	CNJ 7
Clique aqui para acessar o relatório de Metas Estratégicas	CNJ 8	CNJ 10	-	-	-
Metas Institucionais	TJMG 5	TJMG 6	TJMG 7	TJMG 29	TJMG 59
Clique aqui para acessar o relatório de Metas Estratégicas	TJMG 91	TJMG 115	TJMG 134	TJMG 135	-

OBSERVAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DAS METAS

Meta TJMG 5 (Julgamentos Monocráticos)

Até dezembro de 2025, a meta de realizar 70% dos julgamentos monocráticos em até 60 dias não foi alcançada. O desempenho médio apurado foi de 65%, ficando abaixo do esperado.

Meta TJMG 6 (Julgamentos Colegiados)

Da mesma forma, a meta de realizar 70% dos julgamentos colegiados em até 100 dias também não foi cumprida. O resultado médio até novembro de 2025, é de 67, aquém do objetivo.

Segundo o Centro de Resultados da prestação jurisdicional na 2ª Instância (CEINJUR), o desempenho abaixo do esperado de ambas as metas pode ser atribuído a fatores como o aumento no volume de processos e variações de produtividade causadas por férias, recessos e limitações de pautas de julgamento.

Meta TJMG 7 – Publicação de acórdãos

Para a Meta TJMG 7, que exige a publicação de 95% dos acórdãos em até 10 dias após o julgamento, o valor médio alcançado foi de 93,66% no ano de 2025. Mesmo tendo alcançado um resultado bem próximo da meta, a 1ª Vice-Presidência continua disponibilizando recursos essenciais, como: painéis táticos para visualização em tempo real do acervo e produtividade, ferramenta Push com alertas proativos sobre prazos e metas, cursos e treinamentos contínuos para servidores e gestão integrada por meio da interação constante com os cartórios, o que provou ser a estratégia mais eficaz.

Meta TJMG 29 – Julgamento de processos vinculados em razão de repercussão geral e repetitividade

Sobre a Meta TJMG 29 - Julgar, em 2025, em até 100 (cem) dias 80% (oitenta por cento) dos processos vinculados em razão de repercussão geral e repetitividade de recursos e feitos, após trânsito em julgado do tema 2º Grau (desconsiderado o tempo de permanência em carga aos advogados e aos órgãos externos - 25 dias), o resultado médio apurado até dezembro de 2025 é de 73%. Apesar dos esforços e das capacitações promovidas pelo Projeto Primeira Vice SOMA, o não alcance da meta nos primeiros meses do ano decorreu de fatores operacionais e estruturais, como elevado volume de processos e a complexidade dos temas analisados, o que demandou maior tempo de apreciação.

A Superintendência Judiciária vem atuando de forma contínua, por meio de ações formativas, orientações e acompanhamento técnico, com o objetivo de aprimorar os fluxos de trabalho e contribuir para a melhoria dos resultados.

Meta TJMG 59 – Julgamento de ações coletivas.

Referente à Meta TJMG 59 - Julgar até 31/12/2025, 85% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2023 no 2º Grau, o valor médio apurado até dezembro de 2025 foi de 90%, o que demonstra o cumprimento da meta no período.

Meta TJMG 91 – Tramitação do acervo processual em até 60 dias.

Sobre a Meta TJMG 91 - Movimentar 95% (noventa e cinco por cento) do acervo processual em prazo inferior a 60 (sessenta) dias, o resultado apurado médio é de 103% até dezembro de 2025.

Meta alcançada devido ao trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Centro de Aperfeiçoamento Gerencial 2ª Instância-CEAGESI, através da implantação do Desdobramento do Planejamento Estratégico, aliado à forte atuação da Secretaria Judiciária, que incentiva a agilidade nas movimentações processuais e promove treinamentos constantes e uniformidade dos procedimentos.

Meta TJMG 115 – Devolução dos processos conclusos para o cartório em até 95 dias.

Em relação à Meta TJMG 115 - Devolver para o respectivo Cartório 95% (noventa e cinco por cento) dos processos conclusos no prazo de até 90 (noventa) dias, contado da data da conclusão, o resultado médio apurado até dezembro de 2025 é de 94%.

O resultado muito próximo da meta é devido ao desempenho da Secretaria Judiciária na gestão dos prazos, atuando de forma proativa para estimular a devolução célere dos processos conclusos e orientar gabinetes e cartórios quanto às melhores práticas.

Metas 134 e 135 – Admissibilidade (150 dias) e julgamento (320 dias) dos IRDRs e IACs

A Meta TJMG 134, que prevê julgar 60% dos Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDRs) e Incidentes de Assunção de Competência (IACs) em até 320 dias, não foi atingida, registrando um resultado de 0% até o momento. Embora tenham ocorrido julgamentos de mérito em todos os meses do ano, exceto em março, todos os processos foram concluídos após o prazo estipulado de 320 dias.

A Meta TJMG 135, que exige o juízo de admissibilidade de 100% dos Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDRs) e Incidentes de Assunção de Competência (IACs) em até 150 dias, não foi cumprida, com um resultado de 0%. Ocorreram julgamentos de mérito em todos os meses do ano, com exceção de abril e agosto, no entanto, todos após o prazo de 150 dias.

Diante dos resultados das duas metas e, para auxiliar as sessões cujas atribuições envolvem julgar os Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) e os Incidentes de Assunção de Competência (IAC), a Primeira Vice-Presidência do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, por meio do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes (NUGEPNAC) elaborou e apresentou aos desembargadores envolvidos o Projeto de Aperfeiçoamento na Formação de Precedentes cujo objetivo é fortalecer a segurança jurídica, garantir a isonomia nas decisões, a previsibilidade e coerência dos entendimentos firmados, acelerar a prestação jurisdicional, garantir a clareza das teses firmadas e preservar a unidade e integridade do nosso sistema de justiça. O ponto importante desse projeto é: para otimizar essa colaboração, cada Desembargador(a) membro das Seções poderá indicar um assessor para ser o contato direto com o NUGEPNAC, e para ser treinado como multiplicador. A intenção é fazer um nivelamento e municiar as assessorias com informações cruciais para o bom andamento dos incidentes em tramitação e para o alcance das metas do Planejamento Estratégico.

Ratificando a informação, para garantir o controle dos números e o cumprimento das metas, a 1ª Vice-Presidência disponibiliza recursos essenciais, como: painéis táticos para visualização em tempo real do acervo e produtividade,

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

ferramenta Push com alertas proativos sobre prazos e metas, cursos e treinamentos contínuos para servidores e gestão integrada por meio da interação constante com os cartórios.

VINCULAÇÃO PROJEF 5.0

IV - aumentar a eficiência jurisdicional, com redução efetiva do tempo médio de tramitação dos processos no Poder Judiciário de Minas Gerais, inclusive em sede recursal e de inquéritos policiais, especialmente nas matérias reconhecidas como prioritárias pelo CNJ.

V - majorar o efetivo acesso das partes à tutela jurisdicional de mérito, mediante ampliação das ferramentas de automação, de inteligência artificial e de tramitação eletrônica de todos os expedientes judiciais, aumentando o número de processos julgados e otimizando os esforços dedicados à área-fim.

VII - erradicar a tramitação de processos físicos, cíveis e criminais por meio da virtualização de todo o acervo de processos ativos e suspensos, bem como do incremento de instrumentos de julgamento e baixa de autos.

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

Nome da Iniciativa	05 – Programa de Melhoria de Indicadores do IPC-Jus TJMG.
---------------------------	--

Priorização		
--------------------	--	---

INFORMAÇÕES GERAIS	
Unidade gestora	Corregedoria-Geral de Justiça: Diretoria Executiva da Atividade Correcional – DIRCOR.
Patrocinador	Dr. Guilherme Lima Nogueira da Silva.
Objetivos	O Índice de Produtividade Comparada da Justiça (IPC-Jus), desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), é um dos principais indicadores para mensurar a eficiência dos tribunais brasileiros, possibilitando a avaliação comparativa do desempenho dos tribunais, considerando a demanda processual e os recursos disponíveis. O principal objetivo da iniciativa é melhorar o IPC-Jus do TJMG, atuando, de forma coordenada na (no): - correção de movimentações indevidas; - julgamento de processos que já preencheram os requisitos legais para a extinção; - baixa dos processos que estejam aptos para tanto; - aumento da qualidade dos lançamentos e do banco de dados estatísticos do TJMG; - redução do acervo total de feitos ativos do TJMG; - redução da taxa de congestionamento das unidades judiciárias. - redução do tempo de médio de tramitação.
Característica da Iniciativa	Programa Recorrente.

ESCOPO
Julgamento e/ou baixa em processos selecionados com falecimento do imputado como autor do fato (réus falecidos); com prescrição da pretensão socioeducativa (Súmula 338 do STJ) (Extinção pela prescrição); com representado ou imputado como autor de ato infracional maior de 21 anos de idade, limite para aplicação da medida socioeducativa (extinção obrigatória pela maioridade).
Cooperação pontual para o cumprimento de mandados judiciais.
Comunicação Proativa com Oficiais de Justiça.
Cooperação de Oficiais de Justiça na Busca e Restrição de Bens – CBRB.
Impulsioneamento de processos paralisados há mais de 120 dias, na 1ª instância (concluso para sentença no gabinete ou em secretaria).
Impulsioneamento dos processos pendentes no âmbito da meta nacional 2 - com maior tempo de tramitação.
Impulsioneamento dos processos pendentes no âmbito da meta nacional 4 - Ações de improbidade administrativa.
Baixa de inquéritos policiais instaurados há mais de 15 anos com prescrição da pretensão punitiva do Estado.
Parceria com o Programa Pontualidade 5.0.
Aprimoramento da fiscalização e acompanhamento das unidades judiciárias.

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

MONITORAMENTO					
Status da Iniciativa	Parcialmente concluída.	Progresso (%)	99%.		
Custo previsto	Em estudo.	Custo executado	Em estudo.		
Início da iniciativa	01/04/2025.	Término da iniciativa	16/01/2026.		
Data do monitoramento	28/01/2025.				
CRONOGRAMA DE ACOMPANHAMENTO					
ENTREGAS (E) / ATIVIDADES (A)	INÍCIO PREVISTO	TÉRMINO PREVISTO	TÉRMINO REPLANEJADO	TÉRMINO REALIZADO	STATUS
(E) Julgamento e/ou baixa em processos selecionados com falecimento do imputado como autor do fato (réus falecidos); com prescrição da pretensão socioeducativa (Súmula 338 do STJ) (Extinção pela prescrição); com representado ou imputado como autor de ato infracional maior de 21 anos de idade, limite para aplicação da medida socioeducativa (extinção obrigatória pela maioridade).	01/04/2025	16/01/2026		22/01/2026	Concluído
(A) Desenvolver um robô que automatizará a identificação da certidão de óbito do réu falecido e o CRC (Cartórios de Registro Civil) em que foi registrada (por meio do cruzamento da lista de eleitores falecidos disponibilizado pelo TRE e da base do SERP-Jud (sistema eletrônico de Registro Público).	01/04/2025	24/09/2025	30/01/2026	17/12/2025	Concluído
(A) Identificar no painel, a partir de uma lista de eleitores falecidos disponibilizada pelo TRE, quais processos estão aptos ao Julgamento e/ou baixa em função do falecimento do réu.	01/04/2025	29/08/2025		29/08/2025	Concluído
(A) Disponibilizar o painel às unidades judiciárias e solicitar a regularização dos impulsionamentos pendentes.	28/08/2025	17/09/2025		17/09/2025	Concluído
(A) Realizar o impulsionamento dos processos selecionados em tramitação na unidade judiciária.	01/10/2025	28/11/2025		28/11/2025	Concluído

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

(A) Monitorar os resultados da regularização realizada pelas unidades judiciárias.	01/10/2025	28/11/2025		28/11/2025	Concluído
(A) Apurar e consolidar os resultados alcançados.	16/01/2026	16/01/2026	16/01/2026	22/01/2026	Concluído
(E) Cooperação pontual para o cumprimento de mandados judiciais.	13/01/2025	19/12/2025		30/11/2025	Concluído
(A) Identificar, durante as fiscalizações, as Comarcas que possuam maior número de mandados judiciais em atraso ou maior volume de mandados judiciais a serem cumpridos.	13/01/2025	19/12/2025		30/06/2025	Concluído
(A) Promover a cooperação entre oficiais de justiça no 1º semestre do ano.	13/01/2025	30/06/2025		30/06/2025	Concluído
(A) Promover a cooperação entre oficiais de justiça no 2º semestre do ano.	01/07/2025	19/12/2025		30/11/2025	Concluído
(E) Comunicação Proativa com Oficiais de Justiça.	19/02/2025	30/09/2025		10/12/2025	Concluído
(A) Estudar a viabilidade a possibilidade de envio automático de notificação a partir do Painel de Mandados Distribuídos e Redistribuídos para as Centrais de Mandados.	19/02/2025	30/09/2025		30/09/2025	Concluído
(A) Estabelecer um canal de comunicação mais eficiente e proativo com os Oficiais de Justiça, com lembretes automáticos para mandados próximos ao vencimento ou atrasados (mandados em poder dos oficiais de justiça há mais de 30 dias).	15/09/2025	30/09/2025		10/12/2025	Concluído
(E) Cooperação de Oficiais de Justiça na Busca e Restrição de Bens – CBRB.	01/07/2025	30/07/2025		30/07/2025	Concluído
(A) Instituir o projeto-piloto "Cooperação para Busca e Restrição de Bens - CBRB", destinado à realização das atividades afetas à busca, à pesquisa e à restrição de bens por oficiais de justiça lotados na Comarca de Belo Horizonte em cooperação com a Central de Cumprimento de Sentença Cível - CENTRASE Cível.	07/05/2025	07/05/2025		07/05/2025	Concluído
(A) Indicar a participação de oficiais de justiça da Comarca	01/06/2025	30/06/2025		30/06/2025	Concluído

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

de Belo Horizonte (SINDOJUS).					
(A) Capacitar os oficiais de justiça para a utilização dos sistemas eletrônicos disponibilizados ao Poder Judiciário.	01/07/2025	30/07/2025		30/07/2025	Concluído
(E) Impulsioneamento de processos paralisados há mais de 120 dias, na 1ª instância (concluso para sentença no gabinete ou em secretaria).	07/07/2025	16/01/2026		21/01/2026	Concluído
(A) Encaminhar ofício às unidades judiciárias solicitando o impulsioneamento dos processos judiciais paralisados há mais de 120 dias na 1ª instância, em gabinete ou secretaria, constantes no painel Apoio ao Planejamento e Fiscalização.	07/07/2025	07/07/2025		07/07/2025	Concluído
(A) Promover a análise e a regularização dos processos paralisados há mais de 120 dias, priorizando aqueles com maior tempo de paralisação.	07/07/2025	31/07/2025		31/07/2025	Concluído
(A) Informar as providências concretamente adotadas para impulsar cada um dos processos em situação de paralisação ou justificativa fundamentada para a impossibilidade, acompanhada de um cronograma das medidas que serão implementadas para a efetiva movimentação do feito.	07/07/2025	31/07/2025		31/07/2025	Concluído
(A) Monitorar os resultados da regularização realizada pelas unidades judiciárias.	01/08/2025	18/12/2025		28/11/2025	Concluído
(A) Apurar e consolidar os resultados alcançados (resultado final).	16/01/2026	16/01/2026		21/01/2026	Concluído
(E) Impulsioneamento dos processos pendentes no âmbito da meta nacional 2 - com maior tempo de tramitação.	13/01/2025	13/10/2025		21/01/2026	Concluído
(A) Identificar os processos judiciais com maior tempo de tramitação na 1ª instância.	13/01/2025	17/02/2025		17/02/2025	Concluído
(A) Encaminhar lista dos processos judiciais selecionados às unidades judiciárias e solicitar regularização dos impulsioneamentos pendentes.	17/02/2025	26/02/2025		26/02/2025	Concluído

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

(A) Realizar o impulsionamento dos processos selecionados em tramitação na unidade judiciária.	17/02/2025	13/10/2025		13/10/2025	Concluído
(A) Monitorar os resultados da regularização realizada pelas unidades judiciárias.	17/02/2025	13/10/2025	19/12/2025	21/01/2026	Concluído
(E) Impulsionamento dos processos pendentes no âmbito da meta nacional 4 - Ações de improbidade administrativa.	13/01/2025	26/10/2025		26/10/2025	Concluído
(A) Identificar os processos judiciais ativos no âmbito da meta nacional 4 - Ações de improbidade administrativa, sobretudo aquelas com prescrição prevista para outubro de 2025.	13/01/2025	06/05/2025		06/05/2025	Concluído
(A) Encaminhar lista dos processos judiciais selecionados às unidades judiciárias e solicitar regularização dos impulsionamentos pendentes.	06/05/2025	06/05/2025		06/05/2025	Concluído
(A) Realizar o impulsionamento dos processos selecionados em tramitação na unidade judiciária.	06/05/2025	26/10/2025		26/10/2025	Concluído
(A) Monitorar os resultados da regularização realizada pelas unidades judiciária.	13/01/2025	26/10/2025		26/10/2025	Concluído
(A) Implementar figura do servidor guardião nas secretarias.	21/08/2025	21/08/2025		21/08/2025	Concluído
(A) Desenvolver Painel, na ferramenta Qlik Sense, para monitoramento dos processos envolvendo Improbidade Administrativa, em especial, dos prazos de prescrição. (contempla processos distribuídos após 26/10/2021 e, portanto, não pertencem ao escopo MN4 em 2025).	05/05/2025	19/09/2025		19/09/2025	Concluído
(E) Baixa de inquéritos policiais instaurados há mais de 15 anos com prescrição da pretensão punitiva do Estado.	29/04/2025	05/09/2025		05/09/2025	Concluído
(A) Encaminhar ofício às Comarcas solicitando a análise dos inquéritos policiais instaurados há mais de 15 anos e, havendo a possibilidade de prescrição da	29/04/2025	05/09/2025		05/09/2025	Concluído

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

pretensão punitiva do Estado, adotar providencias pra sua baixa.					
(E) Parceria com o Programa Pontualidade 5.0.	03/02/2025	05/11/2025		22/09/2025	Concluído
(A) Identificar as Unidades Judiciárias com potencial para receber cooperação no 1º semestre, em parceria com o Programa Pontualidade 5.0.	03/02/2025	28/02/2025		28/02/2025	Concluído
(A) Encaminhar lista das Comarcas para a Presidência, para seleção das unidades judiciárias que receberão cooperação no 1º semestre do ano.	03/03/2025	03/03/2025		03/03/2025	Concluído
(A) Identificar as Unidades Judiciárias com potencial para receber cooperação no 2º semestre, em parceria com o Programa Pontualidade 5.0.	01/10/2025	31/10/2025		18/09/2025	Não concluído
(A) Encaminhar lista das Comarcas para a Presidência, para seleção das unidades judiciárias que receberão cooperação no 2º semestre do ano.	05/11/2025	05/11/2025		22/09/2025	Concluído
(E) Aprimoramento da fiscalização e acompanhamento das unidades judiciárias.	13/01/2025	31/10/2025	31/01/2026		Em andamento
(A) Definir novas competências, habilidades e atitudes necessárias à equipe, frente os desafios do Poder Judiciário Mineiro e inovações tecnológicas.	13/01/2025	30/05/2025		30/05/2025	Concluído
(A) Capacitar a equipe da GEFIS, em conjunto com a EJEJF.	01/07/2025	28/07/2025		28/07/2025	Concluído
(A) Revisar o padrão de elaboração do relatório de fiscalização.	26/08/2025	31/10/2025	31/01/2026		Em andamento
IMPEDIMENTOS					
Problema Identificado	Ação Corretiva	Unidade Responsável	Prazo	Status	
-	-	-	-	-	
SITUAÇÃO / PONTO DE ATENÇÃO / INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR					
Até 2024, com o objetivo aumentar o Índice de Produtividade Comparada da Justiça (IPC-Jus) do TJMG, a CGJ promoveu, entre os meses de setembro e novembro de cada ano, o Esforço Concentrado nas Unidades Judiciárias da 1ª Instância para: I - promover a baixa em processos selecionados em decorrência do falecimento do imputado como autor do fato, com prescrição da pretensão socioeducativa (Súmula 338 do STJ); ou com representado ou imputado como autor de ato infracional maior de 21 anos de idade, limite para aplicação da medida socioeducativa (extinção obrigatória); II - tramitação de processos paralisados há mais de 100 dias na 1ª instância, sem motivo legal; III - o cumprimento de mandados judiciais selecionados, em poder de Oficial de Justiça além do prazo legal. O esforço concentrado é um espaço					

de tempo reservado para identificação e tratamento prioritário dos processos pendentes de julgamento e de baixa processual.

A partir de 2025, embora o objetivo da iniciativa tenha se mantido - aprimorar os indicadores que gerem impacto direto na produtividade do TJMG e que, portanto, contribuam para a melhora do Indicador “Índice de Produtividade Comparada da Justiça (IPC Jus) -, o escopo foi ampliado, passando a conter, além do esforço concentrado, outras frentes de ação adotadas pela CGJ ao longo do ano, que contribuem positivamente para a melhoria dos resultados do IPC-Jus. Por essa razão, a iniciativa passou a ser chamada de **Programa de Melhoria de Indicadores do IPC-Jus TJMG 2025**.

O IPC-Jus é uma medida avalia a eficiência relativa dos tribunais ao considerar informações de litigiosidade (processos que tramitaram no período), dados sobre pessoal e sobre recursos financeiros (despesa total, excluídas as despesas com inativos e com projetos de construção e obras); e a quantidade de processos baixados, excluídos os processos de execuções fiscais e penais.

Segundo o relatório Justiça em Números, o TJMG obteve o pior resultado no referido indicador, entre os tribunais de grande porte, tanto em 2024 (dados referentes à 2023) quanto em 2025 (dados referentes à 2024): 61% (2024) e 42% (2025). Observa-se uma redução do desempenho do TJMG em 19 p.p de um ano para o outro. Isso posto, ficou evidente a necessidade de intensificar as ações que gerem impacto direto na produtividade do TJMG.

Destacam-se a seguir, as principais entregas realizadas para melhorar os indicadores do IPC-Jus do TJMG

O esforço concentrado para **“julgamento e/ou baixa em processos com falecimento do imputado como autor do fato (réus falecidos); com prescrição da pretensão socioeducativa (Súmula 338 do STJ) (Extinção pela prescrição); com representado ou imputado como autor de ato infracional maior de 21 anos de idade, limite para aplicação da medida socioeducativa (extinção obrigatória pela maioridade)”** foi realizado no período entre Outubro de Novembro deste ano. Até 2024, os processos pendentes eram disponibilizados para as Unidades Judiciárias por meio de lista estática, mas, em 2025, foi desenvolvido um painel para permitir a consulta em tempo real.

Referente **aos processos com réus falecidos**, foi desenvolvido um robô que automatizou a identificação da certidão de óbito do réu falecido e o Cartório de Registro Civil (CRC) em que foi registrada, desonerando o juiz dessa atividade e otimizando os trâmites necessários ao encerramento do processo. Contudo, ainda consta pendente o cadastramento dos usuários para atuação no referido robô.

No que tange a **cooperação pontual para cumprimento de mandados judiciais**, durante as inspeções e fiscalizações, com apoio da equipe de Gerência de mandados (GEMAN), são identificadas as Unidades Judiciárias que possuam considerável número de mandados judiciais em atraso. No 1º semestre, foram promovidas cooperações buscando o cumprimento de mandados em atraso e a otimização dos serviços judiciais em: Paraguaçu; Itabirito; Sabará; Mariana e Águas Formosas (a cooperação em Águas formosas ocorreu de forma contínua). Já no 2º semestre, a cooperação foi realizada nas seguintes comarcas: Caeté, Ouro Branco, Matozinhos, e novamente em Sabará e Mariana.

Referente a **comunicação proativa com os oficiais de justiça**, foi estabelecida uma sistemática, a partir do painel de Mandados Distribuídos e Redistribuídos, de envio automático de relatório gerencial trimestral aos diretores dos foros, informando, por exemplo, os mandados que estiverem próximos ao vencimento ou atrasados (mandados em poder dos oficiais de justiça há mais de 30 dias).

Destaca-se a **instituição do projeto piloto “Cooperação de Oficiais de Justiça na Busca e Restrições de Bens – CBRB”**. De acordo com a Portaria conjunta 1664/PR/2025, que institui o projeto piloto, a cooperação é destinada à realização das atividades afetas à busca, à pesquisa e à restrição de bens por oficiais de justiça lotados na Comarca de Belo Horizonte em cooperação com a Central de Cumprimento de Sentença Cível – CENTRASE, contemplando, inclusive, os processos que estiverem remetidos à Central de Pesquisa Patrimonial - CPP. Para viabilizar a cooperação, os oficiais de justiça foram capacitados sobre a utilização dos sistemas eletrônicos disponibilizados ao Poder Judiciário, como: Restrições judiciais Sobre Veículos Automotores - RENAJD, de Informações ao Judiciário - INFOJD, de Busca de Ativos do Poder Judiciário - SISBAJD, de Investigação Patrimonial e Recuperação de Ativos - SNIPER, o Sistema Eletrônico dos Registros Públicos - SERP e o SERASAJUD - sistema eletrônico de transmissão de dados que facilita a comunicação entre o Poder Judiciário e a Serasa Experian.

Para o **Impulsionamento de processos paralisados há mais de 120 dias na 1ª instância (concluso para sentença no gabinete ou em secretaria)**, foi enviado Ofício Circular da Corregedoria nº 55/DIRCOR/2025, para as unidades judiciárias, solicitando a adoção das providências necessárias, bem como compartilhando a Cartilha de Boas Práticas Gerenciais elaboradas pelo Núcleo de Suporte ao Planejamento e à Gestão de Primeira Instância – NUPLAN. Os resultados são

monitorados pela CGJ e, sempre que oportuno, reitera-se o pedido às Unidades Judiciárias. Os impulsionamentos são feitos por região.

No que tange o **impulsionamento dos processos pendentes no âmbito da Meta Nacional 2 (julgar pelo menos, 80% dos processos distribuídos até 31/12/2021 no 1º grau, (...) 95% dos processos distribuídos até 31/12/2022 nos Juizados Especiais e Turmas Recursais e 100% dos processos de conhecimento pendentes de julgamento há 15 anos (2010) ou mais)**, foi enviado Ofício Circular da Corregedoria nº 10/2025 para as seis regiões da Corregedoria, contendo a lista dos processos com maior tempo de tramitação e recomendação para adoção das providências necessárias.

Os resultados foram monitorados pela CGJ e, sempre que oportuno, reiterou-se o pedido às Unidades Judiciárias. Conforme o painel de acompanhamento de metas nacionais disponibilizado pelo CNJ, com dados atualizados em 21/01/2026, o TJMG alcançou a meta no âmbito do 1º grau – Justiça Comum (107,06% de cumprimento), restando pendentes de julgamento 167.078 processos distribuídos até 2021. Já no âmbito dos Juizados Especiais e Turmas Recursais, o TJMG quase alcançou a meta (99,52% de cumprimento), restando pendentes de julgamento 15.839 processos distribuídos até 2022. No que tange os processos distribuídos há 15 anos ou mais, restaram pendentes de julgamento 4.514 processos no 1º grau.

Tendo em vista que, na decisão do Supremo Tribunal Federal - STF sobre o Agravo em Recurso Extraordinário - ARE 843.989, foi estabelecido que os prazos de prescrição previstos na Lei nº 14.230, de 25 de outubro de 2021, que versa sobre a improbidade administrativa, seriam aplicados a partir da sua publicação, os quatro anos seguintes teriam sua primeira expiração em 26 de outubro de 2025. Diante da urgência de se julgar, até a referida data, as ações de improbidade administrativa distribuídas até 26 de outubro de 2021 e, ainda, o considerável estoque de processos dessa temática no TJMG, a CGJ promoveu o **impulsionamento dos processos pendentes no âmbito da meta nacional 4 (Identificar e julgar até 31/12/2025, 65% das ações penais relacionadas a crimes contra a Administração Pública, distribuídas até 31/12/2021, em especial corrupção ativa e passiva, peculato em geral e concussão e identificar e julgar até 26/10/2025, 100% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 26/10/2021)**. Foi enviado Ofício Circular da Corregedoria nº 24/2025 para as unidades judiciárias, contendo a lista dos processos pendentes e recomendação para adoção das providências necessárias. Destaca-se que, além da lista, há um painel contendo a relação dos processos pendentes, por meio do qual é feito o acompanhamento. Adicionalmente, para garantir o impulsionamento dos processos relacionados à improbidade administrativa, foi criada a figura do “Servidor Guardião” nas secretarias. Esse servidor é responsável por impulsionar a tramitação (e, consequentemente, o julgamento) de um ou mais processos, evitando a sua prescrição. De acordo com o Ofício Circular da Corregedoria nº 69/2025, a execução do referido projeto envolve a vinculação de cada processo da Meta 4 a um Servidor Guardião, que foi designado para o acompanhamento individualizado do processo, garantindo seu andamento célere e evitando paralisações desnecessárias. Compete a esse servidor conferir semanalmente a movimentação do processo e elaborar mensalmente um relatório de prestação de contas para o gerente de secretaria.

Conforme o painel de acompanhamento de metas nacionais disponibilizado pelo CNJ, com dados atualizados em 21/01/2026, o TJMG alcançou a meta 4 no âmbito do 1º grau – Justiça Comum (135,62% de cumprimento), Juizado Especial (148,09% de cumprimento) e Turma Recursal (147,37% de cumprimento). No entanto, no que tange especificamente as ações referentes à improbidade administrativa, a meta não foi alcançada, restando pendentes de julgamento 2.399 processos distribuídos 26 de outubro até 2021.

No que tange os **Inquéritos policiais**, no curso dos trabalhos de virtualização, em andamento, verificou-se a existência de um número significativo de **procedimentos instaurados há mais de 15 anos** sem o devido oferecimento da denúncia. Esse expressivo lapso temporal sugere a possibilidade de prescrição da pretensão punitiva do Estado em diversos casos. Nesse sentido, foi encaminhado ofício circular nº 003/GAPRE – 2025 para as unidades judiciárias contendo a listagem de inquéritos nessa condição solicitando que fosse verificada a possível incidência de prescrição e a adoção das providências necessárias para a extinção da punibilidade, quando cabível.

Em parceria com a Presidência, foram realizadas **cooperações no âmbito do Programa Pontualidade 5.0** em Unidades Judiciárias com grande acervo de processos paralisados há mais de 120 dias; que tenham especificidades que possam gerar acúmulo de processos, como licença saúde, maternidade, férias, afastamentos, etc.

Para o **aprimoramento da fiscalização e acompanhamento das unidades judiciárias**, foram definidas novas competências, habilidades e atitudes necessárias à equipe, frente aos desafios do Poder Judiciário Mineiro e inovações tecnológicas, e promovida a capacitação da equipe da GEFIS e dos apoios regionais, em conjunto com a EJE. Está em andamento a revisão do padrão de elaboração do relatório de fiscalização, com perspectiva de conclusão no início de 2026.

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

POTENCIAIS MUDANÇAS NA INICIATIVA					
-					
ALINHAMENTO ESTRATÉGICO					
3 – Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional; 4 – Enfrentamento à Corrupção e à Improbidade Administrativa.					
Metas Nacionais Clique aqui para acessar o relatório de Metas Estratégicas	CNJ 1	CNJ 2	CNJ 4	CNJ 5	CNJ 6
	CNJ 7	CNJ 8	CNJ 10	-	-
Metas Institucionais Clique aqui para acessar o relatório de Metas Estratégicas	TJMG 10	TJMG 146	TJMG 147	TJMG 148	TJMG 149
	-	-	-	-	-
OBSERVAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DAS METAS					
TJMG 146 – Em dezembro de 2025, apurou-se a redução de 30,4% do estoque dos processos conclusos para sentença, decisão e despacho há mais de 120 dias, em relação a dezembro de 2024 (redução de 129.351 para 90.012 processos). A meta foi alcançada, pois era esperada uma redução de 10% no período. TJMG 147 – Em dezembro de 2025, apurou-se redução de 21% do estoque dos processos paralisados sem motivo legal, há mais de 120 (cento e vinte) dias, em secretaria, em relação a dezembro de 2024 (redução de 195.632 para 154.504 processos). A meta não foi atingida, pois era esperada uma redução de 30% no período. TJMG – 148 - Redução de 15,1% do tempo médio de tramitação dos feitos do acervo gerenciável, a partir da data de distribuição até a data da baixa, em relação a dezembro de 2024 (redução de 802 dias para 681 no período). A meta foi alcançada, pois era esperada uma redução de, pelo menos, 4% no ano. Para viabilizar o alcance das metas de TJMG 146 a TJMG 148, a DIRCOR acompanhou os resultados das unidades judiciárias e enviou Ofícios Circulares contendo tanto a listagem de processos com pendências quanto recomendações para adoção das providências necessárias ao impulsionamento e regularização das tramitações. Além disso, disponibilizou painéis por meio dos quais é possível que a Unidade Judiciária acompanhe a listagem de processos pendentes em tempo real. Essa estratégia foi adotada para o impulsionar os processos paralisados há mais de 120 dias sem motivo legal, bem como os processos pendentes no âmbito das metas nacionais 2 e 4. Cabe destacar, ainda, a parceria com a Presidência para a realização de cooperações, no âmbito do Programa Pontualidade 5.0, em Unidades Judiciárias com grande acervo de processos paralisados há mais de 120 dias ou que tenham especificidades que possam gerar acúmulo de processos, como licença saúde, maternidade, férias, afastamentos, etc. TJMG 10 – Em dezembro de 2025, apurou-se a redução de 65,1% dos mandados judiciais em atraso na Primeira Instância há mais de 30 (trinta) dias, em relação a dezembro de 2024 (redução de 56.524 para 19.742 mandados no período). A meta foi alcançada, pois era esperada uma redução de, pelo menos, 12% no ano. Para o alcance da meta, a Gerência de mandados (GEMAN) promoveu cooperações entre oficiais de justiça em comarcas que possuíam maior número de mandados judiciais em atraso ou maior volume de mandados judiciais a serem cumpridos. Durante o ano de 2025, ocorreram cooperações em: Paraguaçu, Itabirito, Sabará, Mariana, Águas Formosas, Caeté, Ouro Branco e Matozinhos. Adicionalmente, estão sendo enviados, de forma automática, relatórios gerenciais aos Diretores de Foro, a partir do Painel de Mandados Distribuídos e Redistribuídos, informando, por exemplo, os mandados que estiverem próximos ao vencimento ou atrasados. Além disso, foi instituído o projeto piloto “Cooperação de Oficiais de Justiça na Busca e Restrições de Bens – CBRB”. De acordo com a Portaria conjunta 1664/PR/2025, que institui o projeto piloto, a cooperação foi destinada à realização das atividades afetas à busca, à pesquisa e à restrição de bens por oficiais de justiça lotados na Comarca de Belo Horizonte em cooperação com a Central de Cumprimento de Sentença Cível – CENTRASE, contemplando, inclusive, os processos que estiverem remetidos à Central de Pesquisa Patrimonial - CPP. TJMG 149 – Em dezembro de 2025, o volume de feitos com réus falecidos registrou um aumento de 9,2%, distanciando-se da redução esperada de, no mínimo, 50% em relação ao ano anterior. O acervo, que era de 4.035 processos em dezembro de 2024, subiu para 4.405 ao final de 2025. Ao longo do ano, foram envidados esforços para o cumprimento					

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

da referida meta. Em decorrência de parceria entre Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) e Tribunal Regional Eleitoral (TRE), periodicamente o TRE envia ao TJMG a listagem de pessoas falecidas, para que seja avaliada a possibilidade de baixar os processos judiciais com falecimento do imputado como autor do fato (réus falecidos). Em 2025, foi desenvolvido um robô que automatizará a identificação da certidão de óbito do réu falecido e o Cartório de Registro Civil (CRC) em que foi registrada, desonerando o juiz dessa atividade e otimizando os trâmites necessários ao encerramento do processo. Contudo, ainda consta pendente o cadastramento dos usuários para atuação no referido robô.

Por fim, registra-se que, em maio de 2025, foi publicado o Provimento nº 193 de 15/05/2025, que dispõe sobre a fixação do prazo de 120 dias corridos como parâmetro para aferição de eventual morosidade do juízo, a ser observado em âmbito disciplinar e na atividade fiscalizatória da Corregedoria. Em decorrência disso, foi necessário alterar as metas **TJMG 146** e **TJMG 147** para adequar o desafio da Instituição ao novo prazo. Além disso, após analisar o histórico de resultados dos últimos anos, verificou-se a necessidade de revisão da meta **TJMG 10** durante 2025, para adequar o tamanho do desafio à capacidade de execução da Instituição.

VINCULAÇÃO PROJEF 5.0

VI - incrementar as ferramentas administrativas de gestão judiciária, mediante apuração, tratamento e avaliação de dados que permitam direcionamento de esforços que assegurem a eficiência da prestação da tutela jurisdicional, reduzindo a taxa de congestionamento de processos em tramitação nas unidades judiciárias.

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

Nome da Iniciativa	06 - Programa Pontualidade 5.0.
--------------------	---------------------------------

Priorização	 
-------------	--

INFORMAÇÕES GERAIS	
Unidade gestora	Presidência: Presidência.
Patrocinador	Des. Luiz Carlos de Azevedo Corrêa Junior.
Objetivos	Atuar em regime de cooperação nas unidades judiciárias de Primeira e Segunda Instâncias do Estado de Minas Gerais que apresentem elevado acervo processual pendente de atos judiciais e de ofício, abarcando a participação em audiências de conciliação, mediação e a prática de outros atos auto compositivos, inclusive mediante mutirões, com o objetivo de agilizar a prestação jurisdicional. O Programa Pontualidade 5.0 atua, de forma contínua, em regime de cooperação com as unidades judiciárias da Justiça Comum de Primeira e Segunda Instâncias: I - através dos "Núcleos de Justiça 4.0" instituídos no âmbito do Tribunal de Justiça; II - mediante atuação de juízes de direito e desembargadores cooperadores, na forma da Resolução do Órgão Especial do TJMG nº 945, de 13 de novembro de 2020.
Característica da Iniciativa	Programa Recorrente.

ESCOPO
Cooperação (PROJEF) de juízes, nos termos da Resolução 945/2020.
Cooperação através do Núcleo de Justiça 4.0 – Cível.
Cooperação através do Núcleo de Justiça 4.0 – Criminal.
Cooperação através do Núcleo de Justiça 4.0 - Cooperação Judiciária.
Cooperação através da CEMES - Central de Execução de Medidas de Segurança 4.0.
Cooperação através do Núcleo de Justiça 4.0 - Fazenda Pública.
Cooperação através do Núcleo de Justiça 4.0 – Juizados Especiais.

MONITORAMENTO					
Status da Iniciativa	Concluído.	Progresso (%)		100%.	
Custo previsto	Em estudo.	Custo executado		Em estudo.	
Início da iniciativa	07/01/2025.	Término da iniciativa		31/12/2025.	
Data do monitoramento	04/02/2026.				
CRONOGRAMA DE ACOMPANHAMENTO					
ENTREGAS (E) / ATIVIDADES (A)	INÍCIO PREVISTO	TÉRMINO PREVISTO	TÉRMINO REPLANEJADO	TÉRMINO REALIZADO	STATUS

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

(E) Cooperação (PROJEF) de juízes, nos termos da Resolução 945/2020.	01/01/2025	31/12/2025		31/12/2025	Concluído
(A) Monitorar quantidade de Sentenças, Decisões, Despachos, Audiências e Júri.	01/01/2025	31/12/2025		31/12/2025	Concluído
(E) Cooperação através do Núcleo de Justiça 4.0 – Cível.	01/01/2025	31/12/2025		31/12/2025	Concluído
(A) Monitorar quantidade de Sentenças, Decisões, Despachos e Atos de Secretaria.	01/01/2025	31/12/2025		31/12/2025	Concluído
(E) Cooperação através do Núcleo de Justiça 4.0 – Criminal.	01/01/2025	31/12/2025		31/12/2025	Concluído
(A) Monitorar quantidade de Sentenças, Decisões, Despachos, Audiências e Atos de Secretaria.	01/01/2025	31/12/2025		31/12/2025	Concluído
(E) Cooperação através do Núcleo de Justiça 4.0 - Cooperação Judiciária.	01/01/2025	31/12/2025		31/12/2025	Concluído
(A) Monitorar quantidade de Sentenças, Decisões, Despachos, Audiências e Atos de Secretaria.	01/01/2025	31/12/2025		31/12/2025	Concluído
(E) Cooperação através da CEMES - Central de Execução de Medidas de Segurança 4.0.	01/01/2025	31/12/2025		31/12/2025	Concluído
(A) Monitorar quantidade de Sentenças, Decisões, Despachos, Audiências e Atos de Secretaria.	01/01/2025	31/12/2025		31/12/2025	Concluído
(E) Cooperação através do Núcleo de Justiça 4.0 - Fazenda Pública.	01/01/2025	31/12/2025		31/12/2025	Concluído
(A) Monitorar quantidade de Sentenças, Decisões e Atos de Secretaria.	01/01/2025	31/12/2025		31/12/2025	Concluído
(E) Cooperação através do Núcleo de Justiça 4.0 – Juizados Especiais.	01/01/2025	31/12/2025		31/12/2025	Concluído
(A) Monitorar quantidade de Sentenças, Decisões e Atos de Secretaria.	01/01/2025	31/12/2025		31/12/2025	Concluído
IMPEDIMENTOS					
Problema Identificado	Ação Corretiva	Unidade Responsável	Prazo	Status	
-	-	-	-	-	
SITUAÇÃO / PONTO DE ATENÇÃO / INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR					
Entre janeiro e dezembro de 2025, foram proferidos 87.609 atos jurisdicionais em caráter de cooperação, sendo:					
17.231 atos relacionados ao Programa Justiça Eficiente – PROJEF;					
34.443 atos no Núcleo de Justiça 4.0 – Cível;					
223 atos no Núcleo de Justiça 4.0 – Juizado Especial;					
2.826 atos no Núcleo de Justiça 4.0 – Criminal;					
20.839 atos Núcleo de Justiça 4.0 - Cooperação Judiciária;					
7.243 atos na Central de Execução de Medida de Segurança 4.0 – Cemes;					
4.127 atos no Núcleo de Justiça 4.0 - Fazendário.					

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

Além disso, foram proferidos 739.318 atos de secretaria, em caráter de cooperação.

*Sabe-se da existência de inconsistência nas informações da Central de Execução de Medida de Segurança 4.0 – CEMES.

Em 2025, houve a expansão da atuação do “Núcleo de Justiça 4.0 – Cível” (Portaria nº 7129/PR/2025), que passou a atuar em mais unidades judiciárias e a processar e julgar ações cujos assuntos correspondem a revisionais de contratos bancários, empréstimos consignados, cartão de crédito, tarifas, capitalização/anatocismo, revisão de juros remuneratórios e correlatos; que possuam assuntos correlatos à inclusão indevida em cadastros de proteção ao crédito; De busca e apreensão em alienação fiduciária; e em produção antecipada de provas (classe), nas referidas matérias. Também executa a triagem das ações de execução fiscal de baixo valor e de competência delegada da União, identificando processos passíveis de extinção e promovendo a prolação de sentenças, em conformidade com o Tema 1.184 do STF, a Resolução CNJ nº 547/2024, a Nota Técnica nº 13/2024 do CIJ-MG e a Portaria Conjunta CNJ nº 5, que estabelece cooperação para a baixa definitiva de execuções fiscais em tramitação nas Justiças Estaduais cujas inscrições em dívida ativa estejam integralmente extintas — seja por pagamento, prescrição, decisão administrativa ou qualquer outra causa que impeça o prosseguimento da demanda.

Com essa cooperação, estima-se assegurar a equivalência de carga de trabalho para magistrados, além de reduzir as taxas de congestionamento processual e atender às metas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Em abril de 2025, foi instituído o "Núcleo de Justiça 4.0 - Juizado Especial" (Portaria nº 1655/PR/2025), o qual iniciou a cooperação em julho de 2025. Conforme Portaria nº 7203/PR/2025, esse Núcleo atuará em ações que tramitam pelo procedimento especial (Leis nº 9.099/1995, que dispõe sobre os Juizados Especiais Cíveis e Criminais, e Lei nº 12.153/2009, que dispõe sobre os Juizados Especiais da Fazenda Pública no âmbito dos Estados); cujos assuntos correspondem a revisionais de contratos bancários, empréstimos consignados, cartão de crédito, tarifas, capitalização/anatocismo, revisão de juros remuneratórios e correlatos, com as instituições financeiras no polo passivo; e que possuam assuntos correlatos à inclusão indevida em cadastros de proteção ao crédito, plataformas de acordo/renegociação de débitos ou que envolvam "score" do consumidor.

Haverá cooperação em comarcas que: tenham sobrecarga de trabalho e, por isso, estejam descumprindo as metas do Conselho Nacional de Justiça – CNJ ou estejam com elevada taxa de congestionamento; sejam desprovidas de juízes titulares ou com designação exclusiva; ou onde não haja unidades jurisdicionais do sistema dos Juizados Especiais instaladas.

Outra mudança diz respeito ao “Núcleo de Justiça 4.0 – Cooperação Judiciária”, que até então atuava exclusivamente nas ações individuais relacionadas à ruptura das barragens em Brumadinho. Tendo em vista que a maioria desses processos já está na fase de sentença, houve a expansão da atuação do Núcleo para processar e julgar ações previdenciárias de competência delegada da Justiça Federal.

O “Núcleo de Justiça 4.0 – Fazenda Pública” (Portaria nº 1.406/PR/2022) atua nos processos do mutirão de pagamento dos honorários dativos, bem como nas causas que versam sobre o pagamento de férias prêmio e adicional noturno dos servidores públicos do Estado de Minas Gerais e férias prêmio dos servidores do TJMG. Os trabalhos contam com o uso de um robô que automatiza a triagem de processos.

POTENCIAIS MUDANÇAS NA INICIATIVA

-

ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

3 - Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional.

Metas Nacionais Clique aqui para acessar o relatório de Metas Estratégicas	CNJ 1	CNJ 2	CNJ 3	CNJ 5	CNJ 8
Metas Institucionais Clique aqui para acessar o relatório de Metas Estratégicas	TJMG 85	-	-	-	-

OBSERVAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DAS METAS

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

Entre janeiro e dezembro de 2025, foram proferidos 87.609 atos jurisdicionais (audiências, sentenças, decisões, despachos, jús e votos), em processos cíveis e criminais, em caráter de cooperação no Programa Pontualidade 5.0, frente os 60 mil previstos na meta TJMG 85, correspondendo a uma execução de 146,02%.

VINCULAÇÃO PROJEF 5.0

IV - aumentar a eficiência jurisdicional, com redução efetiva do tempo médio de tramitação dos processos no Poder Judiciário de Minas Gerais, inclusive em sede recursal e de inquéritos policiais, especialmente nas matérias reconhecidas como prioritárias pelo CNJ;

XVI - promover a redução progressiva e intensa do estoque de processos que aguardam qualquer espécie de providência para baixa (com exceção de processos suspensos por motivo legal), inclusive por meio de medidas interinstitucionais e de atuação do Centro de Inteligência na elaboração e efetivação de estratégias adequadas de design de soluções de conflito;

XXIII - modernizar a estrutura de cooperação judiciária, em alinhamento com o Programa Justiça 4.0 do CNJ, que busca ampliar o acesso da população brasileira à Justiça por meio do desenvolvimento e uso de novas tecnologias e inteligência artificial.

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

Nome da Iniciativa	07 – Programa de estruturação de políticas públicas autocompositivas de solução de conflitos.
--------------------	---

Priorização	 
-------------	--

INFORMAÇÕES GERAIS	
Unidade gestora	3ª Vice-Presidência.
Patrocinador	Des. Rogério Medeiros Garcia de Lima.
Objetivos	Fomentar e ampliar a utilização dos métodos adequados de solução de conflitos, contribuindo para a desjudicialização e promovendo a cultura da paz e o acesso à justiça, em conflitos de alta repercussão jurídica, cultural, econômica e social. As iniciativas abrangidas pelo programa são: REURB - Regularização Fundiária Urbana: A iniciativa tem como objetivo propiciar a cooperação, institucional e interinstitucional deste Tribunal, dentro de suas atribuições legais, destinada ao planejamento e à execução de ações referentes à temática da regularização fundiária no âmbito do Estado de Minas Gerais. Conciliação em Domicílio: Proporcionar ao cidadão mais uma oportunidade para a autocomposição, ampliando o acesso à justiça. Justiça Itinerante por instalação física nos moldes da resolução 632/2010 c/c Resolução 460/2022: A Justiça Itinerante está regulamentada pela Resolução 632/2010 e tem por objetivo facilitar o acesso à Justiça, levando aos municípios que não são sedes de comarca a estrutura judiciária necessária ao atendimento dos jurisdicionados ali residentes, em especial àqueles desprovidos de condições financeiras e/ou físicas para o seu deslocamento. Trata-se, no caso, de uma iniciativa onde por solicitação dos magistrados é analisada a possibilidade da abertura de espaço físico para prestação dos serviços judiciários em municípios distantes da sede da Comarca. O TJMG passa a contar, a partir da formalização do convênio, com espaço físico fixo oferecido pelo Município distante da sede, com o objetivo de que esse espaço possa sediar expediente forense, bem como receber os serviços judiciários na forma da legislação de regência. Paternidade para todos: O projeto tem por atividade precípua garantir a todos o nome do pai nos registros de nascimento, desde que a questão possa ser resolvida voluntariamente. Abrange também o procedimento de averiguação de paternidade previsto na Lei Federal nº 8560/92. Os exames de DNA são custeados pelo TJMG. Trata-se de procedimentos pré-processuais. Promoção de ações para o atendimento adequado à Pessoa Idosa: Publicação de um guia prático de atendimento aos idosos no âmbito dos CEJUSCs, com orientações claras e diretrizes para acolhimento; difusão da aplicação das Oficinas de Envelhecimento; e reformulação, em parceria com a EJEJ, do curso de Capacitação para expositores dessas oficinas. Oficinas de Envelhecimento: Reformulação, em parceria com a EJEJ, do curso de capacitação para expositores, assegurando atualização constante de conteúdos e metodologias, qualificando de forma contínua o atendimento à pessoa idosa. Fortalecimento das Redes Colaborativas de Justiça Restaurativa: Atualização da Cartilha do Protocolo de Instalação e do Portfólio de Projetos; desenvolvimento e realização de cursos de formação de facilitadores em parceria com a EJEJ, em conformidade com o Plano Mínimo Orientador do CNJ e com a participação de, no mínimo, vinte comarcas; e atualização sistemática dos dados de acompanhamento das ações de Justiça Restaurativa no Estado, garantindo monitoramento contínuo e aprimoramento das práticas.

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

	Nucleomulti: Formalizar parcerias com entidades públicas e privadas, objetivando a realização de sessões de conciliação e mediação em reclamações pré-processuais apresentadas perante o Poder Judiciário. Promoção da Política Auto Compositiva de Competência dos Cejuscs Especializados: Fortalecer e expandir a atuação dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCs) de 2º Grau Especializados. Busca-se aprimorar as políticas públicas judiciais, promovendo soluções consensuais que respeitem a diversidade cultural, social e econômica dos jurisdicionados, com destaque para a ampliação do acesso a direitos por povos indígenas, comunidades tradicionais e outros grupos em situação de vulnerabilidade."
Característica da Iniciativa	Programa Incremental.

ESCOPO
Promoção da Regularização Fundiária Urbana.
Expansão do Projeto Conciliação em Domicílio.
Ampliação das parcerias da Justiça Itinerante.
Gestão do Projeto Paternidade para todos.
Promoção de ações para o atendimento adequado à Pessoa Idosa.
Fortalecimento das Redes Colaborativas de Justiça Restaurativa.
Expansão do Nucleomulti.
Disseminação das práticas realizadas.
Promoção da política autocompositiva de competência dos Cejuscs especializados.

MONITORAMENTO					
Status da Iniciativa	Parcialmente concluído.	Progresso (%)	98%		
Custo previsto	Em estudo.	Custo executado	Em estudo.		
Início da iniciativa	07/01/2025.	Término da iniciativa	30/06/2026.		
Data do monitoramento	15/01/2026.				
CRONOGRAMA DE ACOMPANHAMENTO					
ENTREGAS (E) / ATIVIDADES (A)	INÍCIO PREVISTO	TÉRMINO PREVISTO	TÉRMINO REPLANEJADO	TÉRMINO REALIZADO	STATUS
(E) Promoção de Regularização Fundiária Urbana.	07/01/2025	19/12/2025		12/12/2025	Concluído
(A) Documentar as ações de cooperação e de apoio do Tribunal de Justiça a iniciativas de Reurb, realizadas no primeiro trimestre.	07/01/2025	31/03/2025		31/03/2025	Concluído
(A) Agendar, preparar e registrar as deliberações das reuniões do NUIREF no 1º semestre. Documentar as ações de	01/04/2025	30/06/2025		30/06/2025	Concluído

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

cooperação e de apoio do Tribunal de Justiça a iniciativas de Reurb, realizadas no segundo trimestre.					
(A) Realizar uma reunião do Nuiref no primeiro trimestre.	11/02/2025	31/03/2025		11/02/2025	Concluído
(A) Realizar uma reunião do Nuiref no segundo trimestre.	01/04/2025	30/06/2025		04/06/2025	Concluído
(A) Realizar uma reunião do Nuiref no terceiro trimestre.	01/07/2025	30/09/2025		05/08/2025	Concluído
(A) Realizar uma reunião do Nuiref no quarto trimestre.	01/10/2025	19/12/2025		12/12/2025	Concluído
(A) Auxiliar na realização de, pelo menos, 1 (um) procedimento de Reurb.	07/01/2025	19/12/2025		12/12/2025	Concluído
(E) Expansão do projeto Conciliação em Domicílio.	07/01/2025	19/12/2025		08/07/2025	Concluído
(A) Elaborar o 1º relatório de acompanhamento dos resultados da expansão do projeto conciliação em domicílio.	07/01/2025	31/03/2025		31/03/2025	Concluído
(A) Elaborar o 2º relatório de acompanhamento dos resultados da expansão do projeto conciliação em domicílio.	01/04/2025	30/06/2025		30/06/2025	Concluído
(A) Capacitar oficiais de justiça para atuarem no projeto.	07/01/2025	19/12/2025		08/07/2025	Concluído
(A) Realizar uma reunião de alinhamento e engajamento com os Oficiais de Justiça.	07/01/2025	19/12/2025			Cancelado
(E) Ampliação das Parcerias da Justiça Itinerante.	07/01/2025	30/06/2025	19/12/2025	12/12/2025	Concluído
(A) registrar os casos de TCT firmados no primeiro semestre para oferecimento dos serviços de itinerância na forma das Resoluções 632/2010 do TJMG e 460/2022 do CNJ.	07/01/2025	30/06/2025	19/12/2025	12/12/2025	Concluído
(E) Gestão do Projeto Paternidade Para Todos.	07/01/2025	19/12/2025		12/12/2025	Concluído
(A) Acompanhar as ações da execução do Projeto Paternidade para Todos e os	07/01/2025	31/03/2025		30/06/2025	Concluído

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

dados estatísticos no primeiro semestre.					
(A) Acompanhar as ações da execução do Projeto Paternidade para Todos e os dados estatísticos no segundo semestre.	01/07/2025	19/12/2025		12/12/2025	Concluído
(E) Promoção de ações para o atendimento adequado à Pessoa Idosa.	07/01/2025	19/12/2025	30/06/2026		Em andamento
(A) Publicar um guia prático de atendimento aos idosos no âmbito dos CEJUSCs, com orientações claras e diretrizes para acolhimento.	07/01/2025	19/12/2025		10/11/2025	Concluído
(A) Promover a difusão da aplicação de Oficinas de Envelhecimento nos CEJUSCs.	11/02/2025	12/05/2025		05/12/2025	Concluído
(A) Reformular, em parceria com a EJEJ, curso de capacitação para expositores de Oficinas de Envelhecimento.	01/08/2025	19/12/2025	30/06/2026		Em andamento
(E) Fortalecimento das Redes Colaborativas de Justiça Restaurativa.	07/01/2025	19/12/2025		17/12/2025	Concluído
(A) Atualizar a Cartilha do Protocolo de Instalação e Portfólio de Projetos.	07/01/2025	19/12/2025		17/12/2025	Concluído
(A) Desenvolver e realizar, em parceria com a Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (EJEJ), a oferta de cursos de facilitadores de Justiça Restaurativa, nos moldes do Plano Mínimo Orientador do CNJ, com a participação de ao menos 20 (vinte) comarcas.	07/01/2025	01/12/2025		21/09/2025	Concluído
(A) Atualizar os dados de acompanhamento das ações de Justiça Restaurativa executadas no Estado de Minas Gerais no quarto trimestre.	01/10/2025	19/12/2025		17/12/2025	Concluído
(E) Expansão do Nucleomulti.	07/01/2025	19/12/2025		30/06/2025	Concluído
(A) Formalizar a expansão do Nucleomulti para outras comarcas.	07/01/2025	19/12/2025		14/05/2025	Concluído
(A) Formalizar a parceria para integrar o Nucleomulti (UNIMED).	07/01/2025	31/03/2025		31/03/2025	Concluído

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

(A) Formalizar a parceria para integrar o Nucleomulti (Claro, Itaú).	07/01/2025	30/06/2025		30/06/2025	Concluído
(E) Disseminação das práticas realizadas.	07/01/2025	19/12/2025		12/12/2025	Concluído
(A) Publicar 3 boletins da 3ª Vice-Presidência no primeiro trimestre.	07/01/2025	31/03/2025		31/03/2025	Concluído
(A) Publicar 3 boletins da 3ª Vice-Presidência no segundo trimestre.	01/04/2025	30/06/2025		30/06/2025	Concluído
(A) Publicar 3 boletins da 3ª Vice-Presidência no terceiro trimestre.	01/07/2025	30/09/2025		09/09/2025	Concluído
(A) Publicar 3 boletins da 3ª Vice-Presidência no quarto trimestre.	01/10/2025	19/12/2025		12/12/2025	Concluído
(E) Promoção da Política Autocompositiva de Competência dos Cejuscs Especializados.	01/02/2025	19/12/2025	30/06/2026		Concluído
(A) CEJUSC POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS: realizar escuta ativa nas aldeias Maxakali pertencentes às comarcas de Águas Formosas e Teófilo Otoni.	01/02/2025	31/03/2025		20/02/2025	Concluído
(A) CEJUSC POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS: realizar escuta ativa nas Terras indígenas Xakriabá pertencentes à comarca de Manga.	01/04/2025	30/06/2025			Cancelado
(B) CEJUSC POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS: elaborar cronograma de escuta ativa para o segundo semestre.	01/07/2025	31/07/2025	19/12/2025	08/12/2025	Concluído
(A) CEJUSC POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS: realizar escuta ativa em comunidade Quilombola.	01/07/2025	19/12/2025		28/11/2025	Concluído
(A) CEJUSC Tributário: promover ações que permitam a otimização do tratamento pré-processual e processual de conflitos tributários, especialmente a realização de pauta concentrada.	07/01/2025	30/06/2025		21/03/2025	Concluído
(A) CEJUSC Saúde: promover ações que permitam a otimização do tratamento pré-processual e processual de conflitos na área da saúde.	07/01/2025	30/06/2025		11/04/2025	Concluído

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

IMPEDIMENTOS				
Problema Identificado	Ação Corretiva	Unidade Responsável	Prazo	Status
-	-	-	-	-
SITUAÇÃO / PONTO DE ATENÇÃO / INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR				
Expansão do projeto Conciliação em Domicílio: Em 2025, foram tratados, no âmbito da iniciativa, 19 processos e firmados 19 acordos; foi aberta a inscrição da 4ª turma de aprimoramento para os Oficiais de Justiça, em 07/04 a 07/05/2025, tendo 177 inscritos e 120 aprovados. O curso ocorreu no período de 12/05 a 08/07/2025. Promoção de ações para o atendimento adequado à Pessoa Idosa: No dia 25/08, foi realizada a reunião inicial com os docentes da nova formação para alinhar as expectativas da reformulação da capacitação. O objetivo é ter uma formação possível de ser replicada de forma cíclica que contemple o interior do Estado. O formulário da ação educacional já foi enviado à EJEJ e os trâmites seguem regularmente. Embora o curso estivesse previsto para 2025, o material não foi entregue em tempo hábil, o que motivou o replanejamento para 2026. Paralelamente, foi desenvolvida e enviada para publicação uma cartilha com instruções de atendimento aos idosos nos CEJUSCs, além da promoção e difusão de oficinas sobre envelhecimento nessas unidades. Fortalecimento das Redes Colaborativas de Justiça Restaurativa: Ao longo de 2025 foram ofertadas 100 vagas em formação de Facilitadores de Justiça Restaurativa, que contou com a participação de pessoas de 29 comarcas, quais sejam: Araguari; Araxá; Barão de Cocais; Belo Horizonte; Bom Despacho; Cambuquira; Governador Valadares; Guaxupé; Igarapé; Ipanema; Janaúba; Jequeri; João Monlevade; Lavras; Malacacheta; Monte Azul; Muriaé; Mutum; Nanuque; Pedro Leopoldo; Peçanha; Ponte Nova; Sabinópolis; São Domingos do Prata; Três Corações; Turmalina; Uberaba; Varginha; Viçosa. Expansão do Nucleomulti: Prorrogação de vigência 1º do TCT 082/2024 (UNIMED) Publicado em 21/03/2025; prorrogado o prazo de vigência - 1º TA do TCT 039/2024 (Claro) Publicado em 23/04/2025; TCT 192/2025 (ITAÚ UNIBANCO S/A) Publicado em 22/05/2025; Convênio com a Federação das Unimeds (solenidade dia 12/12/2025). Promoção da Política Autocompositiva de Competência dos Cejuscs Especializados (Povos e comunidades tradicionais): Visitas realizadas em 11 de agosto de 2025 - Aldeia Margarida, Água Boa; programadas para 06 de outubro de 2025 - Aldeia Maria Diva, Água Boa; e para 03 de novembro de 2025 - Aldeia Maravilha, Pradinho, relativa à retomada do segundo ciclo de instalações dos padrões de energia elétrica nas aldeias Maxakali. Promoção da Política Autocompositiva de Competência dos Cejuscs Especializados (CEJUSC Tributário): Em março de 2025, foi realizada a <i>live</i> "Autocomposição e Regularização Tributária", que alcançou 379 visualizações no YouTube, acompanhada de um mutirão de conciliação que resultou em 580 acordos. No âmbito das ações sociais, as comunidades indígenas de Água Boa e Pradinho receberam escutas ativas nos dias 15 e 16/10. A iniciativa promoveu a articulação interinstitucional com o Projeto Hãmhí – Terra Viva, focado na soberania alimentar, recuperação ambiental e fortalecimento cultural do povo Maxakali, atendendo cerca de 70 integrantes. Dando continuidade ao cronograma, nos dias 10/11 e 08/12, ocorreram novas ações nas comunidades de Água Boa (Maria Diva) e Maravilha. Ademais, nos dias 27 e 28/11, a escuta ativa contemplou comunidades quilombolas de Diamantina/MG. O primeiro dia, sediado no Fórum local, contou com uma apresentação cultural da comunidade Quartel do Indaiá; já o segundo dia foi realizado in loco na Comunidade Quilombola Raiz. O encontro reuniu lideranças de diversas localidades, como Mata dos Crioulos, Braúnas e São João da Chapada, com o propósito de fortalecer o diálogo direto, mapear demandas estruturais e estabelecer encaminhamentos com prazos definidos. Promoção da Política Autocompositiva de Competência dos Cejuscs Especializados (CEJUSC Saúde): No período de 7 a 11 de abril de 2025, realizou-se a Semana Nacional da Saúde, conforme orientação da Resolução CNJ nº 576/2024. Durante a semana, foi realizada, em parceria com a Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (EJEJ), a <i>live</i> "Competência à luz do Tema 1234 do STF". Ainda, foi realizado o 1º Simpósio Internacional de Justiça Terapêutica em comemoração à Semana.				
POTENCIAIS MUDANÇAS NA INICIATIVA				

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

ALINHAMENTO ESTRATÉGICO					
2 - Ampliação da relação institucional do Judiciário com a Sociedade.					
5 - Prevenção de Litígios e Adoção de Soluções Consensuais para os Conflitos.					
Metas Nacionais Clique aqui para acessar o relatório de Metas Estratégicas	CNJ 3	-	-	-	-
Metas Institucionais Clique aqui para acessar o relatório de Metas Estratégicas	TJMG 97	TJMG 100	TJMG 138	TJMG 139	TJMG 140
OBSERVAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DAS METAS					
A Meta TJMG 97 tem como objetivo aumentar em 1% o número de sessões agendadas nos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCs) em comparação com o ano anterior, que registrou 290.732 sessões. Em 2025, foram agendadas 380.316 sessões. Registrando um aumento de 30,81%. Já a meta TJMG 100 propõe promover, por ação própria ou mediante parceria, o oferecimento de serviços de itinerância em pelo menos 50 ações. A meta foi atingida e superada, com 97 ações realizadas em 97 municípios distintos de janeiro a agosto. As ações ocorreram nos seguintes municípios: • Fevereiro: Montezuma, Vargem Grande do Rio Pardo, Santo Antônio do Retiro, Carai, Itaipé, Catuji, Bertópolis. • Março: Laranjal, Rosário da Limeira, Miradouro, Vieiras, Esmeraldas. • Abril: Ninheira, Berizal, Indaiabira, Curral de Dentro, Florestal, Olhos d'Água, Felixlândia, Ribeirão das Neves, Taiobeiras. • Maio: Alto Caparaó, Alto Jequitibá, Durandé, Martins Soares, Barão do Monte Alto, Juiz de Fora, Orizânia, Bom Jesus do Divino (Distrito), Pirapora, Santa Rita do Jacutinga, Coroaci, Ribeirão das Neves, Serro. • Junho: Serra Azul de Minas, Santo Antônio do Itambé, Alvorada de Minas, Monte Santo de Minas, Arceburgo, Santa Luzia, Bom Jesus do Divino (Distrito). • Julho: Frei Lagonegro, Coroaci, Açucena, Santo Antônio do Monte, São Francisco de Paula, Belo Oriente, Distrito de Queixada, Distrito de Lufa, Barra do Guaicuí, Lassance, Várzea da Palma. • Agosto: Presidente Bernardes, Rochedo de Minas, Descoberto, Araporã, Tupaciguara, Pirajuba, Aldeia Indígena Maxacali, Unai, Sarzedo, Mário Campos, Goiabeiras. • Setembro: Aparecida do Sul, Illicínea, Coqueiral, Brasilândia de Minas, Lagoa Grande, Oliveira, Venda Nova, Uberlândia, Boa Esperança. • Outubro: José Gonçalves de Minas, Leme do Pardo, Veredinha, São Geraldo do Baixo, Divino das Laranjeiras, Galiléia, Antônio Dias, Distrito Brejão, Dionísio, São Domingos do Prata. • Novembro: Luisburgo, São João do Manhuaçu, Simonésia, Reduto, Distrito de Maracujá, Varjão de Minas, São Gonçalo do Abaeté, Leopoldina, Felixlândia. • Dezembro: Congonhas do Norte, Dom Joaquim, Carmésia, Morro do Pilar, Rio Pardo de Minas, Serro. A Meta TJMG 138 estabelece a realização de 1.200 procedimentos pré-processuais de reconhecimento de paternidade. Em 2025, foram contabilizados 2.755 procedimentos, o que representa o cumprimento integral da meta com um expressivo excedente de 129% em relação ao objetivo inicial. A Meta TJMG 139 busca implementar ao menos 5 (cinco) projetos em Justiça Restaurativa. No ciclo de 2025, o projeto "Novos Voos" foi efetivamente implementado na comarca de Araxá. Adicionalmente, foram iniciados os processos de formalização nas comarcas de Belo Horizonte, Brumadinho, Mariana, Ponte Nova e Uberlândia. Contudo, devido aos alinhamentos técnicos essenciais à homologação dessas iniciativas — que envolvem a tramitação entre os setores responsáveis e a Rede Restaura JR — não foi possível concluir a implementação oficial no período de referência. Por fim, a Meta TJMG 140, que visa realizar ao menos 25 (vinte e cinco) Círculos de Construção de Paz, foi atingida e superada. Em 2025, foram realizados 97 círculos utilizando as técnicas da justiça restaurativa.					
VINCULAÇÃO PROJEF 5.0					

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

- X** - reestruturar e integrar os serviços públicos geridos pela Terceira Vice-Presidência, de forma responsiva e identitária;
- XI** - otimizar o funcionamento dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania – CEJUSCs;
- XII** - aprimorar a extração, o tratamento e a explicitação de dados relativos às políticas autocompositivas, objetivando-se a melhoria contínua de indicadores estratégicos;
- XIII** - estruturar políticas públicas autocompositivas que promovam a garantia de direitos fundamentais e o fortalecimento da relação interinstitucional do Judiciário com a sociedade no que se refere a meio ambiente, urbanismo, saúde e outros temas de alta repercussão jurídica, cultural, econômica e social.

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

Nome da Iniciativa	13 - Fortalecimento e implementação de políticas públicas de enfrentamento à violência doméstica e familiar.
---------------------------	---

Priorização		
--------------------	--	---

INFORMAÇÕES GERAIS	
Unidade gestora	Presidência: Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar e da Equidade de Gênero, Raça, Diversidade, Condição Física ou Similar – COMSIV.
Patrocinador	Desa. Teresa Cristina da Cunha Peixoto.
Objetivos	Em apoio a Presidência do Tribunal e com a participação da Segunda Vice-Presidência e da Corregedoria-Geral de Justiça atuar nos temas que envolvem a mulher em situação de violência doméstica e familiar, propondo e desenvolvendo ações para prevenir, punir e erradicar a violência doméstica contra a mulher e, ainda, auxiliar os magistrados no cumprimento da meta 8 do CNJ. Promover atividades, ações e campanhas que agilizem os processos de 1ª Instância, cuja competência seja da lei 11.340/06, priorizando audiências, júris, sentenças e despachos auxiliando no cumprimento da Meta CNJ 8 e aderir às campanhas nacionais “Justiça Pela Paz em Casa, desencadeadas pelo CNJ.
Característica da Iniciativa	Ação Recorrente.

ESCOPO
Selo Mulheres Libertas.
Justiça em Rede.
Realização da 29ª Campanha Justiça pela Paz em Casa – CJPC.
Realização da 30ª Campanha Justiça pela Paz em Casa – CJPC.
Realização da 31ª Campanha Justiça pela Paz em Casa – CJPC.
Construindo Igualdades.
Lançamento de cartilha com a rede de atendimento à mulher.
Baralho afago para acolhimento às mulheres em salas de atendimentos.
V Encontro do Colégio de Ouvidorias Judiciais das Mulheres.
Ação conjunta na praça (COMSIV e COINJ).
Capacitação através do SENAC: curso de camareira para mulheres vítimas de violência doméstica e familiar.
21 Dias de ativismo.
Jornada Maria da Penha.

MONITORAMENTO

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

Status da Iniciativa	Parcialmente concluído.	Progresso (%)	96%.		
Custo previsto	Em estudo.	Custo executado	Em estudo.		
Início da iniciativa	11/11/2024.	Término da iniciativa	30/03/2026.		
Data do monitoramento	14/01/2026.				
CRONOGRAMA DE ACOMPANHAMENTO					
ENTREGAS (E) / ATIVIDADES (A)	INÍCIO PREVISTO	TÉRMINO PREVISTO	TÉRMINO REPLANEJADO	TÉRMINO REALIZADO	STATUS
(E) Selo Mulheres Libertas.	24/03/2025	11/12/2025		24/03/2025	Concluído
(A) Cerimônia de entrega de Troféus para agraciados com o SELO.	24/03/2025	24/03/2025		24/03/2025	Concluído
(E) Justiça em Rede.	10/03/2025	30/06/2025	30/03/2026		Não iniciado
(A) Programar o 4º encontro regional Justiça em Rede (Belo Horizonte).	10/03/2025	30/06/2025	30/03/2026		Não iniciado
(A) Programar o 4º encontro regional Justiça em Rede (Belo Horizonte).	10/03/2025	30/06/2025	30/03/2026		Não iniciado
(E) Realização da 29ª Campanha Justiça pela Paz em Casa – CJPC.	07/01/2025	24/03/2025		14/03/2025	Concluído
(A) Informar aos magistrados sobre a 29ª CJPC e utilizar o e-mail marketing e publicação de informe com vinheta na rede TJMG.	07/01/2025	07/03/2025		07/03/2025	Concluído
(A) Realizar a 29ª Campanha Justiça pela Paz em Casa – CJPC.	10/03/2025	14/03/2025		14/03/2025	Concluído
(A) Realizar o evento de abertura da Semana da Justiça pela Paz em casa.	10/03/2025	14/03/2025		14/03/2025	Concluído
(A) Enviar relatório consolidado pelo CEINFO ao Conselho Nacional de Justiça – CNJ.	17/03/2025	24/03/2025		14/03/2025	Concluído
(E) Realização da 30ª Campanha Justiça pela Paz em Casa – CJPC.	07/03/2025	01/09/2025		17/09/2025	Concluído
(A) Informar aos magistrados sobre a 30ª CJPC e utilizar o e-mail marketing e publicação de informe com vinheta na rede TJMG.	07/03/2025	15/08/2025		07/03/2025	Concluído
(A) Realizar a 30ª Campanha Justiça pela Paz em Casa – CJPC.	18/08/2025	22/08/2025		22/08/2025	Concluído

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

(A) Realizar o evento de abertura da Semana da Justiça pela Paz em casa.	18/08/2025	22/08/2025		22/08/2025	Concluído
(A) Enviar relatório consolidado pelo CEINFO ao Conselho Nacional de Justiça – CNJ.	25/08/2025	01/09/2025		17/09/2025	Concluído
(E) Realização da 31ª Campanha Justiça pela Paz em Casa – CJPC.	07/03/2025	08/12/2025		08/12/2025	Concluído
(A) Informar aos magistrados sobre a 31ª CJPC e utilizar o e-mail marketing e publicação de informe com vinheta na rede TJMG.	07/03/2025	21/11/2025		07/03/2025	Concluído
(A) Realizar a 31ª Campanha Justiça pela Paz em Casa – CJPC.	24/11/2025	28/11/2025		28/11/2025	Concluído
(A) Realizar o evento de abertura da Semana da Justiça pela Paz em casa.	24/11/2025	28/11/2025		28/11/2025	Concluído
(A) Enviar relatório consolidado pelo CEINFO ao Conselho Nacional de Justiça – CNJ.	01/12/2025	08/12/2025		08/12/2025	Concluído
(E) Construindo Igualdades.	07/01/2025	31/12/2025		31/12/2025	Concluído
(A) Realizar palestras do projeto construindo igualdades.	07/01/2025	31/12/2025		31/12/2025	Concluído
(E) Lançamento da Cartilha com a rede de atendimento à mulher.	10/03/2025	10/03/2025		10/03/2025	Concluído
(E) Baralho afago para acolhimento às mulheres em salas de atendimentos.	10/03/2025	10/03/2025		10/03/2025	Concluído
(E) V Encontro do Colégio de Ouvidorias Judiciais das Mulheres.	28/04/2025	30/04/2025		30/04/2025	Concluído
(A) Realizar o V Encontro do Colégio de Ouvidorias Judiciais das Mulheres	28/04/2025	30/04/2025		30/04/2025	Concluído
(A) Capacitar e Certificar - Oficina de Comunicação não Violenta e Atendimento Humanizado	29/04/2025	29/04/2025		29/04/2025	Concluído
(E) Ação conjunta na praça (COMSIV e COINJ).	11/11/2024	31/08/2025		31/08/2025	Concluído
(A) Programar Ação conjunta.	11/11/2024	08/08/2025		08/08/2025	Concluído
(A) Realização Ação Conjunta.	11/08/2025	15/08/2025	31/08/2025	31/08/2025	Concluído
(E) Capacitação através do SENAC: curso de camareira para mulheres vítimas de violência doméstica e familiar.	04/02/2025	21/03/2025	06/06/2025	03/07/2025	Concluído

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

(E) 21 Dias de ativismo.	20/11/2025	10/12/2025		10/12/2025	Concluído
(A) Realização de Eventos e Palestras- 21 Dias de Ativismo.	20/11/2025	10/12/2025		10/12/2025	Concluído
(E) Jornada Maria da Penha.	07/08/2025	08/08/2025		08/08/2025	Concluído
(A) Realizar Eventos e Palestras - 19 Anos Lei Maria da Penha.	07/08/2025	08/08/2025		08/08/2025	Concluído
IMPEDIMENTOS					
Problema Identificado	Ação Corretiva	Unidade Responsável	Prazo	Status	
-	-	-	-	-	
SITUAÇÃO / PONTO DE ATENÇÃO / INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR					
Entre as entregas realizadas, destacam-se: - Realização da 29ª, 30ª e 31ª Campanha Justiça pela Paz em Casa – CJPC. - Lançamento da Cartilha com a rede de atendimento à mulher. - Lançamento do Baralho afago para acolhimento às mulheres em salas de atendimentos. - Realização do V Encontro do Colégio de Ouvidorias Judiciais das Mulheres. - Capacitação através do SENAC: curso de camareira para mulheres vítimas de violência doméstica e familiar. - Jornada Maria da Penha. - Realização de palestras no âmbito do projeto Construindo Igualdades. - Realização da 2ª edição do projeto “Espaço D’Elas” e a 1ª edição do projeto “Nascentes”, em parceria com a Coordenadoria da Infância e da Juventude (COINJ). Ressalta-se que a realização do 4º encontro regional Justiça em Rede, em Belo Horizonte, ainda não foi iniciada. O referido encontro foi reprogramado para março de 2026 e, conforme determinação superior, será denominado FOVID, inaugurando o cronograma de eventos do respectivo ano.					
POTENCIAIS MUDANÇAS NA INICIATIVA					
-					
ALINHAMENTO ESTRATÉGICO					
1 - Garantia dos Direitos Fundamentais e do Estado Democrático de Direito.					
3 - Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional.					
Metas Nacionais Clique aqui para acessar o relatório de Metas Estratégicas	CNJ 8	-	-	-	-
Metas Institucionais Clique aqui para acessar o relatório de Metas Estratégicas	TJMG 124	-	-	-	-
OBSERVAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DAS METAS					
A meta TJMG 124 buscou alcançar 20.000 pessoas por meio de iniciativas voltadas para a prevenção e o combate à violência doméstica e familiar. Em 2025, diversas atividades foram realizadas no âmbito do projeto, resultando no alcance da meta, beneficiando 55.266 pessoas.					
VINCULAÇÃO PROJEF 5.0					

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

IV - aumentar a eficiência jurisdicional, com redução efetiva do tempo médio de tramitação dos processos no Poder Judiciário de Minas Gerais, inclusive em sede recursal e de inquéritos policiais, especialmente nas matérias reconhecidas como prioritárias pelo CNJ;

VI - incrementar as ferramentas administrativas de gestão judiciária, mediante apuração, tratamento e avaliação de dados que permitam direcionamento de esforços que assegurem a eficiência da prestação da tutela jurisdicional, reduzindo a taxa de congestionamento de processos em tramitação nas unidades judiciárias;

VIII - modernizar os processos de trabalho de gestão administrativa, com automação dos sistemas correlatos, racionalização do emprego de recursos humanos e otimização dos serviços não vinculados à área-fim;

XIII - estruturar políticas públicas autocompositivas que promovam a garantia de direitos fundamentais e o fortalecimento da relação interinstitucional do Judiciário com a sociedade no que se refere a meio ambiente, urbanismo, saúde e outros temas de alta repercussão jurídica, cultural, econômica e social.

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

Nome da Iniciativa	21 - Plano de estruturação organizacional para a produtividade na prestação jurisdicional.
--------------------	--

Priorização	 
-------------	--

INFORMAÇÕES GERAIS	
Unidade gestora	Presidência: Secretaria de Governança e Gestão Estratégica – SEGOVE.
Patrocinador	Des. Luiz Carlos de Azevedo Corrêa Junior.
Objetivos	Melhorar a estrutura organizacional para prestação jurisdicional por meio da instalação de varas, alteração de competência de varas, instalação de unidades jurisdicionais do Sistema dos Juizados Especiais, instalação de cargo de Juiz de Direito em unidade jurisdicional do Sistema dos Juizados Especiais, criação de turma recursal, aproveitamento do cargo de Juiz de Direito Auxiliar Especial em varas ou unidades do Sistema dos Juizados Especiais, instalação de Comarca. Aprimorar o Serviço Extrajudicial por meio da instalação, desinstalação e alteração de Serventias.
Característica da Iniciativa	Programa incremental.

ESCOPO
Elaboração de minuta de Resolução que dispõe sobre os critérios para a lotação dos cargos de Assessor de Juiz, de Assistente de Juiz e das funções de confiança de assessoramento da Direção do Foro do Quadro de Cargos de Provimento em Comissão e de Funções de Confiança do Poder Judiciário.
Transferência do 29º cargo de Juiz de Direito do Juizado Especial (JESP) cível para o JESP da Fazenda da Comarca de Belo Horizonte .
Alteração de competência de Varas da Comarca de Lavras .
Alteração de Competência de Varas Cíveis e de Família da Comarca de Ipatinga .
Alteração de Competência da Vara Empresarial, da Fazenda Pública e Autarquias, de Registros Públicos da Comarca de Ribeirão das Neves para Vara Empresarial, da Fazenda Pública e Autarquias, de Registros Públicos e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Ribeirão das Neves .
Desinstalação do Ofício do 3º Tabelionato de Notas da Comarca de Ituiutaba .
Alteração de Competência de Varas da Comarca de São Gotardo .
Alteração de Competência de Varas da Comarca de Contagem .
Alteração de Competência de Varas da Comarca de Uberaba .
Alteração de Competência das Varas de Tóxicos, Organização Criminosa e Lavagem de Dinheiro da Comarca de Belo Horizonte .
Implantação do Juízo das Garantias nas Comarcas do Estado de Minas Gerais concluída com a publicação da Resolução 1.108/2025 no dia 17/07/2025).
Elevação da Comarca de Nova Lima para a entrância especial .
Alteração de Competência de Varas da Comarca de Governador Valadares .

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

Alteração de Competência da 2ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte .
Alteração de Competência de Varas da Comarca de Uberlândia .
Desdobro do Cartório de Registro de imóveis da Comarca de São João Del-Rei .
Altera a Resolução do Órgão Especial nº 819/2016, que " Institui o Sistema de Gerenciamento Matricial de Unidades Judiciárias , no âmbito da Justiça Comum de Primeiro Grau do Estado de Minas Gerais"
Desinstalação do ofício do 3º Tabelionato de notas da Comarca de Sabará .
Desinstalação do 2º Tabelionato de Notas da Comarca de São João Del-Rei .
Institui mecanismos de estímulo à lotação e à permanência de magistrados em comarcas de difícil provimento no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais.
Altera a Resolução do Órgão Especial nº 781, de 4 de dezembro de 2014, que " Dispõe sobre a implantação da Turma Recursal, de jurisdição exclusiva, de Belo Horizonte, Betim e Contagem ."
Altera a Resolução do Órgão Especial nº 792, de 23 de abril de 2015, que " Dispõe sobre a função de juiz leigo, de que trata a Lei federal nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, no âmbito dos Juizados Especiais do Estado de Minas Gerais ".
Dispõe sobre a organização e funcionamento da Turma de Uniformização e Jurisprudência dos Juizados Especiais .
Projeto de Lei Complementar (Alteração de Lei Complementar nº 59/2001) Transferência do Município de Laranjal da Comarca de Muriaé para a de Palma .
Regulamenta a permuta entre magistrados vinculados ao Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e magistrados vinculados a tribunais de justiça de outro Estado Federado ou do Distrito Federal e dos Territórios .

MONITORAMENTO					
Status da Iniciativa	Parcialmente concluído.	Progresso (%)	96,8%.		
Custo previsto	Em estudo.	Custo executado	Em estudo.		
Início da iniciativa	28/06/2018.	Término da iniciativa	31/12/2026.		
Data do monitoramento	13/01/2026.				
CRONOGRAMA DE ACOMPANHAMENTO					
ENTREGAS (E) / ATIVIDADES (A)	INÍCIO PREVISTO	TÉRMINO PREVISTO	TÉRMINO REPLANEJADO	TÉRMINO REALIZADO	STATUS
(E) Elaboração de minuta de Resolução que dispõe sobre os critérios para a lotação dos cargos de Assessor de Juiz, de Assistente de Juiz e das funções de confiança de assessoramento da Direção do Foro do Quadro de Cargos de Provimento em Comissão e de Funções de Confiança do Poder Judiciário.	01/02/2022	31/12/2022	31/12/2026		Em andamento
(B) Promover estudos preliminares para elaboração da resolução.	01/02/2022	31/12/2022	31/12/2025	04/05/2025	Concluído

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

(A) Submeter minuta de Resolução à aprovação do Presidente, da Comissão de Organização e Divisão Judiciárias e do Órgão Especial.	01/02/2022	31/12/2022	19/12/2026		Em andamento
(A) Publicar Resolução aprovada pelo Órgão Especial, dispondo sobre a lotação e o provimento de cargos de Assessor de Juiz e de Funções de Confiança.	01/02/2022	31/12/2022	31/12/2026		Não iniciado
(E) Transferência do 29º cargo de Juiz de Direito do JESP Cível para o JESP da Fazenda da Comarca de Belo Horizonte.	16/10/2023	31/12/2024	12/03/2025	27/11/2024	Concluído
(A) Promover estudos preliminares.	16/10/2023	31/12/2024		27/11/2024	Concluído
(A) Submeter a Comissão de Organização e Divisão Judiciárias e do Órgão Especial.	29/02/2024	31/12/2024	12/03/2025	12/03/2025	Concluído
(A) Aprovação e Publicação da Transferência.	29/02/2024	31/12/2024	21/03/2025	21/03/2025	Concluído
(E) Alteração de competência de Varas da Comarca de Lavras.	05/06/2023	31/12/2025	03/06/2025	03/06/2025	Concluído
(A) Promover estudos preliminares para elaboração da resolução.	05/06/2023	31/12/2025	03/06/2025	03/06/2025	Concluído
(A) Submeter minuta de Resolução à aprovação do Presidente, da Comissão de Organização e Divisão Judiciárias e do Órgão Especial.	22/04/2025	31/12/2025	11/06/2025	11/06/2025	Concluído
(A) Publicar Resolução aprovada pelo Órgão Especial, dispondo sobre a lotação e o provimento de cargos de Assessor de Juiz e de Funções de Confiança.	22/04/2025	31/12/2025	26/06/2025	26/06/2025	Concluído
(E) Alteração de Competência de Varas Cíveis e de Família da Comarca de Ipatinga.	06/12/2024	21/03/2025		21/03/2025	Concluído
(A) Promover estudos preliminares para alteração de competência.	06/12/2024	20/12/2024		20/12/2024	Concluído
(A) Submeter minuta de Resolução à aprovação do Presidente, da Comissão de Organização e Divisão Judiciárias e do Órgão Especial.	20/12/2024	12/03/2025		12/03/2025	Concluído

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

(A) Publicar Resolução aprovada pelo Órgão Especial, alterando a Competência de Vara da Comarca de Ipatinga.	21/03/2025	21/03/2025		21/03/2025	Concluído
(E) Alteração de Competência da Vara Empresarial, da Fazenda Pública e Autarquias, de Registros Públicos da Comarca de Ribeirão das Neves para Vara Empresarial, da Fazenda Pública e Autarquias, de Registros Públicos e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Ribeirão das Neves.	15/10/2024	21/03/2025		21/03/2025	Concluído
(A) Promover estudos preliminares para alteração de competência da vara.	15/10/2024	20/12/2024		20/12/2024	Concluído
(A) Submeter minuta de Resolução à aprovação do Presidente, da Comissão de Organização e Divisão Judiciárias e do Órgão Especial.	20/12/2024	12/03/2025		12/03/2025	Concluído
(A) Publicar Resolução aprovada pelo Órgão Especial, alterando a competência de Vara Empresarial, da Fazenda Pública e Autarquias, de Registros Públicos da Comarca de Ribeirão das Neves para Vara Empresarial, da Fazenda Pública e Autarquias, de Registros Públicos e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Ribeirão das Neves.	21/03/2025	21/03/2025		21/03/2025	Concluído
(E) Dispõe sobre a desinstalação do Ofício do 3º Tabelionato de Notas da Comarca de Ituiutaba e dá outras providências.	16/01/2024	31/12/2025		26/06/2025	Concluído
(A) Promover estudos preliminares para a desinstalação do ofício do 3º Tabelionato de Notas da Comarca de Ituiutaba.	16/01/2024	02/10/2024		02/10/2024	Concluído
(A) Submeter Resolução de desinstalação do ofício à aprovação do Presidente, da Comissão de Organização e Divisão Judiciárias e do Órgão Especial.	14/10/2024	31/12/2025		14/05/2025	Concluído
(A) Publicar resolução de desinstalação do Ofício do 3º Tabelionato de Notas da Comarca de Ituiutaba e dá outras providências.	31/12/2025	31/12/2025		26/06/2025	Concluído
(E) Alteração de Competência de Varas da Comarca de São Gotardo.	18/10/2024	22/06/2025		25/06/2025	Concluído

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

(A) Promover estudos preliminares para alteração de competência.	18/10/2024	03/06/2025		03/06/2025	Concluído
(A) Submeter minuta de Resolução à aprovação do Presidente, da Comissão de Organização e Divisão Judiciárias e do Órgão Especial.	04/06/2025	11/06/2025		11/06/2025	Concluído
(A) Publicar Resolução aprovada pelo Órgão Especial, alterando a Competência de Vara da Comarca de São Gotardo.	11/06/2025	22/06/2025		25/06/2025	Concluído
(E) Elevação da Comarca de Nova Lima para a entrância especial.	06/12/2024	19/12/2025		18/11/2025	Concluído
(A) Promover estudos preliminares para elevação da comarca para a entrância especial.	06/12/2024	26/05/2025		26/05/2025	Concluído
(A) Submeter minuta de Resolução à aprovação do Presidente, da Comissão de Organização e Divisão Judiciárias e do Órgão Especial.	27/05/2025	19/12/2025		12/11/2025	Concluído
(A) Publicar Resolução aprovada pelo Órgão Especial, elevando a Comarca de Nova Lima para a entrância especial.	19/12/2025	19/12/2025		18/11/2025	Concluído
(E) Alteração de Competência de Varas da Comarca de Contagem.	11/06/2025	31/8/2025		17/07/2025	Concluído
(A) Promover estudos preliminares para alteração de competência.	11/06/2025	11/07/2025		01/07/2025	Concluído
(A) Submeter minuta de resolução à aprovação do Presidente, da Comissão de Organização e Divisão Judiciárias e do Órgão Especial.	11/07/2025	15/08/2025		09/07/2025	Concluído
(A) Publicar Resolução aprovada pelo Órgão Especial, alterando a Competência de Varas da Comarca de Contagem	31/08/2025	31/08/2025		17/07/2025	Concluído
(E) Implantação do Juiz das Garantias nas Comarcas do Estado de Minas Gerais.	22/08/2024	31/08/2025		25/08/2025	Concluído
(A) Promover estudos preliminares para alteração de competência.	22/08/2024	11/07/2025		03/07/2025	Concluído
(A) Submeter minuta de Resolução à aprovação do Presidente, da Comissão de Organização e Divisão	11/07/2025	15/08/2025		13/08/2025	Concluído

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

Judiciárias e do Órgão Especial.					
(A) Publicar Resolução aprovada pelo Órgão Especial, Implantando Juiz das Garantias nas Comarcas do Estado de Minas Gerais.	31/08/2025	31/08/2025		25/08/2025	Concluído
(E) Alteração de Competência de Varas da Comarca de Uberaba	06/06/2025	17/07/2025		17/07/2025	Concluído
(A) Promover estudos preliminares para alteração de competência.	06/06/2025	01/07/2025		01/07/2025	Concluído
(A) Submeter minuta de Resolução à aprovação do Presidente, da Comissão de Organização e Divisão Judiciárias e do Órgão Especial.	02/07/2025	09/07/2025		09/07/2025	Concluído
(A) Publicar resolução aprovada pelo Órgão Especial, alterando a Competência de Vara da Comarca de Uberaba.	17/07/2025	17/07/2025		17/07/2025	Concluído
(E) Alteração de Competência das Varas de Tóxicos, Organização Criminosa e Lavagem de Dinheiro da Comarca de Belo Horizonte.	24/09/2024	04/07/2025		12/08/2025	Concluído
(A) Promover estudos preliminares para alteração de competência.	24/09/2024	04/07/2025		04/07/2025	Concluído
(A) Submeter minuta de Resolução à aprovação do Presidente, da Comissão de Organização e Divisão Judiciárias e do Órgão Especial.	08/07/2025	23/07/2025		23/07/2025	Concluído
(A) Publicar Resolução aprovada pelo Órgão Especial, alterando a Competência das Varas de tóxicos, Organização Criminosa e Lavagem de Dinheiro da Comarca de Belo Horizonte.	12/08/2025	12/08/2025		12/08/2025	Concluído
(E) Alteração de Competência da 2ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte.	14/11/2024	31/12/2025		25/09/2025	Concluído
(A) Promover estudos preliminares para alteração de competência.	14/11/2024	08/08/2025		08/08/2025	Concluído
(A) Submeter minuta de Resolução à aprovação do Presidente, da Comissão de Organização e Divisão Judiciárias e do Órgão Especial.	13/08/2025	31/12/2025		17/09/2025	Concluído
(A) Publicar Resolução aprovada pelo Órgão Especial,	31/12/2025	31/12/2025		25/09/2025	Concluído

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

alterando a Competência da 2ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte.					
(E) Alteração de Competência de Varas da Comarca de Uberlândia.	17/02/2023	31/12/2025		24/11/2025	Concluído
(A) Promover estudos preliminares para alteração de competência.	17/02/2023	08/08/2025		08/08/2025	Concluído
(A) Submeter minuta de Resolução à aprovação do Presidente, da Comissão de Organização e Divisão Judiciárias e do Órgão Especial.	12/08/2025	31/12/2025		12/11/2025	Concluído
(A) Publicar Resolução aprovada pelo Órgão Especial, alterando a Competência Varas da Comarca de Uberlândia.	31/12/2025	31/12/2025		24/11/2025	Concluído
(E) Desdobro do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São João Del-Rei.	24/06/2020	31/12/2025		12/12/2025	Concluído
(A) Promover estudos preliminares para desdobro do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São João Del-Rei.	24/06/2020	08/08/2025		08/08/2025	Concluído
(A) Submeter minuta de Resolução à aprovação do Presidente, da Comissão de Organização e Divisão Judiciárias e do Órgão Especial.	13/08/2025	31/12/2025		10/12/2025	Concluído
(A) Publicar Resolução aprovada pelo Órgão Especial, desdobro do Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de São João Del -Rei.	31/12/2025	31/12/2025		12/12/2025	Concluído
(E) Alteração de Competência de Varas da Comarca de Governador Valadares.	28/01/2025	31/12/2025		31/12/2025	Concluído
(A) Promover estudos preliminares para alteração de competência.	28/01/2025	01/07/2025		01/07/2025	Concluído
(A) Submeter minuta de Resolução à aprovação do Presidente, da Comissão de Organização e Divisão Judiciárias e do Órgão Especial.	30/10/2025	31/12/2025		12/11/2025	Concluído
(A) Publicar Resolução aprovada pelo Órgão Especial, alterando a Competência de Varas da Comarca de Governador Valadares.	31/12/2025	31/12/2025		24/11/2025	Concluído

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

(E) Altera a Resolução do Órgão Especial nº 819/2016, que "Institui o Sistema de Gerenciamento Matricial de Unidades Judiciárias, no âmbito da Justiça Comum de Primeiro Grau do Estado de Minas Gerais".	20/12/2024	26/06/2025		26/06/2025	Concluído
(A) Promover estudos preliminares para alteração da Resolução.	20/12/2024	08/01/2025		08/01/2025	Concluído
(A) Submeter minuta de Resolução à aprovação do Presidente, da Comissão de Organização e Divisão Judiciárias e do Órgão Especial.	08/01/2025	14/05/2025		14/05/2025	Concluído
(A) Publicar Resolução aprovada pelo Órgão Especial, alterando a Resolução nº 819/2016.	26/06/2025	26/06/2025		26/06/2025	Concluído
(E) Desinstalação do ofício do 3º Tabelionato de notas da Comarca de Sabará.	12/03/2025	30/09/2025		25/09/2025	Concluído
(A) Promover estudos preliminares para desinstalação.	12/03/2025	24/07/2025		24/07/2025	Concluído
(A) Submeter minuta de Resolução à aprovação do Presidente, da Comissão de Organização e Divisão Judiciárias e do Órgão Especial.	10/09/2025	30/09/2025		17/09/2025	Concluído
(A) Publicar Resolução aprovada pelo Órgão Especial para a desinstalação do ofício do 3º Tabelionato de notas da Comarca de Sabará	30/09/2025	30/09/2025		25/09/2025	Concluído
(E) Desinstalação do 2º Tabelionato de Notas da Comarca de São João Del-Rei.	30/06/2025	31/12/2025		19/11/2025	Concluído
(A) Promover estudos preliminares para desinstalação.	30/06/2025	15/07/2025		15/07/2025	Concluído
(A) Submeter minuta de Resolução à aprovação do Presidente, da Comissão de Organização e Divisão Judiciárias e do Órgão Especial.	22/06/2025	31/12/2025		12/11/2025	Concluído
(A) Publicar Resolução aprovada pelo Órgão Especial para a desinstalação do 2º Tabelionato de Notas da Comarca de São João Del-Rei.	31/12/2025	31/12/2025		19/11/2025	Concluído
(E) Institui mecanismos de estímulo à lotação e permanência de	14/08/2024	25/09/2025		25/09/2025	Concluído

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

Magistrados em Comarcas de difícil provimento.					
(A) Promover estudos preliminares.	14/08/2024	27/08/2025		27/08/2025	Concluído
(A) Submeter minuta de Resolução à aprovação do Presidente, da Comissão de Organização e Divisão Judiciárias e do Órgão Especial.	29/08/2025	17/09/2025		17/09/2025	Concluído
(A) Publicar resolução aprovada pelo Órgão Especial.	25/09/2025	25/09/2025		25/09/2025	Concluído
(E) Altera a Resolução do Órgão Especial nº 781, de 4 de dezembro de 2014, que "Dispõe sobre a implantação da Turma Recursal, de jurisdição exclusiva, de Belo Horizonte, Betim e Contagem.	14/03/2025	31/12/2025		19/11/2025	Concluído
(A) Promover estudos preliminares para alteração da Resolução.	14/03/2025	28/08/2025		28/08/2025	Concluído
(A) Submeter minuta de Resolução à aprovação do Presidente, da Comissão de Organização e Divisão Judiciárias e do Órgão Especial.	01/09/2025	31/12/2025		12/11/2025	Concluído
(A) Publicar Resolução aprovada pelo Órgão Especial, alterando a Resolução nº 781/2014.	31/12/2025	31/12/2025		19/11/2025	Concluído
(E) Altera a Resolução do Órgão Especial nº 792, de 23 de abril de 2015, que "Dispõe sobre a função de juiz leigo, de que trata a Lei federal nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, no âmbito dos Juizados Especiais do Estado de Minas Gerais".	26/08/2025	31/12/2025		19/11/2025	Concluído
(A) Promover estudos preliminares para alteração da Resolução.	26/08/2025	02/10/2025		02/10/2025	Concluído
(A) Submeter minuta de Resolução à aprovação do Presidente, da Comissão de Organização e Divisão Judiciárias e do Órgão Especial.	06/10/2025	31/12/2025		12/11/2025	Concluído
(A) Publicar Resolução aprovada pelo Órgão Especial, alterando a Resolução nº 792/2015.	31/12/2025	31/12/2025		19/11/2025	Concluído
(E) Dispõe sobre a organização e funcionamento da Turma de Uniformização e Jurisprudência dos Juizados Especiais.	25/10/2025	13/11/2025		13/11/2025	Concluído

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

(A) Promover estudos preliminares para alteração da Resolução.	25/10/2025	12/11/2025		12/11/2025	Concluído
(A) Submeter minuta de Resolução à aprovação do Presidente, da Comissão de Organização e Divisão Judiciárias e do Órgão Especial.	25/10/2025	12/11/2025		12/11/2025	Concluído
(A) Publicar Resolução aprovada pelo Órgão Especial.	13/11/2025	13/11/2025		13/11/2025	Concluído
(E) Projeto de Lei Complementar (Alteração de Lei Complementar nº 59/2001) Transferência do Município de Laranjal da Comarca de Muriaé para a de Palma.	28/06/2018	15/04/2025		15/04/2025	Concluído
(A) Promover estudos preliminares para realização da transferência.	28/06/2018	03/02/2025		03/02/2025	Concluído
(A) Submeter minuta de Resolução à aprovação do Presidente, da Comissão de Organização e Divisão Judiciárias e do Órgão Especial.	03/02/2025	12/03/2025		12/03/2025	Concluído
(A) Publicar decisão aprovada pelo Órgão Especial.	15/04/2025	15/04/2025		15/04/2025	Concluído
(E) Regulamenta a permuta entre magistrados vinculados ao Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e magistrados vinculados a tribunais de justiça de outro Estado Federado ou do Distrito Federal e dos Territórios.	07/01/2025	18/11/2025		18/11/2025	Concluído
(A) Promover estudos preliminares para regulamentar a permuta entre magistrados vinculados ao TJMG e vinculados a outros tribunais estaduais.	07/01/2025	06/10/2025		06/10/2025	Concluído
(A) Submeter minuta de Resolução à aprovação do Presidente, da Comissão de Organização e Divisão Judiciárias e do Órgão Especial.	06/10/2025	12/11/2025		12/11/2025	Concluído
(A) Publicar Resolução aprovada pelo Órgão Especial regulamentado a matéria.	18/11/2025	18/11/2025		18/11/2025	Concluído
IMPEDIMENTOS					
Problema Identificado	Ação Corretiva	Unidade Responsável		Prazo	Status
-	-	-		-	-
SITUAÇÃO / PONTO DE ATENÇÃO / INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR					

Visando cumprir os objetivos do projeto, a partir de uma solicitação apresentada pelas comarcas, da elaboração de estudos por parte da Corregedoria-Geral de Justiça ou por parte da Presidência, são levantadas unidades judiciárias com proposta de instalação, desinstalação ou alteração de competência. Em seguida, cada proposta é submetida à avaliação da Presidência. Em seguida, a proposta é enviada à Comissão de Organização e Divisão Judiciárias (CODJ) para elaboração de parecer. Se aprovada, pela Comissão, a proposta é submetida à aprovação do Órgão Especial. Caso aprovada, é publicada uma resolução que oficializa a instalação, desinstalação ou alteração da unidade judiciária ou modificação em unidade de serviço extrajudicial.

Para 2025, o escopo inicialmente aprovado previu a conclusão de 6 entregas. Entretanto, ao longo do ano, outras 19 entregas foram alinhadas com a Presidência para serem concluídas ainda em 2025, ampliando o universo do escopo para um total de 25 entregas previstas para o ano. Até o mês de dezembro, 24 delas já haviam sido concluídas, sendo elas:

- (1) Resolução 1088/PR/2025 – “Altera composição das Unidades Jurisdicionais do Sistema dos Juizados Especiais da Comarca de Belo Horizonte e dá outras providências”;
- (2) Resolução 1089/PR/2025 – “Altera a denominação e a competência de vara da Comarca de Ribeirão das Neves e dá outras providências”;
- (3) Resolução 1090/PR/2025 – “Altera a competência de varas da Comarca de Ipatinga”;
- (4) Resolução 1098/PR/2025 – “Altera a Resolução do Órgão Especial nº 819, de 15 de junho de 2016, que ‘Institui o Sistema de Gerenciamento Matricial de Unidades Judiciárias, no âmbito da Justiça Comum de Primeiro Grau do Estado de Minas Gerais’”;
- (5) Resolução 1099/PR/2025 – “Dispõe sobre a desinstalação do Ofício do 3º Tabelionato de Notas da Comarca de Ituiutaba e dá outras providências”;
- (6) Resolução 1101/PR/2025 – “Altera a competência de varas da Comarca de São Gotardo e dá outras providências”;
- (7) Resolução 1102/PR/2025 – “Altera a denominação e a competência de varas da Comarca de Lavras e dá outras providências”;
- (8) Resolução 1104/PR/2025 – “Altera a competência de varas da Comarca de Contagem e dá outras providências”;
- (9) Resolução 1105/PR/2025 – “Altera a denominação e a competência de varas e determina a instalação de vara na Comarca de Uberaba, dispõe sobre a unificação das Secretarias de Juízo das Varas Criminais da referida comarca e dá outras providências”;
- (10) Resolução 1107/PR/2025 – “Altera a competência da 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª Varas de Tóxicos, Organização Criminosa e Lavagem de Dinheiro da Comarca de Belo Horizonte e dá outras providências”;
- (11) Resolução 1108/2025 – “Dispõe sobre a implantação do Juiz das Garantias, a instalação da 1ª e 2ª Varas das Garantias e a criação e a regulamentação da Central das Garantias da Comarca de Belo Horizonte e dá outras providências”;
- (12) Resolução 1112/PR/2025 – “Dispõe sobre a desinstalação do Ofício do 2º Tabelionato de Notas da Comarca de São João Del-Rei e dá outras providências”;
- (13) Resolução 1113/PR/2025 – “Altera a competência da 2ª Vara Cível da Comarca de Belo Horizonte para especializá-la no processo e julgamento das ações afetas ao direito à saúde suplementar”;
- (14) Resolução 1114/PR/2025 – “Dispõe sobre a desinstalação do Ofício do 3º Tabelionato de Notas da Comarca de Sabará e dá outras providências”;
- (15) Resolução 1115/PR/2025 – “Dispõe sobre a organização e o funcionamento da Turma de Uniformização de Jurisprudência, no âmbito dos Juizados Especiais do Estado de Minas Gerais”;
- (16) Resolução 1116/PR/2025 – “Altera a Resolução do Órgão Especial nº 792, de 23 de abril de 2015, que “Dispõe sobre a função de juiz leigo, de que trata a Lei federal nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, no âmbito dos Juizados Especiais do Estado de Minas Gerais””;
- (17) Resolução 1117/PR/2025 – “Dispõe sobre a desinstalação do Ofício do 2º Tabelionato de Notas da Comarca de São João Del-Rei e dá outras providências”;

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

- (18) Resolução 1118/PR/2025 – “Altera a Resolução do Órgão Especial nº 781, de 4 de dezembro de 2014, que ‘Dispõe sobre a implantação da Turma Recursal, de jurisdição exclusiva, de Belo Horizonte, Betim e Contagem’”;
- (19) Resolução 1119/PR/2025 – “Regulamenta a permuta entre magistrados vinculados ao Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais e magistrados vinculados a tribunais de justiça de outro Estado Federado ou do Distrito Federal e dos Territórios”;
- (20) Resolução 1121/PR/2025 – “Dispõe sobre a elevação da Comarca de Nova Lima para a entrância especial.”;
- (21) Resolução 1122/PR/2025 – “Altera a competência de unidades judiciárias da Comarca de Governador Valadares e dá outras providências”;
- (22) Resolução 1123/PR/2025 – “Altera a competência de varas da Comarca de Uberlândia e dá outras providências”;
- (23) Resolução 1126/PR/2025 – “Dispõe sobre a instalação de serventia extrajudicial no Município e Comarca de São João Del-Rei, especifica novas linhas divisórias correspondentes às circunscrições geográficas do 1º e 2º Ofícios de Registro de Imóveis da Comarca de São João Del-Rei e dá outras providências”.

Vale ainda ressaltar a aprovação do (24) “Projeto de Lei Complementar (Alteração de Lei Complementar nº 59/2001), que visando a “Transferência do Município de Laranjal da Comarca de Muriaé para a Comarca de Palma”. Após a aprovação do Órgão Especial do TJMG no dia 12/03, a minuta do normativo foi encaminhada para aprovação final da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, não tendo sido, porém, votada até dezembro de 2025.

Está pendente apenas a “Elaboração de minuta de resolução que dispõe sobre a lotação e o provimento dos cargos de Assessor de Juiz e das funções de confiança de assessoramento da Direção do Foro do Quadro de Cargos de Provimento em Comissão e de Funções de Confiança do Poder Judiciário”. Embora houvesse, inicialmente, a expectativa de que esta fosse publicada ainda em 2025, após a realização de um conjunto de alinhamentos ao longo do ano, verificou-se a necessidade de publicação de um normativo anterior, visando a definição de agrupamentos entre unidades que tem a mesma competência para subsidiar análises estatísticas que orientarão a distribuição dos cargos. As tratativas para a elaboração deste novo normativo estão em andamento, tendo sido iniciadas em novembro de 2025 e com previsão de conclusão para 2026.

POTENCIAIS MUDANÇAS NA INICIATIVA

-

ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

3 - Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional.

Metas Nacionais Clique aqui para acessar o relatório de Metas Estratégicas	CNJ 1	CNJ 2	-	-	-
Metas Institucionais Clique aqui para acessar o relatório de Metas Estratégicas	TJMG 17	-	-	-	-

OBSERVAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DAS METAS

A meta **TJMG 17** previu a execução, até dezembro de 2025, de 70% (setenta por cento) dos marcos previstos, para o ano, na iniciativa "Plano de estruturação organizacional para a produtividade na prestação jurisdicional".

Considerando o total de 25 marcos previstos no escopo da iniciativa, até novembro de 2025, 24 foram concluídos, correspondendo a 96% do total de entregas previstas. Nesse sentido, a meta estratégica estabelecida para o ano de executar 70% dos marcos foi alcançada num percentual de cumprimento de 133%.

VINCULAÇÃO PROJEF 5.0

VIII - modernizar os processos de trabalho de gestão administrativa, com automação dos sistemas correlatos, racionalização do emprego de recursos humanos e otimização dos serviços não vinculados à área-fim.

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

Nome da Iniciativa	43 - Programa INOVA TJMG.
---------------------------	----------------------------------

Priorização		
--------------------	--	---

INFORMAÇÕES GERAIS	
Unidade gestora	Presidência: Núcleo de Gestão da Inovação/UaiLab – Unidade Avançada de Inovação em Laboratório - NUGIN.
Patrocinador	Des. Luiz Carlos de Azevedo Corrêa Junior.
Objetivos	O Programa Inova Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (TJMG) tem como objetivo estimular a cultura de inovação no âmbito do TJMG, atuando de forma colaborativa e multidisciplinar, apresentando como diferencial o foco totalmente voltado às pessoas, mediante a identificação dos problemas jurisdicionais e administrativos da instituição que podem ser transformados em oportunidades de inovação e da proposição de uma nova maneira de pensar baseada em empatia, atuação em rede e experimentação. Além disso, tem como objetivo cumprir os normativos pertinentes.
Característica da Iniciativa	Programa Incremental.

ESCOPO
UAICast (podcasts com temas voltados para inovação na Rádio do TJMG).
UAILive (lives com temas voltados para a inovação).
Certificado Agenda 2030.
Projeto 1 - oriundo do Laboratório de Inovação para cumprimento da meta CNJ 9 - a ser definido.
Projeto 2 - oriundo do Laboratório de Inovação para cumprimento da meta CNJ 9 - a ser definido.
Cartilha Violência Doméstica.
Cartilha dos Fóruns Digitais.
Oficina de Linguagem Simples e Direito Visual para curso EAD.
Curso de Linguagem Simples e Direito Visual.
Curso Introdução à Inovação.
Desenvolvimento de automações e de protótipos de I.A.
Oficina de Inovação para Comissão de Assédio.
Oficina de Linguagem Simples e Direito Visual para Semana Nacional dos Juizados - "Pensar, Criar e Simplificar".
Oficina de Linguagem Simples e Direito Visual para CFI (Curso de Formação Inicial).
Glossário de Termos Jurídicos em Linguagem Simples para utilização no portal do TJMG.
Guia em Linguagem Simples e Direito Visual de como utilizar o Juizado Especial.
Guia em Linguagem Simples e Direito Visual de Orientações para a Audiência Virtual.
Festilabs Região Sudeste.

MONITORAMENTO

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

Status da Iniciativa	Concluído.	Progresso (%)	100%		
Custo previsto	Em estudo.	Custo executado	Em estudo.		
Início da iniciativa	15/01/2025.	Término da iniciativa	19/12/2025.		
Data do monitoramento	10/12/2025.				
CRONOGRAMA DE ACOMPANHAMENTO					
ENTREGAS (E) / ATIVIDADES (A)	INÍCIO PREVISTO	TÉRMINO PREVISTO	TÉRMINO REPLANEJADO	TÉRMINO REALIZADO	STATUS
(E) UAICast (podcasts com temas voltados para inovação na Rádio do TJMG).	25/03/2025	17/11/2025		17/11/2025	Concluído
(E) UALive.	18/03/2025	18/11/2025		18/11/2025	Concluído
(E) Certificado Agenda 2030.	24/02/2025	23/06/2025		23/06/2025	Concluído
(A) Inscrições de Projetos para a Obtenção do Certificado Agenda 2030.	24/02/2025	11/04/2025		11/04/2025	Concluído
(A) Avaliação Banca Examinadora - Avaliação dos Projetos.	11/04/2025	02/06/2025		02/06/2025	Concluído
(A) Promover a entrega dos certificados da Agenda 2030.	23/06/2025	23/06/2025		23/06/2025	Concluído
(E) Projeto 1 oriundo do Laboratório de Inovação para cumprimento da meta CNJ 9 -Cartilha Imigrantes - Parceria TJAM e TJRR.	07/01/2025	21/10/2025		31/10/2025	Concluído
(A) Cadastro na Renovajud - título (Tema do Projeto) - Órgãos dos Laboratórios de Inovação Parceiros - Descrição do Problema/necessidade comum (tema do projeto) - ODS impactado (benefício esperados com a potencial solução, beneficiários da potencial solução).	07/01/2025	31/05/2025		31/05/2025	Concluído
(A) Renovajud - Atuação dos Laboratórios (descrever o processo de desenvolvimento da proposta de solução inovadora - Proposta de solução inovadora).	01/06/2025	31/07/2025		31/07/2025	Concluído
(A) Renovajud - Implementação (anexar instrumento formal do projeto, de acordo com a metodologia adotada pelo tribunal ou definida para o caso específico).	01/08/2025	31/10/2025	02/09/2025	31/10/2025	Concluído

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

(A) Confecção de Formulário de Perguntas para atender dores da rede usuários.	12/02/2025	11/03/2025		11/03/2025	Concluído
(A) Prazo Preenchimento Formulário.	11/03/2025	24/03/2025		24/03/2025	Concluído
(A) Entrevista Presencial (SJMR - serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados).	14/03/2025	14/03/2025		14/03/2025	Concluído
(A) Relatório da Pesquisa.	26/03/2025	31/03/2025		31/03/2025	Concluído
(A) Oficina - Etapa 1 – Problemática.	09/04/2025	10/04/2025		09/04/2025	Concluído
(A) Oficina 2 - Etapa 2 - Ideação	10/04/2025	11/04/2025		11/04/2025	Concluído
(A) Oficina 3 - Etapa 3 – Prototipação.	25/04/2025	25/04/2025		25/04/2025	Concluído
(A) Testagem.	14/07/2025	31/07/2025		31/07/2025	Concluído
(A) Implementação.	11/08/2025	21/10/2025	11/08/2025	31/10/2025	Concluído
(E) Projeto 2 oriundos do Laboratório de Inovação para cumprimento da meta CNJ 9 -Aplicação de Linguagem Simples e direito visual em mandados comuns entre TJMG e TRF6 - Parceira TRF6.	07/01/2025	21/10/2025		31/10/2025	Concluído *
(A) Cadastro na Renovajud - título (Tema do Projeto) - Órgãos dos Laboratórios de Inovação Parceiros - Descrição do Problema/necessidade comum (tema do projeto) - ODS impactado (benefício esperados com a potencial solução, beneficiários da potencial solução).	07/01/2025	31/05/2025		31/05/2025	Concluído
(A) Renovajud - Atuação dos Laboratórios (descrever o processo de desenvolvimento da proposta de solução inovadora - Proposta de solução inovadora).	01/06/2025	31/07/2025		31/07/2025	Concluído
(A) Renovajud - Implementação (anexar instrumento formal do projeto, de acordo com a metodologia adotada pelo tribunal ou definida para o caso específico).	01/08/2025	31/10/2025		31/10/2025	Concluído

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

(A) Oficina - Etapa 1 – Problemática.	27/02/2025	27/02/2025		27/02/2025	Concluído
(A) Oficina 2 - Etapa 2 – Ideação.	17/03/2025	17/03/2025		17/03/2025	Concluído
(A) Oficina 3 - Etapa 3 – Prototipação.	18/03/2025	18/03/2025		18/03/2025	Concluído
(A) Testagem.	25/08/2025	29/08/2025			Cancelado
(A) Implementação.	22/09/2025	21/10/2025			Cancelado
(E) Cartilha Violência Doméstica.	07/01/2025	10/03/2025		10/03/2025	Concluído
(A) Elaborar Cartilha de Violência Doméstica.	07/01/2025	10/03/2025		10/03/2025	Concluído
(E) Cartilha dos Fóruns Digitais	07/01/2025	30/04/2025	31/07/2025	29/07/2025	Concluído
(A) Elaborar Cartilha Fóruns Digitais.	07/01/2025	30/04/2025	31/07/2025	29/07/2025	Concluído
(E) Curso de Linguagem Simples e Direito Visual (EAD).	21/07/2025	28/11/2025			Cancelado
(A) Elaborar materiais para o Curso de Linguagem Simples e Direito Visual (EAD).	21/07/2025	16/09/2025			Cancelado
(A) Oferta do Curso	06/10/2025	28/11/2025			Cancelado
(E) Oficina de Linguagem Simples e Direito Visual para complementar curso EAD.	23/06/2025	30/11/2025		07/11/2025	Concluído
(A) Desenvolver Material para Oficina de Linguagem Simples.	23/06/2025	21/07/2025		21/07/2025	Concluído
(A) Aplicar Oficina de Linguagem Simples.	01/11/2025	30/11/2025	07/11/2025	07/11/2025	Concluído
(E) Curso Introdução à Inovação.	10/03/2025	05/12/2025		05/12/2025	Concluído
(A) Curso Introdução à Inovação.	10/03/2025	05/12/2025		05/12/2025	Concluído
(E) Desenvolvimento de automações e de protótipos de I.A.	07/01/2025	30/04/2025	30/05/2025	30/05/2025	Concluído
(A) Desenvolver extensão do UAILab para centralizar as automações que serão desenvolvidas.	07/01/2025	30/04/2025	30/05/2025	30/5/2025	Concluído

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

(A) Desenvolver protótipo de assistente de I.A para apoiar magistrados e assessores de gabinete na realização de tarefas em sistemas judiciais.	07/01/2025	21/03/2025		21/03/2025	Concluído
(A) Desenvolver para DIRFIN automação para o sistema SCDP.	07/01/2025	31/03/2025		31/03/2025	Concluído
(E) Oficina de Inovação para Comissão de Assédio.	05/05/2025	21/05/2025		21/05/2025	Concluído
(A) Desenvolver e realizar oficina para Comissão de Assédio.	05/05/2025	21/05/2025		21/05/2025	Concluído
(E) Oficina de Linguagem Simples e Direito Visual para Semana Nacional dos Juizados - "Pensar, Criar e Simplificar".	19/05/2025	05/06/2025		05/06/2025	Concluído
(A) Desenvolver e realizar oficina para Semana Nacional dos Juizados "Pensar, Criar e Simplificar".	19/05/2025	05/06/2025		05/06/2025	Concluído
(E) Oficina de Linguagem Simples e Direito Visual para CFI (Curso de Formação Inicial).	01/07/2025	24/07/2025		24/07/2025	Concluído
(A) Desenvolver e realizar oficina de Linguagem Simples e Direito Visual para CFI.	01/07/2025	24/07/2025		24/07/2025	Concluído
(E) Glossário de Termos Jurídicos em Linguagem Simples para utilização no portal do TJMG.	05/05/2025	01/07/2025	30/06/2025	01/07/2025	Concluído
(A) Elaborar Glossário de Termos Jurídicos em Linguagem Simples para utilização no portal do TJMG.	05/05/2025	01/07/2025	30/06/2025	01/07/2025	Concluído
(E) Guia em Linguagem Simples e Direito Visual de como utilizar o Juizado Especial.	14/04/2025	06/06/2025		06/06/2025	Concluído
(A) Elaborar guia em Linguagem Simples e Direito Visual de como utilizar o Juizado Especial.	14/04/2025	06/06/2025		06/06/2025	Concluído
(E) Guia em Linguagem Simples e Direito Visual de Orientações para a Audiência Virtual.	14/04/2025	06/06/2025		06/06/2025	Concluído
(A) Elaborar Guia em Linguagem Simples e Direito Visual de Orientações para a Audiência Virtual.	14/04/2025	06/06/2025		06/06/2025	Concluído
(E) Festilabs Região Sudeste.	10/03/2025	22/08/2025		22/08/2025	Concluído
(A) Apoiar a realização do Festilabs Região Sudeste.	10/03/2025	22/08/2025		22/08/2025	Concluído
IMPEDIMENTOS					

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

Problema Identificado	Ação Corretiva	Unidade Responsável	Prazo	Status
-	-	-	-	-
SITUAÇÃO / PONTO DE ATENÇÃO / INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR				
Foram realizadas no ano de 2025 UAI lives com os seguintes temas: O futuro da IA: para onde vamos? Linguagem simples e acessibilidade – mecanismos para facilitar o acesso do cidadão; UAI Live Tech: Prompts IA - melhores práticas, comandos e limitações da tecnologia; Linguagem Simples e Acessibilidade – mecanismos para facilitar o acesso do cidadão; Automatização no Setor Público; Acessibilidade em Ação: Inspirando Mudanças Reais nas Organizações. Mês da Consciência Negra - Corpo, mente e negritude: saúde e bem-estar da população negra. Realizou-se ainda, durante o ano de 2025, episódios do UAI Cast com os temas: Inteligência artificial no dia a dia jurídico; Deficiências invisíveis e Caminhos para uma cultura inclusiva, Direito das comunidades quilombolas. A respeito dos Certificados da Agenda 2030 por meio da Unidade Avançada de Inovação (UAI-Lab), o TJMG certificou as iniciativas de magistrados, servidores e colaboradores em geral, voltadas para o cumprimento das metas. A certificação contemplou diretorias, gerências, coordenações, núcleos, comissões, câmaras, secretarias judiciárias e varas, bem como grupos de trabalho que atuam na capital e interior. As iniciativas foram concedidas após criteriosa análise realizada por profissionais do UAI-Lab. Este ano foram contempladas 23 (vinte e três) iniciativas, um crescimento superior a 70%, em comparação com os 14 (quatorze) projetos premiados no ano passado. Os projetos agraciados por meio dos Certificados da Agenda 2030 foram: 1 - Atos Concertados (Centro de Inteligência da Justiça de Minas Gerais). Receberam a certificação o juiz coordenador Ronaldo Souza Borges e a servidora Ludmila Brandão. 2 - Automação Power Automate (Vara Única da Comarca de Minas Novas). 3 - Modernizando a Gestão de E-mails com Inteligência (Vara Única de Minas Novas). Receberam o certificado a juíza diretora do foro, Izabela Tângari Coelho e o servidor Bernardo Vieira. 4 - Cineclube TJ (Coordenação de Relações Públicas). Receberam a certificação a superintendente de Comunicação Institucional e Cerimonial do TJMG, desembargadora Eveline Félix Gonçalves e o servidor Alexandre Garcia. 5 - Criação de Mapas Mentais de Procedimentos Processuais para Estagiários de Direito (2ª Vara Cível, da Infância e Juventude e Juizado Especial Criminal da Comarca de Igarapé). Receberam os servidores Lucas Almeida Campos e Karina de Cássia Vieira. 6 - Campanha Doação de Sangue (Gerência de Saúde do Trabalho/ Coordenação de Qualidade de Vida no Trabalho). 7 - Programa de Imunização Preventiva (Gerência de Saúde do Trabalho/ Coordenação de Qualidade de Vida no Trabalho). Receberam os dois certificados a coordenadora da Covit, Daniela Hipólito de Carvalho e a servidora Catarina Dias de Abreu Mendes. 8 - Eficiência em Movimento (JESP da Comarca de Santa Luzia). Recebeu o certificado servidor Alan Robert de Souza. 9 - Entrega Legal (Coordenadoria da Infância e da Juventude). 10 - Expresso da infância (Coordenadoria da Infância e da Juventude). 11 - Projeto jovens parceiros (Coordenadoria da Infância e da Juventude). Receberam os três certificados a superintendente da Coinj, desembargadora Alice Birchall e o juiz José Honório de Rezende. 12 - Espera tranquila (Conciliação do Juizado Especial Criminal de Belo Horizonte). Recebeu o certificado a servidora Gabriela Lopes Ferreira. 13 - Jardim Autossustentável (Administração do Fórum da Comarca de Lavras). Foram agraciados o diretor do foro de Lavras, juiz Rodrigo Melo Oliveira, o servidor Leonardo Bruno Moreira e o colaborador Sérgio Renato Pena. 14 - Justiça que floresce (3ª Vara Empresarial, da Fazenda Pública e Registros Públicos da Comarca de Contagem). Recebem a certificação as servidoras Mayra Augusto de Carvalho e Juliana Gomes de Carvalho. 15 - Oásis Bem-Estar (Contadoria/Distribuição da Comarca de Araxá). Foi agraciada a servidora Idelma Costa.				

16 - Pílulas de Acessibilidade (Centro de Sustentabilidade do TJMG- CESUS). Receberam o certificado a diretora do CESUS, Selmara Alves Fernandes e a colaboradora Christiane Lanza.

17 - Privacidade desde a Concepção (Centro de Governança de Dados e Segurança da Informação Pessoal). Foram agraciados o gerente Giovanni Vilaça e a analista de Privacidade, Poliana Rodrigues da Silva.

18 - Programa de Aprendizado Digital para Jovens (Direção do Foro e Administração do fórum de Cássia). O juiz Auro Aparecido Maia de Andrade recebeu o certificado.

19 - Projeto Florescer (CEJUSC da Comarca de João Monlevade).

20 - Projeto Mãos Unidas (CEJUSC da Comarca de João Monlevade). Receberam os dois certificados o coordenador do CEJUSC, juiz Estevão José Damazo e a servidora Lavínia Giannini Pereira dos Santos.

21 - Sala de Descompressão (CEJUSC da Comarca de Uberaba). Certificação entregue ao juiz Sidnei Ponce e à servidora Alessandra Fernandes Maciel.

22 - Termos de Cooperação Técnica Interinstitucional (Núcleo de Cooperação Judiciária). Certificação entregue ao juiz Ronaldo Souza Borges.

23 - Cultura e Sabedoria (Direção do Foro da Comarca de Betim). Receberam o certificado a servidora Amanda Nascimento e o servidor Leonardo Tudeia do Nascimento.

Projeto 1 - Cartilha de Imigrantes — Parceria com o Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas (TJAM) e o Tribunal de Justiça de Roraima (TJRR): Elaborou-se um formulário de perguntas para identificar as principais necessidades da rede de usuários. Após a disponibilização e preenchimento do formulário, gerou-se um relatório com os resultados da pesquisa. Além disso, realizou-se uma entrevista presencial com o Serviço Jesuíta a Migrantes e Refugiados (SJMR). O projeto foi cadastrado no Renovajud como Justiça Além das Fronteiras. Os testes finalizaram no dia 31/07/2025 e o relatório foi submetido para aprovação. O Projeto foi concluído em 31/10/2025 cumprindo a meta de Crossmídia em vários formatos (cartilhas, vídeos e site).

*** Projeto 2 - Aplicação de Linguagem Simples e Direito Visual em mandados comuns entre TJMG e o Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF-6):** Foram realizadas oficinas em três etapas para problematização, ideação e prototipação. As atividades da entrega referentes à testagem e à implementação foram canceladas tendo em vista a prioridade do tribunal para a implantação do sistema eproc nesse momento. Porém, o projeto configura-se concluído, uma vez que a meta 9 do CNJ implica em “Desenvolver, no ano de 2025, dois projetos relacionados à Agenda 2030 da ONU, oriundos do Laboratório de Inovação, com participação de pelo menos um laboratório de outra instituição pública, e que gerem benefícios à sociedade...” sob essa ótica o TJMG foi desenvolvido e concluído o Projeto 2.

A Cartilha de Violência Doméstica: A cartilha “Você não está sozinha” foi lançada em 10 de março de 2025, durante a 29ª Semana da Justiça pela Paz em Casa. A iniciativa foi promovida pela Coordenadoria da Mulher em Situação de Violência Doméstica e Familiar (Comsiv) do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG). Idealizada pela Unidade Avançada de Inovação em Laboratório (UAILab) do TJMG, a cartilha apresenta, em linguagem acessível, informações sobre as formas de violência, canais de denúncia e a rede de apoio local. O material, em formato compacto e discreto, está disponível em versão impressa e digital para diversas comarcas de Minas Gerais.

A Cartilha dos Fóruns Digitais “Conectando você à Justiça, foi lançada no dia 29/07/2025, direcionada aos usuários dos fóruns digitais com o objetivo de fortalecer o contato da população com a justiça.

O Curso de Linguagem Simples e Direito Visual na modalidade EAD foi cancelado devido ao fato da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (EJEF) ter conseguido uma parceria para disponibilização do material para a aplicação do referido curso. Nesse sentido, o curso não foi ofertado em 2025.

O Curso de Introdução à Inovação ofertado pela EJEF teve inscrições abertas no período de 10 de março a 05 de dezembro de 2025. O público alvo foi magistrados (as), servidores (as), colaboradores (as) e terceirizados do Tribunal. Ao todo foram certificadas 1468 pessoas.

Sobre o Desenvolvimento de automações e de protótipos de I.A: O Laboratório de Inovação do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) implementou diversas soluções tecnológicas para aprimorar a eficiência operacional e apoiar os magistrados, os colaboradores e os servidores, por exemplo: automação para DIRFIN, integrada ao sistema SCDP (Sistema de Controle de Documentos e processos); extensões para centralizar as automações dentro do Laboratório de Inovação, visando otimizar processos e facilitar o gerenciamento das soluções implementadas; IA para auxiliar

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

magistrados e assessores de gabinete na realização de tarefas em sistemas judiciais. Esse protótipo já foi validado e está em utilização no sistema PJe, contribuindo para a agilidade e precisão no fluxo das atividades diárias.

O desenvolvimento do conteúdo para o **Glossário de Termos Jurídicos em Linguagem Simples**, destinado ao portal do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), e que tem como objetivo traduzir termos jurídicos complexos para uma linguagem acessível, facilitando a compreensão do público em geral, foi finalizado no dia 01/07/2025 e enviado à DIRCOM.

Sobre o **Guia em Linguagem Simples e Direito Visual** para Utilização do Juizado Especial: O desenvolvimento do conteúdo para o Guia em Linguagem Simples e Direito Visual, voltado à orientação sobre como utilizar o Juizado Especial, foi finalizado e apresentado na semana do Juizado Especial que ocorreu de 02 a 06/06/2025. Este material visa proporcionar informações claras, acessíveis e visualmente compreensíveis para cidadãos que buscam resolver conflitos de forma rápida e sem a necessidade de advogado.

O evento **Festilabs Região Sudeste** foi realizado com o apoio do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A ação compõe-se do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), do Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF-6), do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região (TRT-MG), do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais (TRE-MG) e do Tribunal de Justiça Militar de Minas Gerais (TJMMG). A programação voltou-se ao intercâmbio de boas práticas, à criação de soluções inovadoras e ao fomento de redes colaborativas entre os laboratórios de inovação dos tribunais no período de 21 a 22/08/2025. Adicionalmente, pode-se visualizar a matéria publicada no link: <https://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/noticias/festilabs-regiao-sudeste-e-iniciado-em-belo-horizonte.htm>

POTENCIAIS MUDANÇAS NA INICIATIVA

-

ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

9 - Aprimoramento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária.

Metas Nacionais Clique aqui para acessar o relatório de Metas Estratégicas	CNJ 9	-	-	-	-
Metas Institucionais Clique aqui para acessar o relatório de Metas Estratégicas	TJMG 62	-	-	-	-

OBSERVAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DAS METAS

A meta da iniciativa 43 - Programa INOVA TJMG é cumprir até dezembro de 2025, 100% das entregas previstas para o ano de 2025.

Das 18 (dezoito) entregas previstas para 2025 apenas 1 (uma) entrega foi cancelada e 17 (dezessete) entregas foram concluídas. O que representa o valor apurado de 100% em 10/12/2025.

Para o alcance da referida meta, foram desenvolvidas diversas ações como: UaiCast; UaiLive; emissão de Certificado Agenda 2030; Cartilhas sobre violência doméstica Fóruns Digitais, cursos e oficinas de linguagem simples, Direito Visual, Inovação para comissão de Assédio, introdução à inovação; elaboração do glossário de termos jurídicos em linguagem simples e o Festilabs (Encontro dos laboratórios de Inovação).

A respeito da Meta Nacional CNJ 9 “Desenvolver, no ano de 2025, dois projetos relacionados à Agenda 2030 da ONU, oriundos do Laboratório de Inovação, com participação de pelo menos um laboratório de outra instituição pública, e que gerem benefícios à sociedade” os dois projetos foram concluídos no âmbito do TJMG, sendo o Projeto 1 - Cartilha de Imigrantes com a parceria do TJAM e do TJRR e o Projeto 2 - Aplicação de Linguagem Simples e Direito Visual em mandados comuns entre TJMG e TRF6 com a parceria do TRF-6.

Em relação a Meta CNJ 9, o resultado apurado na meta nacional advém do CNJ – Conselho Nacional de Justiça.

VINCULAÇÃO PROJEF 5.0

XXV - fortalecer a política de inovação no âmbito do TJMG, mediante incentivos e ações de engajamento do público interno e externo.

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

Nome da Iniciativa	47 - Programa de otimização do funcionamento dos CEJUSCs - Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania.
---------------------------	--

Priorização		
--------------------	--	---

INFORMAÇÕES GERAIS	
Unidade gestora	3ª Vice-Presidência.
Patrocinador	Des. Rogério Medeiros Garcia de Lima.
Objetivos	Promover a otimização do funcionamento dos CEJUSCs - Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania. As iniciativas abrangidas pelo programa são: <u>Promoção da capacitação e aperfeiçoamento dos conciliadores e mediadores:</u> articulação com os CEJUSCs para seleção de alunos nos cursos de capacitação em mediação, conciliação e oficinas, em parceria com a EJEF, promovendo formação e aperfeiçoamento contínuo dos atores envolvidos. <u>Instalação de novos PAPRES- postos de atendimento pré-processual:</u> fomentar a parceria com diversas instituições para aumentar, sem custo para o TJMG, a capacidade de realização de sessões de conciliação pré-processuais (antes do ajuizamento de ação judicial). <u>Diagnóstico do funcionamento dos CEJUSCs instalados:</u> execução de diagnóstico contínuo, com cronogramas semestrais de visitas técnicas presenciais e por videoconferência; atualização permanente da cartilha de práticas; e incorporação de metodologias e boas práticas alinhadas às demandas atuais e normativos vigentes, fortalecendo padronização, eficiência e qualidade dos serviços. <u>Aprimoramento da gestão dos CEJUSCs:</u> promoção de encontros periódicos de magistrados coordenadores para troca de experiências e alinhamento estratégico; desenvolvimento de materiais de apoio para padronização de procedimentos; criação de comunidade virtual para integração das equipes e compartilhamento de boas práticas, fortalecendo colaboração e qualidade dos serviços prestados. <u>Implementação do pagamento de remuneração a conciliadores, mediadores e facilitadores de Justiça Restaurativa – JR:</u> edição de norma que regule o pagamento da remuneração de conciliadores, mediadores e facilitadores de JR e adoção de ações que viabilizem os meios necessários para sua efetivação. <u>Promoção do CEJUSC Itinerante/CEJUSC Itinerante por convênio com o Ministério Público em deslocamentos programados:</u> a iniciativa em apreço está regulamentada por meio do Termo de Cooperação Técnica n.º 304/2021 e tem por objetivo facilitar o acesso à Justiça, levando aos municípios que não são sedes de comarca serviços ofertados pelos CEJUSCs, em especial àquelas pessoas desprovidas de condições financeiras e/ou físicas para o seu deslocamento. Trata-se, no caso, de uma itinerância feita em parceria com o Ministério Público, em cronograma comum previamente agendado para cada ano, em Municípios distantes das sedes das Comarcas, sem base física fixa em cada localidade, mas por meio de veículos próprios de cada instituição e instalações físicas provisoriamente cedidas pelos entes públicos. <u>CEJUSC itinerante por deslocamentos programados em cronograma próprio:</u> a iniciativa em apreço está regulamentada por meio das Resoluções 632/2010 do TJMG e 460/2022 do CNJ e tem por objetivo facilitar o acesso à Justiça, levando aos municípios que não são sedes de comarca serviços ofertados pelos CEJUSCs, em especial àquelas pessoas desprovidas de condições financeiras e/ou físicas para o seu deslocamento.

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

	<u>CEJUSC Itinerante por convênio com a Defensoria Pública em deslocamentos programados:</u> a iniciativa em apreço está regulamentada por meio do Termo de Cooperação Técnica n.º 123/2023 e tem por objetivo facilitar o acesso à Justiça, levando aos municípios principalmente que não são sedes de comarca serviços ofertados pelos CEJUSCs em especial àquelas pessoas desprovidas de condições financeiras e/ou físicas para o seu deslocamento. Trata-se, no caso, de uma itinerância feita em parceria com a Defensoria Pública, em cronograma comum previamente agendado, em Municípios distantes das sedes das Comarcas, ou bairro distantes do centro da sede da Comarca, sem base física fixa em cada localidade, mas por meio de veículos próprios de cada instituição e instalações físicas provisoriamente cedidas pelos entes públicos. Também estão contempladas ações conjuntas com o Núcleo de Voluntariado do TJMG e outros parceiros na prestação de serviços judiciais. <u>Mutirões de conciliação:</u> os mutirões atendem demandas massificadas em que uma das partes consta em um número significativo de processos judiciais relativos a causas que envolvam, por exemplo, sistema financeiro (bancos), prestação de serviços de energia, água, telefonia entre outros. Assim, ao promover as sessões de conciliação neste formato, o TJMG busca agilizar o funcionamento da Justiça com a redução do acervo processual de ações repetitivas e promover uma prestação jurisdicional mais célere e eficaz.
Característica da Iniciativa	Programa incremental.

ESCOPO
Aprimoramento da Gestão dos CEJUSCs.
Conciliadores, mediadores e expositores de oficinas capacitados.
Instalação de novos PAPRES.
Implantação do pagamento de remuneração a conciliadores, mediadores e facilitadores de justiça restaurativa.
Promoção do CEJUSC Itinerante.
Realização de mutirões de Conciliação.
Realização de diagnóstico do funcionamento dos CEJUSCs instalados.

MONITORAMENTO					
Status da Iniciativa	Em andamento.	Progresso (%)	92%.		
Custo previsto	Em estudo.	Custo executado	Em estudo.		
Início da iniciativa	07/01/2025.	Término da iniciativa	30/06/2026.		
Data do monitoramento	15/01/2026.				
CRONOGRAMA DE ACOMPANHAMENTO					
ENTREGAS (E) / ATIVIDADES (A)	INÍCIO PREVISTO	TÉRMINO PREVISTO	TÉRMINO REPLANEJADO	TÉRMINO REALIZADO	STATUS
(E) Aprimoramento da Gestão dos CEJUSCs.	07/01/2025	19/12/2025	30/06/2026		Em andamento
(A) Realizar o 1º encontro de magistrados coordenadores de CEJUSCs, com o objetivo de promover a troca de experiências e o alinhamento estratégico das unidades.	07/01/2025	30/06/2025		23/05/2025	Concluído
(A) Desenvolver materiais complementares de apoio direcionados aos CEJUSCs, com o	07/01/2025	30/06/2025	30/08/2025	11/06/2025	Concluído

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

objetivo de padronizar procedimentos, orientar práticas autocompositivas e aprimorar a qualidade dos serviços prestados.					
(A) Criar uma comunidade virtual para integrar colaboradores(as) e equipes dos CEJUSCs, facilitando a troca de informações, compartilhamento de boas práticas e orientações sobre rotinas de trabalho, promovendo maior alinhamento e colaboração.	31/01/2025	03/11/2025	30/06/2026		Em andamento
(E) Conciliadores e mediadores e expositores de oficinas capacitados.	07/01/2025	19/12/2025	30/06/2026		Em andamento
(A) Realizar a primeira seleção de alunos junto aos CEJUSCs para serem capacitados em mediação ou conciliação, nos cursos ofertados em parceria com a Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (EJEF).	07/01/2025	31/03/2025		13/02/2025	Concluído
(A) Realizar a segunda seleção de alunos junto aos CEJUSCs para serem capacitados em mediação ou conciliação, nos cursos ofertados em parceria com a Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (EJEF).	01/04/2025	30/06/2025		26/05/2025	Concluído
(A) Realizar a terceira seleção de alunos junto aos CEJUSCs para serem capacitados em mediação ou conciliação, nos cursos ofertados em parceria com a Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (EJEF).	01/07/2025	30/09/2025		09/06/2025	Concluído
(A) Realizar a quarta seleção de alunos junto aos CEJUSCs para serem capacitados em mediação ou conciliação, nos cursos ofertados em parceria com a Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (EJEF).	01/10/2025	19/12/2025		01/08/2025	Concluído
(A) Desenvolver e realizar, em parceria com a Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (EJEF), ações educacionais semestrais voltadas ao aprimoramento técnico e ao aprofundamento do conhecimento de magistrados, servidores, conciliadores e mediadores, com foco nos métodos autocompositivos.	20/01/2025	01/12/2025		26/11/2025	Concluído

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

(A) Desenvolver e realizar, em parceria com a Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (EJEF), a oferta de cursos e treinamentos de aperfeiçoamento temáticos aos conciliadores e mediadores judiciais, com foco em direito empresarial, tributário ou superendividamento.	11/03/2025	13/10/2025		26/09/2025	Concluído
(A) Propor reformulação na plataforma do curso de capacitação em conciliação com o intuito de atualizá-la e aumentar o engajamento dos participantes.	01/03/2025	07/07/2025	30/06/2026		Em andamento
(E) Instalação de novos PAPRES.	07/01/2025	19/12/2025		12/12/2025	Concluído
(A) Instalar novos PAPRES (Postos de atendimento pré-processual) no primeiro semestre.	07/01/2025	30/06/2025		30/06/2025	Concluído
(A) Instalar novos PAPRES (Postos de atendimento pré-processual) no segundo semestre.	01/07/2025	19/12/2025		12/12/2025	Concluído
(E) Implementação do pagamento de remuneração a conciliadores, mediadores e facilitadores de JR.	07/01/2025	19/12/2025	30/06/2026		Em andamento
(A) Realizar reuniões de alinhamento com as áreas responsáveis para viabilizar os meios necessários para efetivação do pagamento da remuneração de conciliadores, mediadores e facilitadores de JR.	07/01/2025	19/12/2025		19/12/2025	Concluído
(A) Elaborar minuta de edital de credenciamento para o cadastramento de conciliadores, mediadores e facilitadores de Justiça Restaurativa para prestação de serviços no âmbito de atuação do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais.	07/01/2025	19/12/2025	30/06/2026		Em andamento
(E) Promoção do CEJUSC Itinerante.	07/01/2025	19/12/2025		12/12/2025	Concluído
(A) Executar as itinerâncias definidas no cronograma do primeiro trimestre em parceria com o MPMG.	07/01/2025	31/03/2025		31/03/2025	Concluído
(A) Executar as itinerâncias definidas no cronograma do segundo trimestre parceria com o MPMG.	01/04/2025	30/06/2025		30/06/2025	Concluído
(A) Executar as itinerâncias definidas no cronograma do terceiro trimestre parceria com o MPMG.	01/07/2025	30/09/2025		30/09/2025	Concluído
(A) Executar as itinerâncias definidas no cronograma do quarto trimestre parceria com o MPMG.	01/10/2025	19/12/2025		12/12/2025	Concluído

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

(A) Elaborar relatório comparativo considerando o primeiro semestre de 2024 e o primeiro semestre de 2025 dos CEJUSCs itinerantes em parceria com o MPMG.	07/01/2025	30/06/2025		30/06/2025	Concluído
(A) Elaborar relatório comparativo considerando o ano de 2024 e o ano de 2025 dos CEJUSCs itinerantes em parceria com o MPMG.	12/01/2025	19/12/2025		05/12/2025	Concluído
(A) Executar as itinerâncias definidas no cronograma do TJMG para o primeiro trimestre.	07/01/2025	31/03/2025		31/03/2025	Concluído
(A) Executar as itinerâncias definidas no cronograma do TJMG para o segundo trimestre.	01/04/2025	30/06/2025		30/06/2025	Concluído
(A) Executar as itinerâncias definidas no cronograma do TJMG para o terceiro trimestre.	01/07/2025	30/09/2025		30/09/2025	Concluído
(A) Executar as itinerâncias definidas no cronograma do TJMG para o quarto trimestre.	01/10/2025	19/12/2025		12/12/2025	Concluído
(A) Estruturar cronograma, para ano seguinte, dos deslocamentos programados em cronograma próprio.	01/10/2025	19/12/2025		28/11/2025	Concluído
(A) Elaborar relatório comparativo considerando o primeiro semestre de 2024 e o primeiro semestre de 2025 dos CEJUSCs itinerantes por cronograma próprio.	01/07/2025	30/06/2025		30/06/2025	Concluído
(A) Elaborar relatório comparativo considerando o ano de 2024 e o ano de 2025 dos CEJUSCs itinerantes por cronograma próprio.	12/01/2025	19/12/2025		05/12/2025	Concluído
(A) Executar as itinerâncias definidas no cronograma do primeiro trimestre em parceria com o DPMG.	07/01/2025	31/03/2025		31/03/2025	Concluído
(A) Executar as itinerâncias definidas no cronograma do segundo trimestre em parceria com o DPMG.	01/04/2025	30/06/2025		30/06/2025	Concluído
(A) Executar as itinerâncias definidas no cronograma do terceiro trimestre em parceria com o DPMG.	01/07/2025	30/09/2025		30/09/2025	Concluído
(A) Executar as itinerâncias definidas no cronograma do quarto trimestre em parceria com o DPMG.	01/10/2025	19/12/2025		05/12/2025	Concluído
(E) Realização de mutirões de Conciliação.	07/01/2025	31/03/2025		30/06/2025	Concluído

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

(A) Realizar, no primeiro semestre, mutirões de conciliação no âmbito do CEJUSC Virtual.	07/01/2025	31/03/2025		31/03/2025	Concluído
(A) Realizar, no segundo semestre, mutirões de conciliação no âmbito do CEJUSC Virtual.	01/04/2025	30/06/2025		30/06/2025	Concluído
(E) Realização de diagnóstico do funcionamento dos CEJUSCs instalados.	21/01/2025	05/12/2025		17/12/2025	Concluído
(A) Realizar visitas técnicas aos CEJUSCs.	21/01/2025	05/12/2025		11/12/2025	Concluído
(A) Elaborar um cronograma de visitas técnicas presenciais e videoconferências para acompanhamento e suporte às atividades dos CEJUSCs para o 1º semestre.	07/01/2025	30/06/2025		30/06/2025	Concluído
(A) Elaborar um cronograma de visitas técnicas presenciais e videoconferências para acompanhamento e suporte às atividades dos CEJUSCs para o 2º semestre.	01/07/2025	19/12/2025		11/12/2025	Concluído
(A) Atualizar a cartilha de práticas dos CEJUSCs, incorporando novas orientações, metodologias e boas práticas em autocomposição, alinhadas aos normativos atuais e às demandas contemporâneas.	06/03/2025	05/12/2025		17/12/2025	Concluído

IMPEDIMENTOS

Problema Identificado	Ação Corretiva	Unidade Responsável	Prazo	Status
-	-	-	-	-

SITUAÇÃO / PONTO DE ATENÇÃO / INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

Dentre as ações realizadas e em andamento no âmbito do programa, destacam-se:

Ações concluídas:

Instalação de Novos Postos de Atendimento Pré-Processual (PAPRES): Em 2025, foram instalados 29 novos PAPRES.

Promoção do CEJUSC Itinerante: Em 2025, foram realizadas 97 itinerâncias em 97 municípios (ação ligada à Meta TJMG 100).

Conciliadores, mediadores e expositores de oficinas capacitados: No que se refere à capacitação de conciliadores, mediadores e expositores de oficinas, foram realizadas diversas ações e ofertas de vagas no período.

Em 2025, foram iniciadas várias turmas de capacitação:

Programas de capacitação oferecidos:

- Capacitação em Conciliação 1/2025: Iniciada em 10 de março, com 200 vagas.
- Capacitação em Mediação 1/2025: Iniciada em 28 de abril, com 120 vagas.
- Capacitação em Conciliação 2/2025: Iniciada em 26 de maio, com 200 vagas.
- Capacitação em Conciliação 3/2025: Iniciada em 28 de julho, com 200 vagas.
- Formação de Expositores das Oficinas de Divórcio e Parentalidade 1/2025: Realizada de 24 de março a 8 de abril, com 30 vagas.
- Formação de Expositores das Oficinas de Divórcio e Parentalidade – Turma 2/2025 - 3/11 a 26/11 - 30 vagas

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

- “Aperfeiçoamento em Conciliação e Mediação em Superendividamento”, realizada no período de 30 de junho a 8 de agosto de 2025, com 122 vagas.
- “Aperfeiçoamento em Mediação Empresarial”, realizada de 20 de maio a 26 de setembro de 2025, em caráter permanente.

Eventos e Transmissões ao Vivo (Lives):

- Live – Autocomposição e Regularização Tributária, realizada em 18/03 (421 visualizações).
- 1º Simpósio Internacional de Justiça Terapêutica realizado 19/3, na modalidade presencial, com transmissão pelo Youtube (2117 visualizações).
- Live “Competência à luz do Tema 1234 do STF” - 7/4.
- III Congresso Internacional de Políticas Autocompositivas do TJMG - 29 e 30/09, 242 vagas;

Ações em andamento:

- A criação de uma comunidade virtual destinada a integrar colaboradores(as) e equipes dos CEJUSCs com o objetivo de facilitar a troca de informações, o compartilhamento de boas práticas e a disseminação de orientações sobre rotinas de trabalho. Este espaço visa promover maior alinhamento e colaboração entre as unidades. O desenvolvimento está em andamento junto à EJE; para sua conclusão, foi necessário um tempo adicional, o que resultou no replanejamento do projeto para o ano de 2026.
- A implementação da remuneração dos conciliadores e mediadores depende da criação de um sistema que viabilize os pagamentos. Como o desenvolvimento dessa solução está a cargo de outro setor e ainda não há cronograma definido para sua entrega, a elaboração e publicação do edital, bem como as demais etapas, somente poderão avançar após a disponibilização do sistema.

POTENCIAIS MUDANÇAS NA INICIATIVA

-

ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

2 - Ampliação da relação institucional do Judiciário com a Sociedade.

5 - Prevenção de Litígios e Adoção de Soluções Consensuais para os Conflitos.

Metas Nacionais Clique aqui para acessar o relatório de Metas Estratégicas	CNJ 3	-	-	-	-
Metas Institucionais Clique aqui para acessar o relatório de Metas Estratégicas	TJMG 97	TJMG 100	TJMG 138	TJMG 139	TJMG 140

OBSERVAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DAS METAS

A Meta TJMG 97 tem como objetivo aumentar em 1% o número de sessões agendadas nos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSCs) em comparação com o ano anterior, que registrou 290.732 sessões. Meta alcançada, pois, em 2025, foram agendadas 380.316 sessões, registrando um aumento de 30,81%.

A meta TJMG 100 propõe promover, por ação própria ou mediante parceria, o oferecimento de serviços de itinerância em pelo menos 50 ações. A meta foi atingida e superada, com 97 ações realizadas em 97 municípios de janeiro a agosto.

As ações ocorreram nos seguintes municípios:

- Fevereiro: Montezuma, Vargem Grande do Rio Pardo, Santo Antônio do Retiro, Carai, Itaipé, Catuji, Bertópolis.
- Março: Laranjal, Rosário da Limeira, Miradouro, Vieiras, Esmeraldas.
- Abril: Ninheira, Berizal, Indaiabira, Curral de Dentro, Florestal, Olhos d'Água, Félixlândia, Ribeirão das Neves, Taiobeiras.
- Maio: Alto Caparaó, Alto Jequitibá, Durandé, Martins Soares, Barão do Monte Alto, Juiz de Fora, Orizânia, Bom Jesus do Divino (Distrito), Pirapora, Santa Rita do Jacutinga, Coroadi, Ribeirão das Neves, Serro.
- Junho: Serra Azul de Minas, Santo Antônio do Itambé, Alvorada de Minas, Monte Santo de Minas, Arceburgo, Santa Luzia, Bom Jesus do Divino (Distrito).

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

- Julho: Frei Lagonegro, Coroaci, Açucena, Santo Antônio do Monte, São Francisco de Paula, Belo Oriente, Distrito de Queixada, Distrito de Lufa, Barra do Guaiçuí, Lassance, Várzea da Palma.
- Agosto: Presidente Bernardes, Rochedo de Minas, Descoberto, Araporã, Tupaciguara, Pirajuba, Aldeia Indígena Maxacali, Unaí, Sarzedo, Mário Campos, Goiabeiras.
- Setembro: Aparecida do Sul, Illicínea, Coqueiral, Brasilândia de Minas, Lagoa Grande, Oliveira, Venda Nova, Uberlândia, Boa Esperança.
- Outubro: José Gonçalves de Minas, Leme do Pardo, Veredinha, São Geraldo do Baixo, Divino das Laranjeiras, Galiléia, Antônio Dias, Distrito Brejão, Dionísio, São Domingos do Prata.
- Novembro: Luisburgo, São João do Manhuaçu, Simonésia, Reduto, Distrito de Maracujá, Varjão de Minas, São Gonçalo do Abaeté, Leopoldina, Felixlândia.
- Dezembro: Congonhas do Norte, Dom Joaquim, Carmésia, Morro do Pilar, Rio Pardo de Minas, Serro

A Meta TJMG 138 estabelece a realização de 1.200 procedimentos pré-processuais de reconhecimento de paternidade. Em 2025, foram contabilizados 2.755 procedimentos, o que representa o cumprimento integral da meta com um expressivo excedente de 129% em relação ao objetivo inicial.

A Meta TJMG 139 busca implementar ao menos 5 (cinco) projetos em Justiça Restaurativa. No ciclo de 2025, o projeto "Novos Voos" foi efetivamente implementado na comarca de Araxá. Adicionalmente, foram iniciados os processos de formalização nas comarcas de Belo Horizonte, Brumadinho, Mariana, Ponte Nova e Uberlândia. Contudo, devido aos alinhamentos técnicos essenciais à homologação dessas iniciativas — que envolvem a tramitação entre os setores responsáveis e a Rede Restaura JR — não foi possível concluir a implementação oficial no período de referência da meta.

Por fim, a Meta TJMG 140, que visa realizar ao menos 25 (vinte e cinco) Círculos de Construção de Paz, foi atingida e superada. Em 2025, foram realizados 97 círculos utilizando as técnicas da justiça restaurativa.

VINCULAÇÃO PROJEF 5.0

X - reestruturar e integrar os serviços públicos geridos pela Terceira Vice Presidência, de forma responsiva e identitária.

XI - otimizar o funcionamento dos Centros Judiciários de Solução de Conflitos e Cidadania – CEJUSCs.

XII - aprimorar a extração, o tratamento e a explicitação de dados relativos às políticas autocompositivas, objetivando-se a melhoria contínua de indicadores estratégicos.

XIII - estruturar políticas públicas autocompositivas que promovam a garantia de direitos fundamentais e o fortalecimento da relação interinstitucional do Judiciário com a sociedade no que se refere a meio ambiente, urbanismo, saúde e outros temas de alta repercussão jurídica, cultural, econômica e social.

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

Nome da Iniciativa	68 - Programa de Desenvolvimento da Atuação do Centro de Inteligência da Justiça de Minas Gerais (2025).
---------------------------	---

Priorização	 
--------------------	--

INFORMAÇÕES GERAIS	
Unidade gestora	Presidência: Centro de Inteligência da Justiça de Minas Gerais – CIJMG.
Patrocinador	Sr. Guilherme Augusto Mendes do Valle.
Objetivos	Desenvolvimento da atuação do Centro de Inteligência da Justiça de Minas Gerais (CIJMG) com o objetivo de auxiliar na identificação e monitoramento dos grandes litigantes, do potencial ou do efetivo ajuizamento de demandas estruturais, repetitivas ou de massa, do excesso de litigiosidade e da litigância abusiva, fraudulenta, predatória, agressora e protelatória, bem como os temas que representam o maior número de controvérsias no âmbito do Poder Judiciário Estadual, e apoiar as estratégias para o tratamento dessas questões.
Característica da Iniciativa	Programa Incremental.

ESCOPO
Elaboração de Plano de Comunicação do CIJMG.
Colaboração Projeto 1ª Vice SOMA.
Interlocução com o Núcleo de Cooperação Judiciária - NUCOP.
Atos concertados CIJMG e NUCOP.
Automação e otimização da triagem de execuções fiscais no Núcleo de Justiça 4.0.
Automatização de certidão de triagem de modo a identificar a propositura de ações pela mesma parte, relacionadas às demandas envolvendo instituições financeiras.
Formalizar Acordo de Cooperação Técnica com a PBH.
Propiciar andamento eficaz das ações de usucapião - comarca de Belo Horizonte.
2ª Congresso dos Centros de Inteligência.

MONITORAMENTO			
Status da Iniciativa	Parcialmente concluída.	Progresso (%)	83,3%.
Custo previsto	Em estudo.	Custo executado	Em estudo.
Início da iniciativa	03/04/2023.	Término da iniciativa	30/03/2026.
Data do monitoramento	20/01/2026.		
CRONOGRAMA DE ACOMPANHAMENTO			

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

ENTREGAS (E) / ATIVIDADES (A)	INÍCIO PREVISTO	TÉRMINO PREVISTO	TÉRMINO REPLANEJADO	TÉRMINO REALIZADO	STATUS
(E) Elaboração de Plano de Comunicação do CIJMG.	03/04/2025	30/11/2025		08/09/2025	Concluído
(A) Instituir o boletim do CIJMG.	03/04/2025	30/11/2025		08/09/2025	Concluído
(A) Estabelecer fluxo de publicação de notícias relacionadas ao CIJMG no Portal TJMG.	03/04/2025	30/11/2025		27/11/2025	Concluído
(E) Colaboração Projeto 1ª Vice SOMA.	12/05/2025	12/12/2025	30/06/2025	30/06/2025	Concluído
(A) Participação de membros do CIJMG na capacitação e no fortalecimento das práticas gerenciais.	12/05/2025	12/12/2025	30/06/2025	30/06/2025	Concluído
(A) Elaboração de material para apresentação.	12/02/2025	12/12/2025	30/06/2025	30/06/2025	Concluído
(E) Interlocução com o NUCOP.	22/01/2025	12/12/2025	15/12/2025	15/12/2025	Concluído
(A) Proposição de atos de cooperação.	22/01/2025	12/12/2025	15/12/2025	15/12/2025	Concluído
(E) Atos concertados CIJMG e NUCOP.	10/03/2025	15/12/2025		15/12/2025	Concluído
(A) Monitoramento através do Radar e intermediação de atos de cooperação entre juízes.	10/03/2025	15/12/2025		15/12/2025	Concluído
(E) Automatização e otimização da triagem de execuções fiscais no Núcleo de Justiça 4.0.	23/01/2025	12/12/2025		20/05/2025	Concluído
(A) Participação no projeto de automatização com fundamento na Resolução CNJ 547/2024.	23/01/2025	12/12/2025		20/05/2025	Concluído
(E) Automatização de certidão de triagem.	04/02/2025	20/12/2025	30/03/2026		Em andamento
(A) Desenvolvimento de ferramenta de realização de comparação de documentos	04/02/2025	20/12/2025	30/03/2026		Em andamento
(E) Acordo de Cooperação Técnica com a PGM.	06/02/2025	30/06/2025	04/06/2025	04/06/2025	Concluído
(A) Modernização e otimização da tramitação de processos no âmbito do município.	06/02/2025	30/06/2025	04/06/2025	04/06/2025	Concluído
(E) Redução do tempo na tramitação de ações de usucapião na comarca de Belo Horizonte.	06/02/2025	20/12/2025	30/03/2026		Em andamento
(A) Otimização na tramitação de ações de usucapião na comarca de Belo Horizonte.	06/02/2025	20/12/2025	30/03/2026		Em andamento

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

(E) 2º Congresso dos Centros de Inteligência.	10/09/2025	10/11/2025	30/01/2026	19/12/2025	Concluído
(A) Participação de autoridades e órgãos públicos.	10/09/2025	10/11/2025	19/12/2025	19/12/2025	Concluído
(A) Abertura de edital de artigos para a composição da 3ª Edição da Revista do Centro de Inteligência.	10/09/2025	10/09/2025	29/07/2025	29/07/2025	Concluído
IMPEDIMENTOS					
Problema Identificado	Ação Corretiva	Unidade Responsável	Prazo	Status	
-	-	-	-	-	
SITUAÇÃO / PONTO DE ATENÇÃO / INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR					
A respeito da entrega ‘Elaboração de Plano de Comunicação do Centro de Inteligência da Justiça de Minas Gerais (CIJMG)’ instituiu-se o Boletim CIJMG de periodicidade trimestral. O fluxo de publicações de notícias foi concluído em novembro de 2025, resultando na criação do Conexão SIS (canal de comunicação que fortalece a comunicação com o público interno e com a Rede Nacional de Centros de Inteligência) e no podcast da unidade, além da publicação da 3ª edição da Revista do Centro de Inteligência. O novo canal de comunicação do CIJMG inclui: - Boletim Informativo Trimestral destacando iniciativas como projetos estratégicos; produção técnico-jurídica de notas técnicas, relatórios e estudos; atos normativos e ações alinhadas à Agenda 2030, entre outras. - Página na web para divulgar boletins informativos, atos relevantes, conteúdos multimídia e documentos de apoio, integrando-se aos canais de comunicação do TJMG. - Uso dos murais e painéis digitais das unidades do TJMG para ampliar o alcance e visibilidade das ações. A entrega ‘Colaboração Projeto 1ª Vice SOMA’ encerrou-se em 30/06/2025 com as atividades de participação de membros do CIJMG na capacitação envolvendo as atribuições e realizações do Centro de Inteligência que podem auxiliar de forma relevante a prestação jurisdicional na segunda instância. A ação ocorreu em 08 (oito) aulas ministradas para os convocados pela 1ª Vice-Presidência versando sobre as atribuições e realizações do CIJMG. Quanto à entrega ‘Interlocução com o Núcleo de Operação Judiciária – NUCOP’ ocorreu a formalização de três termos de Cooperação Técnica e interlocução com diversas comarcas no decorrer de 2025, atuando, dessa maneira, para facilitar a comunicação entre os magistrados e promover a prática de atos de cooperação judiciária. Os ‘Atos Concertados’ são instrumentos de cooperação judiciária utilizados pelo NUCOP para viabilizar a comunicação e a coordenação entre magistrados. Tais mecanismos permitem o estabelecimento de acordos para a sincronização de atos processuais e a redistribuição de competências, evitando a duplicidade de demandas e otimizando a gestão de ações repetitivas. Com a conclusão das atividades de monitoramento via ferramenta 'Radar' e a intermediação da cooperação em 15/12/2025, o NUCOP totalizou a elaboração de oito Atos Concertados no TJMG, desde janeiro de 2024. A ‘Automatização e otimização da triagem de execuções fiscais’ realizada em parceria com o Núcleo de Justiça 4.0 e com a Unidade Avançada de Inovação em Laboratório (UAILAB) foi concluída resultando numa solução tecnológica para automatizar as certidões de triagem nos processos de execução fiscal distribuídos ao Núcleo. Essa automação, por meio de robô digital, gera certidões com base em planilhas analisadas pelo Núcleo 4.0. A entrega ‘Automatização de certidão de triagem’ será replanejada para 2026, pois a atividade de desenvolvimento da ferramenta de realização e comparação de documentos está sendo construída com o uso de Inteligência Artificial (IA) e apoio da Diretoria Executiva de Tecnologia da Informação e Comunicação (DIRTEC). A previsão inicial para finalização é no final de março de 2026. Sobre o ‘Acordo de Cooperação Técnica com a Procuradoria-Geral do Município de Belo Horizonte (PGM-BH)’ em 04 de junho de 2025, o TJMG, por intermédio do Centro de Inteligência da Justiça de Minas Gerais e a Procuradoria-Geral do Município de Belo Horizonte, assinaram um termo de cooperação técnica interinstitucional para aprimorar a gestão de processos judiciais envolvendo a administração pública municipal e a prestação jurisdicional. Tal acordo tem por					

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

objetivo prevenir a litigiosidade, julgar rapidamente as ações judiciais já existentes, monitorar demandas repetitivas e precedentes, fortalecer a resolução consensual de conflitos, modernizar a gestão processual e otimizar a tramitação de feitos judiciais.

A respeito da ação '**Redução do tempo na tramitação de ações de usucapião na comarca de Belo Horizonte**' ocorrerá o seu replanejamento para 2026. A ideia é transformar o fluxo de trabalho já existente em uma nota técnica ou uma Instrução Padrão de Trabalho (IPT), institucionalizando o procedimento e reduzindo o tempo de tramitação de ações de usucapião (atualmente, em média 15 anos). O projeto piloto será em Belo Horizonte em um Acordo de Cooperação Técnica com um Município com expectativa de finalização em 30/03/2026.

Por fim, a entrega referente ao **2º Congresso dos Centros de Inteligência** envolvendo os preparativos do ano passado para o evento foram concluídos, pois o mesmo ocorrerá nas datas de 12 e 13/03/2026. No entanto, algumas ações ainda serão executadas em 2026 em razão da necessidade de catalogação e atualização das informações de participação de autoridades e órgãos públicos no evento que ainda serão encaminhadas para a Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes (EJEF), responsável pelo apoio ao evento.

POTENCIAIS MUDANÇAS NA INICIATIVA

-

ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

3 - Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional.

Metas Nacionais Clique aqui para acessar o relatório de Metas Estratégicas	-	-	-	-	-
Metas Institucionais Clique aqui para acessar o relatório de Metas Estratégicas	TJMG 80	-	-	-	-

OBSERVAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DAS METAS

Visando o cumprimento da meta "**TJMG 80 - Concluir, até dezembro de 2025, 100%** (cem por cento) das atividades previstas para o ano no Programa de Desenvolvimento da Atuação do Centro de Inteligência da Justiça de Minas Gerais", alcançou o percentual de apuração de 83,3%.

Foram estabelecidas 12 (doze) atividades a serem cumpridas no decorrer do ano de 2025. Até o mês de dezembro de 2025 a iniciativa concluiu 10 (dez) atividades que culminaram em seis grandes entregas. A primeira entrega foi a '**Elaboração de Plano de Comunicação do CIJMG**', a '**Colaboração ao Projeto 1ª Vice SOMA**', a '**Interlocução com o NUCOP**', os '**Atos concertados CIJMG e NUCOP**', a '**Automatização e otimização da triagem de execuções fiscais no Núcleo de Justiça 4.0**' e o '**Acordo de Cooperação Técnica com a Procuradoria Geral do Município de Belo Horizonte – PGM**'. Tais ações demonstram o compromisso do Tribunal com uma justiça mais integrada, moderna e eficiente, capaz de responder de forma mais rápida e coordenada aos desafios do Sistema Judicial e às expectativas da população mineira.

VINCULAÇÃO PROJEF 5.0

IV - aumentar a eficiência jurisdicional, com redução efetiva do tempo médio de tramitação dos processos no Poder Judiciário de Minas Gerais, inclusive em sede recursal e de inquéritos policiais, especialmente nas matérias reconhecidas como prioritárias pelo CNJ;

V - majorar o efetivo acesso das partes à tutela jurisdicional de mérito, mediante ampliação das ferramentas de automação, de inteligência artificial e de tramitação eletrônica de todos os expedientes judiciais, aumentando o número de processos julgados e otimizando os esforços dedicados à área-fim;

VI - incrementar as ferramentas administrativas de gestão judiciária, mediante apuração, tratamento e avaliação de dados que permitam direcionamento de esforços que assegurem a eficiência da prestação da tutela jurisdicional, reduzindo a taxa de congestionamento de processos em tramitação nas unidades judiciárias;

XII - aprimorar a extração, o tratamento e a explicitação de dados relativos às políticas auto compositivas, objetivando-se a melhoria contínua de indicadores estratégicos;

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

XV - aperfeiçoar a gestão de precedentes em Primeira e Segunda Instâncias, com aprimoramento das estratégias de comunicação e foco na automatização de alertas de incidência/aplicabilidade de precedentes e suspensão de processos por determinação de Relator de Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas - IRDR ou de recurso representativo de controvérsia, através de ferramentas de inteligência artificial;

XVI - promover a redução progressiva e intensa do estoque de processos que aguardam qualquer espécie de providência para baixa (com exceção de processos suspensos por motivo legal), inclusive por meio de medidas interinstitucionais e de atuação do Centro de Inteligência na elaboração e efetivação de estratégias adequadas de design de soluções de conflito;

XVII - promover a desburocratização de processos e procedimentos administrativos, especialmente dos relacionados à inovação dos processos de trabalho, em alinhamento com a Resolução do CNJ nº 395, de 7 de junho de 2021;

XVIII - aprimorar a gestão da inteligência institucional, particularmente com o objetivo de aperfeiçoar o gerenciamento das lides estruturais e o combate das múltiplas formas do abuso do sistema de justiça, com atuação nos 'inputs' processuais e foco em jurimetria, desenvolvimento e compartilhamento de estratégias, harmonização da atuação e comunicação da Primeira e Segunda Instâncias.

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

Nome da Iniciativa	72 - Aprimoramento da Gestão de Cobrança de Custas Processuais.
--------------------	---

Priorização	 
-------------	--

INFORMAÇÕES GERAIS	
Unidade gestora	Presidência: Diretoria Executiva de Finanças e Execução Orçamentária - DIRFIN. 1ª Vice-Presidência: Diretoria Executiva de Suporte à Prestação Jurisdicional - DIRSUP. Corregedoria-Geral de Justiça.
Patrocinador	Dr. Armando Ghedini Neto, Juiz Auxiliar da Primeira Vice Presidência; Dr. Guilherme Lima Nogueira da Silva, Juiz Auxiliar da Corregedoria; Sr. Eduardo Codo Santos, Diretor Executivo da DIRFIN.
Objetivos	Atualização normativa visando a transparência, adequação e otimização da arrecadação das custas processuais, com objetivo de conter o excesso de litigância e atualizar o provimento com atos normativos em vigência, trazendo desta forma, segurança jurídica aos usuários internos e externos e melhorar o sistema de arrecadação de custas processuais evitando cobranças indevidas e evasão de receitas.
Característica da Iniciativa	Projeto.

ESCOPO
Atualização de normas e orientações vigentes [Revisão Total].
Atualização de normas e orientações vigentes [Revisão Parcial].
Capacitação no tema voltada aos magistrados, servidores, estagiários e colaboradores do TJMG.
Campanha de Conscientização sobre a importância da correta aplicação do Provimento Conjunto 75/2018 [Cancelado].
Criação de painéis Qlik Sense para monitoramento das Receitas Judiciais [Suspensão].
Aprimoramento de ferramentas que envolvem a gestão da cobrança de custas processuais.
Alinhamento contínuo e integração entre as equipes [Cancelado].
Aprimoramento do processo de trabalho e atendimento [Cancelado].
Atualização dos sistemas com os ajustes necessários das guias impactadas.
Publicação de materiais e cartilhas para esclarecimento do público interno e externo.
Reestruturação do Portal TJMG.

MONITORAMENTO			
Status da Iniciativa	Parcialmente concluído.	Progresso (%)	50%.
Custo previsto	Em estudo.	Custo executado	Em estudo.
Início da iniciativa	10/01/2024.	Término da iniciativa	18/12/2026.

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

Data do monitoramento	12/12/2025.				
CRONOGRAMA DE ACOMPANHAMENTO					
ENTREGAS (E) / ATIVIDADES (A)	INÍCIO PREVISTO	TÉRMINO PREVISTO	TÉRMINO REPLANEJADO	TÉRMINO REALIZADO	STATUS
(E) Atualização de normas e orientações vigentes (Revisão Total).	13/08/2024	07/04/2025	18/12/2026		Em andamento
(A) Promover estudos, envolvendo a CGJ, a 1ª Vice-Presidência e a DIRFIN, relativos ao Provimento Conjunto nº 75/2018, para identificar os pontos em que revisão é devida. (*Revisão Total).	13/08/2024	18/02/2025	25/07/2025	25/07/2025	Concluído
(A) Elaborar minuta com proposta de Revisão Total de alteração do Provimento Conjunto nº 75/2018.	19/12/2024	13/03/2025	18/12/2026		Em andamento
(A) Apresentar a proposta de Revisão Total aos juízes.	07/01/2025	11/03/2025	18/12/2026		Em andamento
(A) Reunir com o grupo de trabalho para validar os ajustes após a apresentação para todos os magistrados em conjunto.	05/02/2025	18/03/2025	18/12/2026		Não iniciado
(A) Apresentar a proposta de Revisão Total aos juízes após ajustes.	26/02/2025	19/03/2025	18/12/2026		Não iniciado
(A) Encaminhar a minuta de proposta para Revisão Total à Codran.	07/03/2025	24/03/2025	18/12/2026		Não iniciado
(A) Submeter a minuta aos signatários do ato.	14/03/2025	27/03/2025	18/12/2026		Não iniciado
(A) Publicar o Provimento revisado. (Revisão Total).	14/03/2025	28/03/2025	18/12/2026		Não iniciado
(A) Atualizar normas e orientações correlatas de 1ª instância (Revisão Total).	07/03/2025	07/04/2025	18/12/2026		Não iniciado
(A) Atualizar normas e orientações correlatas de 2ª instância (Revisão Total).	07/03/2025	07/04/2025	18/12/2026		Não iniciado
(E) Atualização de normas e orientações vigentes (Revisão Parcial).	28/10/2024	19/12/2024	19/12/2025	26/06/2025	Concluído
(A) Elaborar minuta com proposta urgente de revisão parcial de alteração do Provimento Conjunto nº 75/2018.	28/10/2024	11/11/2024	07/03/2025	19/05/2025	Concluído

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

(A) Apresentar a proposta de revisão parcial aos juízes.	02/12/2024	09/12/2024	30/05/2025	15/05/2025	Concluído
(A) Reunir com o grupo trabalho para validar os ajustes após a apresentação.	09/12/2024	13/12/2024			Cancelado
(A) Apresentar a proposta de revisão parcial aos juízes após ajustes.	13/12/2024	13/12/2024			Cancelado
(A) Encaminhar a minuta da proposta para revisão Parcial à Codran.	13/12/2024	13/12/2024	25/02/2025	14/05/2025	Concluído
(A) Submeter a minuta aos signatários do ato.	13/12/2024	16/12/2024	28/02/2025	15/05/2025	Concluído
(A) Publicar os acréscimos urgentes ao Provimento Conjunto nº 75/2018. Revisão Parcial Oficiais de Justiça.	16/12/2024	19/12/2024	30/06/2025	26/06/2025	Concluído
(A) Atualizar normas e orientações correlatas de 1ª instância (Revisão Parcial).	28/10/2024	19/12/2024			Cancelado
(A) Atualizar normas e orientações correlatas de 2ª instância (Revisão Parcial).	28/10/2024	19/12/2024			Cancelado
(E) Capacitação no tema voltada aos magistrados, servidores, estagiários e colaboradores do TJMG.	28/11/2024	19/12/2025	18/12/2026		Em andamento
(A) Realizar oficina e Construir a Matriz pedagógica.	28/11/2024	28/11/2024	30/09/2026		Em andamento
(A) Elaborar Plano de Capacitação.	28/11/2024	28/11/2024	30/09/2026		Não iniciado
(A) Aprovação da superintendência.	28/02/2025	14/03/2025	30/09/2026		Não iniciado
(A) Desenvolver o conteúdo da capacitação e configurar ambiente virtual (Gravação videoaulas).	28/11/2024	28/11/2024	18/10/2026		Não iniciado
(A) Realizar a capacitação " Curso Geral".	04/08/2025	04/09/2025	18/12/2026		Não iniciado
(A) Realizar a capacitação (Mini curso).	04/09/2025	19/12/2025	18/12/2026		Não iniciado
(E) Campanha de Conscientização sobre a importância da correta aplicação do Provimento Conjunto 75/2018 - (Plano de Comunicação).	22/10/2024	19/12/2025			Cancelado
(A) Envolver a DIRCOM para viabilizar a campanha de conscientização.	22/10/2024	07/11/2024			Cancelado

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

(A) Definir os itens que serão objeto da campanha.	10/01/2025	17/01/2025			Cancelado
(A) Elaborar o texto dos itens que constarão da campanha de conscientização.	17/01/2025	21/02/2025			Cancelado
(A) Desenvolver o plano da campanha de conscientização.	17/01/2025	28/02/2025			Cancelado
(A) Executar o plano da campanha de conscientização.	14/02/2025	19/12/2025			Cancelado
(E) Criação de painéis Qlik Sense para monitoramento das Receitas Judiciais.	10/01/2024	19/12/2024			Suspenso
(A) Envolver áreas responsáveis para viabilizar a criação de painéis.	10/01/2024	08/11/2024		08/11/2024	Concluído
(A) Criação de painel Qlik Sense - "Monitor de Receitas Judiciais" - com informações das receitas judiciais de 1ª instância.	10/01/2024	19/12/2024	27/02/2025	28/04/2025	Concluído
(A) Criação de painel Qlik Sense - "Monitor de Receitas Judiciais" - com informações das receitas judiciais de 2ª instância.	08/11/2024	19/12/2024			Suspenso
(E) Aprimoramento de ferramentas que envolvem a gestão da cobrança de custas processuais.	21/10/2024	30/05/2025	30/06/2026		Em andamento
(A) Envolver as áreas atuantes na gestão da cobrança de custas processuais.	21/10/2024	21/11/2024	31/10/2025	31/10/2025	Concluído
(A) Definir quais ferramentas serão aprimoradas (sistemas, planilhas, páginas do Portal, etc).	27/02/2025	27/03/2025	15/07/2025	15/07/2025	Concluído
(A) Definir a lista de prioridade de aprimoramento das ferramentas.	20/03/2025	27/03/2025	20/08/2025	20/08/2025	Concluído
(A) Alinhar com as equipes responsáveis pela melhoria/aperfeiçoamento da ferramenta.	27/03/2025	27/03/2025	28/11/2025	28/11/2025	Concluído
(A) Realizar o aprimoramento das ferramentas, por ordem de priorização.	27/03/2025	27/06/2025			Cancelado
(A) Comunicar aos beneficiados os aprimoramentos que foram realizados.	27/05/2025	30/05/2025	30/06/2026		Não iniciado
(E) Alinhamento contínuo e integração entre as equipes.	03/02/2025	03/03/2025			Cancelado

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

(A) Planejar e elaborar o cronograma de reuniões das equipes para estudar a padronização e esclarecer eventuais dúvidas após a publicação do Provimento, com o comprometimento das equipes de reunir regularmente para discutir as questões envolvidas.	03/02/2025	03/03/2025			Cancelado
(A) Planejar e elaborar o cronograma de reuniões das equipes para esclarecimento de dúvidas e consequências à luz do eproc, com o comprometimento das equipes de reunir regularmente para discutir as questões envolvidas.	03/03/2025	03/03/2025			Cancelado
(E) Aprimoramento do processo de trabalho e atendimento.	03/02/2025	19/12/2025			Cancelado
(A) Mapear e analisar processos de trabalho.	03/02/2025	19/12/2025			Cancelado
(A) Definir Estratégia de Suporte ao Usuário.	03/02/2025	19/12/2025			Cancelado
(E) Atualização dos sistemas com os ajustes necessários das guias impactadas.	13/12/2024	01/01/2026		01/01/2026	Concluído
(A) Identificar os impactos do sistema em relação aos artigos urgentes.	13/12/2024	17/01/2025		17/01/2025	Concluído
(A) Apresentar Demanda para DIRTEC e Juízes auxiliares.	06/02/2025	06/02/2025		06/02/2025	Concluído
(A) Registrar a abertura da demanda no Jira da DIRTEC.	13/02/2025	13/03/2025	19/12/2025	19/12/2025	Concluído
(A) Promover atualizações no Sistema (Planejamento, Levantamento de Requisitos e Desenvolvimento).	19/05/2025	31/07/2025	30/09/2025	17/12/2025	Concluído
(A) Testar e Homologar as atualizações.	01/08/2025	07/11/2025		17/12/2025	Concluído
(A) Implantar as atualizações.	17/11/2025	01/01/2026		01/01/2026	Concluído
(E) Publicação de materiais e cartilhas para esclarecimento do público interno e externo (Plano de Comunicação).	22/10/2024	19/12/2025		19/12/2025	Concluído
(A) Envolver a DIRCOM para viabilizar as publicações.	22/10/2024	07/11/2024	11/12/2024	11/12/2024	Concluído

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

(A) Definir os itens que serão objeto da campanha.	10/01/2025	17/01/2025	05/02/2025	26/02/2025	Concluído
(A) Elaborar o texto dos itens que constarão do plano de comunicação.	17/01/2025	21/02/2025	12/12/2025	19/12/2025	Concluído
(A) Desenvolver o plano de comunicação.	17/01/2025	28/02/2025	30/06/2025	21/03/2025	Concluído
(A) Executar o plano de comunicação.	14/02/2025	19/12/2025		19/12/2025	Concluído
(E) Reestruturação das páginas no Portal TJMG.	16/07/2025	19/12/2025	30/06/2026		Em andamento
(A) Apresentação da situação atual das Páginas do Portal.	16/07/2025	16/07/2025		16/07/2025	Concluído
(A) Identificação da estrutura de páginas atuais e definir modelo - Portal Custas.	17/07/2025	29/08/2025		20/08/2025	Concluído
(A) Identificar modelos de páginas atuais e definir modelo para estrutura – Fiança.	10/07/2025	29/08/2025		20/08/2025	Concluído
(A) Definir assuntos dos botões e abas - Portal de Custas.	17/07/2025	29/08/2025	06/10/2025	14/10/2025	Concluído
(A) Definir assuntos dos botões e abas – Fiança.	10/07/2025	29/08/2025	06/10/2025	14/10/2025	Concluído
(A) Criar os botões e topo de página - Portal de Custas.	03/09/2025	23/09/2025	19/12/2025	14/10/2025	Concluído
(A) Apresentar estrutura definida à DIRCOM - Portal Custas e oficializar pedido (via e-mail).	01/09/2025	05/09/2025	19/12/2025	14/10/2025	Concluído
(A) Apresentar estrutura definida à DIRCOM - Fiança e oficializar pedido (via e-mail).	01/09/2025	05/09/2025	19/12/2025	30/10/2025	Concluído
(A) Elaborar conteúdos que alimentarão botões a abas - Portal Custas.	08/09/2025	19/12/2025	30/06/2026		Não iniciado
(A) Elaborar conteúdos que alimentarão botões a abas – Fiança.	08/09/2025	19/12/2025	30/06/2026		Não iniciado
(A) Definir o formato do conteúdo de cada aba - Portal Custas (ex: Se será texto, manual, passo a passo, tutorial, infográfico, podcast, imagem etc.).	08/09/2025	19/12/2025	30/06/2026		Não iniciado
(A) Definir o formato do conteúdo de cada aba - Fiança (ex: Se será texto, manual, passo a passo, tutorial,	08/09/2025	19/12/2025	30/06/2026		Não iniciado

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

infográfico, podcast, imagem etc.).					
(A) Enviar os conteúdos que alimentarão os botões e as abas - Portal Custas à DIRCOM.	15/09/2025	19/12/2025	30/06/2026		Não iniciado
(A) Enviar os conteúdos que alimentarão os botões e as abas - Fiança à DIRCOM.	15/09/2025	19/12/2025	30/06/2026		Não iniciado
(A) Elaborar peças/identidade visual - Portal Custas.	15/09/2025	19/12/2025	30/06/2026		Não iniciado
(A) Elaborar peças/identidade visual – Fiança.	15/09/2025	19/12/2025	30/06/2026		Não iniciado
(A) Publicar página - Portal Custas.	19/12/2025	19/12/2025	30/06/2026		Não iniciado
IMPEDIMENTOS					
Problema Identificado	Ação Corretiva	Unidade Responsável	Prazo	Status	
-	-	-	-	-	
SITUAÇÃO / PONTO DE ATENÇÃO / INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR					
A cobrança de custas judiciais em Minas Gerais é regida pela Lei Estadual nº 14.939/2003 e pelo Provimento Conjunto nº 75/2018. Estes instrumentos definem os critérios de cálculo em todas as etapas processuais, da primeira instância aos recursos para segunda Instância. Originalmente concebida para uma atualização normativa necessária, a iniciativa “Aprimoramento da Gestão de Cobrança de Custas Processuais” expandiu-se devido à complexidade identificada durante a revisão do Provimento nº 75/2018. Para atender às demandas sistêmicas e operacionais, o projeto evoluiu para um programa abrangente, focado na modernização da gestão, na capacitação de pessoal e na comunicação eficiente. Foi concluída uma etapa de revisão do normativo referente às custas, com a publicação do Provimento Conjunto nº 148/2025, em 26 de junho de 2025, que altera o Provimento Conjunto nº 75/2018 e regulamenta o recolhimento de custas judiciais, taxa judiciária, despesas processuais e demais valores. Após a publicação do Provimento Conjunto nº 148/2025 (que alterou regras relativas aos oficiais de justiça), a DIRTEC realizou as atualizações sistêmicas necessárias. A fase de testes e homologação foi concluída, bem como a atualização do sistema. Quanto à revisão total do normativo, o grupo técnico evoluiu com os estudos para a reforma do Provimento Conjunto nº 75/2018 com repasses sucessivos aos magistrados da Corregedoria-Geral de Justiça e da Primeira Vice-Presidência para validação. No entanto, a atualização do normativo segue planejada para 2026 na forma de pacotes de entregas. Com o objetivo de ampliar o engajamento das áreas envolvidas, foi elaborado o formulário Diagnóstico Colaborativo – Provimento Conjunto nº 75/2018, voltado às contadorias, gestores de cartórios e gerentes de secretaria. A pesquisa foi encaminhada a aproximadamente 1.200 unidades judiciárias, abrangendo primeira e segunda instância, no período compreendido entre 03/10/2025 e 07/11/2025, e obteve 654 respostas. Alguns objetivos específicos da pesquisa são: Identificar os principais temas que geram desafios na aplicação do Provimento Conjunto nº 75/2018 com vistas a analisar se as alterações realizadas na revisão do provimento foram suficientes; Oportunizar aos aplicadores da norma a possibilidade de darem sugestões de melhorias; Apontar os motivos das dificuldades enfrentadas na aplicação da norma; Averiguar medidas que possam facilitar sua aplicação; Verificar os formatos de treinamento considerados mais eficazes;					

Identificar temas prioritários para capacitação;

Compreender os desafios enfrentados no cálculo e na cobrança de custas judiciais, taxas e despesas processuais;

Identificar dificuldades específicas no cálculo das custas finais;

Mapear os principais desafios no processo de emissão do GRCTJ;

Apurar as dificuldades relacionadas aos procedimentos de fiscalização;

Compreender os meios de comunicação mais utilizados para o contato com as partes;

Compreender as dificuldades enfrentadas pelas partes sob a ótica dos servidores.

O painel "Monitor de Receita Judicial", que detalha as receitas judiciais de 1ª instância, foi criado e encontra-se disponível para acesso. Esta ferramenta oferece informações valiosas para aprimorar a eficiência na arrecadação de receitas e direcionar ações estratégicas pela Corregedoria.

Considerando que a iniciativa prevê uma ação educacional em parceria com a EJEJ, a Escola conduziu uma oficina com a equipe técnica para a elaboração inicial da matriz pedagógica. O curso já se encontra formalizado, com os nomes dos docentes definidos, e será de grande importância após a publicação do provimento revisado.

A iniciativa contemplou a implementação de um Plano de Comunicação, contribuindo para o fortalecimento da transparência institucional perante o público interno e externo, assegurando a divulgação clara e padronizada das informações, melhorando a previsibilidade para os usuários, reduzindo riscos de uso inadequado de serviços e sistemas e fortalecendo a confiança e a imagem institucional. Os times técnicos produziram e publicaram, ao longo do ano, conteúdos voltados aos públicos interno e externo na página do TJMG. No período, foram divulgados 15 (quinze) informes, que alcançaram, até o presente momento, 16.875 acessos. Por fim, análises de acesso ao Portal TJMG indicaram que os conteúdos relacionados a custas estão entre os mais consultados, com destaque para as páginas Guia de Custas e Tabela de Custas e Emolumentos, além de informes com elevado volume histórico de acessos.

Diante desse cenário, foram priorizadas a revisão e a reorganização desses conteúdos, a atualização textual, a revisão dos manuais e a criação de um espaço específico para o tema Fiança. As ações de reestruturação das páginas seguem em andamento, com o apoio da Coordenação de Apoio Técnico e de Conteúdo para as Mídias Digitais (COMID) e da Coordenação de Publicidade (COPUB). A equipe da Diretoria Executiva de Comunicação (DIRCOM) iniciou a elaboração do protótipo das páginas de Custas e Fiança e a definição da nova estrutura encontra-se em fase final. As áreas de negócio envolvidas estão revisando os conteúdos, contemplando a atualização dos textos, a reorganização das informações e a revisão dos manuais.

Pontos de Atenção e Ajustes de Escopo:

Gestão de Recursos: A transição de "projeto" para "programa" gerou uma alocação da equipe em múltiplas frentes, impactando o fluxo de trabalho. Foi necessário realizar um replanejamento de prioridades e cronogramas.

Priorização Normativa: A Revisão Total (Entrega 1) avançou, no entanto, a avaliação das respostas do Diagnóstico Colaborativo demandou mais tempo que o esperado e, a necessidade de repasse contínuo das informações aos magistrados para validação, estendeu o cronograma inicial.

A preparação de capacitação no tema voltada aos magistrados, servidores, estagiários e colaboradores do TJMG continua sendo preparada. E o aprimoramento de ferramentas que envolvem a gestão da cobrança de custas processuais, como sistemas, planilhas e página no Portal será gradativamente realizado na medida da evolução da atualização do normativo.

A importante reestruturação das páginas do Portal (Entrega 11) terá suas atividades replanejadas para o próximo ano.

Ajustes de Escopo:

Foi cancelada a atualização de normas específicas para a 2ª Instância na Entrega 2, uma vez que os pontos urgentes se restringiam à 1ª Instância.

Painel Qlik Sense: A criação do painel de monitoramento de receitas da 2ª Instância foi suspensa em favor de demandas prioritárias.

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

O alinhamento e a integração que envolvem o mapeamento de processo de trabalho e a padronização de rotinas somente será planejado pelo CECPROC após a conclusão do módulo de custas do sistema (eproc), prevista para 2026. No ano que vem, após o planejamento do CEPROC, a entrega poderá ser inserida novamente no escopo da iniciativa.

Quanto à campanha de conscientização sobre a importância da correta aplicação do Provimento Conjunto 75/2018, esta entrega foi cancelada após consenso do grupo de que deverá ser repensada somente após a conclusão da atualização do Provimento 75 e sua consequente publicação.

POTENCIAIS MUDANÇAS NA INICIATIVA

-

ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

9 - Aprimoramento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária.

Metas Nacionais Clique aqui para acessar o relatório de Metas Estratégicas	-	-	-	-	-
Metas Institucionais Clique aqui para acessar o relatório de Metas Estratégicas	TJMG 95	-	-	-	-

OBSERVAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DAS METAS

A Meta TJMG 95, que estabelece a execução de 100% das atividades previstas no Projeto de Aprimoramento da Gestão de Cobrança de Custas Processuais em 2025, alcançou 50% no último monitoramento, realizado em 12 de dezembro de 2025.

Este resultado está diretamente relacionado à ampliação do escopo e à evolução da iniciativa para um programa. Essa transição exigiu a alocação da equipe em diversas frentes de trabalho simultâneas, o que impactou o cronograma original.

VINCULAÇÃO PROJEF 5.0

II - instituir o 'Programa de Modernização da Organização e Divisão Judiciárias' no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais, com alteração da legislação de regência e das normas internas do TJMG, bem como de competências das unidades judiciárias de Primeiro e Segundo Graus

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

Nome da Iniciativa	75 – Ampliação da Eficácia da Sistemática dos Precedentes Qualificados.
--------------------	---

Priorização	 
-------------	--

INFORMAÇÕES GERAIS	
Unidade gestora	1ª Vice- Presidência: Secretaria de Padronização e Acompanhamento da Gestão Judiciária – SEPAD.
Patrocinador	Des. Habib Felipe Jabour.
Objetivos	Tornar a comunicação, a identificação (existência e aplicabilidade) e a compreensão de precedentes efetiva para a tomada de decisão sobre desenho de solução de conflitos, por meio de ações formativas e ferramentas tecnológicas de automação.
Característica da Iniciativa	Ação Incremental.

ESCOPO
Curso de Precedentes - Juízes leigos e servidores.
Treinamento Escrivães e Escreventes - Gestão de Processos Sobrestados.
Implantação da ferramenta indicação automatizada de identificação de precedentes potencialmente aplicáveis.
Aperfeiçoamento na formação de precedentes – IRDR e IAC.
Gestão de Incidentes de Uniformização de Jurisprudência -IUIs da Turma de uniformização de Jurisprudência.

MONITORAMENTO			
Status da Iniciativa	Parcialmente concluída.	Progresso (%)	98%.
Custo previsto	Em estudo.	Custo executado	Em estudo.
Início da iniciativa	09/01/2025.	Término da iniciativa	25/03/2026.
Data do monitoramento	13/01/2026.		

CRONOGRAMA DE ACOMPANHAMENTO					
ENTREGAS (E) / ATIVIDADES (A)	INÍCIO PREVISTO	TÉRMINO PREVISTO	TÉRMINO REPLANEJADO	TÉRMINO REALIZADO	STATUS
(E) Curso de Precedentes – Juízes leigos e servidores.	31/01/2025	14/06/2025	19/12/2025	03/11/2025	Concluído
(A) Alinhamento Ação Formativa – EJEJF.	31/01/2025	31/01/2025		31/01/2025	Concluída
(A) Apresentar proposta de ação educacional junto à EJEJF.	10/03/2025	10/03/2025		18/03/2025	Concluído
(A) Estruturar conteúdo programático.	03/03/2025	15/03/2025		26/07/2025	Concluído
(A) Desenvolver e formatar o material do curso.	16/03/2025	30/04/2025	24/10/2025	03/11/2025	Concluído

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

(A) Ofertar curso.	14/06/2025	14/06/2025	19/12/2025	03/11/2025	Concluído
(E) Treinamento Escrivães e Escreventes – Gestão de Processos Sobrestados.	09/01/2025	02/06/2025		02/06/2025	Concluído
(A) Estruturar conteúdo programático.	09/01/2025	15/01/2025		13/01/2025	Concluído
(A) Desenvolver e formatar o material do curso.	15/01/2025	24/01/2025		24/01/2025	Concluído
(A) Ofertar curso.	31/01/2025	02/06/2025		02/06/2025	Concluído
(E) Implantação da ferramenta automatizada de identificação de precedentes potencialmente aplicáveis.	30/11/2023	19/12/2025		19/12/2025	Concluído
(A) Lançar a ferramenta automatizada identificadora de temas para a 1ª instância (Pje).	30/11/2023	30/11/2023	31/01/2025	07/04/2025	Concluído
(A) Implantar ferramenta automatizada – Entrância Especial – 1ª onda.	07/04/2025	06/05/2025		06/05/2025	Concluído
(A) Implantar ferramenta automatizada – Entrância Especial – 2ª onda.	06/05/2025	28/05/2025		28/05/2025	Concluído
(A) Implantar ferramenta automatizada – Entrância Especial – 3ª onda.	02/06/2025	25/06/2025		25/06/2025	Concluído
(A) Implantar ferramenta automatizada – Entrância Especial – 4ª onda.	08/07/2025	29/07/2025		29/07/2025	Concluído
(A) Implantar ferramenta automatizada – Primeira Entrância – 5ª onda.	30/07/2025	21/08/2025		21/08/2025	Concluído
(A) Implantar ferramenta automatizada – Primeira Entrância – 6ª onda.	25/08/2025	15/09/2025		15/09/2025	Concluído
(A) Implantar ferramenta automatizada – Primeira Entrância – 7ª onda.	16/09/2025	07/10/2025		07/10/2025	Concluído
(A) Implantar ferramenta automatizada – Primeira Entrância – 8ª onda.	08/10/2025	31/10/2025		31/10/2025	Concluído
(A) Implantar ferramenta automatizada – Primeira Entrância – 9ª onda.	03/11/2025	26/11/2025		27/11/2025	Concluído
(A) Implantar ferramenta automatizada – Primeira Entrância – 10ª onda.	01/12/2025	19/12/2025		19/12/2025	Concluído
(E) Aperfeiçoamento na formação de precedentes – IRDR e IAC.	08/06/2025	01/10/2025	27/02/2026		Em andamento
(A) Apresentação aos desembargadores e recebimento de assessores indicados.	08/06/2025	05/09/2025	27/10/2025	29/10/2025	Concluído

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

(A) Ajustar painel tático IRDR.	22/09/2025	19/12/2025	27/02/2026		Em andamento
(A) Desenvolver o conteúdo para a ação de nivelamento.	02/06/2025	14/08/2025	17/10/2025	04/11/2025	Concluído
(A) Ofertar ação de nivelamento aos assessores.	13/10/2025	24/10/2025	01/12/2025	01/12/2025	Concluído
(E) Gestão de UJs da Turma de Uniformização de Jurisprudência.	19/05/2025	12/09/2025	25/03/2026		Em andamento
(A) Elaborar proposta de Gestão dos julgados de UJe Conselho de Supervisão.	19/05/2025	03/06/2025		02/06/2025	Concluído
(A) Apresentar proposta ao 1 VP e Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais.	18/06/2025	18/06/2025		18/06/2025	Concluído
(A) Estruturar página no site do TJMG.	25/08/2025	12/09/2025	16/11/2025	18/11/2025	Concluído
(A) Desenvolver e implementar painéis.	18/08/2025	05/09/2025	16/11/2025	14/11/2025	Concluído
(A) Apresentar demanda alteração eproc.	24/07/2025	24/07/2025		24/07/2025	Concluído
(A) Implantar alterações no sistema eproc (Produção).	08/10/2025	19/12/2025	25/03/2026		Em andamento

IMPEDIMENTOS

Problema Identificado	Ação Corretiva	Unidade Responsável	Prazo	Status
-	-	-	-	-

SITUAÇÃO / PONTO DE ATENÇÃO / INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

Concluído o curso de Precedentes – Juízes leigos e servidores. A capacitação tem por objetivo preparar o juiz leigo e o servidor para identificar corretamente os precedentes qualificados no âmbito do TJMG, compreendendo sua natureza, suas categorias específicas e os efeitos vinculantes, com vistas à promoção da integridade, coerência e eficiência da prestação jurisdicional. Todas as 350 vagas ofertados foram preenchidas. Ao final, o curso obteve 191 aprovados.

O curso **“treinamento para escrivães e escreventes - Gestão de Processos Sobrestados”**, foi uma ação desenvolvida pelo Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e Ações Coletivas - NUGEPNAC com o apoio do Centro de Padronização da Prestação Jurisdicional na 2ª Instância - CEPAJUR e da Secretaria de Padronização e Acompanhamento da Gestão judiciária- SEPAD, com o objetivo de apoiar a atuação de escrivães e escreventes na gestão dos processos em sobrestamento (processos suspensos temporariamente, aguardando a resolução de uma questão específica que afeta seu desfecho). Participaram da formação, aproximadamente 25 gestores de cartórios cíveis e criminais.

Uma **ferramenta automatizada de identificação de precedentes potencialmente aplicáveis**, foi desenvolvida pelo TJMG com o objetivo de auxiliar magistrados e assessores, indicando possíveis precedentes qualificados aplicáveis ao processo em análise, agilizando a análise dos recursos e promovendo maior uniformização e segurança jurídica nas decisões. A expansão da ferramenta está ocorrendo em ondas, por limitação técnica, já que as máquinas dos usuários necessitam de adaptação. Nesse sentido, a 1ª onda contemplou as seguintes comarcas: Divinópolis, Santa Luzia, Contagem, Sete Lagoas, Vespasiano, Ibirité e Pará de Minas, com um total de 783 máquinas adaptadas. Já na 2ª onda a implantação da ferramenta contemplou as comarcas de Betim, Ribeirão das Neves, Ubá, Pouso Alegre, Varginha e Poços de Caldas (Fórum), Poços de Caldas (Jesp), com um total de 687 máquinas adaptadas e a 3ª onda nas comarcas de Juiz de Fora (Fórum e JESP), Barbacena, São João Del- Rei, Manhuaçu, Uberlândia, Uberaba e Patos de Minas, com um total de 2055 máquinas adaptadas. Concluída também a implantação da 4ª onda nas comarcas de Caratinga, Ipatinga, Coronel Fabriciano, Timóteo, Itabira, Conselheiro Lafaiete, Governador Valadares, Montes Claros e Teófilo Otoni. Na 5ª onda as comarcas contempladas foram: Jaboticatuba, Juatuba, Alto Rio Doce, Barroso, Bicas, Carandaí, Divino, Ervália e Espera Feliz, com um total de 215 máquinas adaptadas. Na 6ª onda as comarcas contempladas foram: Eugenópolis, Guarani, Jequeri, Lajinha, Lima Duarte, Mas de Espanha, Matias Barbosa, Mercês e Miradouro, com 187 máquinas adaptadas. A 7ª onda contemplou as seguintes comarcas: Miraí, Palma, Piranga, Pirapetinga, Raul Soares, Resende Costa, Rio Casca,

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

Rio Novo, Rio Pomba. Com 167 máquinas adaptadas. Na 8ª onda as comarcas contempladas foram: Rio Preto, Senador Firmino, Teixeiras, Tombos, Aiuroca, Alpinópolis, Andrelândia, Areado e Baependi. Na 9ª onda as comarcas contempladas foram: Bambuí, Bom Sucesso, Borda da Mata, Botelhos, Brazópolis, Bueno Brandão, Cabo Verde, Cachoeira de Minas e Caldas, com 178 máquinas adaptadas, para além da comarca de Belo Horizonte com 106 máquinas adaptadas. Já na décima onda, foram 202 máquinas adaptadas, contemplando as seguintes comarcas: Carmópolis de Minas, Caxambu, Cláudio, Conceição do Rio Verde, Cristina, Cruzília, Elói Mendes, Guapé e Guaranésia.

Publicada a cartilha '**Ferramentas de Identificação Automática de Precedentes Qualificados**', elaborada pela COAPE para orientar adequadamente os usuários do sistema.

A entrega **Aperfeiçoamento na Formação de Precedentes - IRDR e IAC** é ofertar aos assessores dos desembargadores ação de nivelamento com foco no aperfeiçoamento dos precedentes. Participaram 14 assessores da 1ª seção cível e 15 assessores da 2ª seção cível. O ajuste do painel tático IRDR foi replanejado para 27/02/2026.

Na entrega **Gestão de Incidentes de Uniformização de Jurisprudência - IUJs da Turma de Uniformização de Jurisprudência**, a proposta de Gestão dos julgados de IUJ Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais foi apresentada ao 1º Vice Presidente e a página no portal do TJMG foi estruturada.

Já em relação a implementação de painéis, cabe informar que houve uma mudança na estratégia e não foi desenvolvido o painel que estava previsto. Contudo, o objetivo foi atendido com a disponibilização da planilha no Portal, dentro da página da Turma de Uniformização, aba incidentes de Uniformização de Jurisprudência, podendo ser acessada também pelo link na página do NUGEPNAC. O Nugepnac passa a organizar e divulgar os precedentes da Turma de Uniformização, atuando de forma preventiva ao identificar e monitorar temas recorrentes que possam gerar incidentes de uniformização. Também permitirá ao julgador acompanhar a tramitação das decisões, incidentes admitidos, determinações de sobrestamento e resultados dos julgamentos.

As alterações necessárias no sistema eproc foi replanejada para 25/03/2026.

Vale destacar que o projeto alcançou seus objetivos estratégicos promovendo fortalecimento da formação em precedentes, avanços significativos na automação e maior transparência e organização da gestão de IUJs (Incidentes de Uniformização de Jurisprudência).

POTENCIAIS MUDANÇAS NA INICIATIVA

-

ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

6 – Consolidação do Sistema de Precedentes Obrigatórios.

9 – Aprimoramento da gestão Administrativa e da Governança Judiciária.

Metas Nacionais Clique aqui para acessar o relatório de Metas Estratégicas	-	-	-	-	-
Metas Institucionais Clique aqui para acessar o relatório de Metas Estratégicas	TJMG 96	TJMG 134	TJMG 135	-	-

OBSERVAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DAS METAS

Em relação à meta **TJMG 96** - Executar, em 2025, 100% (cem por cento) das atividades previstas, para o ano, no programa de Ampliação da Eficácia da Sistemática dos Precedentes Qualificados, ressalta-se que das 29 atividades previstas para o ano de 2025, 27 foram concluídas, o que corresponde ao valor apurado de 93% até 31/12/2025.

A Meta **TJMG 134**, que prevê julgar 60% dos Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDRs) e Incidentes de Assunção de Competência (IACs) em até 320 dias, não foi atingida, registrando um resultado de 0% até o momento. Embora tenham ocorrido julgamentos de mérito em todos os meses do ano, exceto em março, todos os processos foram concluídos após o prazo estipulado de 320 dias.

A Meta **TJMG 135**, que exige o juízo de admissibilidade de 100% dos Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDRs) e Incidentes de Assunção de Competência (IACs) em até 150 dias, não foi cumprida, com um resultado de 0%. Ocorreram julgamentos de mérito em todos os meses do ano, com exceção de abril e agosto, no entanto, todos após o prazo de 150 dias.

Diante dos resultados das duas metas e, para auxiliar as sessões cujas atribuições envolvem julgar os Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) e os Incidentes de Assunção de Competência (IAC), a Primeira Vice-

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

Presidência do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, por meio do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes (NUGEPNAC) elaborou e apresentou aos desembargadores envolvidos o Projeto de Aperfeiçoamento na Formação de Precedentes cujo objetivo é fortalecer a segurança jurídica, garantir a isonomia nas decisões, a previsibilidade e coerência dos entendimentos firmados, acelerar a prestação jurisdicional, garantir a clareza das teses firmadas e preservar a unidade e integridade do nosso sistema de justiça. O ponto importante desse projeto é: para otimizar essa colaboração, cada Desembargador(a) membro das Seções poderá indicar um assessor para ser o contato direto com o NUGEPNAC, e para ser treinado como multiplicador. A intenção é fazer um nivelamento e municiar as assessorias com informações cruciais para o bom andamento dos incidentes em tramitação e para o alcance das metas do Planejamento Estratégico.

Vale destacar que, para garantir o controle dos números e o cumprimento das metas, a 1ª Vice-Presidência disponibiliza recursos essenciais, como: painéis táticos para visualização em tempo real do acervo e produtividade, ferramenta Push com alertas proativos sobre prazos e metas, cursos e treinamentos contínuos para servidores e gestão integrada por meio da interação constante com os cartórios.

VINCULAÇÃO PROJEF 5.0

III - instituir o 'Programa Estadual de Governança Estratégica de Unidades Judiciárias', com alinhamento de metodologia própria a ser observada na formação dos magistrados, servidores, colaboradores e estagiários e na execução da gestão estratégica das unidades judiciárias das Primeira e Segunda Instâncias, estabelecendo procedimentos e regras para padronização de processos e fluxos de trabalho.

IV - aumentar a eficiência jurisdicional, com redução efetiva do tempo médio de tramitação dos processos no Poder Judiciário de Minas Gerais, inclusive em sede recursal e de inquéritos policiais, especialmente nas matérias reconhecidas como prioritárias pelo CNJ.

V - majorar o efetivo acesso das partes à tutela jurisdicional de mérito, mediante ampliação das ferramentas de automação, de inteligência artificial e de tramitação eletrônica de todos os expedientes judiciais, aumentando o número de processos julgados e otimizando os esforços dedicados à área-fim.

VI - incrementar as ferramentas administrativas de gestão judiciária, mediante apuração, tratamento e avaliação de dados que permitam direcionamento de esforços que assegurem a eficiência da prestação da tutela jurisdicional, reduzindo a taxa de congestionamento de processos em tramitação nas unidades judiciárias.

XV - aperfeiçoar a gestão de precedentes em primeira e segunda instâncias, com aprimoramento das estratégias de comunicação e foco na automatização de alertas de incidência/aplicabilidade de precedentes e suspensão de processos por determinação de Relator de Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas - IRDR ou de recurso representativo de controvérsia, através de ferramentas de inteligência artificial.

XVI - promover a redução progressiva e intensa do estoque de processos que aguardam qualquer espécie de providência para baixa (com exceção de processos suspensos por motivo legal), inclusive por meio de medidas interinstitucionais e de atuação do Centro de Inteligência na elaboração e efetivação de estratégias adequadas de design de soluções de conflito.

XXII - proporcionar a divulgação contínua e imediata das inovações legislativas e jurisprudenciais, sobretudo aquelas com repercussão geral, e criar instrumentos de divulgação doutrinária especializada própria, priorizado o acervo digital.

XXV - fortalecer a política de inovação no âmbito do TJMG, mediante incentivos e ações de engajamento do público interno e externo.

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

Nome da Iniciativa	78 - Implementação de Política de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral, Assédio Sexual e Discriminação.
---------------------------	--

Priorização	 
--------------------	--

INFORMAÇÕES GERAIS	
Unidade gestora	Presidência. Comissão Paritária e Multidisciplinar de Estudos, Prevenção e Recebimento de Reclamações Acerca do Assédio Moral no Trabalho no Âmbito da Justiça Comum do Estado de Minas Gerais (1ª e 2ª Instâncias) - COASSED (1ª e 2ª Instâncias) (Resolução do TJMG nº 1.018/2023).
Patrocinador	Desembargadora Paula Cunha e Silva; Dra. Maria Isabel Fleck.
Objetivos	Com a criação da Iniciativa Estratégica, busca-se a promoção de uma política institucional no intuito de promover ambiente organizacional de respeito à diferença e não discriminação, o desenvolvimento e a difusão de experiências e métodos de gestão e organização laboral que promovam saúde, sustentabilidade e segurança no trabalho, bem como assegurar o respeito à diversidade e aplicar políticas institucionais de reconhecimento das pessoas e seu trabalho.
Característica da Iniciativa	Programa Recorrente.

ESCOPO
Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação no âmbito do TJMG - Portaria Conjunta a ser publicada, conforme dispõe o art. 3º da Resolução TJMG nº 1018/2023.
Procedimento de notícia de assédio atualizado.
Revisão de estratégias organizacionais e/ou métodos gerenciais para o auxílio no combate ao assédio e/ou discriminação.
Semana de Combate ao Assédio e a Discriminação.
Pesquisa sobre Assédio e Discriminação no TJMG.
Encontro de Comissões ou Subcomitês de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação no Poder Judiciário
Realização de campanhas de combate e enfrentamento ao assédio e discriminação inclusive promovendo o calendário de datas relacionadas ao tema.
Realizar visitas com abordagens de práticas restaurativas para resolução de conflitos, com base nas informações obtidas junto ao Mapa de Absenteísmo (adoecimento) primeiro semestre.
Criação da página das Comissões no site do TJMG.

MONITORAMENTO			
Status da Iniciativa	Em andamento.	Progresso (%)	60%.
Custo previsto	Em estudo.	Custo executado	Em estudo.
Início da iniciativa	01/02/2025.	Término da iniciativa	30/06/2026.
Data do monitoramento	13/01/2025.		

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

CRONOGRAMA DE ACOMPANHAMENTO					
ENTREGAS (E) / ATIVIDADES (A)	INÍCIO PREVISTO	TÉRMINO PREVISTO	TÉRMINO REPLANEJADO	TÉRMINO REALIZADO	STATUS
(E) Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação no âmbito do TJMG – (Portaria Conjunta a ser publicada, conforme dispõe o art. 3º da Resolução TJMG nº 1018/2023.	01/02/2025	31/07/2025	30/06/2026		Em andamento
(B) Realizar estudos e levantamentos de todos os componentes de uma Política de Prevenção e Enfretamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação no âmbito do TJMG.	01/02/2025	31/03/2025	30/06/2026		Em andamento
(A) Criação de um Grupo de Trabalho com o intuito de apoiar na elaboração da Política de Prevenção e Enfretamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação no âmbito do TJMG.	07/01/2025	31/03/2025		17/03/2025	Concluído
(A) Elaborar a Política de Prevenção e Enfretamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação no âmbito do TJMG.	01/04/2025	30/06/2025	30/06/2026		Em andamento
(A) Publicar a Política de Prevenção e Enfretamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação no âmbito do TJMG.	01/07/2025	31/07/2025	30/06/2026		Não iniciado
(E) Procedimento de notícia de assédio atualizado.	01/02/2025	30/08/2025	30/06/2026		Em andamento
(A) Estudar mecanismos de apuração de notícias de assédio e discriminação.	01/02/2025	31/03/2025		30/04/2025	Concluído
(A) Estabelecer procedimento para verificação de notícia de assédio.	01/04/2025	30/06/2025	30/06/2026		Em andamento
(A) Publicação do procedimento de notícia de assédio.	01/07/2025	30/08/2025	30/06/2026		Não iniciado
(E) Revisão de estratégias organizacionais e/ou métodos gerenciais para o auxílio no combate ao assédio e/ou discriminação.	05/05/2025	31/07/2025	07/11/2025	31/10/2025	Concluído
(B) Levantar as estratégias utilizadas pelo TJMG para o combate ao assédio e à discriminação.	05/05/2025	31/07/2025	07/11/2025	31/10/2025	Concluído

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

(B) Modernizar as estratégias utilizadas pelo TJMG para o combate ao assédio e à discriminação.	05/05/2025	31/07/2025	07/11/2025	09/05/2025	Concluído
(E) Semana de Combate ao Assédio e a Discriminação.	05/05/2025	09/05/2025		09/05/2025	Concluído
(A) Lançamento da Capacitação Transversal.	05/05/2025	31/05/2025		09/05/2025	Concluído
(A) Realização do Plano de Comunicação da Semana de Combate ao Assédio e a Discriminação.	17/02/2025	20/04/2025		09/05/2025	Concluído
(A) Realização de Seminário "Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral, Sexual e todas as formas de Discriminação" durante a Semana de Combate ao Assédio e a Discriminação.	05/05/2025	09/05/2025		09/05/2025	Concluído
(A) Realização do "XXIV" Encontro de Gestores - Edição Semana de Conscientização sobre Assédio e Discriminação", em parceria com a Direção do Foro de Belo Horizonte e Região Metropolitana, durante a Semana de Combate ao Assédio e a Discriminação.	05/05/2025	09/05/2025		05/05/2025	Concluído
(A) Lançamento de quiz, em parceria com a EJE e DIRCOM, a fim de facilitar a identificação dos casos de assédio e discriminação pelos magistrados, servidores, colaboradores, estagiários e demais prestadores de serviço do TJMG.	05/05/2025	09/05/2025			Cancelado
(E) Pesquisa sobre Assédio e Discriminação no TJMG.	17/02/2025	31/07/2025	19/12/2025	15/07/2025	Concluído
(A) Realização de reunião com a DIRCOM para análise e levantamento de possíveis programas para realização da Pesquisa sobre Assédio e Discriminação.	17/02/2025	20/04/2025		17/02/2025	Concluído
(A) Realizar pesquisas sobre Assédio e Discriminação do TJMG.	05/05/2025	31/07/2025	19/12/2025	15/07/2025	Concluído
(A) Apresentar relatório com os resultados da pesquisa.	31/07/2025	31/07/2025	19/12/2025	04/12/2025	Concluído

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

(E) Encontro de Comissões ou Subcomitês de Prevenção e Enfrentamento do Assédio e da Discriminação no Poder Judiciário.	01/11/2025	30/11/2025		18/11/2025	Concluído
(E) Realização de campanhas de combate e enfrentamento ao assédio e discriminação inclusive promovendo o calendário de datas relacionadas ao tema.	10/03/2025	31/12/2025		30/11/2025	Concluído
(E) Realizar visitas com abordagens de práticas restaurativas para resolução de conflitos, com base nas informações obtidas junto ao Mapa de Absenteísmo (adoecimento) primeiro semestre.	10/03/2025	30/06/2025	19/12/2025	30/05/2025	Concluído
(E) Criação da página das Comissões no site do TJMG.	06/03/2025	30/08/2025	30/06/2026		Em andamento
(A) Realizar estudos e levantamentos das informações necessárias, que deverão constar na página das Comissões de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação no site do TJMG.	06/03/2025	30/04/2025		17/03/2025	Concluído
(A) Criação da página das Comissões, em parceria com a DIRCOM, no TJMG.	01/05/2025	30/06/2025	30/06/2026		Não iniciado
(A) Publicar a página das Comissões de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da discriminação no site do TJMG.	01/07/2025	30/08/2025	07/11/2025		Não iniciado
IMPEDIMENTOS					
Problema Identificado	Ação Corretiva	Unidade Responsável	Prazo	Status	
-	-	-	-	-	
SITUAÇÃO / PONTO DE ATENÇÃO / INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR					
Entre as entregas concluídas e em andamento, destacam-se:					
Concluídas:					
- Criação de um Grupo de Trabalho, por meio da Portaria nº 7.117/2025, com o objetivo de apoiar a elaboração da Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação no âmbito do TJMG; - Promoção da Semana de Conscientização sobre Assédio e Discriminação, de 5 a 9 de maio de 2025, destacando a realização do: - XXIV Encontro de Gestores — Edição Semana de Conscientização sobre Assédio e Discriminação, em parceria com a Direção do Foro de Belo Horizonte e Região Metropolitana; - Seminário "Prevenção e Enfrentamento ao Assédio Moral, Sexual e de Todas as Formas de Discriminação" durante a Semana de Combate ao Assédio e à Discriminação cujo conteúdo teve como objetivo principal a					

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

educação como instrumento essencial para a construção de uma cultura institucional voltada ao enfrentamento e à superação do assédio e da discriminação, promovendo a valorização da diversidade e o respeito nas relações interpessoais.

- Realização de Pesquisa sobre Assédio e Discriminação no TJMG cujo relatório encontra-se em elaboração.
- Revisão de estratégias organizacionais e/ou métodos gerenciais para o auxílio no combate ao assédio e/ou discriminação

Em andamento:

Portaria Conjunta a ser publicada, conforme dispõe o art. 3º da Resolução TJMG nº 1018/2023: Foi instituído um Grupo de Trabalho (GT) para elaborar a Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, Sexual e da Discriminação no âmbito do TJMG. A 1ª versão da minuta da política foi elaborada em 28/11/2025 e disponibilizada aos integrantes do grupo supramencionado, que devem enviar suas contribuições até fevereiro de 2026. A elaboração da política exigiu um prazo maior que o inicialmente previsto. Consequentemente, o prazo estabelecido para a publicação da Portaria Conjunta foi impactado e a publicação ainda não foi iniciada.

Procedimento de notícia de assédio atualizado: O estudo dos mecanismos de apuração de notícias de assédio e discriminação foi concluído. Em seguida, foi iniciada a fase de estabelecimento do procedimento para verificação de notícia de assédio. No entanto, para finalizar essa atividade, também foi necessário um prazo adicional em relação ao planejamento inicial. Como resultado, o prazo para a publicação foi impactado de modo que ainda será realizada.

Criação da página das Comissões no site do TJMG: A proposta da página das Comissões foi entregue à COMID. Em função da priorização de outras ações, o início da criação da página foi replanejado para o primeiro semestre de 2026.

POTENCIAIS MUDANÇAS NA INICIATIVA

-

ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

10 - Otimização da Gestão de Pessoas.

Metas Nacionais Clique aqui para acessar o relatório de Metas Estratégicas	-	-	-	-	-
Metas Institucionais Clique aqui para acessar o relatório de Metas Estratégicas	TJMG 104	-	-	-	-

OBSERVAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DAS METAS

A meta do projeto prevê o cumprimento integral (100%) das atividades de implementação da Política de Prevenção e Enfrentamento ao Assédio e à Discriminação na 1ª e 2ª Instâncias em 2025. O desempenho apurado foi de 68%, calculado pela razão entre ações concluídas e previstas. O resultado inferior ao esperado deve-se à necessidade de replanejamento de etapas, justificada pela alta complexidade técnica e pela dependência de outras áreas, conforme detalhado na informação complementar.

VINCULAÇÃO PROJEF 5.0

IX - implementar os direitos subjetivos de magistrados e servidores, assegurando o efetivo gozo de benefícios previstos em lei, como premissa de justiça funcional.

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

Nome da Iniciativa	79 - Programa de Desenvolvimento, Inclusão e Acessibilidade - Programa D.I.A.
---------------------------	--

Priorização	 
--------------------	--

INFORMAÇÕES GERAIS	
Unidade gestora	Presidência: Centro de Sustentabilidade – CESUS.
Patrocinador	Des. Alexandre Quintino Santiago.
Objetivos	Cumprir as determinações da resolução do CNJ nº 401/2021 sobre o desenvolvimento de diretrizes de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência no âmbito do Poder Judiciário.
Característica da Iniciativa	Programa incremental.

ESCOPO
Expansão do projeto Mano Down.
Disponibilização da cartilha em <i>braille</i> .
Implementação do Cordão de Girassol como símbolo de inclusão e apoio a pessoas com deficiências ocultas.
Implementação de software de acessibilidade no Portal do TJMG para aprimorar a navegação e interação.
Realização de visitas às comarcas para avaliar a acessibilidade dos prédios do TJMG.
Elaboração de nota técnica sobre inclusão social nas contratações públicas, priorizando práticas acessíveis.
Estudo da viabilidade de implantar um balcão virtual acessível para atendimento a pessoas surdas.
Estudo da Criação da Rede Mineira de Acessibilidade.
Promoção de evento temático sobre Acessibilidade, incentivando a troca de boas práticas.
Expansão do Projeto Amigo Down, em parceria com as APAEs (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) para alcançar novas localidades.
Elaboração do plano anual de comunicação para as campanhas de acessibilidade e inclusão.
Instituição da política da Acessibilidade e Inclusão das Pessoas com Deficiência no âmbito do TJMG.
Auxílio à elaboração de proposta de política para o fornecimento de equipamentos básicos de informática e tecnologias assistivas.
Reforço das capacitações em acessibilidade.
Estudo da criação de um projeto voltado para jovens adultos desligados de instituições de acolhimento para menores.

MONITORAMENTO			
Status da Iniciativa	Parcialmente concluído.	Progresso (%)	86%.
Custo previsto	Em estudo.	Custo executado	Em estudo.

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

Início da iniciativa	07/01/2025.	Término da iniciativa	30/06/2026.		
Data do monitoramento	19/01/2026.				
CRONOGRAMA DE ACOMPANHAMENTO					
ENTREGAS (E) / ATIVIDADES (A)	INÍCIO PREVISTO	TÉRMINO PREVISTO	TÉRMINO REPLANEJADO	TÉRMINO REALIZADO	STATUS
(E) Expansão do projeto Mano Down.	07/01/2025	19/12/2025		13/02/2025	Concluído
(E) Disponibilização da cartilha em braile.	07/01/2025	19/12/2025		09/06/2025	Concluído
(A) Campanha de divulgação.	07/01/2025	19/12/2025		16/05/2025	Concluído
(A) Viabilizar a distribuição.	07/01/2025	19/12/2025		09/06/2025	Concluído
(E) Implementação do Cordão de Girassol como símbolo de inclusão e apoio a pessoas com deficiências ocultas.	07/01/2025	19/12/2025		01/09/2025	Concluído
(A) Campanha informativa e divulgação.	07/01/2025	19/12/2025		01/09/2025	Concluído
(E) Implementação um software de acessibilidade no Portal do TJMG para aprimorar a navegação e interação.	07/01/2025	19/12/2025	23/01/2026		Em andamento
(A) Solicitar a aquisição do software.	07/01/2025	19/12/2025		09/01/2025	Concluído
(A) Realizar reunião para esclarecer funcionalidades do software.	07/01/2025	19/12/2025		24/02/2025	Concluído
(A) Acompanhar o processo de aquisição e compra.	07/01/2025	19/12/2025	23/01/2026		Em andamento
(A) Monitorar a implantação e integração do <i>software</i> no portal TJMG.	07/01/2025	19/12/2025	30/06/2026		Não iniciado
(A) Divulgar a implementação do <i>software</i> .	07/01/2025	19/12/2025	30/06/2026		Não iniciado
(E) Realização visitas às comarcas para avaliar a acessibilidade dos prédios do TJMG.	07/01/2025	19/12/2025		17/12/2025	Concluído
(A) Identificar as comarcas.	07/01/2025	19/12/2025		04/06/2025	Concluído
(A) Elaborar cronograma de visitas.	07/01/2025	19/12/2025		04/06/2025	Concluído
(A) Realizar visitas.	07/01/2025	19/12/2025		09/12/2025	Concluído
(A) Solicitar às áreas responsáveis as	07/01/2025	19/12/2025		17/12/2025	Concluído

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

providências para as melhorias necessárias.					
(E) Elaboração uma nota técnica sobre inclusão social nas contratações públicas, priorizando práticas acessíveis.	07/01/2025	19/12/2025		11/12/2025	Concluído
(A) Mapear os contratos.	07/01/2025	19/12/2025		09/05/2025	Concluído
(A) Redigir e revisar a nota técnica.	07/01/2025	19/12/2025		01/09/2025	Concluído
(A) Publicar nota técnica.	07/01/2025	19/12/2025		11/12/2025	Concluído
(E) Estudo da viabilidade de implantar um balcão virtual acessível para atendimento a pessoas surdas.	07/01/2025	19/12/2025		07/11/2025	Concluído
(A) Pesquisar sobre a implementação de balcões virtuais em outros tribunais.	07/01/2025	19/12/2025		17/10/2025	Concluído
(A) Analisar a viabilidade para a implantação do balcão virtual.	07/01/2025	19/12/2025		30/10/2025	Concluído
(A) Apresentar a proposta para implantação.	07/01/2025	19/12/2025		07/11/2025	Concluído
(E) Estudo da Criação da Rede Mineira de Acessibilidade.	07/01/2025	19/12/2025	30/06/2026		Em andamento
(A) Pesquisar iniciativas semelhantes em outros estados.	07/01/2025	19/12/2025		31/07/2025	Concluído
(A) Definir os objetivos, missão e diretrizes.	07/01/2025	19/12/2025		31/07/2025	Concluído
(A) Propor a adesão de outros órgãos públicos.	07/01/2025	19/12/2025		01/12/2025	Concluído
(A) Formalizar a criação da Rede.	07/01/2025	19/12/2025	30/06/2026		Não iniciado
(E) Promoção de um evento temático sobre Acessibilidade, incentivando a troca de boas práticas.	07/01/2025	19/12/2025		17/09/2025	Concluído
(A) Definir o tema, formato e público-alvo do evento.	07/01/2025	19/12/2025		08/07/2025	Concluído
(A) Identificar e convidar palestrantes.	07/01/2025	19/12/2025		24/07/2025	Concluído
(A) Organizar e divulgar o evento.	07/01/2025	19/12/2025		22/08/2025	Concluído

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

(A) Realizar o evento.	07/01/2025	19/12/2025		17/09/2025	Concluído
(E) Expansão do Projeto Amigo Down, em parceria com as APAEs para alcançar novas localidades.	07/01/2025	19/12/2025		02/09/2025	Concluído
(A) Realizar reunião com as áreas envolvidas.	07/01/2025	19/12/2025		13/02/2025	Concluído
(A) Definir a necessidade e viabilidade da contratação.	07/01/2025	19/12/2025		26/03/2025	Concluído
(A) Avaliar a proposta comercial apresentada pelas APAEs para celebração do contrato.	07/01/2025	19/12/2025		26/03/2025	Concluído
(A) Formalizar e efetivar a contratação.	07/01/2025	19/12/2025		30/07/2025	Concluído
(A) Implementar o monitoramento contínuo do projeto.	07/01/2025	19/12/2025		02/09/2025	Concluído
(E) Elaboração do plano anual de comunicação para as campanhas de acessibilidade e inclusão.	07/01/2025	19/12/2025		01/09/2025	Concluído
(A) Redigir a minuta do Plano de Comunicação.	07/01/2025	19/12/2025		21/02/2025	Concluído
(A) Realizar reunião com as áreas da DIRCOM para alinhamento.	07/01/2025	19/12/2025		25/03/2025	Concluído
(A) Analisar e aprovar as propostas apresentadas pela DIRCOM.	07/01/2025	19/12/2025		29/04/2025	Concluído
(A) Acompanhar a execução do plano.	07/01/2025	19/12/2025		01/09/2025	Concluído
(E) Instituição da política da Acessibilidade e Inclusão das Pessoas com Deficiência no âmbito do TJMG.	07/01/2025	19/12/2025	30/06/2026		Em andamento
(A) Realizar levantamento das necessidades.	07/01/2025	19/12/2025		30/03/2025	Concluído
(A) Desenvolver e formalizar a política.	07/01/2025	19/12/2025	30/06/2026		Em andamento
(A) Promover a divulgação e implementação.	07/01/2025	19/12/2025	30/06/2026		Não iniciado
(E) Auxílio à elaboração de proposta de política para o fornecimento de equipamentos básicos de informática e tecnologias assistivas.	07/01/2025	19/12/2025		05/12/2025	Concluído
(A) Levantar as necessidades de equipamentos de	07/01/2025	19/12/2025		19/11/2025	Concluído

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

informática e tecnologias assistivas.					
(A) Desenvolver a proposta de política com critérios para o fornecimento desses equipamentos.	07/01/2025	19/12/2025		25/11/2025	Concluído
(A) Submeter a proposta para análise e aprovação da área responsável, e promover a implementação da política.	07/01/2025	19/12/2025		05/12/2025	Concluído
(E) Reforço das capacitações em acessibilidade.	07/01/2025	19/12/2025		11/04/2025	Concluído
(E) Estudo da criação de um projeto voltado para jovens adultos desligados de instituições de acolhimento para menores.	07/01/2025	19/12/2025		30/10/2025	Concluído
(A) Realizar estudo de viabilidade do projeto.	07/01/2025	19/12/2025		29/08/2025	Concluído
(A) Levantar dados sobre as necessidades e perfil dos jovens adultos.	07/01/2025	19/12/2025		30/09/2025	Concluído
(A) Definir os objetivos, público-alvo e escopo do projeto.	07/01/2025	19/12/2025		01/10/2025	Concluído
(A) Elaborar e redigir o projeto para a apresentação e implementação.	07/01/2025	19/12/2025		30/10/2025	Concluído
IMPEDIMENTOS					
Problema Identificado	Ação Corretiva	Unidade Responsável		Prazo	Status
-	-	-		-	-
SITUAÇÃO / PONTO DE ATENÇÃO / INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR					
Entre as entregas realizadas e em andamento, destacam-se:					
Concluídas:					
• Disponibilização da cartilha em braile; • Elaboração do plano anual de comunicação para as campanhas de acessibilidade e inclusão; • Expansão do Projeto Amigo Down, em parceria com as APAEs para alcançar novas localidades. • Em desenvolvimento o projeto Cordão de Girassol, uma iniciativa voltada ao reconhecimento facilitados de pessoas com deficiências ocultas. Os cordões de Girassol já estão disponíveis na Gerência de Saúde no Trabalho - Gersat. • Realização do Seminário Setembro Acessível: diálogos sobre inclusão no Judiciário. • Foi publicada, na aba de Transparência do Portal TJMG, a Nota Técnica sobre Inclusão Social em Contratações Públicas. • Foi realizado o estudo de viabilidade para a implantação de um balcão virtual acessível destinado ao atendimento de pessoas surdas. Posteriormente, o estudo foi consolidado e a proposta de instalação foi encaminhada à Diretoria Executiva de Suporte à Prestação Jurisdicional (DIRSUP). • Concluído o estudo para a criação de uma iniciativa voltada para jovens adultos desligados de instituições de acolhimento, elaborou-se a proposta para a apresentação e implementação do projeto.					

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

- Concluído o levantamento das necessidades de equipamentos básicos de informática e tecnologias assistivas, com a consequente elaboração de uma proposta de política sobre o tema. O documento já foi submetido à análise da área responsável.
- Foram realizadas visitas às comarcas de Pará de Minas, Timóteo, Águas Formosas e Baependi para avaliar a acessibilidade dos prédios, visando identificar necessidades de melhorias ou adequações. Foram identificadas as necessidades de melhorias e adequações, as quais foram enviadas às áreas responsáveis para que adotem as providências cabíveis.

Em andamento:

- **Implementação de Software de Acessibilidade (Portal TJMG):** Concluída a fase de análise dos domínios nos quais o software RYBENÁ será implementado, seguiu-se para a etapa de licitação. O edital (003/2026/TJMG) já foi publicado e a previsão de conclusão é para o dia 23/01/2026. Após o encerramento do certame, serão iniciados o monitoramento da implantação e a integração do software ao portal, seguidos pela divulgação.
- **Criação da Rede Mineira de Acessibilidade:** O estudo para a criação da Rede Mineira de Acessibilidade foi finalizado, após a realização de uma pesquisa de iniciativas semelhantes em outros estados. A partir disso, foram definidos os objetivos, a missão e as diretrizes da rede. Posteriormente, foi apresentada a proposta para adesão de outros órgãos públicos e, atualmente, aguarda-se apenas a assinatura para a formalização da sua criação.
- **A elaboração da Política de Acessibilidade e Inclusão das Pessoas com Deficiência** no âmbito do TJMG está em desenvolvimento. Após o levantamento de necessidades, o CNJ encaminhou, em 19/12, a minuta que dispõe sobre a referida política nos órgãos do Poder Judiciário. Atualmente, o documento está sendo analisado pelo CESUS para, posteriormente, dar-se continuidade à elaboração da norma específica do TJMG, cuja conclusão será seguida pela divulgação e implementação.

POTENCIAIS MUDANÇAS NA INICIATIVA

-

ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

1 - Garantia dos Direitos Fundamentais e do Estado Democrático de Direito.

Metas Nacionais Clique aqui para acessar o relatório de Metas Estratégicas	-	-	-	-	-
Metas Institucionais Clique aqui para acessar o relatório de Metas Estratégicas	TJMG 111	-	-	-	-

OBSERVAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DAS METAS

A meta da Iniciativa 79 - Programa de Desenvolvimento, Inclusão e Acessibilidade - Programa D.I.A. é “executar, até dezembro de 2025, 80% (oitenta por cento) das ações previstas para o ano vigente no programa D.I.A (Programa de Desenvolvimento, Inclusão e Acessibilidade)”, está vinculada ao cronograma de atividades, que corresponde ao percentual de ações executadas em relação às planejadas para o exercício de 2025. No referido ano, a meta foi atingida, apresentando um índice de execução de 87%.

VINCULAÇÃO PROJEF 5.0

XIII - estruturar políticas públicas autocompositivas que promovam a garantia de direitos fundamentais e o fortalecimento da relação interinstitucional do Judiciário com a sociedade no que se refere a meio ambiente, urbanismo, saúde e outros temas de alta repercussão jurídica, cultural, econômica e social.

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

Nome da Iniciativa	85 – Central de Processos Eletrônicos – CPE de Turma Recursais.
---------------------------	--

Priorização	 
--------------------	--

INFORMAÇÕES GERAIS	
Unidade gestora	Presidência: Presidência.
Patrocinador	Des. Luiz Carlos de Azevedo Corrêa Junior.
Objetivos	Este projeto faz parte do Programa Estadual de Governança Estratégica de Unidades Judiciárias e tem como objetivo realizar a implantação da Secretaria de Processos Eletrônicos (SPE) e Centrais de Processos Eletrônicos (CPE) na Justiça de Primeira Instância do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais, conforme dispõe a Resolução 1055/2023, com o intuito de melhorar a prestação jurisdicional, dando uma resposta mais rápida e efetiva à população.
Característica da Iniciativa	Projeto.

ESCOPO
Implementação da CPE-TR nas Turmas do Grupo Jurisdicional de Governador Valadares.
Implementação da CPE-TR nas Turmas do Grupo Jurisdicional de Teófilo Otoni.
Implementação da CPE-TR nas Turmas do Grupo Jurisdicional de Conselheiro Lafaiete.
Implementação da CPE-TR nas Turmas do Grupo Jurisdicional de Itabira [2026].
Implementação da CPE-TR nas Turmas do Grupo Jurisdicional de Uberlândia.
Implementação da CPE-TR nas Turmas do Grupo Jurisdicional de Varginha.
Implementação da CPE-TR nas Turmas do Grupo Jurisdicional de Passos.
Implementação da CPE-TR nas Turmas do Grupo Jurisdicional de Ipatinga.
Implementação da CPE-TR nas Turmas do Grupo Jurisdicional de Muriaé.
Implementação da CPE-TR nas Turmas do Grupo Jurisdicional de Paracatu.
Implementação da CPE-TR nas Turmas do Grupo Jurisdicional de Sete Lagoas.
Implementação da CPE-TR nas Turmas do Grupo Jurisdicional de Ubá.
Implementação da CPE-TR nas Turmas do Grupo Jurisdicional de Viçosa.
Implementação da CPE-TR nas Turmas do Grupo Jurisdicional de Barbacena.
Implementação da CPE-TR nas Turmas do Grupo Jurisdicional de Lavras.
Implementação da CPE-TR nas Turmas do Grupo Jurisdicional de Divinópolis.
Implementação da CPE-TR nas Turmas do Grupo Jurisdicional de Curvelo.
Implementação da CPE-TR nas Turmas do Grupo Jurisdicional de Cataguases.
Implementação da CPE-TR nas Turmas do Grupo Jurisdicional de São João Del Rei.
Implementação da CPE-TR nas Turmas do Grupo Jurisdicional de Formiga.
Implementação da CPE-TR nas Turmas do Grupo Jurisdicional de Poços de Caldas.

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

Implementação da CPE-TR nas Turmas do Grupo Jurisdicional de Itajubá.
Implementação da CPE-TR nas Turmas do Grupo Jurisdicional de Pouso Alegre.
Implementação da CPE-TR nas Turmas do Grupo Jurisdicional de Patos de Minas.
Implementação da CPE-TR nas Turmas do Grupo Jurisdicional de Araxá.
Implementação da CPE-TR nas Turmas do Grupo Jurisdicional de Uberaba.
Implementação da CPE-TR nas Turmas do Grupo Jurisdicional de Araguari.
Implementação da CPE-TR nas Turmas do Grupo Jurisdicional de Juiz de Fora [2026].
Implementação da CPE-TR nas Turmas do Grupo Jurisdicional de Ituiutaba [2026].
Implementação da CPE-TR nas Turmas do Grupo Jurisdicional de Belo Horizonte [2026].

MONITORAMENTO					
Status da Iniciativa	Em andamento.	Progresso (%)	63%.		
Custo previsto	Em estudo.	Custo executado	Em estudo.		
Início da iniciativa	01/11/2024.	Término da iniciativa	30/06/2026.		
Data do monitoramento	15/01/2026.				
CRONOGRAMA DE ACOMPANHAMENTO					
ENTREGAS (E) / ATIVIDADES (A)	INÍCIO PREVISTO	TÉRMINO PREVISTO	TÉRMINO REPLANEJADO	TÉRMINO REALIZADO	STATUS
(E) Grupo Jurisdicional de Teófilo Otoni (1ª e 2ª Turma).	01/11/2024	30/11/2024		14/11/2024	Concluído
(A) Adesão ao sistema CPE.	01/11/2024	30/11/2024		14/11/2024	Concluído
(E) Grupo Jurisdicional de Governador Valadares (1ª e 2ª Turma).	01/12/2024	31/12/2024		05/11/2024	Concluído
(A) Adesão ao sistema CPE.	01/12/2024	30/12/2024		05/11/2024	Concluído
(E) Grupo Jurisdicional de Conselheiro Lafaiete.	01/01/2025	31/01/2025		11/03/2025	Concluído
(A) Adesão ao sistema CPE.	01/01/2025	31/01/2025		11/03/2025	Concluído
(E) Implantação da CPE-TR nas Turmas do Grupo Jurisdicional de Uberlândia.	01/05/2025	31/05/2025	04/06/2025	12/05/2025	Concluído
(A) Apresentar a CPE-TR aos magistrados da Turma Recursal.	01/05/2025	31/05/2025		30/04/2025	Concluído
(A) Reunir com os Magistrados para apresentar o novo fluxo de processo do trabalho.	01/05/2025	31/05/2025	04/06/2025	27/05/2025	Concluído
(A) Reunir com os integrantes do Gabinete para apresentar o	01/05/2025	31/05/2025	03/06/2025	03/06/2025	Concluído

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

novo fluxo de processo do trabalho.					
(A) Reunião com os integrantes da secretaria e terceirizados para apresentar o novo fluxo de processo do trabalho.	01/05/2025	31/05/2025	02/06/2025	02/06/2025	Concluído
(A) Publicar Portaria no DJe.	01/05/2025	31/05/2025		12/05/2025	Concluído
(A) Aderir ao sistema CPE.	01/05/2025	31/05/2025		09/05/2025	Concluído
(E) Implantação da CPE-TR nas Turmas do Grupo Jurisdicional de Varginha.	01/12/2025	31/12/2025	31/10/2025	22/10/2025	Concluído
(A) Apresentar a CPE-TR aos magistrados da Turma Recursal.	01/12/2025	31/12/2025	31/10/2025	02/10/2025	Concluído
(A) Reunir com os Magistrados para apresentar o novo fluxo de processo do trabalho.	01/12/2025	31/12/2025	31/10/2025	29/10/2025	Concluído
(A) Reunir com os integrantes do Gabinete para apresentar o novo fluxo de processo do trabalho.	01/12/2025	31/12/2025	31/10/2025	29/10/2025	Concluído
(A) Reunir com os integrantes da secretaria e terceirizados para apresentar o novo fluxo de processo do trabalho.	01/12/2025	31/12/2025	31/10/2025	29/10/2025	Concluído
(A) Publicar Portaria no DJe.	01/12/2025	31/12/2025	31/10/2025	22/10/2025	Concluído
(A) Aderir ao sistema CPE.	01/12/2025	31/12/2025	31/10/2025	22/10/2025	Concluído
(E) Implantação da CPE-TR nas Turmas do Grupo Jurisdicional de Passos.	01/03/2026	31/03/2026	30/09/2025	17/09/2025	Concluído
(A) Apresentar a CPE-TR aos magistrados da Turma Recursal.	01/03/2026	31/03/2026	30/09/2025	11/09/2025	Concluído
(A) Reunir com os Magistrados para apresentar o novo fluxo de processo do trabalho.	01/03/2026	31/03/2026	07/10/2025	08/10/2025	Concluído
(A) Reunir com os integrantes do Gabinete para apresentar o novo fluxo de processo do trabalho.	01/03/2026	31/03/2026	07/10/2025	08/10/2025	Concluído
(A) Reunir com os integrantes da secretaria e terceirizados para apresentar o novo fluxo de processo do trabalho.	01/03/2026	31/03/2026	08/10/2025	08/10/2025	Concluído
(A) Publicar Portaria no DJe.	01/03/2026	31/03/2026	30/09/2025	17/09/2025	concluído

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

(A) Aderir ao sistema CPE.	01/03/2026	31/03/2026	30/09/2025	17/09/2025	Concluído
(E) Implantação da CPE-TR nas Turmas do Grupo Jurisdicional de Ipatinga.	01/02/2026	28/02/2026	31/10/2025	24/10/2025	Concluído
(A) Apresentar a CPE-TR aos magistrados da Turma Recursal.	01/02/2026	28/02/2026	31/10/2025	06/10/2025	Concluído
(A) Reunir com os Magistrados para apresentar o novo fluxo de processo do trabalho.	01/02/2026	28/02/2026	31/10/2025	13/11/2025	Concluído
(A) Reunir com os integrantes do Gabinete para apresentar o novo fluxo de processo do trabalho.	01/02/2026	28/02/2026	31/10/2025	13/11/2025	Concluído
(A) Reunir com os integrantes da secretaria e terceirizados para apresentar o novo fluxo de processo do trabalho.	01/02/2026	28/02/2026	31/10/2025	13/11/2025	Concluído
(A) Publicar Portaria no DJe.	01/02/2026	28/02/2026	31/10/2025	24/10/2025	Concluído
(A) Aderir ao sistema CPE.	01/02/2026	28/02/2026	31/10/2025	24/10/2025	Concluído
(E) Implantação da CPE-TR nas Turmas do Grupo Jurisdicional de Muriaé.	01/07/2025	31/07/2025	30/11/2025	19/11/2025	Concluído
(A) Apresentar a CPE-TR aos magistrados da Turma Recursal.	01/07/2025	31/07/2025	30/11/2025	20/10/2025	Concluído
(A) Reunir com os Magistrados para apresentar o novo fluxo de processo do trabalho.	01/07/2025	31/07/2025	30/11/2025	03/12/2025	Concluído
(A) Reunir com os integrantes do Gabinete para apresentar o novo fluxo de processo do trabalho.	01/07/2025	31/07/2025	30/11/2025	03/12/2025	Concluído
(A) Reunir com os integrantes da secretaria e terceirizados para apresentar o novo fluxo de processo do trabalho.	01/07/2025	31/07/2025	30/11/2025	03/12/2025	Concluído
(A) Publicar Portaria no DJe.	01/07/2025	31/07/2025	30/11/2025	19/11/2025	Concluído
(A) Aderir ao sistema CPE.	01/07/2025	31/07/2025	30/11/2025	19/11/2025	Concluído
(E) Implantação da CPE-TR nas Turmas do Grupo Jurisdicional de Paracatu.	01/04/2026	30/04/2026	31/10/2025	10/10/2025	Concluído
(A) Apresentar a CPE-TR aos magistrados da Turma Recursal.	01/04/2026	30/04/2026	31/10/2025	23/09/2025	Concluído

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

(A) Reunir com os Magistrados para apresentar o novo fluxo de processo do trabalho.	01/04/2026	30/04/2026	31/10/2025	06/11/2025	Concluído
(A) Reunir com os integrantes do Gabinete para apresentar o novo fluxo de processo do trabalho.	01/04/2026	30/04/2026	31/10/2025	06/11/2025	Concluído
(A) Reunir com os integrantes da secretaria e terceirizados para apresentar o novo fluxo de processo do trabalho.	01/04/2026	30/04/2026	31/10/2025	06/11/2025	Concluído
(A) Publicar Portaria no DJe.	01/04/2026	30/04/2026	31/10/2025	10/10/2025	Concluído
(A) Aderir ao sistema CPE.	01/04/2026	30/04/2026	31/10/2025	10/10/2025	Concluído
(E) Implantação da CPE-TR nas Turmas do Grupo Jurisdicional de Sete Lagoas.	01/08/2025	31/08/2025	29/01/2026		Em andamento
(A) Apresentar a CPE-TR aos magistrados da Turma Recursal.	01/08/2025	31/08/2025	29/01/2026		Não iniciado
(A) Reunir com os Magistrados para apresentar o novo fluxo de processo do trabalho.	01/08/2025	31/08/2025	29/01/2026		Não iniciado
(A) Reunir com os integrantes do Gabinete para apresentar o novo fluxo de processo do trabalho.	01/08/2025	31/08/2025	29/01/2026		Não iniciado
(A) Reunir com os integrantes da secretaria e terceirizados para apresentar o novo fluxo de processo do trabalho.	01/08/2025	31/08/2025	29/01/2026		Não iniciado
(A) Publicar Portaria no DJe.	01/08/2025	31/08/2025	31/12/2025	05/12/2025	Concluído
(A) Aderir ao sistema CPE.	01/08/2025	31/08/2025	31/12/2025	05/12/2025	Concluído
(E) Implantação da CPE-TR nas Turmas do Grupo Jurisdicional de Ubá.	01/07/2025	31/07/2025	30/11/2025	19/11/2025	Concluído
(A) Apresentar a CPE-TR aos magistrados da Turma Recursal.	01/07/2025	31/07/2025	30/11/2025	20/10/2025	Concluído
(A) Reunir com os Magistrados para apresentar o novo fluxo de processo do trabalho.	01/07/2025	31/07/2025	30/11/2025	02/12/2025	Concluído
(A) Reunir com os integrantes do Gabinete para apresentar o novo fluxo de processo do trabalho.	01/07/2025	31/07/2025	30/11/2025	02/12/2025	Concluído
(A) Reunir com os integrantes da secretaria e terceirizados para apresentar o novo fluxo de processo do trabalho.	01/07/2025	31/07/2025	30/11/2025	02/12/2025	Concluído

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

(A) Publicar Portaria no DJe.	01/07/2025	31/07/2025	30/11/2025	19/11/2025	Concluído
(A) Aderir ao sistema CPE.	01/07/2025	31/07/2025	30/11/2025	19/11/2025	Concluído
(E) Implantação da CPE-TR nas Turmas do Grupo Jurisdicional de Viçosa.	01/07/2025	31/07/2025	30/11/2025	19/11/2025	Concluído
(A) Apresentar a CPE-TR aos magistrados da Turma Recursal.	01/07/2025	31/07/2025	30/11/2025	20/10/2025	Concluído
(A) Reunir com os Magistrados para apresentar o novo fluxo de processo do trabalho.	01/07/2025	31/07/2025	30/11/2025	04/12/2025	Concluído
(A) Reunir com os integrantes do Gabinete para apresentar o novo fluxo de processo do trabalho.	01/07/2025	31/07/2025	30/11/2025	04/12/2025	Concluído
(A) Reunir com os integrantes da secretaria e terceirizados para apresentar o novo fluxo de processo do trabalho.	01/07/2025	31/07/2025	30/11/2025	04/12/2025	Concluído
(A) Publicar Portaria no DJe.	01/07/2025	31/07/2025	30/11/2025	19/11/2025	Concluído
(A) Aderir ao sistema CPE.	01/07/2025	31/07/2025	30/11/2025	19/11/2025	Concluído
(E) Implantação da CPE-TR nas Turmas do Grupo Jurisdicional de Barbacena.	01/01/2026	31/01/2026	30/11/2025	19/11/2025	Concluído
(A) Apresentar a CPE-TR aos magistrados da Turma Recursal.	01/01/2026	31/01/2026	30/11/2025	20/10/2025	Concluído
(A) Reunir com os Magistrados para apresentar o novo fluxo de processo do trabalho.	01/01/2026	31/01/2026	30/11/2025	01/12/2025	Concluído
(A) Reunir com os integrantes do Gabinete para apresentar o novo fluxo de processo do trabalho.	01/01/2026	31/01/2026	30/11/2025	01/12/2025	Concluído
(A) Reunir com os integrantes da secretaria e terceirizados para apresentar o novo fluxo de processo do trabalho.	01/01/2026	31/01/2026	30/11/2025	01/12/2025	Concluído
(A) Publicar Portaria no DJe.	01/01/2026	31/01/2026	30/11/2025	19/11/2025	Concluído
(A) Aderir ao sistema CPE.	01/01/2026	31/01/2026	30/11/2025	19/11/2025	Concluído
(E) Implantação da CPE-TR nas Turmas do Grupo Jurisdicional de Lavras.	01/12/2025	31/12/2025	31/10/2025	22/10/2025	Concluído

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

(A) Apresentar a CPE-TR aos magistrados da Turma Recursal.	01/12/2025	31/12/2025	31/10/2025	02/10/2025	Concluído
(A) Reunir com os Magistrados para apresentar o novo fluxo de processo do trabalho.	01/12/2025	31/12/2025	31/10/2025	29/10/2025	Concluído
(A) Reunir com os integrantes do Gabinete para apresentar o novo fluxo de processo do trabalho.	01/12/2025	31/12/2025	31/10/2025	29/10/2025	Concluído
(A) Reunir com os integrantes da secretaria e terceirizados para apresentar o novo fluxo de processo do trabalho.	01/12/2025	31/12/2025	31/10/2025	29/10/2025	Concluído
(A) Publicar Portaria no DJe.	01/12/2025	31/12/2025	31/10/2025	22/10/2025	Concluído
(A) Aderir ao sistema CPE.	01/12/2025	31/12/2025	31/10/2025	22/10/2025	Concluído
(E) Implantação da CPE-TR nas Turmas do Grupo Jurisdicional de Divinópolis.	01/11/2025	30/11/2025	31/10/2025	15/10/2025	Concluído
(A) Apresentar a CPE-TR aos magistrados da Turma Recursal.	01/11/2025	30/11/2025	31/10/2025	25/09/2025	Concluído
(A) Reunir com os Magistrados para apresentar o novo fluxo de processo do trabalho.	01/11/2025	30/11/2025	31/10/2025	31/10/2025	Concluído
(A) Reunir com os integrantes do Gabinete para apresentar o novo fluxo de processo do trabalho.	01/11/2025	30/11/2025	31/10/2025	31/10/2025	Concluído
(A) Reunir com os integrantes da secretaria e terceirizados para apresentar o novo fluxo de processo do trabalho.	01/11/2025	30/11/2025	31/10/2025	31/10/2025	Concluído
(A) Publicar Portaria no DJe.	01/11/2025	30/11/2025	31/10/2025	15/10/2025	Concluído
(A) Aderir ao sistema CPE.	01/11/2025	30/11/2025	31/10/2025	15/10/2025	Concluído
(E) Implantação da CPE-TR nas Turmas do Grupo Jurisdicional de Curvelo.	01/08/2025	31/08/2025	30/01/2026		Em andamento
(A) Apresentar a CPE-TR aos magistrados da Turma Recursal.	01/08/2025	31/08/2025	30/01/2026		Não iniciado
(A) Reunir com os Magistrados para apresentar o novo fluxo de processo do trabalho.	01/08/2025	31/08/2025	30/01/2026		Não iniciado
(A) Reunir com os integrantes do Gabinete para apresentar o novo fluxo de processo do trabalho.	01/08/2025	31/08/2025	30/01/2026		Não iniciado

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

(A) Reunir com os integrantes da secretaria e terceirizados para apresentar o novo fluxo de processo do trabalho.	01/08/2025	31/08/2025	30/01/2026		Não iniciado
(A) Publicar Portaria no DJe.	01/08/2025	31/08/2025	31/12/2025	05/12/2025	Concluído
(A) Aderir ao sistema CPE.	01/08/2025	31/08/2025	31/12/2025	05/12/2025	Concluído
(E) Implantação da CPE-TR nas Turmas do Grupo Jurisdicional de Cataguases.	01/07/2025	31/07/2025	31/12/2025	19/11/2025	Concluído
(A) Apresentar a CPE-TR aos magistrados da Turma Recursal.	01/07/2025	31/07/2025	31/12/2025	20/10/2025	Concluído
(A) Reunir com os Magistrados para apresentar o novo fluxo de processo do trabalho.	01/07/2025	31/07/2025	31/12/2025	05/12/2025	Concluído
(A) Reunir com os integrantes do Gabinete para apresentar o novo fluxo de processo do trabalho.	01/07/2025	31/07/2025	31/12/2025	05/12/2025	Concluído
(A) Reunir com os integrantes da secretaria e terceirizados para apresentar o novo fluxo de processo do trabalho.	01/07/2025	31/07/2025	31/12/2025	05/12/2025	Concluído
(A) Publicar Portaria no DJe.	01/07/2025	31/07/2025	31/12/2025	19/11/2025	Concluído
(A) Aderir ao sistema CPE.	01/07/2025	31/07/2025	31/12/2025	19/11/2025	Concluído
(E) Implantação da CPE-TR nas Turmas do Grupo Jurisdicional de São João Del Rei.	01/12/2025	31/12/2025	30/01/2026		Não iniciado
(A) Apresentar a CPE-TR aos magistrados da Turma Recursal.	01/12/2025	31/12/2025	30/01/2026		Não iniciado
(A) Reunir com os Magistrados para apresentar o novo fluxo de processo do trabalho.	01/12/2025	31/12/2025	30/01/2026		Não iniciado
(A) Reunir com os integrantes do Gabinete para apresentar o novo fluxo de processo do trabalho.	01/12/2025	31/12/2025	30/01/2026		Não iniciado
(A) Reunir com os integrantes da secretaria e terceirizados para apresentar o novo fluxo de processo do trabalho.	01/12/2025	31/12/2025	30/01/2026		Não iniciado
(A) Publicar Portaria no DJe.	01/12/2025	31/12/2025	30/01/2026		Não iniciado
(A) Aderir ao sistema CPE.	01/12/2025	31/12/2025	30/01/2026		Não iniciado

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

(E) Implantação da CPE-TR nas Turmas do Grupo Jurisdicional de Formiga.	01/11/2025	30/11/2025	30/01/2026		Não iniciado
(A) Apresentar a CPE-TR aos magistrados da Turma Recursal.	01/11/2025	30/11/2025	30/01/2026		Não iniciado
(A) Reunir com os Magistrados para apresentar o novo fluxo de processo do trabalho.	01/11/2025	30/11/2025	30/01/2026		Não iniciado
(A) Reunir com os integrantes do Gabinete para apresentar o novo fluxo de processo do trabalho.	01/11/2025	30/11/2025	30/01/2026		Não iniciado
(A) Reunir com os integrantes da secretaria e terceirizados para apresentar o novo fluxo de processo do trabalho.	01/11/2025	30/11/2025	30/01/2026		Não iniciado
(A) Publicar Portaria no DJe.	01/11/2025	30/11/2025	30/01/2026		Não iniciado
(A) Aderir ao sistema CPE.	01/11/2025	30/11/2025	30/01/2026		Não iniciado
(E) Implantação da CPE-TR nas Turmas do Grupo Jurisdicional de Poços de Caldas.	01/09/2025	30/09/2025	31/03/2026		Não iniciado
(A) Apresentar a CPE-TR aos magistrados da Turma Recursal.	01/09/2025	30/09/2025	31/03/2026		Não iniciado
(A) Reunir com os Magistrados para apresentar o novo fluxo de processo do trabalho.	01/09/2025	30/09/2025	31/03/2026		Não iniciado
(A) Reunir com os integrantes do Gabinete para apresentar o novo fluxo de processo do trabalho.	01/09/2025	30/09/2025	31/03/2026		Não iniciado
(A) Reunir com os integrantes da secretaria e terceirizados para apresentar o novo fluxo de processo do trabalho.	01/09/2025	30/09/2025	31/03/2026		Não iniciado
(A) Publicar Portaria no DJe.	01/09/2025	30/09/2025	31/03/2026		Não iniciado
(A) Aderir ao sistema CPE.	01/09/2025	30/09/2025	31/03/2026		Não iniciado
(E) Implantação da CPE-TR nas Turmas do Grupo Jurisdicional de Itajubá.	01/09/2025	30/09/2025	31/03/2026		Não iniciado
(A) Apresentar a CPE-TR aos magistrados da Turma Recursal.	01/09/2025	30/09/2025	31/03/2026		Não iniciado
(A) Reunir com os Magistrados para apresentar o novo fluxo de processo do trabalho.	01/09/2025	30/09/2025	31/03/2026		Não iniciado

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

(A) Reunir com os integrantes do Gabinete para apresentar o novo fluxo de processo do trabalho.	01/09/2025	30/09/2025	31/03/2026		Não iniciado
(A) Reunir com os integrantes da secretaria e terceirizados para apresentar o novo fluxo de processo do trabalho.	01/09/2025	30/09/2025	31/03/2026		Não iniciado
(A) Publicar Portaria no DJe.	01/09/2025	30/09/2025	31/03/2026		Não iniciado
(A) Aderir ao sistema CPE.	01/09/2025	30/09/2025	31/03/2026		Não iniciado
(E) Implantação da CPE-TR nas Turmas do Grupo Jurisdicional de Pouso Alegre.	01/09/2025	30/09/2025	31/03/2026		Não iniciado
(A) Apresentar a CPE-TR aos magistrados da Turma Recursal.	01/09/2025	30/09/2025	31/03/2026		Não iniciado
(A) Reunir com os Magistrados para apresentar o novo fluxo de processo do trabalho.	01/09/2025	30/09/2025	31/03/2026		Não iniciado
(A) Reunir com os integrantes do Gabinete para apresentar o novo fluxo de processo do trabalho.	01/09/2025	30/09/2025	31/03/2026		Não iniciado
(A) Reunir com os integrantes da secretaria e terceirizados para apresentar o novo fluxo de processo do trabalho.	01/09/2025	30/09/2025	31/03/2026		Não iniciado
(A) Publicar Portaria no DJe.	01/09/2025	30/09/2025	31/03/2026		Não iniciado
(A) Aderir ao sistema CPE.	01/09/2025	30/09/2025	31/03/2026		Não iniciado
(E) Implantação da CPE-TR nas Turmas do Grupo Jurisdicional de Patos de Minas.	01/10/2025	31/10/2025	27/02/2026		Não iniciado
(A) Apresentar a CPE-TR aos magistrados da Turma Recursal.	01/10/2025	31/10/2025	27/02/2026		Não iniciado
(A) Reunir com os Magistrados para apresentar o novo fluxo de processo do trabalho.	01/10/2025	31/10/2025	27/02/2026		Não iniciado
(A) Reunir com os integrantes do Gabinete para apresentar o novo fluxo de processo do trabalho.	01/10/2025	31/10/2025	27/02/2026		Não iniciado
(A) Reunir com os integrantes da secretaria e terceirizados para apresentar o novo fluxo de processo do trabalho.	01/10/2025	31/10/2025	27/02/2026		Não iniciado
(A) Publicar Portaria no DJe.	01/10/2025	31/10/2025	27/02/2026		Não iniciado

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

(A) Aderir ao sistema CPE.	01/10/2025	31/10/2025	27/02/2026		Não iniciado
(E) Implantação da CPE-TR nas Turmas do Grupo Jurisdicional de Araxá.	01/10/2025	31/10/2025	27/02/2026		Não iniciado
(A) Apresentar a CPE-TR aos magistrados da Turma Recursal.	01/10/2025	31/10/2025	27/02/2026		Não iniciado
(A) Reunir com os Magistrados para apresentar o novo fluxo de processo do trabalho.	01/10/2025	31/10/2025	27/02/2026		Não iniciado
(A) Reunir com os integrantes do Gabinete para apresentar o novo fluxo de processo do trabalho.	01/10/2025	31/10/2025	27/02/2026		Não iniciado
(A) Reunir com os integrantes da secretaria e terceirizados para apresentar o novo fluxo de processo do trabalho.	01/10/2025	31/10/2025	27/02/2026		Não iniciado
(A) Publicar Portaria no DJe.	01/10/2025	31/10/2025	27/02/2026		Não iniciado
(A) Aderir ao sistema CPE.	01/10/2025	31/10/2025	27/02/2026		Não iniciado
(E) Implantação da CPE-TR nas Turmas do Grupo Jurisdicional de Uberaba.	01/06/2025	30/06/2025		24/06/2025	Concluído
(A) Apresentar a CPE-TR aos magistrados da Turma Recursal.	01/06/2025	30/06/2025		01/07/2025	Concluído
(A) Reunir com os Magistrados para apresentar o novo fluxo de processo do trabalho.	01/06/2025	30/06/2025		30/06/2025	Concluído
(A) Reunir com os integrantes do Gabinete para apresentar o novo fluxo de processo do trabalho.	01/06/2025	30/06/2025		30/06/2025	Concluído
(A) Reunir com os integrantes da secretaria e terceirizados para apresentar o novo fluxo de processo do trabalho.	01/06/2025	30/06/2025		01/07/2025	Concluído
(A) Publicar Portaria no DJe.	01/06/2025	30/06/2025		24/06/2025	Concluído
(A) Aderir ao sistema CPE.	01/06/2025	30/06/2025		24/06/2025	Concluído
(E) Implantação da CPE-TR nas Turmas do Grupo Jurisdicional de Araguari.	01/06/2025	30/06/2025		24/06/2025	Concluído
(A) Apresentar a CPE-TR aos magistrados da Turma Recursal.	01/06/2025	30/06/2025		02/07/2025	Concluído

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

(A) Reunir com os Magistrados para apresentar o novo fluxo de processo do trabalho.	01/06/2025	30/06/2025		02/07/2025	Concluído
(A) Reunir com os integrantes do Gabinete para apresentar o novo fluxo de processo do trabalho.	01/06/2025	30/06/2025		02/07/2025	Concluído
(A) Reunir com os integrantes da secretaria e terceirizados para apresentar o novo fluxo de processo do trabalho.	01/06/2025	30/06/2025		02/07/2025	Concluído
(A) Publicar Portaria no DJe.	01/06/2025	30/06/2025		24/06/2025	Concluído
(A) Aderir ao sistema CPE.	01/06/2025	30/06/2025		24/06/2025	Concluído

IMPEDIMENTOS

Problema Identificado	Ação Corretiva	Unidade Responsável	Prazo	Status
-	-	-	-	-

SITUAÇÃO / PONTO DE ATENÇÃO / INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

A Central de Processos Eletrônicos das Turmas Recursais (CPE-TR), instituída pela Portaria Conjunta da Presidência nº 1.545, de 19 de abril de 2024, representa um marco estratégico no processo de padronização e modernização da gestão processual das Turmas Recursais. Subordinada diretamente à Presidência e à Corregedoria-Geral de Justiça (CGJ), a CPE-TR integra a estrutura da Secretaria de Processos Eletrônicos de Primeira Instância (SPE-1), criada pela Resolução do Órgão Especial nº 1.055/2023, e tem seu funcionamento regulamentado pelo Provimento Conjunto nº 140/2024.

A implantação da CPE-TR contribui de forma significativa para o aumento da eficiência da prestação jurisdicional de primeira instância, ao promover a desburocratização, a padronização dos fluxos de processos de trabalho e a inovação na gestão processual. O modelo possibilita maior celeridade na tramitação dos processos judiciais, oferece suporte aos magistrados no cumprimento de despachos, diligências, decisões, acórdãos e na realização das sessões de julgamento, além de proporcionar um gerenciamento mais eficiente das equipes, com ganhos de transparência e produtividade.

A CPE-TR possui competência para executar todas as atividades típicas de secretaria de juízo, sem vinculação a uma unidade judiciária específica, concentrando e racionalizando a força de trabalho em uma única central. Seu objetivo primeiro é suprir a ausência de unidade judiciária para atender as demandas das Turmas Recursais, mitigar a deficiência no quantitativo de servidores, elevar a produtividade, reduzir a taxa de congestionamento dos serviços cartorários, impulsionar o desempenho dos gabinetes e reduzir a morosidade processual.

Do ponto de vista operacional, a metodologia de trabalho da CPE-TR baseia-se na padronização de modelos de expedientes e no uso de etiquetas, no controle e monitoramento contínuo dos processos de trabalho, na aplicação de métodos ágeis e de automação, na gestão sistemática de servidores e colaboradores e na centralização de documentos em ambiente compartilhado, garantindo acesso rápido e eficiente às informações necessárias.

O modelo enfrenta desafios relevantes, como o gerenciamento das atividades cartorárias e das sessões de julgamento de **47 Turmas Recursais**, o atendimento às demandas de aproximadamente **288 magistrados** e suas equipes, bem como a administração de um acervo estimado em **cerca de 100 mil processos**, o que reforça seu caráter estratégico para a governança judiciária.

No que se refere à expansão, foi prevista a implantação da CPE-TR em 31 Grupos Jurisdicionais até junho de 2026. Até dezembro de 2025, 20 Grupos Jurisdicionais já haviam implantado a nova sistemática de trabalho, sendo três em 2024: Montes Claros (projeto-piloto), Governador Valadares e Teófilo Otoni; e dezessete em 2025: Conselheiro Lafaiete, Uberlândia, Araguari, Uberaba, Passos, Paracatu, Divinópolis, Ipatinga, Varginha, Lavras, Ubá, Viçosa, Barbacena, Cataguases, Sete Lagoas, Curvelo e Muriaé.

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

A implantação da CPE-TR ocorre, inicialmente, mediante apresentação do modelo aos magistrados das Turmas Recursais. Ato contínuo, publica-se a Portaria Conjunta que regulamenta essa implantação em cada Grupo Jurisdicional, a qual é complementada por visitas técnicas de orientação a magistrados, suas equipes e servidores que atuam na turma, a fim de assegurar a adequada adaptação ao novo fluxo de processos de trabalho. Ressalta-se que a sequência e as datas de implantação podem sofrer ajustes ao longo do ano, em razão da disponibilidade da Presidência do TJMG e da Corregedoria-Geral de Justiça para a realização da solenidade institucional.					
POTENCIAIS MUDANÇAS NA INICIATIVA					
-					
ALINHAMENTO ESTRATÉGICO					
3 - Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional.					
Metas Nacionais Clique aqui para acessar o relatório de Metas Estratégicas	CNJ 1	-	-	-	-
Metas Institucionais Clique aqui para acessar o relatório de Metas Estratégicas	TJMG 130	-	-	-	-
OBSERVAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DAS METAS					
No âmbito da Meta TJMG nº 130, que previa a implantação da CPE-TR em 13 Grupos Jurisdicionais no ano de 2025, o resultado superou o quantitativo inicialmente estabelecido, com a implantação efetiva em 17 Grupos Jurisdicionais no referido exercício. Somadas às implantações realizadas em 2024, totalizam-se, desde abril de 2024, 20 Grupos Jurisdicionais abrangidos pela CPE-TR. Há, por fim, perspectiva de implantação da Central nos 11 Grupos Jurisdicionais restantes até junho de 2026, consolidando o modelo em todo o Estado.					
VINCULAÇÃO PROJEF 5.0					
I - instituir o "Programa de Aceleração da Eficiência Tecnológica" no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais - TJMG, com realização de consultoria em diagnóstico, melhoria de processos e de produtividade, em prol da modernização administrativa e tecnológica para incremento das condições necessárias de trabalho para o público interno e externo. II - instituir o 'Programa de Modernização da Organização e Divisão Judiciárias' no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais, com alteração da legislação de regência e das normas internas do TJMG, bem como de competências das unidades judiciárias de Primeiro e Segundo Graus. IV - aumentar a eficiência jurisdicional, com redução efetiva do tempo médio de tramitação dos processos no Poder Judiciário de Minas Gerais, inclusive em sede recursal e de inquéritos policiais, especialmente nas matérias reconhecidas como prioritárias pelo CNJ. IX - implementar os direitos subjetivos de magistrados e servidores, assegurando o efetivo gozo de benefícios previstos em lei, como premissa de justiça funcional. XVI - promover a redução progressiva e intensa do estoque de processos que aguardam qualquer espécie de providência para baixa (com exceção de processos suspensos por motivo legal), inclusive por meio de medidas interinstitucionais e de atuação do Centro de Inteligência na elaboração e efetivação de estratégias adequadas de design de soluções de conflito. XVII - promover a desburocratização de processos e procedimentos administrativos, especialmente dos relacionados à inovação dos processos de trabalho, em alinhamento com a Resolução do CNJ nº 395, de 7 de junho de 2021.					

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

Nome da Iniciativa	87 - Programa Estadual de Governança Estratégica de Unidades Judiciárias - Implantação do Sistema Eletrônico para Tramitação de Processos Judiciais eproc.
---------------------------	---

Priorização	 
--------------------	--

INFORMAÇÕES GERAIS	
Unidade gestora	Presidência: Comitê Gestor Interinstitucional (PORTARIA Nº 6505/PR/2024).
Patrocinador	Des. Luiz Carlos de Azevedo Corrêa Junior.
Objetivos	Implantar o Processo Judicial Eletrônico - eproc no âmbito da Segunda Instância do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, em substituição aos sistemas PJe-Themis (Processo eletrônico da 2ª Instância), SIAP (Sistema de Acompanhamento Processual da 2ª Instância) e no âmbito da Primeira Instância em substituição ao PJe (Processo Judicial Eletrônico). Além de englobar num único sistema a Primeira e a Segunda Instância, o que facilita a manutenção, o eproc é mais estável, tem melhor desempenho e melhor avaliação por parte dos usuários.
Característica da Iniciativa	Programa.

ESCOPO
1º Ciclo de Expansão do eproc – Competência cível – BH.
2º Ciclo de Expansão do eproc – Competência cível – BH.
3º Ciclo de Expansão do eproc – Competência cível – BH.
4º Ciclo de Expansão do eproc – Competência cível – BH.
5º Ciclo de Expansão do eproc – Competência cível – BH.
1º Ciclo de Expansão do eproc – Competência cível – Interior.
2º Ciclo de Expansão do eproc – Competência cível – Interior.
3º Ciclo de Expansão do eproc – Competência cível – Interior.
4º Ciclo de Expansão do eproc – Competência cível – Interior.
5º Ciclo de Expansão do eproc – Competência cível – Interior.
Migrador de processos do PJe para o eproc - Implantação do piloto.
Reunião Prévia e Negocial do Comitê Nacional de Implantação do eproc.
Atualizações de versão.

MONITORAMENTO			
Status da Iniciativa	Em andamento.	Progresso (%)	63%.
Custo previsto	Em estudo.	Custo executado	Em estudo.
Início da iniciativa	03/02/2025.	Término da iniciativa	25/05/2026.

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

Data do monitoramento	16/12/2025.				
CRONOGRAMA DE ACOMPANHAMENTO					
ENTREGAS (E) / ATIVIDADES (A)	INÍCIO PREVISTO	TÉRMINO PREVISTO	TÉRMINO REPLANEJADO	TÉRMINO REALIZADO	STATUS
(E) 1º Ciclo de Expansão do eproc – Competência cível – BH.	03/02/2025	17/03/2025		17/03/2025	Concluído
(A) Implantação em unidades judiciárias de competências originárias da Segunda Instância : • Mandado de Segurança, Rescisória e Reclamação, relativas ao Direito Público; • 1ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias da Comarca de Belo Horizonte; • 1ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública Municipal da Comarca de Belo Horizonte; • 2ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias da Comarca de Belo Horizonte; • 2ª Vara de Feitos da Fazenda Pública Municipal da Comarca de Belo Horizonte; • 3ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias da Comarca de Belo Horizonte; • 3ª Vara dos Feitos da Fazenda Pública Municipal da Comarca de Belo Horizonte; • 4ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias da Comarca de Belo Horizonte; • 5ª Vara da Fazenda Pública e Autarquias da Comarca de Belo Horizonte; • CENTRASE Fazenda Pública Estadual de Belo Horizonte - Central de Cumprimento de Sentenças.	03/02/2025	17/03/2025		17/03/2025	Concluído
(E) 2º Ciclo de Expansão do eproc – Competência cível – BH.	17/03/2025	11/04/2025	12/05/2025	30/04/2025	Concluído
(A) Implantação nas seguintes unidades judiciárias: • 1ª a 36ª Varas Cíveis da Comarca de Belo Horizonte; • CENTRASE Cível de Belo Horizonte - Central de Cumprimento de Sentenças; • [Pré-processual] CEJUSC da Comarca de Belo Horizonte • CEJUSC Cível.	17/03/2025	11/04/2025	12/05/2025	30/04/2025	Concluído

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

(E) 3º Ciclo de Expansão do eproc - Competência cível – BH.	05/05/2025	16/05/2025	26/06/2025	26/06/2025	Concluído
(A) Implantação nas seguintes unidades judiciárias: • 1ª a 12ª Vara de Família da Comarca de Belo Horizonte; • 1ª a 4ª Vara de Sucessões e Ausência da Comarca de Belo Horizonte; • CEJUSC Cível (residual).	05/05/2025	16/05/2025	26/06/2025	26/06/2025	Concluído
(E) 4º Ciclo de Expansão do eproc - Competência cível – BH.	02/06/2025	13/06/2025	07/08/2025	07/08/2025	Concluído
(A) Implantação nas seguintes unidades judiciárias: • 1ª e 2ª Varas Regionais do Barreiro da Comarca de Belo Horizonte; • Vara de Precatórias Cíveis da Comarca de Belo Horizonte; • 1ª e 2ª Varas Cíveis da Infância e da Juventude da Comarca de Belo Horizonte; • 1ª e 2ª Varas Empresariais da Comarca de Belo Horizonte; • Vara de Registros Públicos da Comarca de Belo Horizonte; • Centro de Reconhecimento de Paternidade da Comarca de Belo Horizonte; • Vara Agrária de Minas Gerais e Acidente de Trabalho da Comarca de Belo Horizonte.	02/06/2025	13/06/2025	07/08/2025	07/08/2025	Concluído
(E) 5º Ciclo de Expansão do eproc – Competência cível – BH.	01/07/2025	01/09/2025	15/09/2025	15/09/2025	Concluído
(A) Implantar nas seguintes unidades judiciárias: • 1ª Unidade Jurisdicional da Fazenda Pública do Juizado Especial 41º Juiz de Direito (JD) Belo Horizonte; • 1ª Unidade Jurisdicional da Fazenda Pública do Juizado Especial 42º JD Belo Horizonte; • 2ª Unidade Jurisdicional da Fazenda Pública do Juizado Especial 31º JD Belo Horizonte; • 3ª Unidade Jurisdicional da Fazenda Pública do Juizado Especial 35º JD Belo Horizonte; • 3ª Unidade Jurisdicional da Fazenda Pública do Juizado	01/09/2025	01/09/2025	15/09/2025	15/09/2025	Concluído

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

Especial 43º JD Belo Horizonte; • 1ª Unidade Jurisdicional Cível - 1º JD da Comarca de Belo Horizonte; • 1ª Unidade Jurisdicional Cível - 2º JD da Comarca de Belo Horizonte; • 1ª Unidade Jurisdicional Cível - 3º JD da Comarca de Belo Horizonte; • 2ª Unidade Jurisdicional Cível - 4º JD da Comarca de Belo Horizonte; • 2ª Unidade Jurisdicional Cível - 5º JD da Comarca de Belo Horizonte; • 2ª Unidade Jurisdicional Cível - 6º JD da Comarca de Belo Horizonte; • 3ª Unidade Jurisdicional Cível - 7º JD da Comarca de Belo Horizonte; • 3ª Unidade Jurisdicional Cível - 8º JD da Comarca de Belo Horizonte; • 3ª Unidade Jurisdicional Cível - 9º JD da Comarca de Belo Horizonte; • 4ª Unidade Jurisdicional Cível - 10º JD da Comarca de Belo Horizonte; • 4ª Unidade Jurisdicional Cível - 11º JD da Comarca de Belo Horizonte; • 4ª Unidade Jurisdicional Cível - 12º JD da Comarca de Belo Horizonte; • 5ª Unidade Jurisdicional Cível - 13º JD da Comarca de Belo Horizonte; • 5ª Unidade Jurisdicional Cível - 14º JD da Comarca de Belo Horizonte; • 5ª Unidade Jurisdicional Cível - 15º JD da Comarca de Belo Horizonte; • 6ª Unidade Jurisdicional Cível - 16º JD da Comarca de Belo Horizonte; • 6ª Unidade Jurisdicional Cível - 18º JD da Comarca de Belo Horizonte;					
---	--	--	--	--	--

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

• 7ª Unidade Jurisdicional Cível - 19º JD da Comarca de Belo Horizonte; • 7ª Unidade Jurisdicional Cível - 21º JD da Comarca de Belo Horizonte; • 8ª Unidade Jurisdicional Cível - 22º JD da Comarca de Belo Horizonte; • 8ª Unidade Jurisdicional Cível - 24º JD da Comarca de Belo Horizonte; • 9ª Unidade Jurisdicional Cível - 25º JD da Comarca de Belo Horizonte; • 9ª Unidade Jurisdicional Cível - 26º JD da Comarca de Belo Horizonte; • 9ª Unidade Jurisdicional Cível - 27º JD da Comarca de Belo Horizonte; • 10ª Unidade Jurisdicional Cível - 28º JD da Comarca de Belo Horizonte; • 10ª Unidade Jurisdicional Cível - 29º JD da Comarca de Belo Horizonte; • [Pré-processual] CEJUSC – Justiça Especial da Comarca de Belo Horizonte; • 10ª Unidade Jurisdicional Cível - 30º JD da Comarca de Belo Horizonte; • 11ª Unidade Jurisdicional Cível - Barreiro - 34º JD da Comarca de Belo Horizonte; • 1º Titular Turma Recursal - Belo Horizonte, Betim e Contagem [CÍVEL]; • 1º Titular Turma Recursal Temporária de Belo Horizonte, Betim e Contagem Cível; • 2º Titular Turma Recursal - Belo Horizonte, Betim e Contagem [CÍVEL]; • 2º Titular Turma Recursal Temporária de Belo Horizonte, Betim e Contagem Cível; • 3º Titular Turma Recursal - Belo Horizonte, Betim e Contagem [CÍVEL]; • 3º Titular Turma Recursal Temporária de Belo					
---	--	--	--	--	--

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

Horizonte, Betim e Contagem Cível; • 4º Titular Turma Recursal - Belo Horizonte, Betim e Contagem [CÍVEL]; • 4º Titular Turma Recursal Temporária de Belo Horizonte, Betim e Contagem Cível; • 5º Titular Turma Recursal - Belo Horizonte, Betim e Contagem [CÍVEL]; • 5º Titular Turma Recursal Temporária de Belo Horizonte, Betim e Contagem Cível; • Presidência Turma Recursal Belo Horizonte, Betim e Contagem [CÍVEL]; • Presidência Turma Recursal Temporária de Belo Horizonte, Betim e Contagem.					
(E) 1º Ciclo de Expansão do eproc – Competência cível – Interior.	26/08/2025	29/09/2025		29/09/2025	Concluído
(E) 2º Ciclo de Expansão do eproc – Competência cível – Interior.	17/09/2025	10/11/2025		10/11/2025	Concluído
(E) 3º Ciclo de Expansão do eproc – Competência cível – Interior.	18/10/2025	02/03/2026			Em andamento
(E) 4º Ciclo de Expansão do eproc – Competência cível – Interior.	17/02/2026	13/04/2026			Não iniciado
(E) 5º Ciclo de Expansão do eproc – Competência cível – Interior.	01/04/2026	25/05/2026			Não iniciado
(E) Reunião Previa e Negocial do Comitê Nacional de Implantação do eproc.	10/02/2025	17/11/2025		17/11/2025	Concluído
(E) Atualizações de versão.	22/02/2025	22/11/2025		22/11/2025	Concluído
(E) Migrador de processos do PJe para o eproc - Implantação do piloto.	02/04/2025	18/08/2025		18/08/2025	Concluído
(A) Implantar nas seguintes unidades judiciárias: • Feitos Tributários – Comarca de Belo Horizonte; • 1ª Vara de Feitos Tributários do Município; • 2ª Vara de Feitos Tributários do Município; • 1ª Vara de Feitos Tributários do Estado; • 2ª Vara de Feitos Tributários do Estado; • Fazenda Pública – Comarca de Belo Horizonte; • 1ª, 2ª e 3ª Varas dos Feitos da Fazenda Pública Municipal;	02/04/2025	18/08/2025		18/08/2025	Concluído

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª Varas da Fazenda Pública e Autarquias.				
IMPEDIMENTOS				
Problema Identificado	Ação Corretiva	Unidade Responsável	Prazo	Status
-	-	-	-	-
SITUAÇÃO / PONTO DE ATENÇÃO / INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR				
Considerando o que foi decidido pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais - TJMG, na sessão realizada no dia 24 de novembro de 2023, esta iniciativa tem por objetivo acompanhar a substituição do sistema informatizado "Processo Judicial eletrônico - PJe" pelo Sistema de Processo Eletrônico - eproc, desenvolvido e cedido pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, visando a unificação de tecnologias de processo eletrônico em uma plataforma única para as áreas de negócios. Por consequência, espera-se reduzir drasticamente os esforços de desenvolvimento e integração, de forma a melhorar significativamente as interações entre negócio e tecnologia. A implantação do Sistema eproc no estado de Minas Gerais foi iniciada no ano de 2024, se desenvolvendo a partir de fases que, por sua vez, se subdividem em ciclos de implantação. A primeira fase, acompanhada no âmbito desta iniciativa estratégica no ano de 2024, correspondeu à preparação das estruturas para instalação do eproc no TJMG, a realização de capacitações técnicas e de planos de comunicação, além da implantação de um projeto piloto, na comarca de Belo Horizonte, contemplando doze Varas de Família da Comarca de Belo Horizonte, na Primeira Instância, e duas Câmaras Especializadas em Direito de Família, na Segunda Instância. Já para 2025, o escopo acordado para acompanhamento da iniciativa correspondeu à segunda fase e a seus 5 ciclos de implantação na comarca de Belo Horizonte, os quais foram concluídos em setembro de 2025, conforme o apresentado acima. A terceira fase de implantação do eproc, correspondente à expansão do eproc para as unidades de competência cível lato sensu, incluindo as varas da infância e da juventude, os juizados especiais e as turmas recursais, prevista pela Portaria Conjunta nº 1.681/2025 está também dividida em 5 ciclos de implantação, de forma a contemplar as demais 297 comarcas do estado. Embora a expansão tenha se iniciado em setembro de 2025, conforme o cronograma apresentado pela referida Portaria, apenas o 1º e o 2º ciclos foram concluídos em 2025, atendendo a um total de 84 comarcas. As demais 213 comarcas serão contempladas a partir da conclusão dos outros 3 ciclos de implantação, que estão previstos para serem executados em: 02/03/2026 - 3º Ciclo de Expansão do eproc – Competência cível – Interior (78 comarcas); 13/04/2026 - 4º Ciclo de Expansão do eproc – Competência cível – Interior (64 comarcas); 25/05/2026 - 5º Ciclo de Expansão do eproc – Competência cível – Interior (71 comarcas). Por esta razão, as entregas relativas a esses ciclos permanecem em aberto no cronograma acima. Vale ainda ressaltar a implantação do eproc na Turma de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especial do Estado de Minas Gerais, a partir da publicação da Portaria Conjunta nº 1.749/2025 em novembro de 2025. A implantação do Sistema eproc em unidades de competência criminal ficará reservada a etapa posterior, a ser oportunamente definida e divulgada. Para permitir a agilidade na implantação do sistema no Estado, ao longo de 2025, a DIRTEC trabalhou também no desenvolvimento e na implantação de um migrador de processos do Pje para o eproc, garantindo a continuidade da tramitação processual com integridade de dados, histórico de movimentações e documentos, assegurando a transição segura e eficiente entre os dois sistemas. O projeto piloto do migrador foi iniciado em agosto de 2025, contemplando: a 1ª e 2ª Varas de Feitos Tributários do Município de Belo Horizonte; a 1ª e 2ª Varas de Feitos Tributários do Estado de Minas Gerais; a 1ª, 2ª, 3ª, 4ª e 5ª Varas de Fazenda Pública e Autarquias, e; a 1ª, 2ª e 3ª Varas de Feitos da Fazenda Pública Municipal. A partir de janeiro de 2026, com a publicação da Portaria Conjunta nº 1.769/2025, o projeto piloto de migração dos processos do sistema Pje para o eproc será expandido contemplar para as seguintes unidades judiciárias da comarca de Belo Horizonte: 1ª a 36ª Varas Cíveis;				

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

- Vara de Registros Públicos;
- Vara Agrária de Minas Gerais e Acidente de Trabalho da Comarca de Belo Horizonte.

Desde sua implantação, 39.928 processos já foram migrados (dados de 23/12/2025).

POTENCIAIS MUDANÇAS NA INICIATIVA

-

ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

3 - Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional.

Metas Nacionais Clique aqui para acessar o relatório de Metas Estratégicas	CNJ 1	CNJ 2	-	-	-
Metas Institucionais Clique aqui para acessar o relatório de Metas Estratégicas	TJMG 133	TJMG 156	-	-	-

OBSERVAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DAS METAS

A meta estratégica TJMG 133 previu “concluir, em 2025, 100% dos ciclos de expansão previstos para a instalação do sistema eproc nas demais unidades da justiça comum e especial, com competência cível, do município de Belo Horizonte, incluindo a Turma Recursal Temporária de Belo Horizonte, Betim e Contagem, bem como nas Câmaras do Tribunal de Justiça com competências originárias da segunda instância, Mandado de Segurança, Rescisória e Reclamações, relativas ao Direito Público e Privado”.

Até setembro de 2025, os cinco ciclos de expansão previsto para o ano foram concluídos, de modo que o resultado apurado da meta proposta é de 100%.

Por sua vez, a meta TJMG 156, aprovada em outubro pelo Comitê de Governança e Gestão Estratégica, foi estabelecida após a publicação da Portaria Conjunta nº 1.681/2025, que previu que a expansão do Sistema eproc para as comarcas com competência cível lato sensu do interior do estado de Minas Gerais seria conduzida em 5 ciclos de implantação, como forma de contemplar as 297 comarcas que ainda não receberam o sistema.

Até novembro de 2025, conforme o cronograma estipulado pela própria Portaria, 2 ciclos de expansão já foram concluídos, contemplando um total de 84 comarcas: 39 no 1º ciclo e 45 no 2º ciclo. Nesse sentido, a meta estipulada foi alcançada.

Para o ano de 2026, estão ainda previstos 3 ciclos de expansão, que buscarão contemplar as demais 213 comarcas restantes.

VINCULAÇÃO PROJEF 5.0

VIII - modernizar os processos de trabalho de gestão administrativa, com automação dos sistemas correlatos, racionalização do emprego de recursos humanos e otimização dos serviços não vinculados à área-fim.

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

Nome da Iniciativa	89 - Informatização do setor de Precatórios do TJMG.
--------------------	--

Priorização	 
-------------	--

INFORMAÇÕES GERAIS	
Unidade gestora	Presidência: Assessoria de Precatórios – ASPREC.
Patrocinador	Dr. Paulo José Rezende Borges.
Objetivos	Informatização dos processos de trabalho da Assessoria de Precatórios.
Característica da Iniciativa	Projeto.

ESCOPO
Implantação do Sistema de Cálculos e migração de dados do Sistema de Gestão de Precatórios – SGP.
Melhorias do SGP - Módulo Superpreferência.
Piloto de Distribuição de Precatórios no eproc.
Implantação e integração do Ofício Precatório Eletrônico - OPE com o eproc.
Migração de precatórios do Sistema Eletrônico de Informações - SEI / SGP para o eproc 2G (processos 2ª instância/2º Grau).
Digitalização dos aproximados 10 (dez) mil processos físicos – ASPREC.
Controle dos entes públicos 'Cadastro de Entidades Devedoras Inadimplentes de Precatórios' – CEDINPREC.
Solução de Pagamento de Precatórios.
Melhorias do SGP.

MONITORAMENTO					
Status da Iniciativa	Em andamento.	Progresso (%)	78,7%.		
Custo previsto	Em estudo.	Custo executado	Em estudo.		
Início da iniciativa	11/07/2024.	Término da iniciativa	30/06/2026.		
Data do monitoramento	18/12/2025.				
CRONOGRAMA DE ACOMPANHAMENTO					
ENTREGAS (E) / ATIVIDADES (A)	INÍCIO PREVISTO	TÉRMINO PREVISTO	TÉRMINO REPLANEJADO	TÉRMINO REALIZADO	STATUS
(E) Implantação do Sistema de Cálculos e migração de dados do SGP.	16/9/2024	31/10/2024		02/12/2024	Concluído
(C) Análise do código-fonte do TJSC - Geração do parecer técnico.	11/07/2024	14/10/2024	26/08/2024	26/08/2024	Concluído

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

(B) Homologação do Sistema pela CEPREC.	19/08/2024	21/08/2024		22/08/2024	Concluído
(B) Sistema em Produção.	22/08/2024	26/08/2024		26/08/2024	Concluído
(B) Migração dos processos do SGP para o Sistema de Cálculos.	26/08/2024	21/10/2024			Cancelado
(A) Criação de uma rotina de migração dos dados básicos dos precatórios cadastrados/distribuídos no SGP para o Sistema de Cálculo.	16/09/2024	28/10/2024	02/12/2024	02/12/2024	Concluído
(C) Criação de rotina para exportação de dados do Sistema de Cálculo para arquivo CSV.	16/09/2024	31/10/2024			Cancelado
(E) Melhorias do SGP (Sistema de Gestão de Precatórios) - Módulo Superpreferência.	15/10/2024	31/12/2024	30/06/2026		Em andamento
(B) Levantar as alterações a serem implementadas no SGP para atender as determinações do CNJ sobre a superpreferência.	15/10/2024	31/12/2024		18/11/2024	Concluído
(B) Implementar regra no SGP que considere a superpreferência na lista da cronologia de pagamento dos precatórios.	15/10/2024	31/12/2024	30/06/2026		Em andamento
(B) Desenvolver rotina que sinalize a superpreferência por idade quando o credor atingir 60 anos no SGP.	15/10/2024	31/12/2024		18/11/2024	Concluído
(B) Implementar campo onde seja possível sinalizar se o pagamento da superpreferência foi total ou parcial no SGP.	15/10/2024	31/12/2024		18/11/2024	Concluído
(B) Desenvolver regra onde seja possível identificar que o credor cessionário não tem direito ao pagamento superpreferencial no SGP.	15/10/2024	31/12/2024	30/06/2026		Em andamento
(A) Implementar campo onde seja possível identificar que existe "resto a pagar" nos precatórios com superpreferência.	15/10/2024	31/12/2024		15/10/2024	Concluído
(A) Implementar as alterações realizadas no SGP em relação a superpreferência na lista cronológica disponibilizada no Portal do TJMG.	15/10/2024	31/12/2024	30/06/2026		Em andamento
(A) Realizar levantamento de requisitos junto a CEPREC	15/10/2024	31/12/2024		31/12/2025	Concluído

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

para identificar a necessidade de outras alterações no SGP.					
(E) Implantação dos Sistemas do TJSC.	22/08/2024	31/12/2025		31/10/2024	Concluído
(B) Analisar o código-fonte do REP e gerar o parecer técnico do sistema.	22/08/2024	16/09/2024		10/9/2024	Concluído
(B) Avaliar junto a ASPREC se o REP será utilizado no TJMG.	18/09/2024	18/09/2024		18/09/2024	Concluído
(A) Homologação do Sistema REP pela ASPREC (REP).	22/08/2024	16/09/2024			Cancelado
(A) Sistema REP em Produção (REP).	18/09/2024	18/09/2024			Cancelado
(A) Analisar o código-fonte do PAGPRE e gerar o parecer técnico do sistema (PAGPRE).	18/09/2024	30/09/2024		27/9/2024	Concluído
(C) Avaliar junto a ASPREC se o PAGPRE será utilizado no TJMG (PAGPRE).	10/10/2024	23/10/2024			Cancelado
(A) Precatórios no SIDEJUD (DP-99) integrado com o eproc (PAGPRE).	01/11/2024	31/12/2025			Cancelado
(A) Homologar o sistema definido pela ASPREC para produção (PAGPRE).	01/11/2024	31/12/2025			Cancelado
(A) Subir o sistema definido pela ASPREC para Produção (PAGPRE).	01/11/2024	31/12/2025			Cancelado
(A) Analisar o código-fonte do Lista Unificada e gerar o parecer técnico do sistema (PAGPRE).	01/11/2024	31/12/2025		31/10/2024	Concluído
(A) Avaliar junto a ASPREC se o Lista Unificada será utilizado no TJMG (LISTA).	01/11/2024	31/12/2025			Cancelado
(A) Homologar o sistema definido pela ASPREC para produção (LISTA).	01/11/2024	31/12/2025			Cancelado
(A) Subir o sistema definido pela ASPREC para Produção (LISTA).	01/11/2024	31/12/2025			Cancelado
(E) Piloto de Distribuição de Precatórios no eproc.	21/08/2024	31/10/2024	30/06/2026		Em andamento
(B) Definir requisitos de configuração do eproc 2G para distribuição de precatórios.	21/08/2024	11/10/2024		21/2/2025	Concluído
(A) Configurar o ambiente do eproc 2G para distribuição de precatórios.	18/09/2024	11/10/2024		11/10/2024	Concluído
(B) Capacitar a equipe da ASPREC e Centrase (piloto) no eproc 2G.	7/10/2024	11/10/2024		15/10/2024	Concluído
(B) Desenvolver manuais de uso do eproc 2G para os advogados.	14/10/2024	31/10/2024	30/06/2026		Não iniciado

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

(E) Implantação e integração do OPE (Ofício Precatório Eletrônico) com o eproc.	30/09/2024	19/12/2024	30/06/2026		Em andamento
(A) Homologar o sistema OPE integrado ao SGP para uso no piloto do eproc para precatórios.	30/09/2024	11/10/2024		31/10/2024	Concluído
(A) Realizar alterações necessárias no OPE para o piloto na Centrase BH.	30/09/2024	11/10/2024		31/10/2024	Concluído
(A) Desenvolver o tutorial de usuário do OPE.	15/10/2024	31/10/2024	30/06/2026		Não iniciado
(A) Disponibilizar o OPE em produção para o piloto de precatórios no eproc.	10/10/2024	11/10/2024		31/10/2024	Concluído
(A) Definir solução de integração do OPE com o eproc 2G.	02/10/2024	25/10/2024		31/10/2024	Concluído
(A) Implementar a integração do OPE com eproc 2G e disponibilizar para homologação da ASPREC.	01/10/2024	30/11/2024	31/10/2025	11/11/2025	Concluído
(A) Avaliar a necessidade de integração do OPE com o Sistema de Cálculo.	15/10/2024	25/10/2024		C	Cancelado
(A) Disponibilizar o OPE integrado ao eproc 2G em produção.	16/12/2024	19/12/2024	30/09/2025	18/11/2025	Concluído
(E) Migração de precatórios do SEI/SGP para o eproc 2G.	04/09/2024	31/12/2025	30/06/2026		Em andamento
(A) Definir o DE-PARA do SGP para o eproc 2G elaborado pela área de negócio.	04/09/2024	18/09/2024		18/9/2024	Concluído
(A) Validar o DE-PARA do SGP para o eproc 2G elaborado pela área de negócio.	01/11/2024	30/11/2024	31/07/2025	30/06/2025	Concluído
(A) Definir requisitos negociais de migração dos dados dos precatórios do SGP para o eproc 2G.	01/11/2024	30/11/2024	31/07/2025	30/06/2025	Concluído
(A) Estabelecer cronograma de migração dos dados.	01/11/2024	30/11/2024		30/06/2025	Concluído
(A) Migrar dados dos precatórios do SGP para o eproc 2G.	06/01/2025	31/12/2025		18/12/2025	Concluído
(A) Migrar documentação de precatórios do SEI para o eproc 2G.	06/01/2025	31/12/2025		18/12/2025	Concluído
(A) Migrar os processos SEI de classe processual "procedimento de controle administrativo" para o eproc.	06/01/2025	31/12/2025	30/06/2026		Não iniciado
(E) Digitalização dos aproximados 10 (dez) mil processos físicos – ASPREC.	16/09/2024	28/02/2025		27/11/2025	Concluído
(E) Controle dos entes públicos (CEDINPREC).	06/01/2025	31/12/2025	30/06/2026		Não iniciado
(E) Solução de Pagamento de Precatórios.	11/07/2024	31/07/2025	30/09/2025	29/11/2024	Concluído

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

(A) Estudos e levantamentos para definição de uma solução de pagamentos de precatórios.	11/07/2024	20/01/2025	30/05/2025	22/05/2025	Concluído
(A) Reunião com o Banco do Brasil - funcionalidades do Sistema de Emissão de Guias de Depósito (Depox) relacionadas ao Precatórios.	23/10/2024	25/11/2024		25/11/2024	Concluído
(A) Definição do uso do módulo de Precatórios do Sistema DEPOX para pagamento dos alvarás.	25/11/2024	26/11/2024		26/11/2024	Concluído
(A) Preparação do ambiente de homologação do módulo de Precatórios do DEPOX para a ASPREC.	26/11/2024	29/11/2024		29/11/2024	Concluído
(A) Desenvolver solução para automatizar a cumprimento/pagamento de alvarás no DEPOX.	02/12/2024	30/04/2025	30/09/2025	23/10/2025	Concluído
(A) Implantar o módulo de Precatórios existente no sistema DEPOX do Banco do Brasil.	03/02/2025	31/07/2025		24/10/2025	Concluído
(A) Implementar solução para permitir deduções (IR e Previdenciárias) no SGP.	06/01/2025	30/05/2025		30/06/2025	Concluído
(E) Melhorias do SGP (Sistema de Gestão de Precatórios).	11/07/2025	31/12/2025		18/12/2025	Concluído
(A) Implementar mudanças de regras e entendimento da legislação, melhorias de acordo com a experiência do usuário, automações para celeridade dos processos e ajustes de fluxos de trabalho.	11/07/2025	31/12/2025		18/12/2025	Concluído
IMPEDIMENTOS					
Problema Identificado	Ação Corretiva	Unidade Responsável	Prazo	Status	
-	-	-	-	-	
SITUAÇÃO / PONTO DE ATENÇÃO / INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR					
A iniciativa prevê a implantação de um conjunto de ferramentas e soluções tecnológicas com vistas à modernização do setor de Precatórios do TJMG, considerando tanto evoluções no que tange à gestão processual, quanto à gestão financeira dos precatórios. Nesse sentido, a primeira estratégia considerava a implantação do sistema atualmente utilizado pelo Tribunal de Santa Catarina no TJMG. Entretanto, após a realização de estudos e, considerando a implantação do eproc no TJMG, a proposta foi descartada, levando primeiramente, ao cancelamento de várias atividades previstas no cronograma e à definição de novas frentes de atuação para 2025, implicando na conclusão da entrega “Implantação dos Sistemas do TJSC”. Assim, para dar continuidade à informatização do setor de precatórios, foram estabelecidas novas entregas, tendo agora, como norte, o uso do próprio eproc como sistema base para a tramitação, bem como o uso de metodologias ágeis para a condução das entregas relacionadas. São elas: Para tratar da gestão processual:					

- a **“implementação de melhorias do Sistema de Gestão de Precatórios (SGP)”**, especialmente através do desenvolvimento e implementação do **“Módulo Superpreferência”**: a superpreferência no pagamento de precatórios é um mecanismo constitucional (Art. 100, §2º da CF) que confere prioridade absoluta no recebimento de parte do valor para credores de natureza alimentar (salários, pensões) que sejam idosos (60+), portadores de doenças graves ou pessoas com deficiência. Assim, o desenvolvimento do módulo teve por objetivo atender corretamente ao dispositivo constitucional e a determinação do CNJ apresentada no relatório de inspeção do ano 2023, após a terceira inspeção ordinária no TJMG sem que providências efetivas tivessem sido tomadas. A primeira versão do ‘Módulo de Superpreferência’ foi implantada em novembro de 2024 e, como consequência, em janeiro de 2025, a lista cronológica de pagamentos de precatórios foi publicada pela primeira vez considerando a superpreferência.

Ao longo de 2025, as equipes da ASPREC e da DIRTEC trabalharam no desenvolvimento de um conjunto de melhorias que proporcionasse a efetiva gestão dos precatórios, considerando a superpreferência, incluindo: o desenvolvimento de rotina no SGP que sinalizasse a superpreferência por idade quando o credor atingisse 60 anos, a implementação de campo no SGP onde fosse possível sinalizar se o pagamento da superpreferência foi total ou parcial, o desenvolvimento de regra onde fosse possível identificar que o credor cessionário não tem direito ao pagamento superpreferencial e a implementação de campo onde fosse possível identificar a existência de “resto a pagar” nos precatórios com superpreferência.

Embora tenham sido trabalhadas ao longo de 2025, não foi possível concluir todas as atividades previstas relativas à superpreferência. Algumas funcionalidades foram discutidas e histórias de usuários escritas e submetidas à homologação da unidade de negócio (ASPREC). Após a homologação dessas histórias, tais funcionalidades passarão para a etapa de desenvolvimento a partir de janeiro de 2026. Nesse sentido, a conclusão da entrega foi também replanejada para 2026, com previsão para subir em produção até 30/06/2026, antes da realização de nova inspeção pelo CNJ, prevista para março de 2026. Após essa data será necessário ainda fazer uma operação assistida com o intuito de verificar a necessidade de melhorias.

- a **“integração do Ofício Precatório Eletrônico (OPE) com o eproc”**: colocado em produção na Centrase Cível, em outubro de 2025, o Ofício Precatório Eletrônico (OPE), um formulário eletrônico para o cadastro dos precatórios. Ele foi oficialmente integrado ao eproc para rodar o piloto em novembro de 2025, permitindo que os processos de precatórios já nasçam em formato digital e vinculados ao eproc.
- a **“implementação do piloto de Distribuição de Precatórios no eproc”**: a entrega teve por objetivo tratar da distribuição de processos relacionados a precatórios na 2ª Instância (eproc 2G) a partir do OPE, considerando desde a configuração de ambiente do eproc para a distribuição dos processos, a capacitação das equipes da ASPREC e da Centrase Cível para uso da nova funcionalidade de distribuição, além do desenvolvimento de manuais de uso do eproc 2G para os advogados. Este último permanece em execução, haja vista o conjunto de melhorias que vêm sendo identificadas e implementadas no OPE a partir do piloto, além da identificação de novos fluxos de tramitação. Nesse sentido, com o objetivo de evitar o retrabalho, optou-se por dar continuidade à elaboração dos manuais após a expansão do OPE já mais amadurecido para uso de outras comarcas. A estratégia de expansão está em discussão e será trabalhada em 2026.

Considerando que o sistema ainda não se encontra homologado e em produção, optou-se por postergar formalmente a elaboração dos manuais, reprogramando a atividade para 2026, de modo que sejam produzidos após a estabilização do sistema e consolidação dos fluxos, evitando retrabalho decorrente de ajustes e melhorias identificados após a entrada em produção.

- a **“migração de precatórios do SEI e do SGP para o eproc 2G (processos 2ª instância/2º Grau)”**: a primeira fase de migração foi concluída, com um total aproximado de 40 mil processos migrados. A segunda fase de migração será conduzida em 2026, quando há também a expectativa de interrupção de uso do SEI para a tramitação de precatórios em favor do OPE. Para que a segunda fase seja concluída, entretanto, é necessário que o piloto de implantação do OPE tenha sido concluído e seja expandido para as demais comarcas do estado.
- a **“digitalização dos aproximados 10 (dez) mil processos físicos”**: a entrega foi pensada com o objetivo de acabar com o acervo de processos físicos de precatórios da ASPREC, contando com o apoio do Centro de Digitalização de Contagem para concluir a digitalização dos processos em 27 de novembro de 2025. Apesar disso, sabe-se que pode haver ainda algum remanescente processual que, se identificado, será digitalizado pela própria ASPREC.

Para tratar da gestão financeira:

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

- a **“Solução de Pagamento de Precatórios”**: considerou como estratégia o uso do Sistema de Emissão de Guias de Depósito (Depox), do Banco do Brasil, como solução a ser adotada pelo TJMG. O sistema já foi implantado para a operacionalização dos pagamentos de precatórios, tendo como piloto a comarca de Araguari. Atualmente, o uso do sistema já foi expandido para 42 municípios do estado.

Além disso, outra proposta levantada para modernizar a gestão financeira diz respeito à implantação de um “Controle dos entes públicos”, cuja estratégia de implementação será definida para ser trabalhada em momento oportuno, uma vez que a entrega será impactada pela Emenda Constitucional 136/2025, a qual propõe a limitação do pagamento de precatórios por estados e municípios e autoriza novo prazo de parcelamento para débitos previdenciários, de forma que as formas de controle atuais serão, provavelmente, modificadas. Aguarda-se a regulamentação dessa Emenda por parte do CNJ para que seus impactos nos sistemas possam ser devidamente mensurados e tratados.

POTENCIAIS MUDANÇAS NA INICIATIVA

-

ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

9 - Aprimoramento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária.

Metas Nacionais Clique aqui para acessar o relatório de Metas Estratégicas	-	-	-	-	-
Metas Institucionais Clique aqui para acessar o relatório de Metas Estratégicas	TJMG 126	-	-	-	-

OBSERVAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DAS METAS

Para 2025, a meta TJMG 126 propôs, até 19/12/2025, a conclusão de 100% das etapas necessárias para a informatização do setor de precatórios do TJMG, conforme o escopo apresentado acima. Essa meta está intimamente ligada ao cronograma de atividades e reflete o percentual de avanço do projeto a partir da conclusão de suas entregas e atividades. Dito isto, até dezembro de 2025, o desempenho na execução da meta foi de 78,7%, especialmente a partir da conclusão de atividades relacionadas à entrega “Implantação do Sistema de Cálculos e migração de dados do SGP”, à “Migração de precatórios do SEI/SGP para o eproc 2G”, à “Implantação e integração do OPE (Ofício Precatório Eletrônico) com o eproc” e à “Solução de Pagamento de Precatórios”.

A meta estratégica não alcançou resultado igual a 100% em razão de um conjunto de atividades que precisaram ser replanejadas para 2026, haja vista sua dependência em relação ao amadurecimento e a expansão do OPE para outras comarcas do estado. A estratégia de expansão está em discussão e será trabalhada em 2026.

VINCULAÇÃO PROJEF 5.0

VIII - modernizar os processos de trabalho de gestão administrativa, com automação dos sistemas correlatos, racionalização do emprego de recursos humanos e otimização dos serviços não vinculados à área-fim.

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

Nome da Iniciativa	90 - Travessias da Infância e Juventude.
--------------------	--

Priorização	 
-------------	--

INFORMAÇÕES GERAIS	
Unidade gestora	Presidência: Coordenadoria da Infância e Juventude – COINJ.
Patrocinador	Desa. Alice de Souza Birchall.
Objetivos	Atender a Resolução nº 640/2010 do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, que instituiu a Coordenadoria da Infância e Juventude (COINJ) como órgão de assessoramento da Presidência, com a missão de desenvolver políticas e ações voltadas à proteção de crianças e adolescentes, promovendo a efetivação de direitos por meio da unificação e fortalecimento das iniciativas institucionais voltadas ao público infantojuvenil, garantindo maior eficiência na gestão e execução dos programas relacionados. A iniciativa busca ampliar o impacto das ações já existentes, assegurar o cumprimento da Meta 10 do CNJ para 2025 e fortalecer a articulação entre os órgãos do sistema de justiça, promovendo maior celeridade e eficácia na tramitação dos processos e na implementação de políticas de proteção e acolhimento.
Característica da Iniciativa	Programa incremental.

ESCOPO
Ações de Fortalecimento aos Projetos Sociais da COINJ.
Fortalecimento dos Programas "Descubra" e do "Jovens Parceiros", em atendimento ao Programa Nacional Permanente de Apoio à Desinstitucionalização de Crianças e Adolescentes Acolhidos (Res. Conselho Nacional de Justiça (CNJ) 543/2024).
Fortalecimento da Atenção Judiciária à Primeira Infância.
Implementação de ações de atenção especial a filhos de pais em cumprimento de pena com privação de liberdade.
Planejamento de adequação à estrutura institucional em prol do atendimento da infância e juventude.

MONITORAMENTO					
Status da Iniciativa	Parcialmente concluída.	Progresso (%)		54%.	
Custo previsto	Em estudo.	Custo executado		Em estudo.	
Início da iniciativa	01/07/2024.	Término da iniciativa		30/11/2026.	
Data do monitoramento	15/01/2026.				
CRONOGRAMA DE ACOMPANHAMENTO					
ENTREGAS (E) / ATIVIDADES (A)	INÍCIO PREVISTO	TÉRMINO PREVISTO	TÉRMINO REPLANEJADO	TÉRMINO REALIZADO	STATUS

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

(E) Ações de Fortalecimento aos Projetos Sociais da COINJ.	01/07/2024	19/12/2025	30/11/2026		Em andamento
(A) Depoimento Especial - Realizar ação de capacitação aos peritos.	30/03/2025	30/11/2025	30/11/2026		Em andamento
(A) Depoimento Especial – Divulgar o Fluxo do Depoimento Especial.	01/07/2024	01/06/2025		01/05/2025	Concluído
(A) Família Acolhedora – Promover capacitação (webinário/seminário).	30/04/2025	30/08/2025	30/09/2025	22/10/2025	Concluído
(A) Família Acolhedora – Executar o Plano de Comunicação.	07/01/2025	31/12/2025			Suspenso
(A) Apadrinhamento – Promover capacitação (webinário/seminário).	30/04/2025	30/08/2025	30/09/2025		Cancelado
(A) Apadrinhamento – Executar o Plano de Comunicação.	01/01/2025	31/12/2025			Suspenso
(A) Entrega Legal – Promover capacitação.	30/04/2025	30/08/2025		21/05/2025	Concluído
(A) Entrega Legal – Executar o Plano de Comunicação.	05/02/2025	31/12/2025	30/06/2026		Em andamento
(A) Entrega Legal – Promover a criação do Comitê Gestor Estadual do Programa Entrega Legal.	15/04/2025	31/12/2025	30/06/2026		Em andamento
(A) Entrega Legal – Propor a edição de ato normativo estadual (nos moldes do art. 13, da Res. 485/2023, do CNJ) a respeito da implementação e fortalecimento do Programa Entrega Legal.	21/05/2025	31/12/2025	30/06/2026		Em andamento
(A) Realizar Seminários Regionais.	01/02/2025	31/10/2025		31/10/2025	Concluído
(A) Mapeamento dos Fluxos da COINJ.	13/03/2025	31/12/2025			Suspenso
(E) Fortalecimento dos Programas "Descubra" e do "Jovens Parceiros", em atendimento ao Programa Nacional Permanente de Apoio à Desinstitucionalização de Crianças e Adolescentes Acolhidos.	20/01/2025	01/12/2025		19/12/2025	Concluído
(A) Apresentar formalmente a COINJ como coordenadora do Programa Descubra.	20/01/2025	24/02/2025		24/02/2025	Concluído
(A) Promover o Acompanhamento da Aprendizagem.	01/05/2025	01/12/2025		19/12/2025	Concluído
(A) Formar parcerias com formadores e empregadores.	01/03/2025	01/12/2025		19/12/2025	Concluído

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

(A) Expandir os Programas para outras comarcas do Estado	01/04/2025	01/12/2025		19/12/2025	Concluído
(E) Fortalecimento da Atenção Judiciária à Primeira Infância.	23/01/2025	01/12/2025			Suspenso
(A) Criar Grupo de Trabalho sobre a Atenção à Primeira Infância.	23/01/2025	01/12/2025		26/03/2025	Concluído
(A) Elaborar estudo sobre a atenção judiciária à Primeira Infância no estado de Minas Gerais.	01/05/2025	01/12/2025		28/10/2025	Concluído
(A) Implementar serviços de orientação jurídica específicos para questões envolvendo a primeira infância.	01/05/2025	01/12/2025			Suspenso
(A) Criar canais de comunicação acessíveis para que os direitos das crianças sejam compreendidos e resguardados pela sociedade.	01/05/2025	01/12/2025			Suspenso
(A) Instituir, por meio da Rede de Atenção e Atuação, serviços de suporte assistencial e psicológico para crianças e famílias envolvidas em processos judiciais.	01/05/2025	01/12/2025			Suspenso
(A) Formar parcerias estratégicas, por meio de Acordos de Cooperação Técnica, com faculdades, escolas e órgãos de assistência social e saúde para apoio integrado às crianças, identificação e encaminhamento de casos de vulnerabilidade.	01/05/2025	01/12/2025			Suspenso
(A) Estabelecer, junto à Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes – EJEJF, um currículo de formação continuada e de oferta permanente para magistrados(as) e servidores(as), com ênfase no desenvolvimento infantil e especificidades da primeira infância, a estratégia da intersetorialidade e a prevenção e proteção	01/05/2025	01/12/2025		01/12/2025	Concluído

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

contra toda forma de violência contra a criança.					
(A) Inserir, em parceria com a EJEJ, módulos sobre a primeira infância em todos os programas de treinamento para novos servidores do judiciário, em especial para os Cursos de Formação Inicial para magistrados e magistradas, bem como a inclusão de temas relacionados à primeira infância em concursos públicos.	01/05/2025	01/12/2025		01/12/2025	Concluído
(A) Implementar programas educacionais em escolas públicas e privadas, em outros lugares que se fizerem necessários, com enfoque no enfrentamento a todos os tipos de violências contra crianças, meninas e mulheres.	01/02/2025	01/12/2025			Suspenso
(A) Desenvolver estratégias de prevenção ao abuso e negligência que sejam integradas aos serviços judiciais e comunitários, em especial junto aos Conselhos Tutelares e abrigos.	01/05/2025	01/12/2025			Suspenso
(A) Criar diretrizes específicas, entre os distintos ramos e áreas da justiça, para o manejo de casos que envolvem crianças na primeira infância, respeitando as particularidades e vulnerabilidades de seu desenvolvimento.	01/05/2025	01/12/2025			Suspenso
(A) Implementar, entre os distintos ramos e áreas da justiça, o Governo do Estado e os Municípios de Minas Gerais e entidades privadas, protocolos de atuação de urgência em casos de alto risco envolvendo crianças.	01/05/2025	01/12/2025			Suspenso
(A) Integrar técnicas de mediação e conciliação, justiça restaurativa e	01/05/2025	01/12/2025			Suspenso

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

metodologias complementares específicas e desenvolver ações para casos envolvendo famílias com crianças de zero a seis anos.					
(A) Reestruturar a COINJ e sua estrutura de atendimento especializado para as demandas da primeira infância, incluindo espaço físico, equipe multidisciplinar e de gestão.	01/05/2025	01/12/2025			Suspenso
(A) Implementar sistemas de informação que permitam o rastreamento e a gestão de casos envolvendo crianças na primeira infância e um sistema de referência e contrarreferência entre o judiciário e outros serviços sociais.	01/05/2025	01/12/2025			Suspenso
(E) Implementação de ações de atenção especial a filhos de pais em cumprimento de pena com privação de liberdade.	01/05/2025	01/12/2025	30/11/2026		Suspenso
(A) Criar fluxo de atuação do sistema de justiça e de segurança pública do Estado para o acionamento e interlocução com a rede de proteção das comarcas do Estado, sempre que, nos flagrantes ou prisões, for verificado que o preso/presa possui filhos na primeira infância.	01/05/2025	01/12/2025			Suspenso
(E) Promoção de adequações à estrutura institucional em prol do atendimento da Infância e Juventude.	01/05/2025	01/12/2025			Cancelado
(A) Realizar levantamento e planejamento de instalação de vara com competência de infância e juventude nas comarcas que atendam mais de 200.000 habitantes, nos moldes do Provimento 165/2024 do CNJ.	01/05/2025	01/12/2025			Cancelado
(A) Realização de estudo para viabilizar provimento de	01/02/2025	01/12/2025			Cancelado

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

cargo de pedagogo para compor equipe técnica.				
IMPEDIMENTOS				
Problema Identificado	Ação Corretiva	Unidade Responsável	Prazo	Status
-	-	-	-	-
SITUAÇÃO / PONTO DE ATENÇÃO / INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR				
Com o objetivo de ‘Fortalecer as políticas sociais voltadas à proteção de crianças e adolescentes’, a COINJ previu para 2025 a realização de ações de capacitação de agentes públicos e o aprimoramento da comunicação sobre o ‘Depoimento Especial’ e os programas de ‘Apadrinhamento’, ‘Família Acolhedora’ e ‘Entrega Legal’. Em relação ao ‘Depoimento Especial’, foram disponibilizados em maio de 2025, na página do TJMG, o fluxograma de escuta especializada e do depoimento especial (acessível no link: https://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/institucional/infancia-e-juventude/depoimento-especial-da-infancia-e-juventude/). A atividade de capacitação aos peritos foi replanejada para 2026. A proposta de capacitação para o banco de peritos foi pensada diante do fato de que diversas comarcas não dispõem de equipe técnica própria. Dessa forma, as comarcas acionam o banco de peritos, composto por assistentes sociais e psicólogos. Contudo, para a realização do depoimento especial, é indispensável a formação específica previamente aprovada pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados Ministro Sálvio de Figueiredo Teixeira (ENFAM). Para os profissionais que compõem o quadro interno, essa capacitação é ofertada pelo próprio TJMG. A proposta, entretanto, não foi realizada em 2025 em razão da necessidade urgente de capacitar, prioritariamente, os profissionais já lotados nas Varas de Família do Tribunal, reconduzindo essa ação para ser desenvolvida no próximo ano. Na ‘Família Acolhedora’ está suspensa a ação envolvendo a execução do Plano de Comunicação. O projeto, apresentado à Superintendência Administrativa (SUP-ADM) do TJMG em janeiro, não foi aprovado, assim, será enviado uma nova solicitação à Presidência no ano de 2026. Aprovou-se somente o Grupo de Trabalho Institucional, a ser criado com o objetivo de atender à Recomendação Conjunta nº 2/2024. A intenção é que o Grupo seja representado pela COINJ, no âmbito do Tribunal, e que sejam convidados entes estaduais para participar, retomando a ação em momento oportuno. Cancelou-se a ação de promover capacitação na atividade ‘Apadrinhamento’. Apesar do tema do projeto configurar-se como Seminário de Travessias, não houve uma capacitação específica sobre o tema. O webinar não foi realizado porque o projeto "Minas Apadrinha" encontra-se em formulação da identidade visual. A proposta do Projeto "Minas Apadrinha" é fazer um cruzamento de informações entre crianças disponíveis para o apadrinhamento e interessados em apadrinhar. Esse cruzamento de informações seria conduzido por meio do site do TJMG a partir de um formulário que coletaria as principais informações dos dois grupos. Já a atividade Plano de Comunicação dessa entrega está suspensa pelo motivo de não haver ainda a identidade visual para o projeto e será retomada em momento futuro. Para melhor entendimento, esclarece-se que ‘O Minas Apadrinha’ já se encontra aprovado pela Presidência, com identidade visual desenvolvida, e está em fase de aprovação para posterior disponibilização no site institucional, o qual também se encontra em fase final de desenvolvimento. Há a expectativa de lançamento do projeto antes do mês de maio de 2026, com a intenção de promover ações durante a Semana da Proteção Integral, nos termos da Portaria Conjunta da Presidência nº 1.726/2025. O plano de comunicação depende, necessariamente, da finalização da identidade visual e do site institucional, de modo que as informações sejam apresentadas de forma completa e possam orientar adequadamente quanto ao funcionamento do projeto. A respeito da ‘Entrega Legal’ nas seguintes ações: Executar o Plano de Comunicação; Promover a criação do Comitê Gestor Estadual do Programa Entrega Legal e Propor a edição de ato normativo estadual (nos moldes do art. 13, da Res. 485/2023, do CNJ) foi necessário o replanejamento delas para 2026 por motivos de atualização do material. Essa atualização pretende contemplar a Resolução 485/2023, que não estava inserida no material anterior, elaborado em 2019. Além disso, havia expectativa de se obter a avaliação do Comitê Gestor do Entrega Legal para concluir o material. Uma vez que o Comitê não foi criado em 2025 e a devida atualização do material ainda não foi concluída as atividades foram realocadas para 2026. Sobre a ‘Realização de Seminários Regionais’ foi realizado em 30/10 e 31/10/2025 o Travessias em Rede: Seminário da Infância e Juventude com a participação de 93 inscritos de forma presencial e mais de 200 na modalidade à distância, entre servidores e magistrados, que participaram em diferentes regiões do Estado. Os painéis foram sobre “Adoção e entrega legal”; “Crianças em situação de acolhimento e reintegração familiar”; “Programa ‘Descubra’”; “Desafios				

contemporâneos: famílias homoafetivas e transafetivas”; “Família Acolhedora”; “Violência sexual”; e “Políticas para a primeira infância”.

Estava previsto, para 2025, o **‘Mapeamento dos Fluxos da COINJ’** para identificar as frentes de ação e as interações da Coordenadoria e sua padronização dentre os programas. Entretanto, tendo em vista as diversas atividades conduzidas pela COINJ durante o ano, a equipe não conseguiu se dedicar a este detalhamento. Dessa forma, a atividade foi suspensa e será replanejada para um momento oportuno.

Em atendimento ao **‘Programa Nacional Permanente de Apoio à Desinstitucionalização de Crianças e Adolescentes Acolhidos (Novos Caminhos)’**, instituído a nível nacional pelo Conselho Nacional de Justiça (Resolução 543/2024), a Coordenadoria da Infância e Juventude (COINJ) do TJMG assumiu, em fevereiro de 2025, a coordenação do Comitê Gestor Interinstitucional do Programa de Incentivo à Aprendizagem de Minas Gerais (Descubra), incorporando uma nova frente de atuação ao programa, dedicada à atenção de crianças e adolescentes em condição de vulnerabilidade, especialmente aquelas em situação de acolhimento institucional ou prestes a serem desinstitucionalizadas por completarem o limite regulamentar de 18 (dezoito) anos de idade.

Anteriormente, o programa, criado em 2019, propunha o desenvolvimento de programas de aprendizagem e cursos de Formação Inicial e Continuada (FIC) ou qualificação profissional, especialmente, para adolescentes e jovens que cumprem ou são egressos de medidas socioeducativas ou que tenham sido resgatados de situação de trabalho infantil. Para 2025, o programa previu expansão dos parceiros e municípios que promovem o Descubra no estado de Minas Gerais.

Entre janeiro e novembro de 2025, assinaram o termo de adesão ao Programa Descubra: a empresa Barra Sete Engenharia, a Entidade Formadora Associação *Junior Achievement* de Minas Gerais e o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE- MG). Destacou-se, também, a assinatura de um Termo de Cooperação Técnica entre o TJMG e a Associação Profissionalizante do Menor (Asprom), visando à formação técnico-profissional de sete adolescentes (entre 14 e 24 anos), que receberam a oportunidade de atuar em áreas administrativas do Tribunal através de um programa de aprendizagem, com duração de 1.280 horas (sendo 400 de parte teórica e 880 dedicadas ao trabalho nas instalações da Corte Mineira).

Em relação à expansão do Descubra para outros municípios, foi realizada, em 16 de junho, a solenidade de assinatura do termo de adesão da Comarca de Ouro Preto e, em 14 de novembro, a adesão da Comarca de Timóteo.

Quanto às ações voltadas ao **‘Fortalecimento da Atenção Judiciária à Primeira Infância’** e à **‘Implementação de ações de atenção especial a filhos de pais em cumprimento de pena com privação de liberdade’**, em junho de 2025, a Portaria 7.256/2025 constituiu um Grupo de Trabalho para promover estudos e adotar medidas para a implementação dos eixos temáticos enunciados no Plano de Ação do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais para a Primeira Infância.

O grupo de trabalho direcionado para a discussão do fortalecimento da atenção judiciária à primeira infância está formado atualmente com integrantes do Tribunal, porém há expectativa de adesão de parceiros de outros órgãos e entes, como Ministério Público, Defensoria Pública, entre outros. Optou-se pela suspensão das atividades uma vez que o grupo ainda não deliberou acerca das atividades propostas e grande parte dessas atividades não foram iniciadas em 2025. Essas ações serão replanejadas para serem trabalhadas em momento oportuno.

Dentre as atividades iniciadas, vale destacar a elaboração da proposta do projeto “Tecendo o Aprender”, que consiste na realização de visitas às escolas municipais e estaduais com o objetivo de difundir e disseminar conhecimento sobre infância e juventude: prevenção à gravidez na adolescência, abuso, entrega legal, violência. Vale também mencionar a celebração de um protocolo de intenção entre o TJMG e o Ministério Público do Estado de Minas Gerais – MPMG, em abril de 2025, e o consequente lançamento do projeto “Crescer Juntos: Creches e Oportunidades”, com a finalidade de garantir a educação infantil a crianças de 0 a 3 anos e o acesso desse público a um ambiente seguro e educativo.

Ofertaram-se os cursos de formação inicial e continuada de magistrados e servidores com a temática no desenvolvimento infantil e especificidades da primeira infância. Além disso, houve a inserção de módulos sobre a primeira infância em todos os programas de treinamento para novos servidores do judiciário e para os cursos de formação inicial de magistrados. A temática da primeira infância foi também contemplada nos editais de concursos realizados pelo tribunal.

Já a respeito da entrega **‘Implementação de ações de atenção especial a filhos de pais em cumprimento de pena com privação de liberdade’** não foi criado o fluxo de atuação do sistema de justiça e de segurança pública do Estado para o acionamento e interlocução com a rede de proteção das comarcas do Estado por motivo de não assinatura do Acordo de Cooperação Técnica.

Finalmente, no que diz respeito à entrega **‘Promoção de adequações à estrutura institucional em prol do atendimento da Infância e Juventude’**, apesar de seu cancelamento, foi apresentada à Corregedoria a proposta de instalação de varas

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

exclusivas para atendimento da infância e da juventude nas comarcas de Sete Lagoas, Ibirité e Santa Luzia, tendo em vista o volume de processos, relacionados à temática, represados. A Corregedoria está estudando a solicitação e posteriormente haverá um parecer. A respeito do estudo para provimento de cargo de pedagogo para compor a equipe técnica, a área está aguardando reunião entre a Secretaria de Auditoria Interna e o Tribunal de Contas do Estado (TCE-MG) que deliberará a respeito do tema. Assim, diante do exposto pela área, o cancelamento se deu devido ao entendimento de que todas as atribuições que competiam à COINJ já foram realizadas.					
POTENCIAIS MUDANÇAS NA INICIATIVA					
--					
ALINHAMENTO ESTRATÉGICO					
1 - Garantia dos Direitos Fundamentais e do Estado Democrático de Direito.					
Metas Nacionais Clique aqui para acessar o relatório de Metas Estratégicas	-	-	-	-	-
Metas Institucionais Clique aqui para acessar o relatório de Metas Estratégicas	TJMG 143	TJMG 144	TJMG 145	-	-
OBSERVAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DAS METAS					
Visando a expansão do programa Descubra no estado de Minas Gerais, para 2025, foram estabelecidas duas metas institucionais pela COINJ, sendo elas: a meta TJMG 143, com o objetivo de “aumentar, até 18/12/2025, em pelo menos 10% (dez por cento) o número de municípios que promovem o Programa Descubra (referência março/2025: 21 municípios)”, e; a meta TJMG 144, que buscou “obter, até 18/12/2025, pelo menos 10 (dez) parceiros cadastrados no Programa Descubra”. Em relação à meta TJMG 143, considerando a adesão dos 2 municípios (Ouro Preto e Timóteo) que resultaram no aumento do número de municípios que promovem o Programa Descubra observa-se que a meta proposta foi alcançada. Para o ano de 2026 há manifestação de interesse dos municípios de Carandaí e Iguatama em aderir ao Programa. Lista completa de municípios já participantes do Programa Descubra: Araxá, Belo Horizonte, Betim, Pirapora (Buritizeiro, Jequitaiá), Contagem, Coronel Fabriciano, Divinópolis, Governador Valadares, Ipatinga (Santana do Paraíso), Juiz de Fora, Montes Claros, Muriaé, Ouro Preto, Passos, Patos de Minas, Pouso Alegre, Ribeirão das Neves, Sete Lagoas, Uberlândia, Uberaba (Campo Florido, Delta, Água Comprida, Veríssimo) , Timóteo e Varginha. Já no âmbito da meta TJMG 144, o resultado apurado até agosto de 2025 foi de 3 (três) parceiros formalmente cadastrados, sendo eles a empresa Barra Sete Engenharia (empresa empregadora), o Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (TCE-MG) como Instituição Partícipe e a Associação <i>Junior Achievement</i> de Minas Gerais (empresa formadora). Em um total de 10 (dez) anteriormente previstos, observa-se que a meta não foi alcançada em 2025, porém, destaca-se que a equipe técnica responsável continuará envidando esforços para cadastrar novos parceiros em 2026. Para contemplar as demais frentes de ação da COINJ, foi também estabelecida a meta TJMG 145, que previu “beneficiar, até dezembro, pelo menos 250.000 (duzentas e cinquenta mil) pessoas com as ações de impacto social fomentadas pela COINJ”. Até o mês de dezembro, 135.419 (cento e trinta e cinco mil e quatrocentas e dezenove) pessoas foram contempladas, sendo: • 198 pessoas alcançadas pelo Programa Entrega Legal (99 mães e 99 recém-nascidos); • 1.516 crianças beneficiadas com a realização de sessões de Depoimento Especial; • 176 pessoas sensibilizadas pelo programa Família Acolhedora, resultando no cadastro e habilitação de 89 famílias e outras 87 famílias em processo de habilitação; • 24.400 visualizações e visitas à página do Programa Família Acolhedora em parceria com a PBH; • 1.982 crianças e adolescentes em situação de acolhimento institucional participantes de atividades diversas, como cineclube promovido pelo TJMG, visitas a museus, teatro, zoológicos, entre outras atividades culturais; • 500 magistrados participantes de Fóruns da Infância e Juventude; • 469 adolescentes com contrato de aprendizagem formalizados no âmbito do Programa Descubra; • 3 adolescentes admitidos por empresas parceiras do Programa Jovens Parceiros, 80 adolescentes iniciaram contrato de aprendizagem em 2025;					

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

- **250** participantes, entre parceiros institucionais, crianças e adolescentes acolhidos e em situação de vulnerabilidade social, em ação voltada à proteção de mulheres, crianças e adolescentes, do evento “Praça da Estação” – Projetos “Espaço D'Elas” e “Nascentes”;
- **1522** apadrinhamentos sendo **553** afetivos e **533** na modalidade prestador de serviços e **436** na modalidade provedor;
- **314** pessoas certificadas pelo webinar Entrega Legal, cerca de **1,9 mil** acessos no Youtube;
- **503** certificados emitidos no webinar Família Acolhedora – Fluxos e Impasses Jurídicos;
- **200** crianças em situação de acolhimento institucional atendidas na Rua de Lazer, evento dia das crianças;
- **325** pessoas participantes de evento de apresentação do programa Descubra, resultando na formalização da Assprom e da *Junior Achievement* como parceiros do Programa e do TJMG como instituição concedente de práticas;
- **725** pessoas alcançadas por vídeos do programa “Justiça em Questão” e do “Programa Interlocução” que trataram da edição especial em comemoração ao Dia Nacional da Adoção, da celebração dos 35 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, além do tema “Escuta protegida de crianças e adolescentes em situação de violência”;
- **600** pessoas alcançadas com a publicação do livro “Travessias da Infância e Juventude”;
- **99.260** pessoas alcançadas pela realização de campanhas de adoção em estádios de futebol (Cruzeiro x Atlético (18/05) e Atlético x Corinthians (24/05);
- **125** certificados do Seminário COINJ/PUC realizado nos dias 20 e 27 de outubro, nas unidades Coração Eucarístico e Barreiro da PUC Minas com os temas “REDE DE PROTEÇÃO DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE” e “SISTEMA SOCIOEDUCATIVO E MEDIDAS DE PROTEÇÃO”;
- **278** participantes on-line e **93** participantes ao vivo no Seminário Travessias em Rede: Seminários Regionais da Infância e Juventude.

VINCULAÇÃO PROJEF 5.0

Iniciativa não correlacionada a objetivos do PROJEF 5.0.

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

Nome da Iniciativa	91 – Cessação da Competência delegada nas ações previdenciárias e de execuções fiscais distribuídas em unidades judiciárias.
---------------------------	---

Priorização		
--------------------	--	---

INFORMAÇÕES GERAIS	
Unidade gestora	Presidência: Núcleo de Cooperação Judiciária - NUCOP.
Patrocinador	Des. Luiz Carlos de Azevedo Corrêa Junior.
Objetivos	Esta iniciativa tem como objetivo principal a cessação da competência delegada, especificamente para ações previdenciárias e execuções fiscais, ressalvadas as ações acidentárias, nos termos do artigo 109, inciso I, e §3º da Constituição Federal de 1988, nas unidades judiciárias do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. Embora se busque a cessação da competência delegada em todas as Comarcas, a prioridade recai sobre aquelas com maior volume de demandas, seja em casos novos, seja em unidades com elevado congestionamento - carga de trabalho. A medida gera impacto na distribuição mensal de processos nas unidades abrangidas, permitindo que o tempo dos servidores seja redirecionado para o processamento de ações de competência originária da Justiça Estadual. Com o aumento da capilaridade da Justiça Federal em Minas Gerais, por meio da instalação de Unidades Avançadas de Atendimento (UAAs), são verificados os requisitos que autorizam a cessação da competência, conforme o artigo 15, inciso III, da Lei nº 5.010/1966, bem como as diretrizes estabelecidas pelo TRF6 na Resolução PRES 2/2024 e no julgamento do Conflito de Competência nº 1000232-83.2023.4.06.0000. A cessação da competência delegada é permitida quando a comarca estiver localizada a até 70 km da sede da Subseção Federal ou a até 70 km de uma Unidade Avançada de Atendimento, considerando-se o deslocamento real entre os locais, desde que ambas pertençam à mesma Subseção Federal, sendo esta última condição aplicável apenas após a instalação da respectiva UAA. Destaca-se que as UAAs têm sido instaladas tanto por meio de parcerias com os municípios quanto por cooperação com o TJMG, regulamentada pelo Acordo de Cooperação Técnica nº 238/2025. O acordo prevê que compete ao TJMG fornecer a infraestrutura necessária para a operação da UAA, incluindo espaço físico, mobiliário, equipamentos de informática e link de internet, assegurando condições adequadas para o atendimento das demandas referentes a ações previdenciárias e execuções fiscais, ressalvadas as ações acidentárias.
Característica da Iniciativa	Projeto.

ESCOPO
Mapeamento de comarcas para instalação ou ampliação de UAAs.
Celebração de acordo de cooperação técnica.
Definição das comarcas para instalação ou ampliação dos efeitos de UAAs – 1ª fase.
Cessação da competência delegada nas ações previdenciárias e execuções fiscais na comarca de Caratinga (Subseção Manhuaçu).
Cessação da competência delegada nas ações previdenciárias e execuções fiscais na Comarca de Monte Carmelo, incluindo Nova Ponte (Subseção de Uberlândia).

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

Cessação da competência delegada nas ações previdenciárias e execuções fiscais na Comarca de Lambari, incluindo Carmo de Minas, Cristina, Natércia, Pedralva e São Lourenço (Subseção de Pouso Alegre).
Cessação da competência delegada nas ações previdenciárias e execuções fiscais na Comarca de Minas Novas, incluindo Turmalina (Subseção de Montes Claros).
Cessação da competência delegada nas ações previdenciárias e execuções fiscais na Comarca de Januária (Subseção de Montes Claros).
Cessação da competência delegada nas ações previdenciárias e execuções fiscais na Comarca de Manga, incluindo Montalvânia (Subseção de Janaúba).
Cessação da competência delegada nas ações previdenciárias e execuções fiscais na Comarca de Boa Esperança, incluindo Candeias (Subseção de Lavras).
Cessação da competência delegada nas ações previdenciárias e execuções fiscais na Comarca de Taiobeiras, incluindo Rio Prado de Minas (Subseção de Janaúba).
Cessação da competência delegada nas ações previdenciárias e execuções fiscais na Comarca de João Pinheiro (Subseção de Paracatu).
Cessação da competência delegada nas ações previdenciárias e execuções fiscais na Comarca de Santos Dumont (Subseção de Juiz de Fora).
Cessação de competência em decorrência de UAAs já instaladas pelo TRF6 com parceiros.
Cessação da competência em decorrência de UAAs entre TRF6 com parceiros.
Definição das comarcas para instalação ou ampliação dos efeitos de UAAs – 2ª fase.

MONITORAMENTO					
Status da Iniciativa	Em andamento.	Progresso (%)	40,51%.		
Custo previsto	Em estudo.	Custo executado	Em estudo.		
Início da iniciativa	27/01/2025.	Término da iniciativa	18/12/2026.		
Data do monitoramento	15/01/2026.				
CRONOGRAMA DE ACOMPANHAMENTO					
ENTREGAS (E) / ATIVIDADES (A)	INÍCIO PREVISTO	TÉRMINO PREVISTO	TÉRMINO REPLANEJADO	TÉRMINO REALIZADO	STATUS
(E) Mapeamento de comarcas para instalação de UAAs.	27/01/2025	16/06/2025		16/06/2025	Concluído
(A) Levantamento e análise de instrumentos legais e normativos.	27/02/2025	31/03/2025		31/03/2025	Concluído
(A) Levantamento de relatório com diagnóstico preliminar.	27/02/2025	31/03/2025		31/03/2025	Concluído
(A) Elaboração do relatório técnico com diagnóstico preliminar.	27/01/2025	16/06/2025		16/06/2025	Concluído
(A) Levantamento das comarcas com cessação de competência determinada através de conflito de competência.	27/01/2025	16/06/2025		16/06/2025	Concluído
(E) Celebração de acordo de cooperação técnica.	06/06/2025	06/06/2025		06/06/2025	Concluído
(A) Publicar Acordo de Cooperação Técnica (ACT)	06/06/2025	06/06/2025		06/06/2025	Concluído

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

celebrado entre o TJMG e TRF6.					
(E) Definição das comarcas para instalação ou ampliação dos efeitos de UAAs – 1ª fase.	05/02/2025	06/06/2025		02/06/2025	Concluído
(A) Consulta aos juízes diretores do Foro (consulta de espaço e climatização).	05/02/2025	28/04/2025		28/04/2025	Concluído
(A) Envio de SEI individuais aos juízes auxiliares responsáveis pelas áreas partícipes.	07/05/2025	07/05/2025		07/05/2025	Concluído
(A) Avaliação técnica de infraestrutura com suporte da DENGEP e elaboração do layout.	08/05/2025	02/06/2025		02/06/2025	Concluído
(A) Avaliação técnica da DIRTEC.	08/05/2025	26/05/2025		26/05/2025	Concluído
(A) Avaliação técnica da DIRSEP	08/05/2025	21/05/2025		21/05/2025	Concluído
(A) Aprovação a instalação da UAA pelo órgão especial do TRF6.	06/06/2025	06/06/2025		06/05/2025	Concluído
(E) Cessação da competência delegada nas ações previdenciárias e execuções fiscais na comarca de Caratinga (Subseção de Manhuaçu).	02/09/2025	02/09/2025	10/11/2025	10/12/2025	Concluído
(A) Assinar o termo de adesão (Anexo II) do ACT 238/2025.	02/09/2025	02/09/2025		12/08/2025	Concluído
(A) Realizar estruturação física e operacional da comarca.	02/09/2025	02/09/2025	09/12/2025	11/08/2025	Concluído
(A) Publicar a adesão do ACT no DJE (TJMG) e Diário oficial da União (TRF6).	02/09/2025	02/09/2025	09/12/2025	13/08/2025	Concluído
(A) Evento de instalação da UAA.	02/09/2025	02/09/2025	09/12/2025	09/12/2025	Concluído
(A) (CGJ) Comunicar para as Unidades Judiciárias a cessação de competência.	02/09/2025	02/09/2025	09/12/2025	10/12/2025	Concluído
(E) Cessação da competência delegada nas ações previdenciárias e execuções fiscais na Comarca de Monte Carmelo incluindo Nova Ponte (Subseção de Uberlândia).	30/06/2025	28/07/2025		28/07/2025	Concluído
(A) Assinar o termo de adesão (Anexo II) do ACT 238/2025.	10/07/2025	10/07/2025		10/07/2025	Concluído
(A) Realizar estruturação física e operacional da comarca.	30/06/2025	08/07/2025		08/07/2025	Concluído

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

(A) Publicar a adesão do ACT no DJE (TJMG) e Diário oficial da União (TRF6).	14/07/2025	14/07/2025		14/07/2025	Concluído
(A) Evento de instalação da UAA.	15/07/2025	15/07/2025		15/07/2025	Concluído
(A) Comunicam para as Unidades Judiciárias a cessação de competência.	28/07/2025	28/07/2025		28/07/2025	Concluído
(E) Cessação da competência delegada nas ações previdenciárias e execuções fiscais na Comarca de Lambari incluindo Carmo de Minas, Cristina, Natércia, Pedralva e São Lourenço (Subseção de Pouso Alegre).	07/08/2025	29/09/2025	28/11/2025	03/12/2025	Concluído
(A) Assinar o termo de adesão (Anexo II) do ACT 238/2025.	07/08/2025	12/08/2025		12/08/2025	Concluído
(A) Realizar estruturação física e operacional da comarca.	26/9/2025	26/09/2025	20/11/2025	22/10/2025	Concluído
(A) Publicar a adesão do ACT no DJE (TJMG) e Diário oficial da União (TRF6).	13/08/2025	13/08/2025		13/08/2025	Concluído
(A) Evento de instalação da UAA.	26/09/2025	26/09/2025	28/11/2025	28/11/2025	Concluído
(A) (CGJ) Comunicar para as Unidades Judiciárias a cessação de competência.	29/09/2025	29/09/2025	28/11/2025	03/12/2025	Concluído
(E) Cessação da competência delegada nas ações previdenciárias e execuções fiscais na Comarca de Minas Novas incluindo Turmalina (Subseção de Montes Claros).	12/08/2025	05/11/2025		13/11/2025	Concluído
(A) Assinar o termo de adesão (Anexo II) do ACT 238/2025.	12/08/2025	05/11/2025		09/09/2025	Concluído
(A) Realizar estruturação física e operacional da comarca.	12/08/2025	05/11/2025	29/10/2025	22/10/2025	Concluído
(A) Publicar a adesão do ACT no DJE (TJMG) e Diário oficial da União (TRF6).	12/08/2025	05/11/2025		10/09/2025	Concluído
(A) Evento de instalação da UAA.	05/11/2025	05/11/2025		05/11/2025	Concluído
(A) CGJ) Comunicar para as Unidades Judiciárias a cessação de competência.	06/11/2025	06/11/2025		13/11/2025	Concluído
(E) Cessação da competência delegada nas ações previdenciárias e execuções fiscais na Comarca de Januária (Subseção de Montes Claros).	12/08/2025	17/10/2025		21/10/2025	Concluído

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

(A) Assinar o termo de adesão (Anexo II) do ACT 238/2025.	12/08/2025	16/10/2025		28/08/2025	Concluído
(A) Realizar estruturação física e operacional da comarca.	12/08/2025	16/10/2025	09/10/2025	04/11/2025	Concluído
(A) Publicar a adesão do ACT no DJE (TJMG) e Diário oficial da União (TRF6).	12/08/2025	16/10/2025		01/09/2025	Concluído
(A) Evento de instalação da UAA.	17/10/2025	17/10/2025		16/10/2025	Concluído
(A) (CGJ) Comunicar para as Unidades Judiciárias a cessação de competência.	12/08/2025	16/10/2025		21/10/2025	Concluído
(E) Cessação da competência delegada nas ações previdenciárias e execuções fiscais na Comarca de Manga, incluindo Montalvânia (Subseção de Janaúba).	12/08/2025	17/10/2025		24/10/2025	Concluído
(A) Assinar o termo de adesão (Anexo II) do ACT 238/2025.	12/08/2025	16/10/2025		29/08/2025	Concluído
(A) Realizar estruturação física e operacional da comarca.	12/8/2025	16/10/2025	09/10/2025	04/11/2025	Concluído
(A) Publicar a adesão do ACT no DJE (TJMG) e Diário oficial da União (TRF6).	12/8/2025	16/10/2025		01/09/2025	Concluído
(A) Evento de instalação da UAA.	16/10/2025	16/10/2025		16/10/2025	Concluído
(A) (CGJ) Comunicar para as Unidades Judiciárias a cessação de competência.	17/10/2025	17/10/2025		24/10/2025	Concluído
(E) Cessação da competência delegada nas ações previdenciárias e execuções fiscais na Comarca de Boa Esperança, incluindo Candeias (Subseção de Lavras).	12/08/2025	29/09/2025		29/09/2025	Concluído
(A) Assinar o termo de adesão (Anexo II) do ACT 238/2025.	12/8/2025	26/09/2025		12/09/2025	Concluído
(A) Realizar estruturação física e operacional da comarca.	12/8/2025	26/09/2025	19/09/2025	19/09/2025	Concluído
(A) Publicar a adesão do ACT no DJE (TJMG) e Diário oficial da União (TRF6).	12/8/2025	26/09/2025		15/09/2025	Concluído
(A) Evento de instalação da UAA.	26/9/2025	26/09/2025		26/09/2025	Concluído
(A) (CGJ) Comunicar para as Unidades Judiciárias a cessação de competência.	29/9/2025	29/09/2025		29/09/2025	Concluído
(E) Cessação da competência delegada nas ações previdenciárias e	08/08/2025	06/11/2025		13/11/2025	Concluído

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

execuções fiscais na Comarca de Taiobeiras, incluindo Rio Pardo de Minas e São João do Paraíso (Subseção de Janaúba).					
(A) Assinar o termo de adesão (Anexo II) do ACT 238/2025.	08/08/2025	12/08/2025		12/08/2025	Concluído
(A) Realizar estruturação física e operacional da comarca.	12/8/2025	05/11/2025	29/10/2025	21/10/2025	Concluído
(A) Publicar a adesão do ACT no DJE (TJMG) e Diário oficial da União (TRF6).	13/08/2025	13/08/2025		13/08/2025	Concluído
(A) Evento de instalação da UAA.	05/11/2025	05/11/2025		05/11/2025	Concluído
(A) (CGJ) Comunicar para as Unidades Judiciárias a cessação de competência.	06/11/2025	06/11/2025		13/11/2025	Concluído
(E) Cessação da competência delegada nas ações previdenciárias e execuções fiscais na Comarca de João Pinheiro (Subseção de Paracatu).	08/08/2025	04/09/2025		09/09/2025	Concluído
(A) Assinar o termo de adesão (Anexo II) do ACT 238/2025.	08/08/2025	12/08/2025		12/08/2025	Concluído
(A) Realizar estruturação física e operacional da comarca.	12/08/2025	03/09/2025	01/09/2025	01/09/2025	Concluído
(A) Publicar a adesão do ACT no DJE (TJMG) e Diário oficial da União (TRF6).	12/08/2025	03/09/2025		13/08/2025	concluído
(A) Evento de instalação da UAA.	03/09/2025	03/09/2025		03/09/2025	Concluído
(A) (CGJ) Comunicar para as Unidades Judiciárias a cessação de competência.	04/09/2025	04/09/2025		09/09/2025	Concluído
(E) Cessação da competência delegada nas ações previdenciárias e execuções fiscais na Comarca de Santos Dumont (Subseção de Juiz de Fora).	07/01/2026	19/12/2026			Em andamento
(A) Assinar o termo de adesão (Anexo II) do ACT 238/2025.	07/01/2026	30/06/2026			Não iniciado
(A) Realizar estruturação física e operacional da comarca.	07/01/2026	30/06/2026		14/10/2025	Concluído
(A) Publicar a adesão do ACT no DJE (TJMG) e Diário oficial da União (TRF6).	07/01/2026	30/06/2026			Não iniciado
(A) Evento de instalação da UAA.	07/01/2026	30/06/2026			Não iniciado

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

(A) (CGJ) Comunicar para as Unidades Judiciárias a cessação de competência.	07/01/2026	30/06/2026			Não iniciado
(E) Cessação da competência em decorrência de UAAs já instaladas pelo TRF6 com parceiros.	27/01/2025	16/06/2025		15/04/2025	Concluído
(A) Análise das UAAs já instaladas pelo TRF6 com outros parceiros e definição das Comarcas do TJMG que podem ter a competência cessada.	27/01/2025	16/06/2025		16/06/2025	Concluído
(A) Aprovação com o TRF6 da cessação de competência nas comarcas selecionadas.	01/04/2025	01/04/2025		01/04/2025	Concluído
(A) Comunicar para as Unidades Judiciárias a cessação de competência, em parceria com a Corregedoria Geral de Justiça.	15/04/2025	15/04/2025		15/04/2025	Concluído
(E) Cessação da competência em decorrência de UAAs entre TRF6 com parceiros.	01/09/2025	19/12/2025		19/2/2025	Concluído
(A) Implantação de novas UAA (parceira TRF6 e Prefeitura).	01/09/2025	19/12/2025		19/12/2025	Concluído
(A) (CGJ) Comunicar para as Unidades Judiciárias a cessação de competência.	01/09/2025	19/12/2025		19/12/2025	Concluído
(E) Definição das comarcas para instalação ou ampliação dos efeitos de UAAs – 2ª fase.	26/06/2025	05/09/2025	18/09/2025	18/09/2025	Concluído
(A) Consulta aos juízes diretores do Foro (consulta de espaço e climatização).	26/06/2025	29/08/2025		02/09/2025	Concluído
(A) Envio de SEI individuais aos juízes auxiliares responsáveis pelas áreas partícipes.	16/07/2025	29/08/2025		05/09/2025	Concluído
(A) Avaliação técnica de infraestrutura com suporte da DENGEP e elaboração do layout.	01/08/2025	29/08/2025		12/09/2025	Concluído
(A) Avaliação técnica da DIRTEC.	24/07/2025	29/08/2025		05/09/2025	Concluído
(A) Avaliação técnica da DIRSEP.	21/08/2025	29/08/2025		04/09/2025	Concluído
(A) Aprovação da instalação da UAA pelo órgão especial do TRF6.	01/09/2025	05/09/2025	18/09/2025	18/09/2025	Concluído
(E) Cessação da competência delegada nas ações previdenciárias e execuções fiscais na Comarca de Araxá incluindo (Subseção de Uberaba).	07/01/2026	30/06/2026			Não iniciado

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

(A) Assinar o termo de adesão (Anexo II) do ACT 238/2025.	07/01/2026	30/06/2026			Não iniciado
(A) Realizar estruturação física e operacional da comarca.	07/01/2026	30/06/2026			Não iniciado
(A) Publicar a adesão do ACT no DJE (TJMG) e Diário oficial da União (TRF6).	07/01/2026	30/06/2026			Não iniciado
(A) Evento de instalação da UAA.	07/01/2026	30/06/2026			Não iniciado
(A) (CGJ) Comunicar para as Unidades Judiciárias a cessação de competência.	07/01/2026	30/06/2026			Não iniciado
(E) Cessação da competência delegada nas ações previdenciárias e execuções fiscais na Comarca de Coração de Jesus incluindo Brasília de Minas (Subseção de Montes Claros).	16/10/2025	16/10/2025		16/10/2025	Concluído
(A) Assinar o termo de adesão (Anexo II) do ACT 238/2025.	16/10/2025	16/10/2025		14/10/2025	Concluído
(A) Realizar estruturação física e operacional da comarca.	16/10/2025	09/11/2025		07/10/2025	Concluído
(A) Publicar a adesão do ACT no DJE (TJMG) e Diário oficial da União (TRF6).	16/10/2025	16/10/2025		16/10/2025	Concluído
(A) Evento de instalação da UAA.	16/10/2025	16/10/2025		16/10/2025	Concluído
(A) (CGJ) Comunicar para as Unidades Judiciárias a cessação de competência.	16/10/2025	16/10/2025		21/10/2025	Concluído
(E) Cessação da competência delegada nas ações previdenciárias e execuções fiscais na Comarca de Frutal incluindo Itpagipe (Subseção de Uberaba).	07/01/2026	30/06/2026			Não iniciado
(A) Assinar o termo de adesão (Anexo II) do ACT 238/2025.	07/01/2026	30/06/2026			Não iniciado
(A) Realizar estruturação física e operacional da comarca.	07/01/2026	30/06/2026			Não iniciado
(A) Publicar a adesão do ACT no DJE (TJMG) e Diário oficial da União (TRF6).	07/01/2026	30/06/2026			Não iniciado
(A) Evento de instalação da UAA.	07/01/2026	30/06/2026			Não iniciado
(A) (CGJ) Comunicar para as Unidades Judiciárias a cessação de competência.	07/01/2026	30/06/2026			Não iniciado
(E) Cessação da competência delegada nas ações previdenciárias e	07/01/2026	30/06/2026			Não iniciado

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

execuções fiscais na Comarca de Guanhães (Subseção de Ipatinga).					
(A) Assinar o termo de adesão (Anexo II) do ACT 238/2025.	07/01/2026	30/06/2026			Não iniciado
(A) Realizar estruturação física e operacional da comarca.	07/01/2026	30/06/2026			Não iniciado
(A) Publicar a adesão do ACT no DJE (TJMG) e Diário oficial da União (TRF6).	07/01/2026	30/06/2026			Não iniciado
(A) Evento de instalação da UAA.	07/01/2026	30/06/2026			Não iniciado
(A) (CGJ) Comunicar para as Unidades Judiciárias a cessação de competência.	07/01/2026	30/06/2026			Não iniciado
(E) Cessação da competência delegada nas ações previdenciárias e execuções fiscais na Comarca de Baependi incluindo Aiuruoca, Caxambu, Conceição do Rio Verde e Cruzília (Subseção de Varginha).	28/11/2025	28/11/2025		03/12/2025	Concluído
(A) Assinar o termo de adesão (Anexo II) do ACT 238/2025.	28/11/2025	28/11/2025		21/0/2025	Concluído
(A) Realizar estruturação física e operacional da comarca.	28/11/2025	28/11/2025		28/10/2025	Concluído
(A) Publicar a adesão do ACT no DJE (TJMG) e Diário oficial da União (TRF6).	28/11/2025	28/11/2025		28/10/2025	Concluído
(A) Evento de instalação da UAA.	28/11/2025	28/11/2025		28/11/2025	Concluído
(A) (CGJ) Comunicar para as Unidades Judiciárias a cessação de competência.	28/11/2025	28/11/2025		03/12/2025	Concluído
(E) Cessação da competência delegada nas ações previdenciárias e execuções fiscais na Comarca de Abaeté incluindo Pompéu e Martinho Campos (Subseção de Belo Horizonte).	14/10/2025	14/10/2025	26/11/2025	27/11/2025	Concluído
(A) Assinar o termo de adesão (Anexo II) do ACT 238/2025.	14/10/2025	14/10/2025	26/11/2025	17/11/2025	Concluído
(A) Realizar estruturação física e operacional da comarca.	14/10/2025	14/10/2025	26/11/2025	29/09/2025	Concluído
(A) Publicar a adesão do ACT no DJE (TJMG) e Diário oficial da União (TRF6).	14/10/2025	14/10/2025	26/11/2025	19/11/2025	Concluído
(A) Evento de instalação da UAA.	14/10/2025	14/10/2025	26/11/2025	26/11/2025	Concluído

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

(A) (CGJ) Comunicar para as Unidades Judiciárias a cessação de competência.	14/10/2025	14/10/2025	26/11/2025	27/11/2025	Concluído
Problema Identificado	Ação Corretiva		Unidade Responsável	Prazo	Status
-	-		-	-	-
SITUAÇÃO / PONTO DE ATENÇÃO / INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR					
A necessidade de delegação de competência da Justiça Federal para Justiça Estadual vem sendo reduzida, tanto em decorrência digitalização dos processos quanto da interiorização da Justiça Federal. Nesse sentido, um importante marco foi a publicação, em janeiro de 2024, da Resolução PRESI 2/2024, que “Regulamenta a criação, a instalação e o funcionamento das Unidades Avançadas de Atendimento da Justiça Federal da 6ª Região – UAA”, onde serão prestados os serviços necessários para evitar o deslocamento do jurisdicionado até a sede da subseção judiciária vinculada, tais como atermção, atendimento às partes e advogados, perícias médicas judiciais e audiências por meio de videoconferência. Isso posto, em junho de 2024, na 1ª Seção do Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF6), firmou-se o entendimento de que a UAA é funcionalmente equivalente a uma vara e declarou-se cessada a competência delegada em 18 comarcas que atendiam aos requisitos à época, bem como de todas aquelas nas quais venha a ocorrer a instalação de UAA, a partir da data da respectiva instalação. Nessa ocasião, foram cessadas as Competências nas seguintes Comarcas: Águas Formosas; Almenara; Araçuaí; Capelinha; Carangola; Carlos Chagas; Corinto; Curvelo; Diamantina; Jacinto; Jequitinhonha; Malacacheta; Medina; Mutum; Nanuque; Novo Cruzeiro; Pedra Azul e Serro. Nesse sentido, o Tribunal de Justiça de Minas Gerias (TJMG) firmou parceria com o TRF6 através do Acordo de Cooperação Técnica nº 23/2025, para que, após a instalação da UAA, seja cessada a competência delegada de Comarcas que estiverem a menos de 70Km das UAAs do TRF6 e que pertençam à mesma Subseção Federal. Em 17 de janeiro, foi publicada a Resolução Presi 56/2024, que criou a UAA da Justiça Federal da 6ª Região em Patrocínio/MG, sendo a 1ª UAA instalada em Comarca do TJMG, em caráter de projeto piloto. Cumpre destacar que as UAAs são instaladas pelo TRF6 tanto em Comarcas do TJMG, em parceria com este Tribunal, quanto em municípios diversos, em parceria com prefeituras. Para a instalação de uma UAA em uma Comarca do TJMG, há a consulta aos Juízes diretores do Foro; aos juízes auxiliares da Presidência e às áreas técnicas, seguida de aprovação pela Presidência do TJMG e do Órgão Especial do TRF6. Além disso, é assinado o Termo de Adesão, ao Acordo de Cooperação Técnica nº 238/2025, pelo TJMG e TRF6 e são promovidas as adequações da estrutura física e operacional da Comarca. Uma vez instalada a UAA, é realizado o evento de instalação da UAA e a cessação da competência nas Comarcas. O projeto está estruturado em fases, cada fase é composta pelas etapas de planejamento e execução, sem prejuízo de que novas fases possam ser definidas futuramente, conforme a evolução dos trabalhos. Nas primeira e segunda fases em 2025, as etapas de planejamento já foram concluídas e a execução encontra-se em andamento. Desde junho de 2024 até dezembro de 2025, já foram cessadas as competências delegada em 64 Comarcas, sendo: 30 comarcas em decorrência de UAA instalada em Comarcas do TJMG em 2025 - Monte Carmelo, Nova Ponte, Minas Novas, Turmalina, Januária, Manga, Montalvânia, Boa Esperança, Candeias, Taiobeiras, Rio Pardo de Minas, São João do Paraíso, João Pinheiro, Coração de Jesus, Brasília de Minas, Baependi, Aiuruoca, Caxambu, Conceição do Rio Verde, Cruzília, Abaeté, Pompéu, Martinho Campos, Lambari, Carmo de Minas, Cristina, Natércia, Pedralva e São Lourenço, Caratinga. E em 15 comarcas em decorrência de UAA instalada em parceria com outros parceiros (prefeituras) desde 2024 - sendo: Araguari, Barão de Cocais, Divino, Estrela do Sul, Itabira, Santa Bárbara, Tupaciguara (em 2024) e; Guaxupé, Monte Belo, Muzambinho, Arcos, Formiga, Lagoa da Prata, Iguatama e Bambuí (em 2025). Para a 3ª fase, está em definição as comarcas que terão a competência delegada cessada. No entanto, até a data de monitoramento final de 2025, o TRF6 - Tribunal Regional Federal da 6ª Região ainda não tinha definido as comarcas aprovadas.					

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

Das 298 comarcas do TJMG, 158 comarcas podem ter a competência delegada cessada por meio de instalação de UAAs. Nesse sentido, o percentual do progresso do projeto é o total de comarcas com competência cessadas sobre a quantidade de comarcas que podem ter a competência delegada cessada.

Histórico de alterações:

Inicialmente, o escopo da iniciativa previa a instalação de 2 UAAs pelo TRF6 em Comarcas de Minas Gerais, em parceria com o TJMG, e a cessação da competência delegada em Comarcas que estivessem a menos de 70km delas.

Contudo, durante a execução do projeto, verificou-se que, para melhor comunicar o desafio do TJMG e os benefícios obtidos pela iniciativa, seria oportuno ampliar o seu escopo, passando a contemplar também as Comarcas que tiverem a competência delegada cessada em razão de UAA instalada pelo TRF6 em parceria com as prefeituras. Isso se justifica porque o benefício para o TJMG e para o cidadão é o mesmo: a cessação da competência delegada e o acesso ao Poder Judiciário facilitado, respectivamente.

Para refletir os momentos do projeto, ele foi estruturado em fases.

Tendo em vista a ampliação do escopo do projeto, foi necessário rever a meta relacionada. Para a revisão da meta, também foi considerada uma nova perspectiva temporal. A meta anterior contemplava as Comarcas que tivessem a competência delegada cessada em 2025, apenas. Já para a nova meta, será considerado o universo de Comarcas que terão a competência delegada cessada até 2025, de forma acumulada desde a 1ª Seção do Tribunal Regional Federal da Sexta Região, em junho de 2024, em que foi declarada a cessação da competência delegada nas comarcas elencadas no voto, bem como de todas aquelas nas quais venha a ocorrer a instalação de UAA, a partir da data da respectiva instalação.

Alteração no texto da meta TJMG 128 para: Cessar a Competência delegada nas ações previdenciárias e execuções fiscais em pelo menos 40 comarcas até dezembro de 2025.

POTENCIAIS MUDANÇAS NA INICIATIVA

-

ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

3 - Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional.

Metas Nacionais Clique aqui para acessar o relatório de Metas Estratégicas	CNJ 1	-	-	-	-
Metas Institucionais Clique aqui para acessar o relatório de Metas Estratégicas	TJMG 128	-	-	-	-

OBSERVAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DAS METAS

Sobre a meta **TJMG 128** - Cessar competência delegada nas ações previdenciárias e execuções fiscais em pelo menos 40 comarcas até dezembro de 2025, verifica-se que até dezembro de 2025, 64 comarcas tiveram suas competências delegadas cessadas, representando 160% de cumprimento da meta.

Dessas, 38 comarcas cessaram a competência 2025, sendo:

. 30 comarcas em decorrência instalada em Comarcas do TJMG: Monte Carmelo, Nova Ponte, Minas Novas, Turmalina, Januária, Manga, Montalvânia, Boa Esperança, Candeias, Taiobeiras, Rio Pardo de Minas, São João do Paraíso, João Pinheiro, Coração de Jesus, Brasília de Minas, Baependi, Aiuruoca, Caxambu, Conceição do Rio Verde, Cruzília, Abaeté, Pompéu, Martinho Campos, Lambari, Carmo de Minas, Cristina, Natércia, Pedralva, São Lourenço e Caratinga. e

. 8 comarcas em decorrência de parcerias com municípios (Prefeituras): Guaxupé, Monte Belo, Muzambinho, Arcos, Formiga, Lagoa da Prata, Iguatama e Bambuí.

VINCULAÇÃO PROJEF 5.0

IV - aumentar a eficiência jurisdicional, com redução efetiva do tempo médio de tramitação dos processos no Poder Judiciário de Minas Gerais, inclusive em sede recursal e de inquéritos policiais, especialmente nas matérias reconhecidas como prioritárias pelo CNJ.

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

Nome da Iniciativa	93 - Painele de Gestão Automatizada de Receitas Judiciais.
--------------------	--

Priorização	
-------------	---

INFORMAÇÕES GERAIS	
Unidade gestora	Corregedoria Geral de Justiça: Secretaria de Suporte ao Planejamento e à Gestão da Primeira Instância - SEPLAN.
Patrocinador	Des. Estevão Lucchesi de Carvalho.
Objetivos	- Objetivos Estratégicos: Promover ações que forneçam uma visão de futuro e direcionam a Instituição, por meio de análises, metas, previsões mais precisas ou relatórios de gestão que poderão indicar um aperfeiçoamento normativo para o Tribunal. - Objetivo Tático: Por meio do Painel, identificar situações que indiquem a atuação de áreas técnicas de Orientação e de Fiscalização, promovendo, assim, treinamentos regulares, criação de IPTs específicas, bem como ações de fiscalização para garantir que as práticas estabelecidas sejam seguidas corretamente. - Objetivo Operacional: Desenvolver e implementar um Painel integrado que permita conciliar automaticamente os eventos de despesas processuais registrados no PJe com os lançamentos das Guias Pagas. Isso facilitará o acompanhamento e o cálculo das Custas Finais, além de otimizar o trabalho da Central de Guias e das Contadorias, garantindo maior precisão e agilidade no processo de execução das Custas Finais.
Característica da Iniciativa	Projeto.

ESCOPO
Desenvolvimento do Painel na Comarca de Belo Horizonte.
Expansão do uso do painel para as Comarcas do interior: Módulo Carta Precatória; Módulo Vinculação; Inclusão da Base de dados do Interior.
Desenvolvimento do protótipo do painel com dados dos processos baixados do PJe.
Integração com o sistema eproc.
Realização de estudo sobre uso de Inteligência Artificial.
Realização de Estudo sobre a Integração com o SISCOM.

MONITORAMENTO			
Status da Iniciativa	Em andamento.	Progresso (%)	64%.
Custo previsto	Em estudo.	Custo executado	Em estudo.
Início da iniciativa	01/10/2024.	Término da iniciativa	27/02/2026.
Data do monitoramento	22/01/2026.		
CRONOGRAMA DE ACOMPANHAMENTO			

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

ENTREGAS (E) / ATIVIDADES (A)	INÍCIO PREVISTO	TÉRMINO PREVISTO	TÉRMINO REPLANEJADO	TÉRMINO REALIZADO	STATUS
(E) Desenvolvimento do Painel na Comarca de Belo Horizonte.	01/10/2025	30/06/2025	22/08/2025	03/09/2025	Concluído
(A) Repassar o desenvolvimento do Painel da COSAD para CEJUR.	01/10/2024	01/10/2024		01/10/2024	Concluído
(A) Demonstrar o Painel ao Dr. Sérgio Henrique Cordeiro Caldas Fernandes.	17/12/2024	17/12/2024		17/12/2024	Concluído
(A) Apresentação do Painel ao Corregedor-Geral de Justiça.	21/02/2025	21/02/2025		21/02/2025	Concluído
(A) Parametrizar os Eventos.	19/12/2025	31/03/2025		21/03/2025	Concluído
(A) Extrair os dados.	01/04/2025	15/04/2025		14/05/2025	Concluído
(A) Incluir dados sobre mandados gratuitos no painel, a partir do CEMPE.	01/04/2025	08/04/2025		08/04/2025	Concluído
(A) Consolidar e Tabela dados.	22/04/2025	07/05/2025		07/05/2025	Concluído
(A) Complementar carga do painel com dados do Sistema SISCONDJ-DEPOX (identificação de processos com alvarás de levantamento).	22/05/2025	30/05/2025		30/05/2025	Concluído
(A) Integrar os dados do PJe e do Guias Web (eventos de despesa e guias pagas).	01/05/2025	15/05/2025		16/05/2025	Concluído
(A) Disponibilizar a versão inicial do Paine (base: Comarca de BH) p/ Contadoria BH e Central de Custas.	16/05/2025	16/05/2025		19/05/2025	Concluído
(A) Apresentação do Paine ao Presidente do Tribunal e Corregedor-Geral de Justiça – CGJ.	20/05/2025	20/05/2025		20/05/2025	Concluído
(A) Homologar as Informações do Paine com a atuação da Contadoria BH / Central Custas (e apoio do CEJUR).	19/05/2025	13/06/2025	08/07/2025	31/07/2025	Concluído
(A) Finalizar a execução da 1ª Etapa do Paine com os ajustes finais no painel.	16/06/2025	30/06/2025	22/08/2025	03/09/2025	Concluído
(E) Expansão do uso do paine para as Comarcas do interior: Módulo Carta Precatória; Módulo Vinculação; Inclusão da Base de dados do Interior.	02/06/2025	31/08/2025	27/02/2026		Em andamento
(A) Parametrizar os Eventos: Módulo Carta Precatória (Capital e Interior).	02/06/2025	01/07/2025		23/06/2025	Concluído
(A) Incluir novos filtros (natureza, cluster, porte etc.).	01/07/2025	04/07/2025		04/07/2025	Concluído
(A) Verificar se os laudos elaborados pela Central de Serviço Social e Psicologia (CESOP), nos processos judiciais, estão sendo elencados no paine.	01/07/2025	11/07/2025	27/02/2026		Em andamento

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

(A) Vincular “fato gerador de despesas” com o “tipo de lançamento” no Guias Web: Módulo Vinculação.	02/07/2025	15/08/2025	27/02/2026		Em andamento
(A) Extrair os dados (Base Interior, inclusive Carta Precatória - Capital).	08/07/2025	18/07/2025	29/08/2025	01/09/2025	Concluído
(A) Consolidar e Tabela dados (Base Interior, inclusive Carta Precatória - Capital).	21/07/2025	23/07/2025	26/09/2025	08/09/2025	Concluído
(A) Testar performances com dados do interior (Qlik Sense): Painel Único ou separar Capital e Interior.	24/07/2025	25/07/2025	26/09/2025	08/09/2025	Concluído
(A) Disponibilizar 1ª Versão da 2ª Etapa do Painel para Contadorias Específicas do Interior (versão com dados das comarcas do interior e Módulo Cartas Precatórias).	31/07/2025	31/07/2025	26/09/2025	08/09/2025	Concluído
(A) Homologar as Informações do Painel com a atuação da Contadorias Interior e BH/ Central Custas (e apoio do CEJUR).	01/08/2025	15/08/2025	27/02/2026		Em andamento
(A) Finalizar a execução da 2ª Etapa do Painel com os ajustes finais, e implantação dos Módulos: Carta Precatória e Módulo Vinculação.	21/08/2025	31/08/2025	27/02/2026		Não iniciado
(E) Desenvolvimento do protótipo do painel com dados dos processos baixados do PJe.	01/09/2025	03/10/2025	07/11/2025		Cancelado
(A) Disponibilizar Protótipo do Painel com os dados integrados da Capital e Interior dos processos baixados do Pje, para as principais áreas envolvidas na validação no Projeto.	01/09/2025	09/09/2025	22/10/2025		Cancelado
(A) Homologar as Informações do Painel com a atuação das Contadorias do Interior e BH / Central Custas / COSIS-Custas (e apoio do CEJUR).	10/09/2025	30/09/2025	31/10/2025		Cancelado
(A) Finalizar a 1ª Versão do Protótipo do Painel com os dados dos Processos Baixados do Pje, após a homologação e correção das ocorrências identificadas.	01/10/2025	03/10/2025	07/11/2025		Cancelado
(E) Integração com o sistema eproc.	01/09/2025	05/12/2025			Suspensão
(A) Parametrizar os Eventos do sistema eproc: (Justiça Comum Cível, Jesp Cível e Turma Recursal Cível).	01/09/2025	12/09/2025	10/10/2025		Suspensão
(A) Extrair dados (Inclusão dos eventos de despesa do sistema eproc).	15/09/2025	24/09/2025	17/10/2025		Suspensão
(A) Consolidar e Tabela dados (Base Interior, inclusive Carta Precatória - Capital).	24/09/2025	30/09/2025	24/10/2025		Suspensão

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

(A) Disponibilizar 1ª Versão da 3ª Etapa do Painel para Contadorias Específicas do Interior e Capital (versão com os dados das comarcas do Interior e Capital, informações do sistema eproc).	01/10/2025	15/10/2025	31/10/2025		Suspenso
(A) Homologar as Informações do Painel com a atuação das Contadorias do Interior e BH / Central Custas / COSIS-Custas (e apoio do CEJUR).	16/10/2025	31/10/2025	28/11/2025		Suspenso
(A) Finalizar a execução da 3ª Etapa do Painel com os ajustes finais, após a homologação, correção das ocorrências identificadas.	01/12/2025	05/12/2025			Suspenso
(E) Realização de estudo sobre uso de Inteligência Artificial.	01/11/2025	31/11/2025			Suspenso
(A) Estudo de viabilidade do uso de Inteligência Artificial – vinculado ao Novo SIJUD.	01/11/2025	31/11/2025			Suspenso
(E) Realização de Estudo sobre a Integração com o SISCOM.	01/11/2025	31/11/2025			Cancelado
(A) Estudo de viabilidade de Inclusão de eventos de despesa do SISCOM e processos físicos não virtualizados.	01/11/2025	31/11/2025			Cancelado

IMPEDIMENTOS

Problema Identificado	Ação Corretiva	Unidade Responsável	Prazo	Status
-	-	-	-	-

SITUAÇÃO / PONTO DE ATENÇÃO / INFORMAÇÃO

O Painel de Gestão Automatizada de Receitas Judiciais tem por objetivo conciliar automaticamente os eventos de despesa processual registrados no PJe com os lançamentos das Guias Pagas. Dessa forma, facilitará o acompanhamento e o cálculo das Custas Finais, otimizará o trabalho da Central de Guias e das Contadorias, assegurando maior precisão e agilidade no processo de execução das Custas Finais.

Seu desenvolvimento foi organizado em três etapas, as quais foram desdobradas nas 6 entregas que compõem o cronograma:

1ª Etapa (processos ativos)

Relacionada à entrega “**Desenvolvimento do painel na Comarca de Belo Horizonte**”, concluída em setembro de 2025, contemplou a integração de dados do PJe e Guias Web afetos aos processos ativos; Visões prospectivas de melhoria institucional; Identificação de situações com potencial de atuação técnica e fiscalizatória; e Otimização do cálculo de custas finais. O painel já está em uso na Comarca de Belo Horizonte, subsidiando os setores de contabilidade e a Central de Custas.

2ª Etapa (processos ativos)

Relacionada à entrega “**Expansão do uso do painel para as Comarcas do interior**”, encontra-se em fase de execução, com a efetiva disponibilização da primeira versão da ferramenta, que já contempla a base de dados das unidades do interior e o Módulo de Cartas Precatórias. No entanto, em virtude da complexidade técnica observada na identificação de pagamentos específicos vinculados aos laudos do Centro de Serviço Social e Psicologia (CESOP), foi necessário realizar um ajuste no cronograma original. Para viabilizar a conclusão desta fase, estão previstas reuniões de alinhamento técnico na primeira quinzena de fevereiro de 2026, visando à definição dos parâmetros finais. Em decorrência desse replanejamento, a entrega definitiva desta etapa foi reprogramada para o dia 27 de fevereiro de 2026.

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

3ª Etapa (processos baixados)

Em razão de prioridades técnicas e da transição de sistemas institucionais, o escopo da terceira etapa foi reavaliado e sofreu alterações significativas em seu cronograma e composição.

O planejamento das atividades desta fase foi impactado pela extensão dos prazos da 2ª etapa, dada a relação de dependência na sequência de desenvolvimento. Nesse contexto, a **integração com o sistema eproc** e os **estudos sobre o uso de Inteligência Artificial** foram suspensos temporariamente. O primeiro aguarda a implementação do módulo de custas no próprio sistema eproc, pois os dados requeridos pelo painel são praticamente os mesmos que serão abarcados pelo referido módulo. Além disso, sabe-se que ainda não é possível criar uma parametrização para os itens do art. 24 do Provimento Conjunto n.º 75/2018, uma vez tipos de documentos e eventos existentes no eproc ainda passam por alterações e novos estão sendo criados para atender às Tabelas Processuais Unificadas (TPUs) do CNJ. O segundo foi postergado para um momento em que os dados do eproc já estejam consolidados no painel, independentemente da construção do Novo SIJUD, garantindo maior produtividade à análise. Paralelamente, optou-se pelo cancelamento de duas frentes de trabalho: o **protótipo para processos baixados do PJe**, visando priorizar o cálculo de custas de processos ativos — que gera benefício direto e imediato aos usuários —, e a **integração com o SISCOP**. Esta última decisão fundamenta-se no baixo volume de processos físicos remanescentes e na necessidade de concentrar os esforços técnicos da Corregedoria na implantação do sistema eproc. Tais ajustes não impedem a retomada de itens específicos, como o protótipo de processos baixados, no ciclo de planejamento de 2026.

POTENCIAIS MUDANÇAS NA INICIATIVA

-

ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

3 - Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional;

9 - Aprimoramento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária.

Metas Nacionais Clique aqui para acessar o relatório de Metas Estratégicas	CNJ 5	-	-	-	-
Metas Institucionais Clique aqui para acessar o relatório de Metas Estratégicas	TJMG 129	-	-	-	-

OBSERVAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DAS METAS

No que se refere à **Meta TJMG 129**, que previa a execução de 100% do projeto do **Painel de Gestão Automatizada de Receitas Judiciais** até dezembro de 2025, o resultado apurado foi de **64%**. A conclusão integral do cronograma foi impactada pela elevada complexidade técnica de determinadas fases e pela suspensão estratégica de frentes de trabalho vinculadas à transição de sistemas institucionais, o que exigiu o replanejamento de ações e afetou o resultado final da meta.

Contudo, apesar do percentual de execução física, o projeto apresenta **entregas de alto impacto institucional**: o painel já se encontra em plena operação na **Comarca de Belo Horizonte**, subsidiando os setores de contabilidade e a Central de Custas. Adicionalmente, foi viabilizada a entrega da primeira versão da 2ª etapa, estendendo o uso da ferramenta para as **Contadorias do Interior** e disponibilizando o **Módulo de Cartas Precatórias**. Tais avanços asseguram que, mesmo com o cronograma estendido para 2026, as principais funcionalidades de otimização da arrecadação já estejam em uso pelo Tribunal.

VINCULAÇÃO PROJEF 5.0

Iniciativa não correlacionada a objetivos do PROJEF 5.0.

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

Nome da Iniciativa	94 - Programa 1ª Vice SOMA - Suporte à Organização, Cumprimento de Metas e Aperfeiçoamento Gerencial.
---------------------------	--

Priorização	
--------------------	---

INFORMAÇÕES GERAIS	
Unidade gestora	1ª Vice-Presidência: Secretaria de Padronização e Acompanhamento da Gestão Judiciária - SEPAD.
Patrocinador	Des. Marcos Lincoln dos Santos.
Objetivos	O Programa 1ª Vice SOMA – Suporte à Organização, Cumprimento de Metas e Aperfeiçoamento Gerencial, composto por encontros de formação periódicos com as equipes dos gabinetes e cartórios, e por ferramentas e estratégias de apoio à gestão, tem o objetivo de atender a recomendação constante no Relatório de Inspeção do CNJ de enviar esforço para a capacitação dos servidores para estimular a utilização das ferramentas de controle disponibilizadas pelo Tribunal. A iniciativa se propõe a incrementar a integração e favorecer o diálogo com as unidades de segundo grau, além de cooperar com a padronização e alinhamento de processos de trabalho em busca da inovação e do aprimoramento da prestação jurisdicional. A partir do programa proposto, espera-se colaborar com o fortalecimento do trabalho conjunto entre os gabinetes de desembargadores e seus respectivos cartórios (pelo viés do "controle, pela unidade e não somente pela secretaria, de todos os processos distribuídos em segunda instância"), e também entre estes e as áreas componentes da Primeira Vice-Presidência, responsáveis pelo aprimoramento da prestação jurisdicional na 2ª Instância do TJMG. Espera-se ver implantadas ações e ferramentas voltadas ao aperfeiçoamento gerencial da unidade, em seus aspectos administrativo, procedimental e processual, a partir do uso de estratégias, ferramentas, fluxos e processos de trabalho direcionados ao alcance das metas institucionais e nacionais e à entrega de uma justiça regular, célere e eficiente.
Característica da Iniciativa	Programa Incremental.

ESCOPO
Ação Formativa 1ª Vice SOMA - Turma 1.
Ação Formativa 1ª Vice SOMA - Turma 2.
Ação Formativa 1ª Vice SOMA - Turma 3.
Ação Formativa 1ª Vice SOMA - Turma 4.
Ação Formativa 1ª Vice SOMA - Turma 5.
Ação Formativa 1ª Vice SOMA - Turma 6.
Ação Formativa 1ª Vice SOMA - Turma 7.
Ação Formativa 1ª Vice SOMA - Turma 8.
Ação Formativa 1ª Vice SOMA - Turma 9.
Ação Formativa 1ª Vice SOMA - Turma 10.

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

Ação Formativa 1ª Vice SOMA - Turma 11.
Ação Formativa 1ª Vice SOMA - Turma 12.
Ação Formativa 1ª Vice SOMA - Turma 13.
Ação Formativa 1ª Vice SOMA - Turma 14.
Guia de suporte à Organização, Cumprimento de Metas e aperfeiçoamento Gerencial.
Desenvolvimento do Banco Institucional de Boas Práticas.
Curso Gramática e Texto no Judiciário: Uma abordagem contemporânea.
Encontro - Linguagem simples no TJMG.
1ª Vice Soma – 2ª Fase: Integração gabinetes e cartórios [INCLUSÃO].

MONITORAMENTO					
Status da Iniciativa	Parcialmente concluída.	Progresso (%)		98%.	
Custo previsto	Em estudo.	Custo executado		Em estudo.	
Início da iniciativa	07/01/2025.	Término da iniciativa		10/04/2026.	
Data do monitoramento	11/12/2025.				
CRONOGRAMA DE ACOMPANHAMENTO					
ENTREGAS (E) / ATIVIDADES (A)	INÍCIO PREVISTO	TÉRMINO PREVISTO	TÉRMINO REPLANEJADO	TÉRMINO REALIZADO	STATUS
(E) Ação Formativa 1ª Vice SOMA - Turma 1.	07/01/2025	16/01/2025		16/01/2025	Concluído
(A) Comunicar a EJEJ para publicação do edital.	07/01/2025	16/01/2025		16/01/2025	Concluído
(A) Realizar a Ação Formativa.	07/01/2025	16/01/2025		16/01/2025	Concluído
(E) Ação Formativa 1ª Vice SOMA - Turma 2.	07/01/2025	21/02/2025		21/02/2025	Concluído
(A) Comunicar a EJEJ para publicação do edital.	07/01/2025	16/01/2025		16/01/2025	Concluído
(A) Realizar a Ação Formativa.	17/02/2025	21/02/2025		21/02/2025	Concluído
(E) Ação Formativa 1ª Vice SOMA - Turma 3.	07/01/2025	28/02/2025		28/02/2025	Concluído
(A) Comunicar a EJEJ para publicação do edital.	07/01/2025	16/01/2025		16/01/2025	Concluído
(A) Realizar a Ação Formativa.	24/02/2025	28/02/2025		28/02/2025	Concluído
(E) Ação Formativa 1ª Vice SOMA - Turma 4.	30/01/2025	14/03/2025		14/03/2025	Concluído
(A) Comunicar a EJEJ para publicação do edital.	27/02/2025	28/02/2025		28/02/2025	Concluído
(A) Realizar a Ação Formativa.	10/03/2025	14/03/2025		14/03/2025	Concluído

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

(E) Ação Formativa 1ª Vice SOMA - Turma 5.	30/01/2025	21/03/2025		21/03/2025	Concluído
(A) Comunicar a EJEJ para publicação do edital.	27/02/2025	28/02/2025		28/02/2025	Concluído
(A) Realizar a Ação Formativa.	17/03/2025	21/03/2025		21/03/2025	Concluído
(E) Ação Formativa 1ª Vice SOMA - Turma 6.	30/01/2025	28/03/2025		28/03/2025	Concluído
(A) Comunicar a EJEJ para publicação do edital.	27/02/2025	28/02/2025		28/02/2025	Concluído
(A) Realizar a Ação Formativa.	24/03/2025	28/03/2025		28/03/2025	Concluído
(E) Ação Formativa 1ª Vice SOMA - Turma 7.	03/03/2025	04/04/2025		04/04/2025	Concluído
(A) Comunicar a EJEJ para publicação do edital.	19/03/2025	21/03/2025		21/03/2025	Concluído
(A) Realizar a Ação Formativa.	31/03/2025	04/04/2025		04/04/2025	Concluído
(E) Ação Formativa 1ª Vice SOMA - Turma 8.	03/03/2025	11/04/2025		11/04/2025	Concluído
(A) Comunicar a EJEJ para publicação do edital.	19/03/2025	21/03/2025		21/03/2025	Concluído
(A) Realizar a Ação Formativa.	07/04/2025	11/04/2025		11/04/2025	Concluído
(E) Ação Formativa 1ª Vice SOMA - Turma 9.	17/03/2025	09/05/2025		09/05/2025	Concluído
(A) Comunicar a EJEJ para publicação do edital.	09/04/2025	11/04/2025		11/04/2025	Concluído
(A) Realizar a Ação Formativa.	05/05/2025	09/05/2025		09/05/2025	Concluído
(E) Ação Formativa 1ª Vice SOMA - Turma 10.	24/03/2025	16/05/2025		16/05/2025	Concluído
(A) Comunicar a EJEJ para publicação do edital.	14/04/2025	15/04/2025		15/04/2025	Concluído
(A) Realizar a Ação Formativa.	12/05/2025	16/05/2025		16/05/2025	Concluído
(E) Ação Formativa 1ª Vice SOMA - Turma 11.	24/03/2025	23/05/2025		23/05/2025	Concluído
(A) Comunicar a EJEJ para publicação do edital.	14/04/2025	15/04/2025		15/04/2025	Concluído
(A) Realizar a Ação Formativa.	19/05/2025	23/05/2025		23/05/2025	Concluído
(E) Ação Formativa 1ª Vice SOMA - Turma 12.	09/05/2025	06/06/2025		06/06/2025	Concluído
(A) Comunicar a EJEJ para publicação do edital.	20/05/2025	20/05/2025		20/05/2025	Concluído
(A) Realizar a Ação Formativa.	02/06/2025	06/06/2025		06/06/2025	Concluído
(E) Ação Formativa 1ª Vice SOMA - Turma 13.	14/05/2025	13/06/2025		13/06/2025	Concluído
(A) Comunicar a EJEJ para publicação do edital.	20/05/2025	02/06/2025		02/06/2025	Concluído

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

(A) Realizar a Ação Formativa.	09/06/2025	13/06/2025		13/06/2025	Concluído
(E) Ação Formativa 1ª Vice SOMA - Turma 14.	14/05/2025	27/06/2025		27/06/2025	Concluído
(A) Comunicar a EJEJ para publicação do edital.	20/05/2025	17/06/2025		17/06/2025	Concluído
(A) Realizar a Ação Formativa.	23/06/2025	27/06/2025		27/06/2025	Concluído
(E) Guia de suporte à Organização, Cumprimento de Metas e aperfeiçoamento Gerencial.	10/01/2025	12/03/2025		12/03/2025	Concluído
(A) Criar diagramação.	10/01/2025	29/01/2025		29/01/2025	Concluído
(A) Revisar a diagramação.	29/01/2025	25/02/2025		25/02/2025	Concluído
(A) Validar a diagramação.	25/02/2025	26/02/2025	25/02/2025	25/02/2025	Concluído
(A) Imprimir o Guia de suporte à Organização, Cumprimento de Metas e aperfeiçoamento Gerencial para os gabinetes de Desembargadores.	26/02/2025	12/03/2025	28/02/2025	28/02/2025	Concluído
(A) Disponibilizar o Guia de suporte à Organização, Cumprimento de Metas e aperfeiçoamento Gerencial em formato virtual.	06/03/2025	12/03/2025	14/03/2025	14/03/2025	Concluído
(E) Desenvolvimento do Banco Institucional de Boas Práticas.	07/01/2025	19/12/2025		03/12/2025	Concluído
(A) Realizar estudos e pesquisas preliminares.	07/01/2025	30/05/2025		30/05/2025	Concluído
(A) Estruturar o projeto do Banco Institucional.	02/07/2025	31/07/2025		29/07/2025	Concluído
(A) Submeter o projeto à aprovação do gestor máximo da Superintendência Judiciária.	04/08/2025	30/09/2025	02/10/2025	02/10/2025	Concluído
(A) Definir o alcance do Projeto.	02/09/2025	30/09/2025	02/10/2025	02/10/2025	Concluído
(A) Implementar as últimas alterações e ajustes necessários no projeto.	02/09/2025	30/09/2025	21/11/2025	21/11/2025	Concluído
(A) Validar o projeto junto ao 1º Vice-Presidente.	01/10/2025	31/10/2025	19/12/2025	3/12/2025	Concluído
(A) Submeter o projeto final à aprovação da Presidência do Tribunal.	03/11/2025	28/11/2025			Cancelado
(A) Elaborar ato normativo para formalização do Banco Institucional de Boas Práticas.	02/12/2025	19/12/2025			Cancelado

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

(E) Curso Gramática e Texto no Judiciário: Uma abordagem contemporânea.	04/02/2025	19/12/2025		17/12/2025	Concluído
(A) Envolver a EJEJ para viabilizar a capacitação.	04/02/2025	19/02/2025		19/02/2025	Concluído
(A) Preencher formulário da proposta da ação educacional e do conteúdo programático.	13/05/2025	05/06/2025		05/06/2025	Concluído
(A) Construir a Matriz Pedagógica - Módulo 1: Introdução ao estudo da gramática e do texto.	20/02/2025	23/05/2025	05/09/2025	03/09/2025	Concluído
(A) Elaborar Plano de Capacitação – Módulo 1: Introdução ao estudo da gramática e do texto.	26/05/2025	02/06/2025	12/09/2025	03/09/2025	Concluído
(A) Submeter à aprovação da superintendência da EJEJ – Módulo 1: Introdução ao estudo da gramática e do texto.	02/06/2025	06/06/2025	30/09/2025	29/09/2025	Concluído
(A) Preparar conteúdo - Módulo 1: Introdução ao estudo da gramática e do texto.	01/06/2025	17/07/2025	29/09/2025	29/09/2025	Concluído
(A) Gravar conteúdo - Módulo 1: Introdução ao estudo da gramática e do texto.	28/10/2025	11/11/2025	28/10/2025	28/10/2025	Concluído
(A) Construir a Matriz Pedagógica – Módulo 2: Sujeito.	01/10/2025	15/10/2025		10/09/2025	Concluído
(A) Elaborar Plano de Capacitação - Módulo 2: Sujeito.	16/10/2025	23/10/2025		10/09/2025	Concluído
(A) Submeter à aprovação da superintendência da Eje - Módulo 2: Sujeito.	23/10/2025	30/10/2025		29/09/2025	Concluído
(A) Preparar conteúdo - Módulo 2: Sujeito.	20/10/2025	20/11/2025	05/12/2025	17/12/2025	Concluído
(A) Gravar Conteúdo - Módulo 2: Sujeito.	25/11/2025	09/12/2025	19/12/2025	17/12/2025	Concluído
(A) Construir a Matriz Pedagógica - Módulo 3: O modelo SVCA (sujeito, verbo, complemento, adjunto).	01/09/2025	26/09/2025	19/12/2025	17/12/2025	Concluído
(A) Elaborar Plano de Capacitação - Módulo 3: O modelo SVCA (sujeito, verbo, complemento, adjunto).	14/10/2025	17/10/2025	19/12/2025	17/12/2025	Concluído
(A) Construir a Matriz Pedagógica - Módulo 4: Classes de orações I –	03/11/2025	28/11/2025	19/12/2025	17/12/2025	Concluído

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

coordenadas, subordinadas substantivas e adverbiais.					
(A) Elaborar Plano de Capacitação - Módulo 4: Classes de orações I – coordenadas, subordinadas substantivas e adverbiais.	01/12/2025	19/12/2025		17/12/2025	Concluído
(E) Encontro Linguagem Simples no TJMG.	04/04/2025	19/12/2026	20/03/2026		Em andamento
(A) Reunir com as áreas UaiLab e Ejef para alinhamentos.	04/04/2025	15/05/2025		15/05/2025	Concluído
(A) Definir cronograma, conteúdo e palestrantes.	04/05/2025	15/05/2025		15/05/2025	Concluído
(A) Submeter à Aprovação do 1º Vice-Presidente (cronograma, conteúdo e palestrantes).	19/05/2025	31/07/2025	30/10/2025	10/10/2025	Concluído
(A) Estabelecer data para realização do Encontro e reservar o plenário.	15/05/2025	11/07/2025	30/10/2025	10/10/2025	Concluído
(A) Encaminhar as informações para a Ejef desenvolver a ação formativa.	01/09/2025	30/09/2025	06/11/2025	10/10/2025	Concluído
(A) Realizar os convites para as autoridades.	01/10/2025	31/10/2025	28/11/2025	28/11/2025	Concluído
(A) Convidar os palestrantes e os mediadores para as atividades do Fórum.	01/10/2025	31/10/2025	28/11/2025	28/11/2025	Concluído
(A) Formalizar a contratação dos palestrantes confirmados.	03/11/2025	28/11/2025	22/01/2026	22/01/2026	Concluído
(A) Elaborar e preparar as oficinas.	01/10/2025	28/11/2025	27/02/2026		Em andamento
(A) Realizar o Encontro Linguagem simples no TJMG.	18/12/2025	19/12/2025	20/03/2026		Não iniciado
(E) 2ª Fase Soma: Integração Gabinetes e Cartório.	08/08/2025	31/03/2026	10/04/2026		Em andamento
(A) Apresentar o projeto-piloto ao 1º vice-presidente	08/08/2025	08/08/2025		08/08/2025	Concluído
(A) Aprovar o projeto e indicar a câmara para o projeto-piloto.	08/08/2025	08/08/2025		08/08/2025	Concluído
(A) Apresentar o projeto-piloto ao presidente da 11ª Câmara cível.	09/09/2025	09/09/2025	30/10/2025	28/08/2025	Concluído
(A) Apresentar o projeto-piloto aos desembargadores da 11ª Câmara cível.	09/09/2025	09/09/2025		09/09/2025	Concluído
(A) Descrever o fluxo atual do Agravo de instrumento.	15/09/2025	29/09/2025		29/09/2025	Concluído
(A) Desenvolver as automações e preferências (área técnica).	16/09/2025	01/10/2025		01/10/2025	Concluído

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

(A) Validar as sugestões de trabalho no eproc.	02/10/2025	02/10/2025		02/10/2025	Concluído
(A) Implementar as automações e preferências nos gabinetes.	07/10/2025	15/10/2025		15/10/2025	Concluído
(A) Acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos desenvolvidos.	16/10/2025	19/12/2025		19/12/2025	Concluído
(A) Apresentar o trabalho realizado e validar com os desembargadores da 11ª Câmara cível.	06/11/2025	06/11/2025		06/11/2025	Concluído
(A) Desenvolver no Bizagi o novo fluxo do Agravo de Instrumento, com a utilização do eproc, a ser replicado na instituição.	1/12/2025	19/12/2025	10/04/2026		Em andamento
(A) Descrever o fluxo atual da Apelação.	01/10/2025	28/11/2025		17/11/2025	Concluído
(A) Desenvolver as automações e preferências.	07/01/2026	21/02/2026			Em andamento
(A) Validar as sugestões de trabalho no eproc.	01/03/2026	27/03/2026			Em andamento
(A) Implementar nos gabinetes.	28/01/2026	10/02/2026			Em andamento
(A) Acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos desenvolvidos.	11/02/2026	27/02/2026			Em andamento
(A) Apresentar o trabalho realizado e validar com os desembargadores da 11ª Câmara cível.	02/03/2026	20/03/2026			Em andamento
(A) Desenvolver no Bizagi o novo fluxo da Apelação, com a utilização do eproc, a ser replicado na instituição.	02/03/2026	31/03/2026			Em andamento

IMPEDIMENTOS

Problema Identificado	Ação Corretiva	Unidade Responsável	Prazo	Status
-	-	-	-	-

SITUAÇÃO / PONTO DE ATENÇÃO / INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR

A iniciativa em questão tem o papel de disseminar o conhecimento dentro das respectivas áreas de atuação e garantir o aprimoramento dos processos de trabalho, motivo pelo qual propõe-se o presente programa.

Nesse sentido, foram ofertadas 14(quatorze) turmas na **‘Ação Formativa da 1ª Vice Soma’** no período de 07/01/2025 a 27/06/2025. O programa teve como foco o aprimoramento da atuação gerencial e a promoção da integração entre gabinetes e cartórios. O elevado índice de adesão de gabinetes e cartórios (90%) e a baixa taxa de evasão (0,37%) indicaram o reconhecimento da importância dessa iniciativa. Essa participação expressiva reflete a latente necessidade e o genuíno interesse em ferramentas objetivas e informações que contribuam para a organização, o cumprimento de metas e o aperfeiçoamento gerencial.

O **‘Guia de Suporte à Organização, Cumprimento de Metas e Aperfeiçoamento Gerencial’** foi concluído em 12/03/2025 sendo disponibilizado de maneira impressa e virtual aos gabinetes dos desembargadores. Esse guia tem a função de ser o material de apoio à ação formativa 1ª VICE SOMA – Suporte à Organização, Cumprimento de Metas e

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

Aperfeiçoamento Gerencial, e fonte de consulta permanente pelos membros das unidades judiciárias de Segunda Instância. Nele o usuário encontrará boas práticas de gestão para planejar as atividades, organizar as rotinas de trabalho dos componentes das assessorias, controlar o acervo de acordo com os prazos processuais e legais e acompanhar os indicadores de produtividade das metas estabelecidas no âmbito do Poder Judiciário. Também será possível conhecer algumas áreas da Primeira Vice-Presidência e setores diretamente ligados ao suporte à prestação jurisdicional, algumas de suas atribuições e formas de solicitar o auxílio dessas áreas administrativas em busca do aperfeiçoamento da entrega jurisdicional.

Sobre a entrega '**Desenvolvimento do Banco Institucional de Boas Práticas**' foram concluídas as etapas de estudos e pesquisas preliminares e estruturação do projeto do Banco Institucional em 29/07/2025 e nessa primeira entrega apontou-se a necessidade de organizar um banco de boas práticas institucional a ser desenvolvido pelo Núcleo de Apoio à Gestão de Gabinetes. As atividades de Submissão do projeto final à aprovação da Presidência do Tribunal e de elaboração do ato normativo para formalização do Banco foram canceladas porque o alcance foi redefinido para o âmbito da 1ª Vice-Presidência e não de todo o Tribunal. Para institucionalização do Banco de boas práticas, foi validado o projeto junto ao 1º Vice-Presidente em dezembro de 2025.

Referente ao '**Curso Gramática e Texto no Judiciário: Uma abordagem contemporânea**', foram finalizadas as etapas de articulação com a EJEJ, elaboração e submissão das propostas educacionais, bem como a construção das matrizes pedagógicas, planos de capacitação, preparação e gravação de conteúdo dos Módulos 1 e 2. Adicionalmente, avançaram as atividades de desenvolvimento pedagógico dos Módulos 3 e 4, fortalecendo a estrutura didática da ação formativa. O público alvo do referido curso serão magistrados e servidores de 1ª e 2ª Instâncias e tem a perspectiva de acontecer novamente com novos módulos em 2026.

Por fim, o '**Encontro Linguagem Simples no TJMG**' obteve a conclusão dos alinhamentos internos, a definição de cronograma, conteúdo e palestrantes, a submissão para aprovação da alta administração e a formalização da contratação de palestrantes. Busca-se atingir o público interno do TJMG e os órgãos do Sistema de Justiça (outros Tribunais, Ministério Público, Defensoria Pública), OABMG e estudantes de direito. As atividades de elaboração e preparação das oficinas foram alocadas para fevereiro de 2026 devido às formalidades finais para contratação dos palestrantes. A realização do encontro está prevista para acontecer nos dias 19 e 20/03/2026.

A respeito da entrega '**2ª Fase Soma: Integração Gabinetes e Cartório**': mapear o fluxo (atual) processual do agravo de instrumento e da apelação; a equipe técnica, CESUPE, desenvolve as automações e preferências possíveis no sistema eproc a fim de otimizar o trabalho realizado pelas câmaras judiciais. A entrega visa, ainda, implementar nos gabinetes as automações e preferências desenvolvidas, testá-las e acompanhar o trabalho, além de representar o novo fluxo, já validado, no Bizagi. Em 2026, haverá expansão do projeto para as demais câmaras de direito público e privado, conforme o cronograma apresentado.

POTENCIAIS MUDANÇAS NA INICIATIVA

Aumento do escopo da Iniciativa 1ª Vice Soma. De acordo com a GEAG- Gerência de Acompanhamento da Litigância em 2ª Instância, o Projeto 1ª Vice SOMA 2ª Fase consolida e expande o trabalho iniciado no primeiro semestre de 2025, dando continuidade à Iniciativa Institucional nº 94, Programa 1ª Vice SOMA. A iniciativa surge da necessidade de ampliar a colaboração entre os gabinetes de desembargadores e seus respectivos cartórios, com um foco intensificado no uso avançado do sistema de processo judicial eletrônico eproc. A implantação do eproc em 14 de outubro de 2024 representa um marco para a modernização da Justiça Mineira, e esta segunda fase do Projeto 1ª Vice SOMA visa explorar todo o seu potencial para garantir maior celeridade e segurança nas rotinas das unidades judiciárias de segunda instância. Ao promover o trabalho coletivo e o envolvimento dos servidores em todas as etapas do trâmite processual, o projeto busca a construção colaborativa e a padronização dos processos de trabalho. Essa abordagem não apenas aperfeiçoa as atividades diárias, mas também fortalece significativamente a prestação jurisdicional.

Adicionalmente, o Projeto SOMA 2ª Fase atende às diretrizes da Agenda 2030 da ONU, em especial o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 16, que preconiza a promoção de sociedades pacíficas e inclusivas, o acesso à justiça para todos e a construção de instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Nesse sentido, destaca-se a inclusão da nova entrega do escopo, sendo: 1ª Vice SOMA - 2ª fase: integração gabinetes e cartório, com perspectiva de conclusão em 2026.

ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

3 - Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional.

6 - Consolidação do Sistema de Precedentes Obrigatórios.

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

Metas Nacionais Clique aqui para acessar o relatório de Metas Estratégicas	CNJ 1	CNJ 2	-	-	-
Metas Institucionais Clique aqui para acessar o relatório de Metas Estratégicas	TJMG 5	TJMG 6	TJMG 7	TJMG 29	TJMG 59
	TJMG 91	TJMG 115	TJMG 132	TJMG 134	TJMG 135
OBSERVAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DAS METAS					
Meta TJMG 5 (Julgamentos Monocráticos) Até dezembro de 2025, a meta de realizar 70% dos julgamentos monocráticos em até 60 dias não foi alcançada. O desempenho médio apurado foi de 65%, ficando abaixo do esperado. Meta TJMG 6 (Julgamentos Colegiados) Da mesma forma, a meta de realizar 70% dos julgamentos colegiados em até 100 dias também não foi cumprida. O resultado médio até novembro de 2025, é de 67%, aquém do objetivo. Segundo o Centro de Resultados da prestação jurisdicional na 2ª Instância (CEINJUR), o desempenho abaixo do esperado de ambas as metas pode ser atribuído a fatores como o aumento no volume de processos e variações de produtividade causadas por férias, recessos e limitações de pautas de julgamento. Meta TJMG 7 – Publicação de acórdãos Para a Meta TJMG 7, que exige a publicação de 95% dos acórdãos em até 10 dias após o julgamento, o valor médio alcançado foi de 93,66% no ano de 2025. Mesmo tendo alcançado um resultado bem próximo da meta, a 1ª Vice-Presidência continua disponibilizando recursos essenciais, como: painéis táticos para visualização em tempo real do acervo e produtividade, ferramenta Push com alertas proativos sobre prazos e metas, cursos e treinamentos contínuos para servidores e gestão integrada por meio da interação constante com os cartórios, o que provou ser a estratégia mais eficaz. Meta TJMG 29 – Julgamento de processos vinculados em razão de repercussão geral e repetitividade Sobre a Meta TJMG 29 - Julgar, em 2025, em até 100 (cem) dias 80% (oitenta por cento) dos processos vinculados em razão de repercussão geral e repetitividade de recursos e feitos, após trânsito em julgado do tema 2º Grau (desconsiderado o tempo de permanência em carga aos advogados e aos órgãos externos - 25 dias), o resultado médio apurado até dezembro de 2025 é de 73%. Apesar dos esforços e das capacitações promovidas pelo Projeto SOMA, o não alcance da meta nos primeiros meses do ano decorreu de fatores operacionais e estruturais, como elevado volume de processos e a complexidade dos temas analisados, o que demandou maior tempo de apreciação. A Superintendência Judiciária vem atuando de forma contínua, por meio de ações formativas, orientações e acompanhamento técnico, com o objetivo de aprimorar os fluxos de trabalho e contribuir para a melhoria dos resultados. Meta TJMG 59 – Julgamento de ações coletivas. Quanto à Meta TJMG 59 - Julgar até 31/12/2025, 85% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2023 no 2º Grau, o valor médio apurado até dezembro de 2025 de 90%, o que demonstra o cumprimento da meta no período. Meta TJMG 91 – Tramitação do acervo processual em até 60 dias. Sobre a Meta TJMG 91 - Movimentar 95% (noventa e cinco por cento) do acervo processual em prazo inferior a 60 (sessenta) dias, o resultado apurado médio é de 103% até dezembro de 2025. Meta alcançada devido ao trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Centro de Aperfeiçoamento Gerencial 2ª Instância- CEAGESI, através da implantação do Desdobramento do Planejamento Estratégico, aliado à forte atuação da Secretaria Judiciária, que incentiva a agilidade nas movimentações processuais e promove treinamentos constantes e uniformidade dos procedimentos. Meta 132 (Organização e Aperfeiçoamento Gerencial)					

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

Executar, em 2025, 100% (cem por cento) das atividades previstas no Programa 1ª Vice Soma – Suporte à Organização, cumprimento de metas e aperfeiçoamento gerencial, obtém -se o resultado apurado de 95% de conclusão das atividades previstas em 11/12/2025.

Compondo essa meta, pode-se observar que das 19 (dezenove) entregas planejadas, 17 (dezessete) foram concluídas e 2 (duas) seguem em andamento. Foram ofertadas 14 (quatorze) turmas na **Ação Formativa da 1ª Vice Soma**, distribuíram-se ao gabinete dos desembargadores **O Guia de suporte à Organização, Cumprimento de Metas e Aperfeiçoamento Gerencial** e por fim ocorreu o **Desenvolvimento do Banco Institucional de Boas Práticas**, o qual ficará no âmbito da 1ª vice-presidência. As entregas **Encontro Linguagem Simples no TJMG** e **2ª Fase Soma: Integração Gabinetes e Cartório** foram replanejadas para 2026.

No âmbito da entrega **“2ª Fase Soma: Integração Gabinetes e Cartório”** foi mapeado o fluxo processual atual do Agravo de Instrumento. A equipe técnica do CESUPE está desenvolvendo as automações e preferências possíveis no sistema eproc, com o objetivo de otimizar o trabalho das câmaras judiciais. A implementação dessas melhorias foi iniciada nos gabinetes da 11ª Câmara Cível e segue sendo acompanhada.

Metas 134 e 135 – Admissibilidade (150 dias) e julgamento (320 dias) dos IRDRs e IACs

A Meta TJMG 134, que prevê julgar 60% dos Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDRs) e Incidentes de Assunção de Competência (IACs) em até 320 dias, não foi atingida, registrando um resultado de 0% até o momento. Embora tenham ocorrido julgamentos de mérito em todos os meses do ano, exceto em março, todos os processos foram concluídos após o prazo estipulado de 320 dias.

A Meta TJMG 135, que exige o juízo de admissibilidade de 100% dos Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDRs) e Incidentes de Assunção de Competência (IACs) em até 150 dias, não foi cumprida, com um resultado de 0%. Ocorreram julgamentos de mérito em todos os meses do ano, com exceção de abril e agosto, no entanto, todos após o prazo de 150 dias.

Diante dos resultados das duas metas e, para auxiliar as sessões cujas atribuições envolvem julgar os Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR) e os Incidentes de Assunção de Competência (IAC), a Primeira Vice-Presidência do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, por meio do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes (NUGEPNAC) elaborou e apresentou aos desembargadores envolvidos o Projeto de Aperfeiçoamento na Formação de Precedentes cujo objetivo é fortalecer a segurança jurídica, garantir a isonomia nas decisões, a previsibilidade e coerência dos entendimentos firmados, acelerar a prestação jurisdicional, garantir a clareza das teses firmadas e preservar a unidade e integridade do nosso sistema de justiça. O ponto importante desse projeto é: para otimizar essa colaboração, cada Desembargador(a) membro das Seções poderá indicar um assessor para ser o contato direto com o NUGEPNAC, e para ser treinado como multiplicador. A intenção é fazer um nivelamento e municiar as assessorias com informações cruciais para o bom andamento dos incidentes em tramitação e para o alcance das metas do Planejamento Estratégico.

Ratificando a informação, para garantir o controle dos números e o cumprimento das metas, a 1ª Vice-Presidência disponibiliza recursos essenciais, como: painéis táticos para visualização em tempo real do acervo e produtividade, ferramenta Push com alertas proativos sobre prazos e metas, cursos e treinamentos contínuos para servidores e gestão integrada por meio da interação constante com os cartórios.

VINCULAÇÃO PROJEF 5.0

Iniciativa não correlacionada a objetivos do PROJEF 5.0.

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

Nome da Iniciativa	95 - Justiça Sustentável: Implementação da Governança ESG no TJMG
--------------------	---

Priorização	 
-------------	--

INFORMAÇÕES GERAIS	
Unidade gestora	Presidência.
Patrocinador	Desa. Mônica Libânio Rocha Bretas; Dra. Marcela Maria Pereira Amaral Novais.
Objetivos	O programa tem como objetivo integrar ações alinhadas às práticas internacionais de ESG (ambiental, social e de governança), em conformidade com o Pacto Nacional do Poder Judiciário pela Sustentabilidade, do qual o TJMG se tornou signatário por meio do Acordo de Cooperação Técnica 001/2025. A iniciativa busca implementar medidas em três dimensões principais: Ambiental: - Implementação do Programa Justiça Carbono Zero. - Promoção de educação ambiental voltada à capacitação de magistrados, servidores e demais integrantes do Tribunal. Social: - Implantação do Programa Transformação, reservando vagas em contratos de prestação de serviços para mulheres em situação de vulnerabilidade, conforme a Resolução CNJ nº 497/2023. - Expansão das ações de acessibilidade, com a adaptação de espaços físicos e digitais para pessoas com deficiência e planos de ampliação do índice de acessibilidade. Governança: - Dados Abertos: Implementação ou aperfeiçoamento de portal de dados abertos, seguindo os princípios e as diretrizes da Parceria para Governo Aberto (<i>Open Government Partnership</i> - OGP), visando ampliar a transparência e o controle do Poder Público pela sociedade. - Criação de boletim informativo com resumos didáticos e acessíveis dos principais julgamentos econômicos, políticos, sociais ou jurídicos, nos moldes do “Informação à Sociedade” do Supremo Tribunal Federal (STF), para ampliar o diálogo e o entendimento com a sociedade.
Característica da Iniciativa	Programa.

ESCOPO
Implantação do Programa Carbono Zero.
Capacitação em Educação Ambiental.
Adoção do Programa Transformação - Resolução CNJ 497/2023.
Disponibilização de Dados abertos.
Informação à sociedade.

MONITORAMENTO			
Status da Iniciativa	Em andamento.	Progresso (%)	74%.

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

Custo previsto	Em estudo.	Custo executado	Em estudo.		
Início da iniciativa	09/01/2023.	Término da iniciativa	19/12/2030.		
Data do monitoramento	20/01/2026.				
CRONOGRAMA DE ACOMPANHAMENTO					
ENTREGAS (E) / ATIVIDADES (A)	INÍCIO PREVISTO	TÉRMINO PREVISTO	TÉRMINO REPLANEJADO	TÉRMINO REALIZADO	STATUS
(E) Implantação do Programa Carbono Zero (Fase preparatória de licitação).	09/01/2023	19/12/2026			Em andamento
(A) Realizar estudo sobre GHG Protocol (Programa de Gases do Efeito Estufa).	09/01/2023	31/10/2025		31/10/2023	Concluído
(A) Definir itens a serem analisados em cada escopo do inventário.	02/10/2023	31/10/2023		01/11/2023	Concluído
(A) Solicitar orçamentos, propostas de cursos e análise de contratos de outros órgãos.	02/10/2023	30/09/2024		30/09/2023	Concluído
(A) Definir contratação, via licitação, de empresa para realização de inventário e elaboração de plano de descarbonização.	01/10/2024	30/11/2024		30/11/2024	Concluído
(A) Elaborar os documentos: TR, ETP e Edital.	01/10/2024	19/12/2024		19/12/2024	Concluído
(A) Publicar Edital de Licitação nº 011/2025.	17/02/2025	17/02/2025		17/02/2025	Concluído
(A) Realizar o pregão eletrônico.	07/03/2025	17/03/2025		17/03/2025	Concluído
(A) Firmar contrato 093/2025 com Eliza Maria Ourives Consultoria.	26/03/2025	26/03/2025		26/03/2025	Concluído
(A) Realizar reunião inicial de alinhamento.	04/04/2025	04/04/2025		04/04/2025	Concluído
(A) Compartilhar com a contratada os dados do TJMG.	04/04/2025	09/05/2025		09/05/2025	Concluído
(A) Enviar versão inicial do Plano de Trabalho.	22/04/2025	22/04/2025		22/04/2025	Concluído
(A) Realizar a segunda reunião de alinhamento.	23/04/2025	23/04/2025		23/04/2025	Concluído
(A) Enviar versão final do Plano de Trabalho.	23/04/2025	23/04/2025		23/04/2025	Concluído
(A) Cálculos de emissão de acordo com os dados coletados.	04/04/2025	25/06/2025		25/06/2025	Concluído

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

(A) Realizar reunião de apresentação e revisão dos dados.	22/05/2025	22/05/2025		22/05/2025	Concluído
(A) Analisar, revisar e complementar dados de emissão do TJMG.	04/05/2025	23/05/2025		23/05/2025	Concluído
(A) Realizar reunião de apresentação de versão inicial do relatório do inventário.	22/05/2025	22/05/2025		22/05/2025	Concluído
(A) Analisar e validar relatório.	22/05/2025	10/07/2025		10/07/2025	Concluído
(A) Realizar reunião de alinhamento estratégias de descarbonização.	05/06/2025	05/06/2025		05/06/2025	Concluído
(A) Realizar levantamento das estratégias possíveis para reduzir, compensar e neutralizar as emissões do TJMG.	05/06/2025	25/06/2025		25/06/2025	Concluído
(A) Realizar apresentação prévia do Plano de Descarbonização.	25/06/2025	25/06/2025		25/06/2025	Concluído
(A) Realizar reunião de apresentação dos resultados e relatórios.	28/07/2025	28/07/2025		28/07/2025	Concluído
(A) Energia renovável / eficiência energética.	01/10/2024	18/12/2026		18/12/2025	Concluído
(A) Reduzir emissões de GEE - Água e esgoto.	01/10/2024	18/12/2026			Em andamento
(A) Reduzir emissões de GEE - Frota de veículos sustentáveis.	01/10/2024	18/12/2026		15/10/2025	Concluído
(A) Reduzir emissões de GEE – Combustível.	01/10/2024	18/12/2026		02/01/2025	Concluído
(A) Reduzir emissões de GEE- Gestão de Resíduos.	01/10/2024	18/12/2026			Em andamento
(A) Realizar Contratações sustentáveis.	01/10/2024	18/12/2026			Em andamento
(A) Realizar ações de compensação de emissões de GEE - Reflorestamento e recuperação de áreas degradadas.	01/10/2024	18/12/2026			Em andamento
(A) Adquirir créditos de carbono por meio de ações de compensação de emissões de GEE.	01/10/2024	18/12/2026			Não iniciado
(E) Capacitação em Educação Ambiental.	07/01/2025	19/12/2030			Em andamento
(A) Ofertar a 1ª turma do curso de "Introdução à Gestão Socioambiental".	07/01/2025	19/12/2025		03/09/2025	Concluído

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

(A) Ofertar a 2ª turma do curso de "Introdução à Gestão Socioambiental".	07/01/2025	19/12/2030			Em andamento
(A) Promover campanha de sensibilização - consumo de energia.	02/04/2025	19/12/2026		07/04/2025	Concluído
(A) Promover campanha de sensibilização - consumo de água.	02/04/2025	19/12/2026		7/04/2025	Concluído
(A) Promover campanha uso das lixeiras.	07/01/2025	30/05/2025		30/05/2025	Concluído
(A) Formatar curso para capacitação de servidores para elaboração de inventários de emissões.	01/07/2025	19/12/2025	30/06/2026		Em andamento
(A) Selecionar participantes para o curso para capacitação de servidores para elaboração de inventários de emissões.	07/01/2026	18/12/2026			Não Iniciado
(A) Organizar o evento em conjunto com os órgãos da Rede Sustenta Minas.	01/07/2025	30/09/2025		25/08/2025	Concluído
(A) Realizar evento com a Rede Sustenta Minas.	01/09/2025	30/11/2026		10/09/2025	Concluído
(A) Ofertar curso: "Plano de Logística Sustentável e Licitações Sustentáveis": Disponibilizar capacitação (<i>in company</i>).	01/07/2025	19/12/2030			Em andamento
(A) Fazer cronograma de datas para ofertar ação de sensibilização.	07/01/2025	19/12/2027		19/12/2025	Concluído
(A) Propor para a Dircom as ações de sensibilização.	03/03/2025	19/12/2030		19/12/2025	Concluído
(E) Adoção do Programa Transformação - Resolução CNJ 497/2023.	02/08/2024	12/11/2025		12/11/2025	Concluído
(A) Assinar Acordo de Cooperação Técnica - Instituto Filhas de Sara: Projeto de apoio às Mulheres.	02/12/2024	02/12/2024		02/12/2024	Concluído
(A) Selecionar contrato a ser considerado para fins de implantação do Programa no TJMG.	02/12/2024	19/12/2024		19/12/2024	Concluído
(A) Contratar e acompanhar as colaboradoras.	02/12/2024	19/12/2025		12/11/2025	Concluído
(A) Aplicar questionário junto às colaboradoras do TJMG.	07/01/2025	31/01/2025		31/01/2025	Concluído
(A) Análise e consolidação dos Resultados.	07/01/2025	31/01/2025		31/01/2025	Concluído
(A) Elaborar Minuta de um ato normativo que regulamente o percentual mínimo de pessoas oriundas ou egressas do sistema prisional, bem como	26/08/2024	19/12/2025		12/11/2025	Concluído

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

contratação de mulheres em situação de vulnerabilidade, no âmbito do TJMG.					
(E) Mapeamento dos setores a serem envolvidos no projeto e definição dos dados que serão objeto de adequação ao formato aberto.	03/03/2025	30/03/2026			Em andamento
(A) Estudar as diretrizes do OGP(<i>Open Government Partnership</i>) - Parceria para Governo Aberto - a fim de entender qual linha de trabalho será adotada pelo TJ.	03/03/2025	30/06/2025		30/06/2025	Concluído
(A) Desenvolver ação educacional sobre Dados Abertos em conjunto com a EJEJF.	01/09/2025	30/03/2026			Não iniciado
(A) Fazer levantamento dos setores a serem envolvidos no projeto.	2/04/2025	30/04/2025		30/04/2025	Concluído
(A) Reunir com Centro de Informação (CEINFO) para mapear quais os dados publicados nos painéis do Qlik Sense, e o formato (extensão) utilizado.	02/05/2025	30/06/2025		02/05/2025	Concluído
(A) Mapear os dados que o TJ produz, atualmente, em formato aberto.	02/05/2025	29/08/2025		29/10/2025	Concluído
(A) Definir quais dados serão objeto do projeto nesta primeira etapa.	2/05/2025	31/07/2025		11/12/2025	Concluído
(A) Definir extensão a ser utilizada.	01/07/2025	29/08/2025	31/01/2026		Não iniciado
(A) Definir qual setor será o responsável pela adequação dos dados ao formato aberto.	01/07/2025	29/08/2025	31/01/2026		Não iniciado
(A) Adequar os dados selecionados ao formato aberto.	01/08/2025	28/11/2025	30/03/2026		Não iniciado
(A) Definir a forma de divulgação dos dados abertos - se por portal próprio ou em espaço dentro da página de Transparência.	1/09/2025	31/10/2025	30/04/2026		Não iniciado
(A) Publicar os dados abertos em local unificado.	01/10/2025	28/11/2025	30/04/2026		Não iniciado
(A) Divulgar para os públicos de interesse a disponibilização dos dados.	07/01/2026	31/03/2026	30/06/2026		Não iniciado
(E) Informação à sociedade.	02/04/2025	30/09/2025		20/01/2026	Concluído
(A) Extrair do Portal TJMG as notícias de decisões do período de janeiro à abril de 2025 e elaborar planilha com informações padronizadas (número do processo, data da decisão, data da publicação da notícia e link da notícia).	01/07/2025	31/07/2025		31/07/2025	Concluído
(A) Pesquisar características do boletim do STF "Informação à sociedade" para elaborar proposta do boletim do	02/04/2025	30/05/2025		30/05/2025	Concluído

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais - TJMG.					
(A) Definir os campos necessários do Boletim do TJMG.	02/04/2025	30/05/2025		30/05/2025	Concluído
(A) Fazer diagramação dos arquivos.	01/07/2025	31/07/2025		31/07/2025	Concluído
(A) Criar layout e visual do boletim.	02/05/2025	02/05/2025		02/05/2025	Concluído
(A) Criar formato analítico das informações para inserção em planilha excel.	01/07/2025	31/07/2025		31/07/2025	Concluído
(A) Alimentar a planilha com os arquivos dos boletins.	01/07/2025	31/07/2025		31/07/2025	Concluído
(A) Criar painel de B.I. do Qlik Sense.	01/08/2025	29/08/2025		02/12/2025	Concluído
(A) Disponibilizar painel de B.I. do Qlik Sense para inserção dos dados.	01/08/2025	29/08/2025		12/12/2025	Concluído
(A) Fornecer os dados para alimentação do painel.	01/08/2025	29/08/2025		04/12/2025	Concluído
(A) Definir a periodicidade da publicação.	01/07/2025	29/08/2025		29/08/2025	Concluído
(A) Selecionar o que será publicado.	01/08/2025	29/08/2025		12/12/2025	Concluído
(A) Definir local de publicação do painel no Portal TJMG, se página da Transparência ou outro local.	01/08/2025	29/08/2025		12/12/2025	Concluído
(A) Ajustar página no Portal inserindo o Boletim e seu vínculo com o painel de B.I. do Qlik Sense.	01/08/2025	29/08/2025		16/01/2026	Concluído
(A) Disponibilizar o Painel no local definido.	01/08/2025	29/08/2025	30/01/2026	17/01/2026	Concluído
(A) Veicular notícia divulgando o Boletim "Informações à Sociedade do TJMG".	1/09/2025	30/09/2025	30/01/2026	20/01/2026	Concluído
IMPEDIMENTOS					
Problema Identificado	Ação Corretiva	Unidade Responsável	Prazo	Status	
-	-	-	-	-	
SITUAÇÃO / PONTO DE ATENÇÃO / INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR					
Implantação do Programa Carbono Zero: Em conformidade com o cronograma estabelecido, destaca-se a conclusão do Plano de Descarbonização em julho de 2025, documento que baliza as metas institucionais até 2030. Paralelamente, foi finalizado o Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) do Edifício Sede e dos fóruns centrais, permitindo o mapeamento das fontes críticas de emissão, notadamente nos sistemas de climatização e na frota veicular.					

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

A fundamentação técnica do programa foi assegurada pela contratação de consultoria especializada, garantindo a aderência estrita às diretrizes do GHG Protocol. Por fim, a institucionalização da iniciativa foi ratificada pela sua integração ao Programa ESG do Tribunal e ao Plano de Logística Sustentável (PLS), alinhando o TJMG ao Pacto Nacional do Poder Judiciário pela Sustentabilidade.

Adoção do Programa Transformação - Resolução CNJ 497/2023: Em observância à resolução do CNJ, o TJMG consolidou, ao longo de 2025, a institucionalização do Programa Transformação. O programa logrou êxito na estruturação de políticas de reserva de vagas para mulheres em situação de vulnerabilidade, destacando-se a operacionalização do ACT nº 234/2024 (Filhas de Sara), que definiu os fluxos de recrutamento. Ademais, visando o fortalecimento da rede de apoio e a promoção da diversidade (incluindo o público trans), encontra-se em fase final de instrução o acordo com a Casa de Referência da Mulher Tina Martins (SEI 0264452-27.2025.8.13.0000).

Mapeamento dos setores a serem envolvidos no projeto e definição dos dados que serão objeto de adequação ao formato aberto: A etapa inicial do projeto foi concluída com êxito, fundamentando as bases estratégicas para a implementação da Política de Dados Abertos. Primeiramente, realizou-se o estudo aprofundado das diretrizes da *Open Government Partnership* (OGP), assegurando que o plano de trabalho do Tribunal esteja alinhado aos padrões internacionais de transparência e governo aberto. Paralelamente, foram identificados os setores-chave envolvidos e realizado o mapeamento técnico junto ao Centro de Informação (CEINFO) para o levantamento dos dados extraídos via Qlik Sense e seus respectivos formatos. Sob a coordenação da Juíza Auxiliar da Presidência, consolidou-se o inventário de dados produzidos em formato aberto e foram definidos, de forma estratégica, quais conjuntos de dados integrarão a primeira etapa de abertura do projeto.

Informação à sociedade: A etapa de estruturação e lançamento do boletim "Informação à Sociedade" foi concluída com êxito, consolidando a estratégia de transparência e comunicação simplificada deste Tribunal. Sob a coordenação do Centro de Estatística Aplicada à Justiça de Primeira Instância (CEJUR), realizou-se o levantamento integral das notícias de decisões publicadas no Portal TJMG entre janeiro e abril de 2025, resultando na criação de uma base de dados padronizada que reúne números de processos, datas de decisão, datas de publicação e links correlatos.

A execução do projeto foi pautada pelas seguintes frentes de atuação:

- **Padronização Editorial e Linguagem Simples:** O conteúdo foi adaptado para um formato didático, inspirado no modelo utilizado pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Os campos foram estruturados para destacar, de forma clara, o Relator, a votação, os fatos e os fundamentos das decisões, priorizando julgamentos de relevante impacto econômico, político, social ou jurídico.
- **Desenvolvimento Tecnológico e Diagramação:** Foi elaborado um layout exclusivo para os informativos e desenvolvido um painel de *Business Intelligence* no Qlik Sense. Esta ferramenta foi projetada para a inserção e gestão otimizada dos dados, garantindo a organização visual do acervo.
- **Fluxo de Publicação e Periodicidade:** Estabeleceu-se o critério de seleção com base no interesse geral das notícias produzidas pela DIRCOM. Ficou definida a publicação mínima de dois boletins mensais, assegurando a atualização constante do conteúdo oferecido à sociedade.
- **Disponibilização Institucional:** Conforme alinhamento com a Juíza Auxiliar da Presidência, o painel foi oficialmente integrado ao portal institucional. O acesso público foi disponibilizado na aba "Biblioteca", através do endereço eletrônico: <https://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/biblioteca/painel-boletim-informacao-a-sociedade.htm>.

POTENCIAIS MUDANÇAS NA INICIATIVA

-

ALINHAMENTO ESTRATÉGICO

- 1 - Garantia dos Direitos Fundamentais e do Estado Democrático de Direito;
- 2 - Ampliação da relação institucional do Judiciário com a Sociedade;
- 9 - Aprimoramento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária.

Metas Nacionais Clique aqui para acessar o relatório de Metas Estratégicas	-	-	-	-	-
Metas Institucionais Clique aqui para acessar o relatório de Metas Estratégicas	TJMG 150	TJMG 151	TJMG 152	TJMG 153	TJMG 154

OBSERVAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DAS METAS

A **Meta TJMG 150**, que visa garantir a reserva de vagas para pessoas em condição de vulnerabilidade em contratos de prestação de serviços continuados, foi alcançada mediante a seleção do Contrato nº 336/2024, relativo aos serviços gerais. A operacionalização dessa reserva foi viabilizada pelo Acordo de Cooperação Técnica (ACT) nº 234/2024 (Projeto Filhas de Sara), que definiu os fluxos de recrutamento pertinentes. Simultaneamente, a **Meta TJMG 151** foi cumprida com a publicação de dois boletins de informação à sociedade no Portal TJMG, os quais podem ser acessados pelo link: <https://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/biblioteca/painel-boletim-informacao-a-sociedade.htm>.

No que tange à sustentabilidade, a **Meta TJMG 152** foi plenamente atingida com a elaboração do Plano Inicial de Descarbonização do TJMG (100%), o qual já avançou para a fase de implantação. Adicionalmente, a **Meta TJMG 153** obteve pleno êxito, sendo alcançada por meio da oferta estratégica de cursos voltados à gestão socioambiental e da execução de campanhas de sensibilização. O cumprimento desta meta consolidou-se através das seguintes iniciativas:

Cursos e Capacitações:

- Introdução à Gestão Socioambiental: Oferta permanente, com a realização de 2 turmas.
- Educação Ambiental (Princípios, Conceitos e Metodologias): Desenvolvido em parceria com a SEMAD.
- Uso Seguro e Eficiente da Energia: Viabilizado em conjunto com a Cemig.
- Plano de Logística Sustentável e Licitações Sustentáveis: Focado na eficiência da sustentabilidade administrativa.
- Saúde em Cena: Capacitação voltada à promoção da saúde no ambiente de trabalho.

Campanhas e Ações de Bem-estar:

- Saúde Preventiva e Assistencial: Realização de campanhas de vacinação, além da oferta contínua de atendimentos psicossociais e odontológicos.
- Meses Coloridos: Planejamento e divulgação de campanhas temáticas de conscientização (como Outubro Rosa e Novembro Azul).
- Promoção da Qualidade de Vida: Implementação de práticas de bem-estar, incluindo Ginástica Laboral, Yoga e Meditação.
- Sensibilização em Sustentabilidade: Ações de comunicação contínua focadas no cuidado com o meio ambiente e bem-estar institucional.

Por fim, a meta relativa à Governança de Dados, **TJMG 154** foi superada, com a definição e preparação de 100% dos conjuntos de dados do TJMG para o formato aberto. Esse trabalho, realizado em colaboração com o Centro de Informação (CEINFO), assegura a disponibilidade das informações no portal institucional conforme o cronograma da primeira fase do projeto.

VINCULAÇÃO PROJEF 5.0

Iniciativa não correlacionada a objetivos do PROJEF 5.0.

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

Nome da Iniciativa	96 - Programa de Aprimoramento da gestão e Integração dos Setores da Superintendência Judiciária - SEJUD.
--------------------	---

Priorização	
-------------	---

INFORMAÇÕES GERAIS	
Unidade gestora	1ª Vice-Presidência: Superintendência Judiciária.
Patrocinador	Des. Marcos Lincoln dos Santos.
Objetivos	Viabilizar o aprimoramento permanente da gestão de todos os setores que compõem a SEJUD, especialmente os cartórios, por meio da constante revisão e inovação nos processos de trabalho, nivelamento de conhecimento, desenvolvimento de ações tendentes à desburocratização, à aquisição de competência e habilidades em gestão pelos servidores e à elaboração e consolidação da cultura gerencial institucional, bem como auxiliar os diversos setores da SEJUD no Desdobramento do Planejamento Estratégico e seu acompanhamento.
Característica da Iniciativa	Programa.

ESCOPO
Realização do evento “Gestão para Resultados nos Cartórios Judiciais do TJMG”.
Realização do Diagnóstico conforme metodologia do Desdobramento do Planejamento Estratégico em 39 cartórios judiciais de Segunda Instância.
Definição do Plano Estratégico em 39 cartórios judiciais de Segunda Instância. (2026)
Criação do Plano de Ação Gerencial dos 39 cartórios judiciais de Segunda Instância. (2026)
Acompanhamento e monitoramento contínuo da execução do Desdobramento do Planejamento Estratégico nos 39 cartórios judiciais de Segunda Instância. (2026)

MONITORAMENTO					
Status da Iniciativa	Concluído.	Progresso (%)	100%.		
Custo previsto	Em estudo.	Custo executado	Em estudo.		
Início da iniciativa	12/05/2025.	Término da iniciativa	18/12/2025.		
Data do monitoramento	14/01/2026.				
CRONOGRAMA DE ACOMPANHAMENTO					
ENTREGAS (E) / ATIVIDADES (A)	INÍCIO PREVISTO	TÉRMINO PREVISTO	TÉRMINO REPLANEJADO	TÉRMINO REALIZADO	STATUS
(E) Realização do evento – Curso Gestão para resultados.	06/08/2025	24/09/2025		24/09/2025	Concluído
(A) Reunir com Primeiro Vice-Presidente do TJMG para a apresentação da proposta de realização do evento.	06/08/2025	06/08/2025		06/08/2025	Concluído
(A) Enviar convite ao Juiz Marcus Vinicius Mendes do Valle para ministrar palestra no evento.	12/08/2025	12/08/2025		12/08/2025	Concluído

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

(A) Realizar abertura de processo no SEI para tramitação da proposta de Ação Educacional.	22/08/2025	22/08/2025		22/08/2025	Concluído
(A) Publicar convocação "Gestão para resultados nos Cartórios Judiciais.	10/09/2025	10/09/2025		10/09/2025	Concluído
(A) Reunir com gestores dos cartórios.	15/09/2025	15/09/2025		15/09/2025	Concluído
(A) Reunir para produção do conteúdo das palestras.	16/09/2025	16/19/2025		16/09/2025	Concluído
(A) Produzir conteúdo das palestras e criação do material visual para projeção.	16/19/2025	16/09/2025		16/09/2025	Concluído
(A) Aprovar identidade visual para divulgação do evento.	17/09/2025	17/09/2025		17/09/2025	Concluído
(A) Divulgar do evento por e-mail aos gestores de cartórios e também na rede interna.	18/09/2025	18/09/2025		18/09/2025	Concluído
(A) Realizar evento.	24/09/2025	24/09/2025		24/09/2025	Concluído
(E) Realização do Diagnóstico dos 39 cartórios judiciais de Segunda Instância.	12/05/2025	04/11/2025		04/11/2025	Concluído
(A) Reunir na Primeira Vice Presidência com o Grupo de Trabalho de Gestores de Cartório com uma apresentação do Ceagesi.	12/05/2025	12/05/2025		12/05/2025	Concluído
(A) Elaborar e aplicação de pesquisa de opinião feita com os gestores de cartório sobre readequações no DPE.	13/05/2025	29/05/2025		29/05/2025	Concluído
(A) Elaborar novo conteúdo do diagnóstico com mudanças realizadas nos grupos de gestão.	02/06/2025	09/07/2025		09/07/2025	Concluído
(A) Comunicar oficialmente a abertura do 3º Ciclo do DPE nos cartórios com o encaminhamento do formulário do Diagnóstico para preenchimento.	02/10/2025	02/10/2025		02/10/2025	Concluído
(A) 2.5 Recebimento e análise dos formulários do Diagnóstico anexados no SEI pelos gestores de cartório.	14/10/2025	20/10/2025		20/10/2025	Concluído
(A) CEAGESI manifestar no processo SEI de cada cartório com a aprovação dos respectivos Diagnósticos.	21/10/2025	04/11/2025		04/11/2025	Concluído
IMPEDIMENTOS					
Problema Identificado	Ação Corretiva	Unidade Responsável	Prazo	Status	
-	-	-	-	-	

MONITORAMENTO DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS - 2025

SITUAÇÃO / PONTO DE ATENÇÃO / INFORMAÇÃO COMPLEMENTAR					
A partir da necessidade de contínuo aperfeiçoamento gerencial das Unidades Judiciárias de Segunda Instância do TJMG, foi realizado em setembro de 2025 o Curso “Gestão para Resultados nos Cartórios Judiciais do TJMG”. A capacitação reuniu cerca de 100 gestores e servidores das unidades judiciárias da 2ª instância do Judiciário Mineiro. A intenção do curso foi capacitar gestores para que no terceiro ciclo de desdobramento do Planejamento Estratégico (DPE), os gestores possam desenvolver um trabalho ainda mais exitoso, com diagnósticos mais precisos da realidade das unidades em que atuam. O referido curso teve início com a palestra “Poder Judiciário – Desafios e Perspectivas”, exibição do histórico e a evolução dos resultados obtidos com a implementação do Desdobramento de Planejamento Estratégico (DPE) na 2ª Instância do TJMG. Na ocasião, gestores de cartórios compartilharam depoimentos sobre a relevância da ferramenta e os impactos positivos na qualidade do gerenciamento das unidades judiciárias. Para além disso, foi concluído o diagnóstico dos 39 cartórios judiciais da 2ª instância do TJMG. O diagnóstico tem como objetivo a análise pelo gestor das anomalias e identificação de oportunidades de melhoria nos serviços prestados pelo cartório judicial. Ele servirá de base para a estruturação de Plano Estratégico e a construção de Plano de Ação Gerencial que possam corrigir anomalias, superar deficiências e identificar boas práticas, visando aprimorar continuamente a prestação jurisdicional.					
POTENCIAIS MUDANÇAS NA INICIATIVA					
-					
ALINHAMENTO ESTRATÉGICO					
3 - Agilidade e Produtividade na Prestação Jurisdicional.					
Metas Nacionais Clique aqui para acessar o relatório de Metas Estratégicas	CNJ 1	CNJ 2	CNJ 5	CNJ 6	CNJ 7
	CNJ 8	CNJ 10	-	-	-
Metas Institucionais Clique aqui para acessar o relatório de Metas Estratégicas	TJMG 155	-	-	-	-
OBSERVAÇÕES SOBRE O CUMPRIMENTO DAS METAS					
Referente a meta TJMG 155 – Concluir o estudo Diagnóstico dos 39 cartórios judiciais da Segunda Instância, verifica-se o cumprimento total da meta, tendo em vista que 100% dos gestores entregaram o Estudo Diagnóstico de seus cartórios no prazo estipulado. Segundo a equipe da então CEAGESI (atual CEGEP), o Diagnóstico é a primeira fase de cada ciclo de um ano do Desdobramento do Planejamento Estratégico (DPE). Por meio dos questionários, reuniões e visitas presenciais aos cartórios, a CEAGESI (atual CEGEP) auxiliou os gestores a desenvolverem cada fase do DPE. O diagnóstico tem como objetivo a análise pelo gestor das anomalias e identificação de oportunidades de melhoria nos serviços prestados pelo cartório judicial. Ele serve de base para a estruturação do Plano estratégico e para a construção do Plano gerencial, no intuito de superar as deficiências e identificar boas práticas, visando aprimorar a continuamente a prestação jurisdicional. O Diagnóstico foi composto de quatro grupos de análise, sendo: Gestão para resultados (Análise Trienal, Acervo e Produtividade), Gestão de Metas do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) e institucionais, Gestão do Conhecimento (Desenvolvimento do conhecimento e Processo de Trabalho) e Gestão de Pessoas. Este Diagnóstico contribuirá para o auxílio aos gestores na construção do Plano Estratégico e das metas específicas para cada um dos 39 cartórios.					
VINCULAÇÃO PROJEF 5.0					
Iniciativa não correlacionada a objetivos do PROJEF 5.0.					